

**DE HERÓIS A VILÕES: IMAGEM E AUTO-IMAGEM DOS
COLONOS DA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE**

Rosane Duarte Rosa Seluchinesk

Orientador: Dr. Roberto dos Santos Bartholo Junior.

Tese de Doutorado

Brasília- DF, abril/2008

DE HERÓIS A VILÕES: IMAGEM E AUTO-IMAGEM DOS COLONOS DA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE

Rosane Duarte Rosa Seluchinesk

Tese de Doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental.

Aprovada por:

Prof. Dr. Roberto dos S. Bartholo Junior - Doutorado em Engenharia de Produção - (COOPE/UFRJ)
(Orientador)

Prof^a. Dra. Vanessa Maria de Castro - Doutorado em Desenvolvimento Sustentável - (CDS/UNB)
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Joao Nildo de Souza Vianna – Doutorado em Engenharia Mecânica – (CDS/UNB)
(Examinador Interno)

Prof^a. Phd. Elizabeth Tunes – Pós-Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – (UNB)
(Examinador Externo)

Prof. Phd. Maurício César Delamaro – Pós-Doutorado em Engenharia de Produção – (UNESP)
(Examinador Externo)

Brasília-DF, 14 de abril de 2008.

SELUCHINESK, Rosane Duarte Rosa.

De heróis a vilões: imagem e auto-imagem dos colonos da Amazônia mato-grossense. 263 p.,
(UnB-CDS, Doutor, Política e Gestão Ambiental, 2008)

Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

- | | |
|----------------------------|------------------------------------|
| 1. Amazônia Mato-grossense | 2. Colonização Privada |
| 3. Colonos | 4. Meio Ambiente e Desenvolvimento |
| 5. Representações Sociais | 6. Migrações |

I UnB – CDS

II Título (série)

É concedida à UnB permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese pode ser reproduzida sem a autorização expressa do autor.

Rosane Duarte Rosa Seluchinesk

Dedico este trabalho a todos: solo, animais, homens, água, ar e plantas que habitaram e habitam a Amazônia mato-grossense, ainda que nem sempre de forma harmoniosa, mas que por necessidade entrelaçaram suas existências.

Terra

*Terra, dizem que do teu pó somos feitos,
e a ele retornaremos.*

*Terra, dizem que tu és sagrada.
Que tu és divina.*

Então, por que tantas propinas cobram sobre ti?

Por que tu és sinônimo de lutas, de mortes?

Porque tanta injustiça tu acarretas,

Se somos feitos de ti?

Não, não posso entender!

Se sou o teu filho,

Cadê a parte que cabe a mim?

Cadê a parte do meu irmão?

Terra,

Se tu és a minha mãe,

Por que tiras de mim o direito de amamentar em teu seio?

*Por que me tratas com indiferença,
privilegiando os outros filhos?*

Por que sou teu filho esquecido?

*Por que privas de mim o direito
de plantar, de colher, de usufruir de
tuas cascatas?*

Se somos teus filhos,

Por que muitos retornam para ti como indigentes?

Terra, se tu és sagrada,

Por que causas tantas desilusões?

Terra,

muitos morreram

e muitos morrerão por causa de ti.

Sidney da Silva Chaves/poeta de Alta Floresta

AGRADECIMENTOS

A Deus, que em sua infinita sabedoria concedeu a mim, como a todos os homens, a responsabilidade, a liberdade e a capacidade de sentir, de pensar, de conhecer e de interagir para construir. E principalmente pela minha vida e daqueles que eu amo, também dos que não amo muito, mas que pela convivência me permitiram a escrita deste trabalho.

Ao Valter, eu falo com a linguagem do amor que transcende a existência e que por ser tão intenso já não se separa, pois é impossível saber onde, como e quando, ele ou eu começamos, e nem onde terminamos, já que somos apenas um. Companheiro, amado, amigo e professor em tantas lições que a vida nos permite viver e partilhar juntos, nesta etapa também a sua parceria foi fundamental.

Ao meu anjo, que esteve comigo e sempre estará em meu coração, ensinando-me que, para marcar uma presença na vida de alguém, não importa o tempo que permanecemos com ela, mas sim, a intensidade dessa vivência.

A minha princesinha guerreira Vitória, agora também meu anjo, que ilumina e sempre vai iluminar os meus dias com seu lindo sorriso. Minha princesa, tão pequena, mas ao mesmo tempo tão forte, é o meu exemplo de coragem, fé e de persistência. Obrigada por me ensinar que o sentido da vida é também uma entrega de e por amor. Viajando por nossas histórias, você me ensinou a sonhar e me entregar ao mundo dos sonhos, no qual é preciso fechar os olhos e voar para chegar até você. Agradeço também aos seus pais, Bernardete e Rosalvo, que dividiram a alegria de tê-la conosco.

A minha família, meus pais, irmãos com quem iniciei a vida, pela sua convivência em todos os meus passos e pelos incentivos e a crença de que eu sou capaz. E a todos aqueles que hoje formam a minha família, pela confiança, carinho, atenção e apoio quando o fardo pesou e eu não consegui levá-lo sozinha.

Ao meu orientador, por me convidar e pela confiança ao me aceitar como orientanda. Também pela paciência ao me conduzir neste tempo de tese, para o qual suas idéias foram como luzes que, ao se acenderem, iluminaram todo o meu caminho.

Aos meus colegas de curso, principalmente a Josiane, Regina e Janaina, pelo companheirismo que transcendeu a sala de aula e se tornou amizade.

Aos professores do CDS: o professor Argemiro pelas aulas sobre a Amazônia que contribuíram com meu objeto de estudo; a professora Laís, pelas viagens com Morin; e a professora Laura, com a abertura para tantas manifestações culturais, enfim a todos pela preciosa contribuição dada a minha formação e para a realização deste trabalho.

À banca de qualificação do projeto de pesquisa, ao professor Marcel pela atenção e sabedoria, a professora Beth pela indicação do caminho metodológico com Moscovici e ao professor Bartholo por ter dado o direcionamento e possibilitado o meu reencontro com aquela que sempre foi a temática desta pesquisa.

À professora Vanessa, pelo apoio e preciosas contribuições, sem as quais não teria concluído este trabalho.

Aos professores Maurício e João Nildo, pela presteza com que aceitaram compor a banca final desse trabalho.

À Universidade do Estado de Mato Grosso, não só pelo apoio financeiro, mas pela confiança, que desejo retribuir com muito empenho. Em especial ao colega de trabalho José Gerlei, por acreditar e oferecer a carta de apresentação que contribuiu no processo de admissão no curso.

À Margô, pela parceria na árdua missão de traduzir as idéias em palavras técnicas, sem, contudo, deixar de revelar os sentimentos, que para mim são a principal matéria-prima deste trabalho.

Ao CNPq, pela bolsa de estudo do programa PQI concedida nesse período de estudo.

Ao CDS/UNB pela acolhida na instituição, proporcionando o meu crescimento integral como pessoa e como professora/pesquisadora.

Aos meus entrevistados, pela coragem e disponibilidade em partilhar seus sonhos, suas realizações, suas venturas e desventuras dentro da colonização. Abrindo as portas das suas casas, das suas propriedades, das suas memórias e histórias de vida, proporcionaram-me a oportunidade de conhecer um povo que não cansa de sonhar e amar a sua terra, ainda que seja incompreendido.

Aos meus auxiliares no contato com os entrevistados: Rosalvo, em Alta Floresta; Solange e Rose, em Colíder; e Joana, em Sinop, que pelo seu empenho garantiram a viabilidade do meu trabalho.

RESUMO

Esta tese versa sobre a vivência dos migrantes na colonização da Amazônia mato-grossense e as transformações que aconteceram e ainda estão acontecendo na região, bem como, dos significados que este processo tem proporcionado à vida dos colonos na formação da sua imagem e auto-imagem, ora de desbravador, ora de destruidor da natureza. A pesquisa foi realizada no período de 2005 a 2007, com o objetivo principal de investigar as representações sociais construídas no processo de ocupação, para desvendar como os colonos tomaram posições incompatíveis com as propostas de um desenvolvimento sustentável para a região. A hipótese do estudo é de que esta ocupação, seguindo o modelo de colonização proposto pelo governo militar, imprimiu nesses indivíduos a idéia de que, por serem considerados os primeiros habitantes desta região, poderiam conquistar, dominar e explorar todos os recursos disponíveis. No debate em torno da necessidade de rever o processo e de buscar alternativas sustentáveis para a região, os colonos oscilam entre a figura de herói ou vilão, mantendo as mesmas formas de apropriação e utilização dos recursos. A metodologia de trabalho utilizada foi a pesquisa bibliográfica da literatura sobre o tema e a pesquisa de campo com a observação das propriedades e entrevistas. Os resultados apontam que os colonos passaram por diversas transformações no contexto da colonização, que têm dado novos significados para sua vivência, tanto em relação às suas idéias quanto às suas ações. Nas suas representações sociais de propriedade, trabalho, religião, educação, meio ambiente e desenvolvimento, mesmo alteradas pelas novas informações, ainda não demonstraram que eles seriam coerentes com um desenvolvimento sustentável para a região, porque vêem a preocupação como o meio ambiente como um entrave ao desenvolvimento. Lamentam a falta de informação e o abandono à própria sorte, mas também apresentam algumas propostas para modificar a realidade, claro que de acordo com os seus interesses, tais como: resolver os problemas de documentação de terra, rever os critérios para novos assentamentos, criar áreas de preservação coletiva, orientar quanto à ocupação e exploração da sua propriedade, garantir incentivos para reflorestar áreas degradadas e mata ciliar, rever a atuação do Ibama e da Sema/MT. Conclui-se que os colonos, mesmo em conflito com as propostas de desenvolvimento sustentável para a região, estão preocupados em encontrar uma saída que permita reverter a sua imagem negativa, desde que ela possa garantir a sua sobrevivência.

Palavras-chaves: Colonização. Meio ambiente. Representações sociais. Desenvolvimento sustentável. Mato Grosso.

ABSTRACT

This thesis turns on the experience of the settler in the settling of the Amazônia mato-grossense and the transformations that had still happened and are happening in the region, as well as, of the meanings that this process has proportionate to the life of the colonists in the formation of its image and auto-image, however of tamer, however of annihilator of the nature. The research was carried through in the period of 2005 the 2007, with the main objective to investigate the constructed social representations in the occupation process, to unmask as the colonists had taken incompatible positions with the proposals of a sustainable development for the region. The hypothesis of the study is of that this occupation, following the model of settling considered for the military government, printed in these individuals the idea of that, for being considered the first inhabitants of this region, they could conquer, dominate and explore all the available resources. In the debate around the necessity to review the process and to search sustainable alternatives for the region, the colonists oscillate between the figure of hero or villain, keeping the same forms of appropriation and use of the resources. The used methodology of work was the bibliographical research of literature on the subject and the research of field with the comment of the properties and interviews. Results point that the colonists had passed for diverse transformations in the context of the settling, that have given new meanings for its experience, as much in relation to its ideas how much to its actions. In its social representations of property, work, religion, education, environment and development, exactly modified for the new information, had not yet demonstrated that they would be coherent with a sustainable development for the region, because they see the concern as the environment as an impediment to the development. They lament the lack of information and the abandonment to the proper luck, but also they present some proposals to modify the reality, clearly that in accordance with its interests, such as: decide the problems of land documentation, review the criteria for new projects, create areas of collective preservation, guide how much to the occupation and exploration of its property, guarantee incentives to reforest degraded areas and kill ciliary, to review the performance of the Ibama and the Sema/MT. One concludes that the colonists, exactly in conflict with the proposals of sustainable development for the region, are worried in finding an exit that allows reverting its negative image, since that it can guarantee its survival.

Words keys: Settling. Sustainable Development. Environment. Social Representations. Mato Grosso.

RESUME

Cette thèse concerne l'expérience vécue par les migrants dans la colonisation de la portion de l'Amazonie faisant partie de l'état de Mato Grosso, ainsi que les transformations qui ont eu lieu et qui sont encore en train de se passer dans la région. Elle traite aussi des significations qui ce processus a occasionné à la vie des colons dans la formation de leur image et de leur auto-image, à la fois celle de défricheur et celle de destructeur de la nature. La recherche a été menée entre les années 2005 et 2007, ayant pour but principal l'investigation des représentations sociales construites à partir du processus d'occupation, afin de dévoiler comment les colons ont adopté des positionnements compatibles avec les propositions pour le développement durable de la région. L'hypothèse d'étude considère que cette occupation, suivant le modèle d'occupation proposé par le gouvernement militaire, a imprimé dans ces individus l'idée de que, en étant considérés les premiers habitants de cette région, ils pourraient conquérir, dominer et exploiter toutes les ressources disponibles. Dans la discussion autour de la nécessité de réviser le processus et de chercher des alternatives durables pour la région, les colons oscillent entre le rôle d'héros et de voyou, tout en gardant les mêmes modèles d'appropriation et d'utilisation des ressources. La méthodologie de travail utilisée a consisté d'une revue de littérature sur le thème, d'une recherche de terrain avec l'observation des propriétés et des entretiens. Les résultats signalent que les colons sont passés par des transformations diverses dans le contexte de la colonisation, ce qui a rendu des nouvelles significations à leurs expériences, tantôt concernant leurs idées tantôt concernant leurs actions. Leurs représentations sociales de la propriété, du travail, de la religion, de l'éducation, de l'environnement et du développement, même si modifiées par les nouvelles informations, n'ont pas encore démontré qu'ils seraient cohérents avec un développement durable pour la région, parce qu'ils prennent la préoccupation avec l'environnement comme un obstacle au développement. Ils se plaignent du manque d'information et de l'abandon à leur propre chance, mais en même temps ils présentent quelques propositions pour modifier la réalité, bien évidemment en accord avec leurs intérêts, tels: résoudre les problèmes de documentation foncière, réviser les critères pour les nouvelles aires de concession, créer des aires de préservation collectives, recevoir des orientations quant à l'occupation et l'exploitation de leurs propriétés, garantir le soutien pour le reboisement d'aires dégradées et de forêt-galerie, ainsi comme réviser la performance de l'Institut Brésilien de l'Environnement et des Ressources Naturelles et Renouvelables et du Secrétariat de l'Environnement de l'état de Mato Grosso. Il peut être conclu que les colons, même en conflit avec les propositions de développement durable pour la région, sont préoccupés de trouver une solution qui puisse permettre de changer leur image négatif, dès qu'elle puisse garantir leur survie.

Mots-clés: Colonisation. Environnement. Représentations sociales. Développement durable. Mato Grosso.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

I. INTRODUÇÃO.....	01
I.1 O PROBLEMA DE PESQUISA.....	01
I.2 SELEÇÃO/DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	09
I.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	09
I.4 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	11
I.5 HIPÓTESE.....	11
I.6 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	12
I. 6.1 Pressupostos Teóricos e Análise da Metodologia de Pesquisa.....	12
I.6.2 Área de Execução.....	16
<i>I.6.2.1 Sinop</i>	17
<i>I.6.2.2 Colíder</i>	18
<i>I.6.2.3 Alta Floresta</i>	19
I.6.3 População.....	22
I.6.4 Instrumentos de Coleta de Dados.....	22
I.6.5 Coleta de Dados.....	23
I.6.6 Tratamento dos Dados.....	24
I.6.7 Estrutura da Tese.....	26
O CONTEXTO HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO PRIVADA NA AMAZÔNIA	
MATO-GROSSENSE.....	28
1.1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE.....	28
1.2. A IMPLANTAÇÃO DAS EMPRESAS COLONIZADORAS NA AMAZÔNIA	
MATO-GROSSENSE.....	34
1.2.1 A colonização da Gleba Celeste – Município de Sinop.....	35
1.2.2 A colonização da Gleba Cafezal – Município de Colíder.....	39
1.2.3 A colonização da Gleba Indeco – Município de Alta Floresta.....	42
2 O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DOS COLONOS PARA AS TERRAS DA AMAZÔNIA.....	47

2.1 MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO: A BUSCA POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA.....	47
2.2 MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NO BRASIL: HOMENS EM BUSCA DE TRABALHO E DE TERRA.....	49
2.3 AMAZÔNIA: MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA DE COLONIZAÇÃO.....	51
2.4 AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE: OCUPAÇÃO E MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS.....	54
3 AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE.....	62
3.1 O CENÁRIO DAS POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA PROMOVIDAS PELOS MILITARES NA DÉCADA DE 1970: COLONIZAÇÃO OFICIAL <i>VERSUS</i> PRIVADA.....	62
3.2 AS CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES DO PROCESSO DE CUPAÇÃO DA AMAZÔNIA SOB A ÉGIDE DO NOVO GOVERNO CIVIL.....	68
3.3 A INSERÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE.....	84
4 OS ATORES DA COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE.....	106
4.1 ATUAÇÕES E INFLUÊNCIAS NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO.....	106
4.1.1 O Estado.....	106
4.1.2 Os Colonizadores.....	111
4.1.3 Os Colonos.....	116
5 RESULTADOS: DESCRIÇÃO E ANÁLISE.....	133
5.1 INFORMAÇÕES GERAIS.....	133
5.1.1 Caracterização das Propriedades.....	135
5.1.1.1 Nome e Localização da Propriedade.....	137
5.1.1.2 Forma e Época de Aquisição.....	139
5.1.1.3 Histórico de Ocupação das Propriedades.....	141
5.1.1.4 Tamanho da Área e Distribuição do Uso da Terra.....	148
5.1.1.5 Croquis da Época de Aquisição e Atual.....	155
5.1.2 Caracterizações dos Colonos.....	157
5.1.2.1 Origem e Rota de Migração.....	157
5.1.2.2 Razões para Escolha do Projeto de Colonização.....	159
5.1.2.3 Expectativas na Chegada e nos Dias Atuais.....	162
5.1.2.4 Significados de Viver e Trabalhar no Projeto de Colonização.....	164
5.1.2.5 Coisas que Gosta ou que não Gosta no Projeto.....	166
5.1.2.6 Fatores que Trazem Tranquilidade ou Incômodo.....	170

5.1.2.7 Composição da Família: Chefe da família, Idade dos Pais, Escolaridade dos Pais e Número de Filhos.....	172
5.2 FORMAS DE UTILIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DA PROPRIEDADE.....	174
5.2.1 Construções.....	175
5.2.2 Criação de animais.....	176
5.2.3 Espécies de cultivo.....	178
5.3 EXISTÊNCIA E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS.....	179
5.3.1 Existência da Área de Reserva Legal.....	179
5.3.2 Descrição da Área de Reserva Legal.....	180
5.4 EXPLORAÇÃO DE CONCEITOS – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS COLONOS.....	181
5.4.1 Propriedade da Terra.....	182
5.4.2 Trabalho.....	188
5.4.3 Religião.....	192
5.4.4 Educação.....	196
5.4.5 Meio Ambiente.....	199
5.4.6 Desenvolvimento.....	206
6 OUTROS CAMINHOS DE DESENVOLVIMENTO PARA A REGIÃO NA VISÃO DOS COLONOS.....	210
6.1 O QUE JÁ ESTÁ SENDO FEITO SEGUNDO OS COLONOS.....	210
6.2 O QUE AINDA PRECISA SER FEITO: VISÃO DOS COLONOS	214
CONCLUSÕES.....	220
REFERÊNCIAS.....	231
ANEXOS.....	242

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Evolução do número de migrantes no Brasil - 1940 a 2000	50
Tabela 2:	Estimativa da População Residente em Mato Grosso	55
Tabela 3:	Imigração Interestadual de última etapa, segundo Microrregiões – Norte Mato-grossense – 1970 a 2000	58
Tabela 4:	Proporção do desmatamento dentro e fora das áreas protegidas na Amazônia legal e nos estados de Mato Grosso (MT), Pará (PA) e Rondônia (RO).	97
Tabela 5:	Distribuição do uso da terra nas propriedades de Alta Floresta – set/2006	149
Tabela 6:	Distribuição do uso da terra nas propriedades de Colíder – set/2006	151
Tabela 7:	Distribuição do uso da terra nas propriedades de Sinop – set/2006	154
Tabela 8:	Composição das Famílias no Município de Alta Floresta	172
Tabela 9:	Composição das Famílias no Município de Colíder	173
Tabela 10:	Composição das Famílias no Município de Sinop	174
Tabela 11:	Animais criados em Alta Floresta	176
Tabela 12:	Animais criados em Colíder	177
Tabela 13:	Animais criados em Sinop	178

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa do Estado de Mato Grosso	16
Figura 2	Mapa da Região de Sinop	17
Figura 3	Mapa da Região de Colíder	19
Figura 4	Mapa da Região de Alta Floresta	20
Figura 5	Mapa dos Focos de Calor <i>versus</i> áreas florestais para o Estado do Mato Grosso	95
Figura 6	Mapa da Amazônia Legal (Região do Arco de Desflorestamento)	97

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABCC	Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
AL	Alagoas
APAs	Áreas de Proteção Ambiental
APP	Áreas de Preservação Permanente
BA	Bahia
BASA	Banco de Crédito da Amazônia
BCA	Banco de Crédito da Amazônia
BEC	Batalhão de Engenharia e Construção
BIS	Banco para Compensações Internacionais
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CDS/UNB	Centro de Desenvolvimento Sustentável/ Universidade de Brasília
CE	Ceará
CEMAT	Companhia de Centrais Elétricas de Mato Grosso
CEPLAC	Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CODEMAT	Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso
COLÍDER	Empresa Colonizadora Líder
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
ENI	Ente Nazionale Idrocarbure
ESG	Escola Superior de Guerra
FAB	Força Aérea Brasileira
FEC	Fundação Ecológica Cristalino
FEMA/MT	Fundação Estadual de Meio Ambiente/Mato Grosso

FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNDEPAN	Fundação de Desenvolvimento do Pantanal
GPS	Sistema de Posicionamento Global
ha	Hectare
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV	Instituto Centro Vida
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA/MT	Instituto Nacional de Reforma Agrária de Mato Grosso
INDECO	Integração, Desenvolvimento e Colonização
INPE	Instituto de Pesquisas Espaciais
INTERMAT	Instituto de Terras de Mato Grosso
IPCC	Sigla em inglês para Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas
ISA	Instituto Socioambiental
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MG	Minas Gerais
MINTER	Ministério do Interior
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
OAB/MT	Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PA	Pará
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAC/MT	Projeto de Assentamento Conjunto em Mato Grosso

PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PE	Pernambuco
PIN	Plano de Integração Nacional
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POLOAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PR	Paraná
PROARCO	Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança com Cidadania
RADAM	Radar na Amazônia
RJ	Rio de Janeiro
RO	Rondônia
RPPNs	Programa de Incentivo às Reservas Particulares do Patrimônio Natural
RS	Rio Grande do Sul
SANEMAT	Empresa de Saneamento e Água de Mato Grosso
SC	Santa Catarina
SECOM/MT	Secretaria de Estado de Comunicação Social/Mato Grosso
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SEMA/MT	Secretaria do Estado de Meio Ambiente/Mato Grosso
SEMAM/PR	Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República
SEPLAN/MT	Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso
SINIMA	Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente
SINOP	Imobiliária Noroeste do Paraná
SIPAM	Sistema de Proteção Ambiental da Amazônia
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SLAPR	Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais
SP	São Paulo
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SUDHEVEA	Superintendência da Borracha

SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TNC	The Nature Conservancy
UCs	Unidades de Conservação
UNCED	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
WWF	Worldwide Fund for Nature

INTRODUÇÃO

I.1 O PROBLEMA DE PESQUISA

A ocupação da Amazônia, seja pelos aspectos econômico, ambiental ou social, tem suscitado muitos interesses, principalmente no tocante à continuidade ou descontinuidade dos seus processos de colonização. Esse processo se intensifica na década de 1970, quando o governo militar promove a implantação de vários projetos de colonização privada e oficial.

Quando um projeto desses é implantado em determinada região, ele acena com a possibilidade de promover, neste local, transformações que vão atingir todos os elementos que compõem esse ambiente. Esse era o objetivo do governo militar, para quem colonizar significava realizar a ocupação efetiva dos espaços vazios.

A utilização do termo espaço vazio se deve ao fato de os militares considerarem essa região desabitada e desse modo suscetível a invasões, tanto por posseiros como por grupos de resistência ao regime militar, e até mesmo por outros países. Essa preocupação é descrita no “Tratado de Golbery”, elaborado no Governo Emílio Médici, com a função de estabelecer o paradigma de organização geopolítica para a colonização da Amazônia.

No arco a noroeste, de Corumbá – ou mais ao sul – até a comarca do Amapá, pelos territórios do Guaporé (Rondônia) e do Acre, todo o ocidente amazônico do Juruá, do Javari, do Japurá e do Uaupés, Rio Branco e a província guianense, sucedem-se as “marcas” semidesertas, instáveis, quase de todo abandonadas, abertas a penetrações de grupos sem bandeira definida. Essa região está aberta para a correria de nômades sem lei, em torno de um arremedo de organização política pouco adequada, e rudimentar sistema de guarnições militares tão esparsas como débeis. Cristalizam-se nódulos de população ativa, desprevenidos inteiramente do grande e vital papel que de fato lhes incumbe, e incumbirá por longo tempo, de colônias de povoamento pioneiro, mas, igualmente, de postos dinâmicos e agrestes de defesa. (SILVA, 1983, p. 108-109).

De acordo com o tratado, esse processo de colonização, cuja meta é construir civilizações e promover o desenvolvimento da região, aparece como possibilidade de crescimento econômico para todos os que se envolverem, notadamente para os pioneiros ou desbravadores. Esses projetos normalmente trazem propostas capazes de induzir as pessoas a acreditarem que, se estiverem engajadas, poderão de alguma forma se beneficiar com as mudanças. Foi assim que o processo de colonização da Amazônia mato-grossense se estruturou, e levou muitas famílias a participar

dessas iniciativas, em busca de melhores condições.

É sobre a vida dessas pessoas, sobre o que pensam, sobre sua imagem e auto-imagem nesse processo de colonização, e de como isso interfere na sua forma de se sentirem julgadas, ora como heróis, ora como bandidas, que trata este estudo.

Os colonos mencionados compõem uma parcela da população brasileira que, na década de 1970, foi incentivada pelas políticas governamentais a migrar para Mato Grosso, em busca do sonho de possuir seu pedaço de terra. Encontraram nos projetos de colonização uma saída para a crise que estavam enfrentando em seus locais de procedência, devido à mecanização da agricultura e os conflitos pela posse da terra. A solução desses problemas, para eles, encontrava-se na aquisição de extensas áreas para explorar todos os recursos que ofereciam. Assim, a propriedade da terra era a condição básica para que o colono pudesse dar à família um futuro seguro, com lugar para morar, educar os filhos e principalmente trabalhar com a agricultura.

Conhecedoras destes anseios, as empresas colonizadoras, em parceria com o governo, acenaram com a possibilidade de realizar esses sonhos e conquistaram um grupo cada vez maior para conhecer a nova fronteira agrícola e nela estabelecer morada.

A iniciativa tinha como meta principal a transformação da paisagem local, ou seja, a floresta deveria ser retirada para dar lugar a edificações que oferecessem toda a infra-estrutura necessária à permanência dos migrantes. Desse modo, o processo de ocupação atenderia tanto os problemas sociais dos colonos, quanto os objetivos do Estado, ou seja, tornar essa região um espaço “civilizado”.

O ato de civilizar-se é uma longa seqüência de arrancos e recuos forte. Repetidamente, um estrato marginal em ascensão ou uma unidade de sobrevivência em crescimento como um todo, uma tribo ou uma nação-Estado, assume funções e características de um sistema em relação a outros estratos marginais ou unidades de sobrevivência que por sua parte, pressionam a partir de baixo, de sua posição de marginais e oprimidos, contra o sistema corrente (ELIAS, 1993, p. 210).

Diante dessa afirmação, entende-se que seja necessário rever a idéia do processo de colonização da Amazônia mato-grossense. No entender do governo, para a civilização acontecer bastava a instalação das empresas colonizadoras e dos colonos, no sentido de ocupação da área por um grupo alheio à região e que estivesse disposto a reproduzir naquele espaço as mesmas condições que possuía na sua terra de procedência.

Para que essa ação fosse concretizada, estabeleceu-se uma política de ocupação cujas estratégias principais foram a escolha dos colonizadores (empresários paulistas) e a escolha dos colonos (primeiro pequenos agricultores, depois todos os indivíduos que foram para a região). O fato de terem sido escolhidos e a adoção da missão de civilizar a região davam aos colonizadores e colonos o poder de se apropriar e dominar tudo que ali encontrassem.

É neste contexto que vão se formar as primeiras idéias de propriedade como um bem adquirido, mediante um processo de compra e venda, cujas regras de apropriação e utilização são definidas pelo indivíduo que compra e paga o valor estabelecido pelo colonizador. Como todas as necessidades dos colonos eram supridas pelo colonizador, eles se sentiam na obrigação de ouvir somente as suas recomendações em relação à utilização da terra. E o colonizador, com a intenção de satisfazer o colono, normalmente o orientava a utilizá-las de acordo com suas necessidades.

A idéia de propriedade da terra como poder de domínio sobre tudo o que dela faz parte, ou mesmo que pudesse estar próximo dela, deu margem à ação predatória, já que plantas, animais, peixes e outros elementos deveriam ser retirados para dar lugar à agricultura. Para o colono, a posse da terra, e até mesmo a sua valorização, se dá com o trabalho realizado sobre ela, que nesse caso, é a implantação da atividade agrícola. Tudo o que impede o estabelecimento da área de produção é considerado empecilho e, portanto, deve ser eliminado. Essa forma de pensar e de agir tem algumas de suas raízes na cultura dos colonos, que assim como seus pais, sempre viram na atividade agrícola a sua única forma de sobrevivência. O ato de lavrar a terra e torná-la produtiva se expressa, de acordo com eles, numa dignidade cuja conquista só ocorre com o trabalho, suor e luta.

Portanto, essa é a oportunidade de dar seqüência à história de seus antepassados, no qual o sonho não é apenas de possuir um pedaço de terra, mas sim de enriquecer e conquistar dignidade. E para que isso aconteça é necessário fazer exatamente aquilo que os conduziu para lá: apropriar-se de todos os recursos disponíveis para tornar a região um novo pólo agrícola. Com o apoio do governo e sob a orientação das colonizadoras, em três décadas, atingiram o objetivo inicial que era de ocupar efetivamente a área de forma ordenada e estabelecer o pólo de produção agrícola. Apesar de terem melhorado de vida, consideram que ainda não atingiram seus propósitos e vivem, desde a década de 1990, um impasse sobre sua condição, que passa a receber diretrizes de outra política de ocupação.

Essa outra política é fruto de uma preocupação que não existia, com os recursos naturais da

região, a não ser pelo fato de que estavam disponíveis para a exploração, e que passa a ser cobrada agora. Os colonos deixam de ser enaltecidos como heróis que transformaram os espaços vazios em locais de civilização e desenvolvimento, e passam a ser criticados pelas suas ações predatórias, como inimigos do meio ambiente. Essa dualidade é resultado de posições divergentes no contexto atual sobre esta região: dar continuidade ao processo de exploração ou torná-la uma área de preservação e conservação ambiental. Os dois caminhos levam a direções opostas, pois para os colonos desenvolvimento significa apropriação e cultivo da terra para obter produtividade, e a possibilidade de outra forma de desenvolvimento é vista como algo negativo, pois essa idéia vem sendo vinculada a situações de caráter de exclusão, como a perda da propriedade.

Essa situação se reflete em opiniões que dividem até mesmo o governo: de um lado, o Ministério do Meio Ambiente propõe uma ocupação racional da região, com demarcação de áreas de preservação, conservação e de uso sustentável; do outro, posiciona-se o Ministério da Agricultura, cujo interesse está no aumento das áreas de produção para incrementar as exportações do agronegócio. Como se pode observar nesse discurso do ministro da agricultura:

O agronegócio brasileiro é imbatível. Ele representa 34% do produto interno bruto e 43% das exportações brasileiras. Temos três condições fundamentais para o desenvolvimento da agricultura e do agronegócio: terra à vontade, uma tecnologia tropical insuperável e, sobretudo, gente com muita vontade de produzir. [...] dos atuais 62 milhões de hectares cultivados no Brasil – demoramos 500 anos para chegar a esse número – se somarão outros 30 milhões de hectares nos próximos 15 anos (RODRIGUES, 2005, p. 20).

No entender do ministro da Agricultura do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006), Roberto Rodrigues, a idéia de expansão da fronteira agrícola considera apenas o fator quantitativo, defendendo a idéia de que o país possui vasto potencial de terras. Esse mérito, quando se trata da Amazônia mato-grossense, além da ampliação da fronteira, está acrescido da possibilidade de exploração dos recursos naturais.

Na contramão dessa política, o Ministério do Meio Ambiente tem tomado medidas para controlar a expansão das frentes de colonização com a criação de reservas de proteção ambiental e a demarcação das terras indígenas. Entretanto o Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) continua a promover assentamentos nos limites das áreas de proteção. Essa dicotomia dentro do governo divide opiniões e principalmente as ações no Estado de Mato Grosso, que ainda defende

o objetivo inicial da ocupação, ou seja, promover a civilização com políticas voltadas para possibilitar a permanência dos colonos na área, tornando-a produtiva.

Apesar de os julgamentos serem constantes em relação aos colonos, pouco ou quase nada tem sido feito, no sentido de organizar suas ações para uma ocupação racional. Eles continuam a utilizar a terra de acordo com os próprios interesses, sem levar em conta as regras estabelecidas pela legislação ambiental. Nesse contexto, é possível observar que o processo de ocupação promoveu e ainda promove a destruição dos recursos naturais como condição *sine qua non* para o desenvolvimento. Também continuam a executar a mesma política de ocupação, ou seja, a explorar sem nenhuma preocupação com o ambiente, a não ser pela idéia de considerá-lo como fonte de riquezas que pode solucionar os problemas econômicos da região e de todo o país.

Contrapondo esse entendimento, iniciativas começam a surgir com o objetivo de rever essa política que tem levado à extinção da biodiversidade local. Ou seja, “o projeto de emancipação humana necessita estar associado ao projeto de defesa da natureza, já que um não existe sem o outro” (LOUREIRO, 2006, p.78). Neste sentido, a sociedade, representada por ambientalistas e ONGs, passa a cobrar do governo e também da população ações que ocupem a região de forma racional, permitindo a manutenção de uma biodiversidade que está seriamente ameaçada.

É neste contexto de acordos e conflitos que esta pesquisa se apresenta como possibilidade de análise sobre as relações estabelecidas na colonização, e que atuam no sentido de formar as representações sociais dos colonos. A reflexão sobre essas análises, a partir do conceito buberiano, pressupõe a existência das relações Eu-Tu e Eu-Isso. Ele destaca que existem duas possibilidades do Eu revelar-se como humano.

Em face da doação do ser no fenômeno, o homem, Eu, profere a palavra princípio. Em outros termos o homem pode atender ao apelo do ser. Tal decisão é essencialmente passiva e ativa, ela é uma atitude de aceitação ou recusa. Essas duas atitudes, repetidas são atualizadas pelas palavras-princípio proferidas. Ser Eu significa proferir uma das duas palavras. Sendo a palavra portadora de ser, o homem que a profere existe autenticamente graças a ela. Existir como Eu ou proferir a palavra-princípio é a mesma coisa. A própria condição de existência como ser-no-mundo é a palavra como diálogo. Há uma distinção radical entre as duas palavras-princípio. O Eu de uma palavra-princípio é diferente do Eu da outra. Isso não significa que existem dois “Eus” mas sim a existência de uma dupla possibilidade de existir como homem. A estrutura toda é dual. Há dois mundos, duas relações. Chamamos relação para Eu-Tu e relacionamento para Eu-Isso. Tu e Isso são duas fontes onde a eficácia da palavra se desenvolve constituindo a existência humana. As torrentes caudalosas que brotam do Isso, das coisas, provêm de um modo convergente da fonte primordial que é o Tu. O

Tu é primordial e consequentemente o Isso é posterior ao Tu. “No princípio é a relação”. A abordagem reflexiva, cognoscitiva de objetos, do Isso, só poderá ser levada a efeito na medida em que passa pelo lugar ontológico do encontro de duas pessoas (BUBER, 2004, p.33).

Sobre essas relações, Buber afirma ainda que

O mundo da relação se realiza em três esferas: a primeira é a vida com a natureza. Nesta esfera a relação realiza-se numa penumbra como alguém da linguagem. As criaturas movem-se diante de nós sem a possibilidade de vir até nós e o Tu que nós lhe endereçamos depara-se com o limiar da palavra. A segunda é a vida com os homens. Nesta esfera a relação é manifesta e explícita: podemos endereçar e receber o Tu. A terceira é a vida com os seres espirituais. Aí a relação, ainda que envolta em nuvens, se revela, silenciosa, mas gerando a linguagem. Nós proferimos, de todo o nosso ser, a palavra-princípio sem que nossos lábios possam pronunciá-la. (BUBER, 2004, p. 54).

Na colonização da Amazônia mato-grossense, as relações Eu-Tu também vão ocorrer em três esferas; na primeira reside a relação colono-natureza ou vice-versa, que se fundamenta numa interdependência entre ambos. Em segundo plano está o diálogo entre colono-colono, que criam entre si laços de convivência onde todos dividem, ainda que em partes diferentes, os sucessos da colonização. Num terceiro momento está a relação espiritual que permeia todas as demais relações e que envolve colono-religião, colono-mito e colono-sonho. Entretanto, a relação Eu-Tu, expressa pela capacidade de dialogar consigo mesmo e com o outro, que possibilitaria a compreensão e a criação de uma realidade que beneficiasse a todos, foi quebrada durante o desenvolvimento do projeto. Essa ruptura permitiu que se estabelecesse apenas o relacionamento Eu-Isso, ou seja, a edificação de um relacionamento de posse e apropriação.

O Eu-Isso é proferido pelo Eu como sujeito de experiência e utilização de alguma coisa. A inteligência, o conhecimento conceitual que analisa um dado ou um objeto é posterior a intuição do ser. O Eu de Eu-Isso usa a palavra para conhecer o mundo, para impor-se diante dele, ordená-lo, estruturá-lo, vencê-lo, transformá-lo. Este mundo nada mais é do que objeto de uso e experiência (BUBER, 2004, p. 35).

A modificação de Eu-Tu para Eu-Isso vai alterar o espaço da colonização, estabelecendo uma realidade que, mediada apenas pela experiência, torna-se incapaz de vislumbrar outra alternativa, a não ser o domínio do homem, que se faz autor desse processo pelo simples fato de estar realizando seus experimentos. Isso vai ocorrer em todas as instâncias que envolvam

colonização e, como cada vez cresce mais a necessidade de melhorar de vida, os colonos perderam a capacidade de dialogar com o outro e passaram a versar em causa própria, enaltecendo-se das suas experiências. Cada vez mais longe do entendimento de que o homem precisa do diálogo que se cria a partir da relação Eu-Tu, que permite tornar-se presente ao ser e com o ser, os colonos se aprofundam no mundo do Eu-Isso, baseado unicamente na experiência e uso por si só. Desse modo a relação Eu-Isso permanece mais importante, ou a única possibilidade, criando uma realidade que tem prejudicado a todos.

Quando a relação perde o seu sentido de construtora do engajamento responsável para com a verdade do inter-humano, aí então o Eu-Isso é a destruição de si mesmo, e o homem se torna arbitrário e submetido à fatalidade. Se o homem não pode viver sem o Isso, não se pode esquecer que aquele que vive só com o Isso não é homem. (BUBER, 2004, p.37).

Ao refletir sobre esse processo, surgem muitas questões: a) Como os colonos em suas relações homem/homem e homem/natureza criaram representações sociais sobre vários aspectos e elementos de sua convivência que os direcionaram a pensar que eram heróis, desbravadores? b) Por que os colonos diante da necessidade de preservação e conservação do meio ambiente se sentem excluídos do processo e passam a questionar a falta de reconhecimento da sociedade pelo seu trabalho e produção? c) O que provocou esse impasse no qual vivem os colonos que questionam suas próprias identidades e já não sabem o quê, nem quem são, e como isso interfere negativamente na efetivação de políticas de preservação ou conservação para essa região? d) Por que a existência de ações tão ambíguas, nas quais a única saída parece ser a destruição de um indivíduo para a sobrevivência do outro?

Essas indagações provocam a necessidade de repensar por que os colonos pensam e agem assim, quando é justamente o contrário que lhes daria a garantia de sobrevivência, já que a vida do homem está intrinsecamente ligada à manutenção do ambiente.

O estudo, baseado nas análises das representações sociais construídas nesses projetos, fornece elementos para a compreensão de como a ocupação levou esses sujeitos a caminhar entre a dimensão do desbravador até a do destruidor da natureza. Em determinado momento, foram levados a acreditar que eram heróis, homens predestinados a tomar posse da terra prometida. A eles foi atribuída, segundo o discurso oficial, a missão de civilizar a Amazônia. Ao assumir que possuíam tal missão, enfrentaram as dificuldades e fixaram residência nas novas terras iniciando

um processo de apropriação que se dava pela aquisição das propriedades e depois pela exploração imediata da terra.

Rosa (1999) defende um processo de preparação e fixação dos colonos nas terras da Amazônia com base em três princípios: trabalho/religião/educação. Acostumados ao trabalho, sem horários ou condições, estavam prontos para enfrentar qualquer jornada ou espécie de atividade. O homem do Sul é enaltecido pelo colonizador como um sujeito destemido, cuja vida se resume no trabalhar, no transformar. O espaço de colonização é apontado como o lugar para homens que querem construir o futuro, e para isso não pode haver ócio. Ao aliar o sucesso ao trabalho e o fracasso à preguiça, essas pessoas defendem a idéia de que só venceram aqueles que se dedicaram com afinco ao trabalho.

A religião é o segundo elemento presente no processo, já que a acolhida dos colonos na nova morada era feita pelo padre. Ele representava a presença de Deus num lugar onde, de acordo com os próprios colonos, não havia nenhum traço de civilização. Quando chegavam às suas propriedades, eles recebiam a visita do padre, que normalmente os orientava a se organizarem para a construção da escola-igreja, cuja função era tornar-se o centro de encontro de todos os moradores. Além disso, o padre buscava conformá-los a se adaptar à nova realidade, acenando com a possibilidade de um futuro melhor para eles, pois em sua opinião ali era o ponto final, era enfim a terra prometida.

A educação é o terceiro elemento, e também tinha a função de atuar no sentido de garantir, ao colono e sua família, um futuro promissor. A colonizadora elaborou toda uma infra-estrutura escolar, em que a cada quatro quilômetros era construída uma sala de aula. Apesar de os novos moradores não terem estudo, a presença da escola era considerada como a garantia de manter a família reunida, posto que muitos deles se preocupassem com a possibilidade de ter que deixar parte da família para trás, para os filhos não abandonarem a escola. A articulação desses três princípios fez com que os colonos se sentissem amparados e protegidos por uma organização que os orientava no processo de ocupar a terra.

Em decorrência da articulação desses três elementos, ocorreu um processo de formação de homens para obter um vínculo com a terra que, mesmo não sendo de sua origem, torna-se a terra de sua propriedade. Ainda que não tenha sido herdada de seus antepassados, os colonos acreditam ter sobre a terra o direito de decidir sobre o seu uso, sem levar em consideração que este caminho não é traçado individualmente, mas também pelas políticas de ocupação.

I.2 SELEÇÃO/DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A ocupação da Amazônia mato-grossense, na década de 1970, inicia-se como a tomada de posse da área pelas empresas colonizadoras. Depois da aquisição das terras, preparavam a área oferecendo as condições - ainda que em alguns casos fossem mínimas - para receber os habitantes. Paralelamente a essas medidas, em locais predeterminados foram divulgadas propagandas que conseguiram atrair número significativo de pessoas para o local. É nesse espaço que vão acontecer inúmeras relações entre os homens e desses com a natureza, para a construção de outros significados para suas vivências, por meio das muitas representações sociais que também serão reconstruídas.

Essas transformações trazem consigo uma nova forma de ver e de pensar sobre a sua atividade principal, que é a agricultura, em alguns casos a agropecuária, e também que, por força da ocasião, foi o garimpo. Eles se lançam na busca de encontrar o cultivo ideal para as terras, experimentando o café, a pimenta, a mandioca, o cacau, o guaraná, o algodão, o milho, o arroz, o feijão, a soja, o coco, a pupunha, além de reflorestamentos, pastagem e outras inúmeras tentativas que muitas vezes acabaram em fracasso, ou então se transformaram na possibilidade de sobrevivência.

Com essa possibilidade de sobrevivência atingida, consideravam que a tão sonhada estabilidade havia sido alcançada, e começaram a trabalhar ainda mais para quebrar novos recordes de produção, e até exportação de soja e carne. Essa euforia, que parecia infundável, ficou ameaçada, pois, contrariando tudo o que pensavam das suas atividades econômicas, foi exposto para o país e para o mundo que nessa região se encontrava um grave processo de destruição da natureza, promovida pelo crescente desmatamento e avanço da pecuária e da soja. A transformação do ambiente, que agora pesara sobre os colonos, vai se refletir nas suas projeções de imagens e auto-imagem, da sua vida na colonização, tema que é objeto de estudo desta tese.

I.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Na colonização da Amazônia mato-grossense os colonos tomam para si o direito de utilização da terra, tanto no presente como no futuro. O sentimento se aproxima da interpretação que o samoano Tuiavii faz, quando relata a idéia de posse das coisas pelos papalaguis (homens brancos)

Ó irmãos, acreditai no que vos digo: ocultei-me atrás dos pensamentos do

Papalagui e vi o que ele quer, como se iluminasse o sol do meio dia. Destruindo, onde quer que vá as coisas do Grande Espírito, o papalagui com sua própria força pretende dar vida, novamente aquilo que matou, convencendo-se assim de que é o grande espírito porque faz coisas. (SCHEURMANN, 1999, p.42).

A idéia de posse dos colonos chega também a estruturar ações que lhes permitem pensar que têm o domínio de todas as coisas. E assim como Tuiavii descreve o Papalagui, os colonos também se fortalecem na idéia de que tudo o que existe na natureza deve ser transformado em coisas, para poder acumulá-las sob o seu domínio e se sentirem respeitados. Estudar as entrelinhas deste processo, o conhecimento e os desconhecimentos dos colonos sobre si e sobre as ações no meio em que vivem, é com certeza uma problemática relevante, por ser atual, urgente e necessária. A investigação desse processo forneceu elementos que ampliam nossas reflexões acerca da importância de conhecer os saberes populares, usos e costumes, enfim toda uma identificação com a terra que norteia as ações dos colonos.

Estudar os colonos é sempre aproximar-se da vida de um povo que enfrenta qualquer tipo de adversidade e se submete aos mais variados regimes de distribuição e ocupação de terra para encontrar seu espaço. E que por meio de suas representações sociais está sempre construindo novas formas de sobreviver às mais variadas situações na ocupação da terra, sejam positivas ou negativas, porque, assim como seus antepassados, já assumiram para si o destino de colonizar.

Considera-se que este estudo seja apenas o início de uma jornada necessária para aprofundar o conhecimento das representações sociais presentes neste processo. Quais são as representações que os colonos construíram ao participar da ocupação, seguindo um modelo desenvolvimentista, que prioriza o fator econômico em detrimento do ambiente e do próprio homem? Entende-se, neste contexto, que o conhecimento dessas representações pode ser um dos elementos significativos para a compreensão de tantas ambigüidades no processo de colonização. Quiçá se possa, a partir do conhecimento dessas representações, elucidar o porquê da resistência desses indivíduos em conhecer e utilizar formas de ocupação racional. A pretensão, aqui, é utilizar como foco de análise o próprio entendimento dos colonos sobre suas ações e reações e como isso reflete na sua imagem e auto-imagem de colonizador da Amazônia.

Com a problemática do desmatamento e a necessidade premente de proteger a Amazônia, é necessário rever as ações executadas em relação à sua preservação ou conservação. É preciso que o ambiente seja visto como um todo e não excludente, como a posição que vem sendo defendida por alguns ambientalistas, que percebem os colonos como elemento à parte da

Amazônia mato-grossense. É fundamental ouvir esses seres humanos, que já entrelaçaram suas vidas com a nova terra e que têm nela todas as suas perspectivas, para assim construir ações que possam beneficiar a todos os segmentos.

I.4 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral deste estudo é analisar as representações sociais construídas no processo de ocupação da Amazônia mato-grossense para desvendar como o posicionamento dos colonos tornou-se incompatível com as propostas de desenvolvimento sustentável para esta região.

Os objetivos operacionais são os seguintes:

- ✓ levantar os princípios que regem as políticas da colonização e suas interferências na atuação dos colonos na apropriação e gestão dos recursos naturais;
- ✓ traçar a trajetória dos colonos no processo de construção de suas representações sociais e ações mediadas pela colonização da área estudada;
- ✓ identificar as representações sociais que os colonos possuem em relação à propriedade, trabalho, religião, educação, meio ambiente e desenvolvimento;
- ✓ analisar o processo de ocupação da região levando em consideração os parâmetros construídos e/ou desconstruídos pelos colonos em relação ao uso da terra em suas propriedades;
- ✓ investigar os conflitos e acordos entre os atores da colonização que provocam mudanças rápidas no arranjo de estratégias da ocupação;
- ✓ analisar o processo de ocupação promovido, que provocou um desenvolvimento predatório dos recursos naturais;
- ✓ investigar se os colonos possuem outras possibilidades de desenvolvimento para a região;
- ✓ possibilitar aos colonos a oportunidade de expressar suas idéias a respeito da sua história no processo de colonização.

I.5 HIPÓTESE

O modelo de desenvolvimento imposto para a colonização da Amazônia mato-grossense se fundamenta na política do governo militar, que tinha como objetivo principal integrar a Amazônia às demais regiões do Brasil para torná-la habitável e principalmente produtiva.

A parceria entre Estado e empresários paulistas para implantar projetos de colonização privada no norte de Mato Grosso favoreceu um modelo de ocupação seletivo e direcionado,

porque foram escolhidos trabalhadores com direcionamento das propagandas em seus locais de procedência. E direcionado porque os indivíduos, ao chegarem, já eram orientados a retirar o mato e plantar café. Esse modelo de colonização, na década de 1980, atinge seu auge com a venda e ocupação da maioria dos lotes.

A ocupação dos lotes e o crescimento populacional são traduzidos na imprensa, principalmente de Mato Grosso, como um sucesso de distribuição e ocupação de terra. Com base nesta premissa, o governo continuou a expandir projetos de assentamento privado ou oficial por toda a região norte do estado. No entanto, duas décadas depois, com o debate em torno da necessidade de preservação ambiental, esse sucesso tornou-se questionável.

Pela situação exposta, a hipótese deste estudo é de que a ocupação da Amazônia mato-grossense, seguindo o modelo de colonização proposto pelo governo militar, imprimiu nesses indivíduos a idéia de que, por serem considerados os primeiros habitantes da região, poderiam conquistar e explorar todos os recursos disponíveis. Diante da discussão em torno da necessidade de rever o processo de ocupação, com base nos conceitos de desenvolvimento sustentável elaborados pela academia e da necessidade de buscar alternativas sustentáveis para a região, os colonos, oscilando entre a figura de herói ou vilão, mantêm as mesmas formas de apropriação e utilização dos recursos naturais.

I.6 METODOLOGIA DA PESQUISA

1. 6.1 Pressupostos Teóricos e Análise da Metodologia de Pesquisa

A estrutura teórica que orienta este estudo refere-se ao conceito de representações sociais, necessárias para a compreensão das relações promovidas na ocupação de determinado território. Essa abordagem baseia-se na Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2003), por apresentar as seguintes vantagens:

- ✓ dá flexibilidade na articulação dos diferentes contextos que estão presentes na relação homem/homem e homem/natureza;
- ✓ valoriza o saber popular como um modo de ação e pensamento que produz a realidade;
- ✓ possibilita a análise qualitativa e quantitativa, ao considerar a cognição social um sistema simbólico que permite um tipo diferenciado de análise.

Moscovici construiu a sua teoria tendo como referência o conceito de representações coletivas desenvolvido por Durkheim (1970), cujos pontos centrais são a atividade do sujeito e a realidade do mundo. Para esse autor, a vida coletiva e mental dos indivíduos é feita de representações.

Alexandre Junior (1998) afirma que a teoria de Durkheim tem como pressuposto a existência de uma vida coletiva e mental dos indivíduos que é formada por representações. Uma vez constituídas, as representações tornam-se realidades parcialmente autônomas, com vida própria, isto é, mesmo mantendo íntimas relações com seus respectivos substratos, as representações individuais e coletivas são, até certo ponto, independentes. As representações coletivas têm origem nas relações que se estabelecem entre os indivíduos, e são independentes e exteriores às consciências individuais, isto é, existem no conjunto e são exteriores ao particular, como fatos sociais. Assim como a vida representativa não está repartida de maneira definida entre os diversos elementos nervosos, pois ela é formada pela reunião e colaboração de vários desses elementos, o mesmo acontece com a vida coletiva, que existe no todo formado pela reunião de indivíduos.

O agrupamento das partes que forma o todo não se dá de forma repentina, há uma série de fatores intermediários para que aconteça, e a partir disso, surgem novos fenômenos que não derivam diretamente dos elementos associados. Sentimentos privados são unificados e transformados e, nesta associação, a síntese é obra do todo. A resultante ultrapassa o indivíduo e o todo ultrapassa a parte. Assim, torna-se claro que representação coletiva não pode ser reduzida a um conjunto de representações individuais. Ainda que Moscovici tenha usado a conceituação de Durkheim para construir sua teoria, ele também a critica, chamando atenção para a possibilidade de transformação presente também na coletividade.

O perigo implícito de esquecer que a força do que é coletivo (Durkheim sugeriu o termo representações coletivas), encontra a sua mobilidade na dinâmica do social, que é consensual, é reificado, mas abre-se permanentemente para os esforços de sujeitos sociais, que o desafiam e se necessário o transformam (GUARESCHI & JOVCHELOVITCH, 1995, p.19).

De acordo com Guareschi (1995), existe um ponto a ser considerado na diferenciação dessas teorias, posto que Moscovici estudou as sociedades modernas, cujo processo de transformação é dinâmico; já o modelo de sociedade estudado por Durkheim apresentava

mudanças lentas. Deste modo, os estudos de Moscovici podem ser considerados mais adequados para um contexto moderno, no qual a abordagem das representações sociais tenha como meta buscar o entendimento da complexidade das sociedades. “As sociedades modernas são caracterizadas por seu pluralismo e pela rapidez com que as mudanças econômicas, políticas e culturais ocorrem. Existem, nos dias de hoje, poucas representações que são verdadeiramente coletivas” (FARR, 1995, p.44-45).

Neste sentido, podemos dizer que a Teoria das Representações Sociais de Moscovici distingue-se por sua mobilidade, permeabilidade e flexibilidade. “As representações sociais, portanto, são a expressão de permanências culturais, como são o *locus* da multiplicidade, da diversidade e da contradição” (SPINK, 1993, p.305). De acordo com Moscovici (1978), a representação social modela o que é dado do exterior, a partir da relação dos indivíduos e grupos com objetos, atos e situações estabelecidas por inúmeras interações sociais. A reprodução feita pela representação demanda modificação das estruturas, dos elementos, enfim, uma reconstrução daquilo que é dado no contexto de valores, regras e noções. É importante entender que não há um corte dado entre universo exterior e universo do grupo, ou do indivíduo, e que o objeto está inserido num contexto dinâmico, parcialmente concebido pelo coletivo ou indivíduo como prolongamento de seu comportamento.

Ela (a representação social) consegue incutir um sentido ao comportamento, integrá-lo numa rede de relações em que está vinculado ao seu objeto, fornecendo ao mesmo tempo as noções, as teorias e os fundos de observação que tornam essas relações estáveis e eficazes (MOSCOVICI, 1978, p.49).

Entendidas nas ciências sociais como categorias que revelam, explicam ou questionam a realidade, as representações sociais são consideradas matérias-primas para a análise do social. Mas segundo Minayo (1995), é fundamental lembrarmos que cada grupo social tem sua representação particular, de acordo com a posição na sociedade e interesses específicos.

As representações sociais não são necessariamente conscientes. Podem até ser elaboradas por ideólogos e filósofos de uma época, mas perpassam o conjunto da sociedade ou de determinado grupo social, como algo anterior e habitual, que se reproduz a partir das estruturas e das próprias categorias de pensamento do coletivo ou dos grupos. Por isso, embora essas categorias apareçam como elaboradas teoricamente por algum filósofo, elas são uma mistura das idéias das elites, das grandes massas e também das filosofias correntes, e expressão das contradições vividas no plano das relações sociais de produção. Por isso mesmo,

nelas estão presentes elementos tanto da dominação como da resistência, tanto das contradições e conflitos como do conformismo (MINAYO, 1995, p.109).

As representações sociais aparecem como construções contextualizadas de sujeitos sociais a respeito de objetos socialmente valorizados, e que podem ser identificadas pelos saberes populares e de senso comum. É uma forma de conhecimento particular que elabora comportamentos e comunicações entre os indivíduos no contexto social. Sendo uma das formas de apreensão do mundo concreto, ela motiva e facilita a transposição de conceitos e teorias para o plano do saber imediato e permutável, promovendo comportamentos ou visões socialmente adaptados ao conhecimento real. Nela percebe-se uma reflexão coletiva, direta e diversificada.

Por um lado, a representação toma o lugar da ciência e, por outro, a constitui (ou a reconstitui) a partir das relações sociais envolvidas; de um lado, portanto, através da representação, uma ciência recebe uma duplicação, sombra colocada sobre o corpo da sociedade, e, de outro lado, ela se desdobra - na medida em que está fora do ciclo e no ciclo das transações e dos interesses correntes da sociedade (MOSCOVICI, 1978, p.78).

O estudo do conceito e aplicação da teoria das representações sociais de Moscovici permitiu encontrar não só os elementos estáveis e contraditórios do discurso social estabelecido na colonização mato-grossense, como também a riqueza do simbólico presente no senso comum que traz à tona o sentimento, a emoção, o entendimento e o sentido que os colonos atribuem à sua realidade.

A utilização do conceito de representações sociais trouxe a compreensão da formação da identidade dos atores da colonização, e também se tornou a entrada no universo de compreensão das relações natureza/sociedade. Isso porque o processo foi revelando a tênue interdependência entre natureza e sociedade, e as possibilidades de construção de um desenvolvimento que tenha como objetivo primordial a continuidade da vida. Os relatos das histórias de vida trazem para este trabalho uma contribuição fundamental, possibilitando que indivíduos pertencentes a segmentos sociais geralmente excluídos possam expressar sua visão de mundo.

Cada vida individual, todas las vidas individuales, son documentos de una humanidad más amplia con sus discontinuidades históricas. El hilo que une estos mosaicos biográficos, singulares o colectivos, en sus diferentes perspectivas, es la articulación del tiempo recogida en su doble aspecto de experiencia individual y colectiva, de los momentos que se integran recíprocamente. (FERRAROTTI, 1993, p.183).

I.6.2 Área de Execução

A área de abrangência da pesquisa compreende os projetos de colonização de Alta Floresta, Sinop e Colíder, bem como os municípios que surgiram a partir destes, localizados entre os quilômetros 494 a 700, nas margens da BR 163.



Figura 1 – Mapa do Estado de Mato Grosso

Fonte: www.seplan.mt.gov.br

Essa área situa-se no extremo norte do Estado de Mato Grosso, e pela posição político-geográfica, somada às características de solo, fauna e flora, é considerada parte da Amazônia Legal.

A incorporação dessa área à Amazônia legal acontece em decorrência do art. 199 da Carta de 1946, regulamentado pela lei 1.806, de 1953. Por essa lei foi criado o Território da Amazônia Legal. Fundado em critério misto – político, fisiográfico e geográfico - envolve os Estados do Pará e Amazonas, e os territórios do Acre (Estado desde 1962), Amapá, Guaporé (Rondônia), Rio Branco (Roraima) e ainda partes do Estado de Mato Grosso ao norte do paralelo 16°, Estado de Goiás ao norte do paralelo 13°, Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44°. (MATTOS, 1980, p. 70).

Segundo Rosendo (2002), três grandes empresas de colonização vão se destacar nesse processo: a Sociedade Imobiliária Norte do Paraná (SINOP); a Colonizadora Integração e

Desenvolvimento Regional (COLÍDER) e a Integração desenvolvimento e Colonização (INDECO). Elas vão implantar os projetos de colonização inicialmente denominados Gleba Celeste, Cafezal e Indeco que vão dar origem aos municípios de Sinop, Colíder e Alta Floresta.

1.6.2.1 Sinop

Sinop está localizado às margens da rodovia federal BR-163, no quilômetro 505. De acordo com a ASSECOM (2006), Sinop se situa entre as coordenadas 11° 52'53" latitude sul e 55° 38'57" longitude oeste.

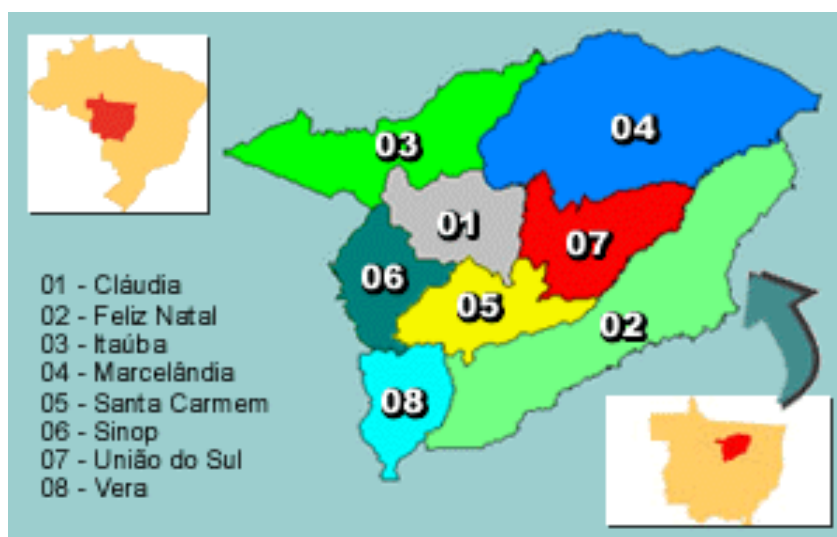


Figura 2 – Mapa da Região de Sinop

Fonte: www.seplan.mt.gov.br

Farid (1992) observa que o solo da região é formado por rochas constituídas basicamente por duas unidades litoestratigráficas: a formação Salto das Nuvens, pertencente ao Grupo Parecis, e as Coberturas Detrito-Lateríticas. Quanto ao relevo, é praticamente toda recoberta pela unidade geomorfológica denominada Planalto dos Parecis. Essa unidade compreende extenso conjunto de relevo, caracterizado por duas feições distintas, esculpidas principalmente nas rochas do Grupo Parecis, vasta superfície composta de relevos dissecados, dos quais emergem uma superfície mais elevada e outras mais conservadas, que constituem a segunda feição. O ambiente natural dessa porção é marcado por solos que apresentam fertilidade baixa a muito baixa, em relevo plano, do tipo chapada, a suave ondulado. Predominam os latossolos, que recobrem mais de 70% de toda a região. Ela está inserida totalmente na Bacia Amazônica, nas sub-bacias dos rios Juruena, Teles

Pires e Xingu, afluentes pela margem direita do Amazonas.

Segundo a Assecom (2000), o tipo climático dominante é quente e úmido, com duas estações definidas, uma chuvosa e outra seca, que coincide com o inverno. O período seco varia de 3 a 5 meses, e ocorre entre maio e setembro. Nos meses de julho e agosto são registrados os menores índices pluviométricos, enquanto nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro se observaram as maiores precipitações. A cobertura vegetal original, na porção norte, apresenta espécies características de áreas de contato entre floresta ombrófila e floresta estacional, com predomínio de floresta semidecidual, submontana com dossel emergente. Na porção sul, nas cabeceiras dos rios Arinos e Teles Pires e porção médio Xingu, predominam espécies de áreas de contato entre cerrado e floresta estacional, com predomínio de savana (cerrado) arbórea aberta com floresta de galeria.

Atualmente, a cobertura vegetal dessa região apresenta-se bastante alterada pela extração madeireira, monocultura da soja e pecuária, sendo que os remanescentes florestais encontram-se sob forte pressão pela ocupação, configurando situação de crescente homogeneização da paisagem e empobrecimento da biodiversidade das florestas, cerrados e ecótonos. Segundo dados do IBGE (2006), a área de Sinop está dividida em quatro formas de ocupação: área dos estabelecimentos agropecuários, com 271.255 hectares; área de lavouras, com 114.417 hectares; área de pastagens naturais, com 48.296 hectares; e área de matas e florestas, com 99.557 hectares. De acordo com o IBGE (2000), a região de Sinop tem população de 74.831 habitantes, distribuídos numa área de 3.206,8 km².

1.6.2.2 Colíder

A sede, segundo a Prefeitura Municipal de Colíder (2007), situa-se a 680 km da capital Cuiabá, na Depressão da Amazônia Meridional, compreendida entre as coordenadas 10° 40'24" latitude sul e 55° 27' 15" longitude oeste.

A região de Colíder possui clima tropical chuvoso equatorial quente e úmido, com três meses de seca, de junho a agosto. Precipitação anual de 2.500mm, com intensidade máxima em janeiro, fevereiro e março. Temperatura média anual de 24° C, sendo maior máxima 40° C, e menor mínima 4° C. Farid (1992) esclarece que o município encontra-se em terrenos de coberturas não dobradas do fanerozóico – formação Prainha. Coberturas dobradas do proterozóico com granitóides associados, Formação Iriri. Complexos metamórficos arqueanos

pré-cambrianos indiferenciados. Faixa móvel rio Negro e Juruena. O relevo do município faz parte do Planalto Residual Norte de Mato Grosso, Serra do Cachimbo, posicionando-se a 300 m de altitude. O quadro florístico é constituído por floresta ombrófila aberta e densa, floresta estacional e savana (cerrado). Quanto à hidrografia, Colíder faz parte da grande Bacia do Amazonas. Para esta bacia contribui o rio Teles Pires, que recebe pela direita o rio Peixoto de Azevedo.

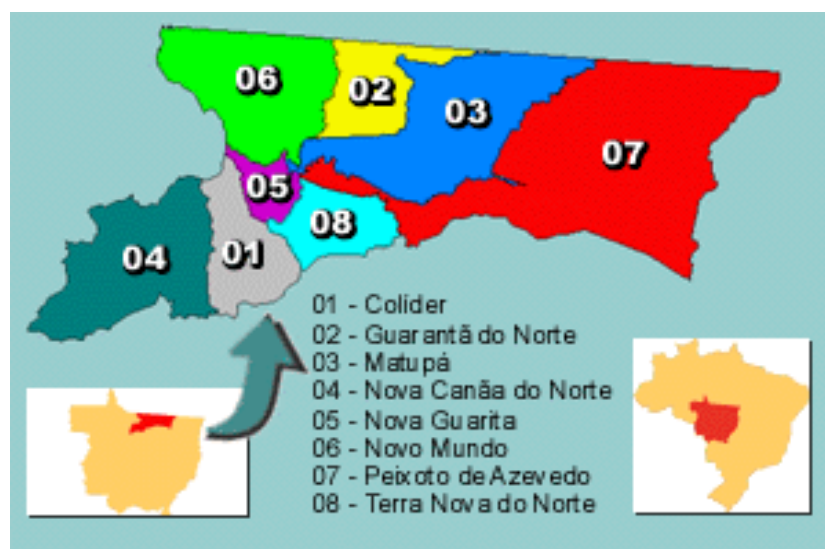


Figura 3 – Mapa da Região de Colíder

Fonte: www.seplan.mt.gov.br

As principais atividades econômicas são a pecuária intensiva, que divide espaço com culturas diversas nos minifúndios espalhados ao longo do município, e o comércio, que tem significativa participação na arrecadação de divisas. De acordo com o IBGE (2006), a ocupação do município está dividida em área de estabelecimentos agropecuários, com 260.459 hectares; área de lavouras, com 4.880 hectares; área de pastagens naturais, com 179.339 hectares; e área de matas e florestas, com 74.266 hectares. Segundo dados do IBGE (2000) a população é de 28.051 habitantes, distribuídos numa área de 3.009,9 km².

1.6.2.3 Alta Floresta

Alta Floresta situa-se na Depressão da Amazônia Meridional, compreendida entre as latitudes 9°30' – 10° 8' Sul e longitudes 56° 27' - 55° 30' Oeste (FARID, 1992, p.13).

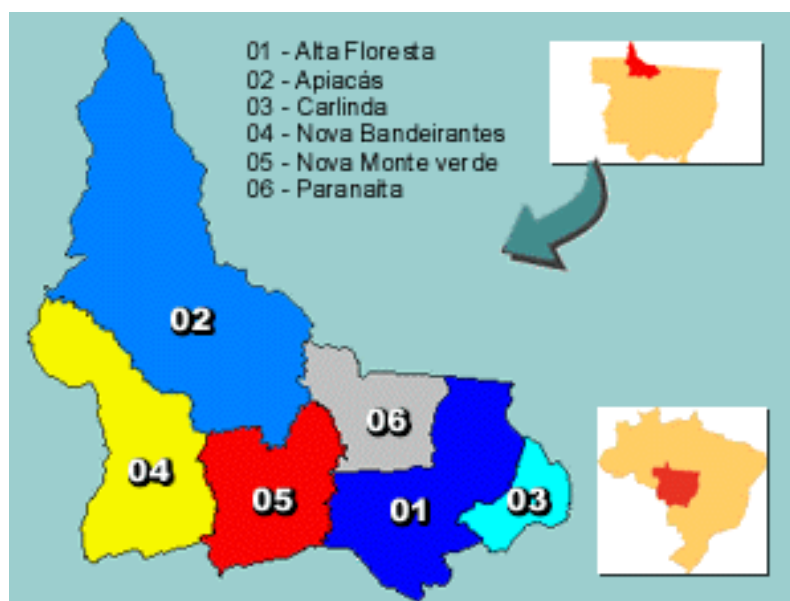


Figura 4 – Mapa da Região de Alta Floresta

Fonte: www.seplan.mt.gov.br

Apresenta clima tropical chuvoso, com duas estações climáticas bem definidas: inverno seco, com curto período de maio a julho, e verão chuvoso. Há ocorrência freqüente de névoa seca, principalmente entre os meses de agosto a outubro, provocada pela queima deliberada de pastagens e de vegetação natural derrubada para ampliação da fronteira agropecuária. “A temperatura varia entre 23° C a 38° C durante o ano, sendo em média de 26° C. A média anual de precipitação está entre 2500 e 2750 mm” (RODRIGUES, 1996, p.2).

Segundo Farid (1992), Alta Floresta encontra-se em terrenos bastante antigos, denominados proterozóicos, tendo as rochas idades de 1860 milhões de anos, representadas pelo Complexo Xingu, Grupo Uatamã, Grupo Beneficiente e Grupo Caiabis. Na porção norte do município, os terrenos pertencem à Formação Iriri (Grupo Uatamã), representada por rochas vulcânicas ácido-intermediárias. Na parte central encontram-se rochas alcalinas da Formação Canamã (Grupo Caiabis) e sedimentares do Grupo Beneficiente. Ambas encontram-se bem expostas na junção dos rios Cristalino e Teles Pires. Ao sul predominam as rochas do Complexo Xingu, unidade polimetamórfica cujas rochas bastante transformadas e deformadas não apresentam, no campo, litotipos que possibilitem sua separação em subunidades. O solo dessa região é bastante “manchado”, exibindo uma gradiente de cores totalmente diferenciado. O relevo faz parte do “Planalto Apiacás-Sucurundi e da depressão Interplanáltica Amazônia Meridional. Apresenta várias serras em forma de cristas geomorfológicas, que servem como divisores de água,

posicionando-se entre 200 e 300 m de altitude”. (RODRIGUES, 1996, p.2).

De acordo com Farid (1992), o quadro florístico é constituído por floresta ombrófila aberta e densa, floresta estacional e savana (cerrado). A floresta ombrófila aberta submontana com cipós representa uma das subunidades da floresta ombrófila aberta. A floresta ombrófila densa que ocorre no planalto sul da Amazônia é exuberante, com agrupamento de árvores emergentes bem copadas. A savana (cerrado) apresenta diferentes fisionomias: arbórea densa, aberta com ou sem floresta-de-galeria. Esta unidade ocorre nos testemunhos do Planalto dos Apicás e Sucunduri e na serra dos Apicás. A produção agrícola apresenta predominância das culturas perenes (café, cacau e guaraná), seguidas das culturas temporárias como arroz, milho, feijão, algodão e mandioca.

A pecuária é de recente implantação no município, e está baseada na pecuária de corte e, secundariamente, de leite, entremeando ainda áreas utilizadas para o extrativismo vegetal e/ou mineral.

A população, que inicialmente era formada por pequenos agricultores do Sul e Sudeste, foi acrescida de garimpeiros vindos das regiões Norte e Nordeste. Nos primeiros anos de colonização havia uma população fixa (agricultores) e outra flutuante (garimpeiros), observando-se picos de crescimento e/ou decrescimento vertiginosos.

No ano de 1979 a estimativa populacional era de 8.373 habitantes. Com a chegada dos garimpeiros esse número passou para 150.000 habitantes entre os anos de 1983 a 1989. Em 1990, com a queda do garimpo, esse número caiu para 57.000 habitantes (MATTOS, 1996, p.3).

A inconstância no número de habitantes ocorre por duas questões: a econômica, com o fracasso do garimpo; e a divisão, com a emancipação de novos municípios na área de colonização da Indeco. Atualmente, a população de Alta Floresta e região continua diminuindo por causa da criação de novos assentamentos.

O município, de acordo com o IBGE (2000), tem população de 46.982 habitantes e conta com uma área de 8.982,8 km², cuja ocupação se divide em quatro partes. Segundo o IBGE (2006) existem a área dos estabelecimentos agropecuários com 499.562 hectares, área de lavouras com 5.253 hectares, área de pastagens naturais com 253.230 hectares e área de matas e florestas com 232.260 hectares.

I.6.3 População

Os indivíduos selecionados para este estudo são denominados colonos, por terem participado do processo de colonização da Amazônia mato-grossense.

Migrantes em busca da propriedade de terra, são pequenos produtores rurais, com ou sem terra, provenientes de diversas partes do país, mas com passagem por outras regiões de colonização, especialmente a do norte do Paraná. Eles se deslocaram com suas famílias e procuraram se estabelecer na área de colonização de Sinop, Colíder e Alta Floresta, seguindo as características da pequena produção familiar tradicional.

I.6.4 Instrumentos de Coleta de Dados

A abordagem qualitativa é frequentemente utilizada no estudo das representações sociais, pois de acordo com Minayo (1995), proporciona o desvelar do universo de significados, motivações, crenças, valores e atitudes, correspondentes a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Em função de as representações sociais serem mediadas pela linguagem, a maioria dos trabalhos apresentados nesta área destaca as falas ou outros materiais simbólicos que permitem aos indivíduos atribuir-lhes significados. Deste modo, a relevância do aspecto subjetivo para a compreensão de determinada realidade justifica a utilização da abordagem qualitativa tanto para a coleta de dados como para a sua posterior análise. A coleta e a análise dos dados permitiram responder a questões muito particulares, destacando uma realidade que não pode ser quantificada.

A análise de conteúdo pode ser entendida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

Este conceito contribui para a compreensão dos dados obtidos nas entrevistas e também no ajuste das técnicas de pesquisa utilizadas de forma a permitir a identificação e análise dos indicadores socioambientais e econômicos que compõem o pensar e o agir dos colonos. Assim, o instrumento de coleta de dados teve como base um roteiro de entrevista (anexo 1) composto pelas seguintes questões: 1) Por que deixaram a sua terra de procedência? 2) O que foi fundamental para que permanecessem nos projetos de colonização? 3) Como descrevem a propriedade no

momento da compra e nos dias atuais? 4) Qual a percepção que o colono possui sobre propriedade da terra, trabalho, educação, religião, meio ambiente e desenvolvimento? Como se sente em relação à sua situação de colono na Amazônia mato-grossense?

I.6.5 Coleta de Dados

A coleta de dados contou com duas etapas: contato com os possíveis entrevistados dos municípios selecionados e entrevistas realizadas nas propriedades. A visita, realizada em dezembro e janeiro de 2005, serviu para o reconhecimento e análise da situação atual do processo de ocupação em cada um dos contextos. Esse contato serviu para descartar algumas propriedades, já que seus proprietários não se enquadravam no perfil proposto para a pesquisa. Para a entrevista, o indivíduo selecionado deveria ser colono que participou do processo inicial de ocupação, nas décadas de 1970 a 1980.

Entretanto, houve uma situação atípica neste momento, em relação à Sinop, em que a maioria dos primeiros colonos já não reside mais em suas propriedades. Diferentemente de Alta Floresta e Colíder, os primeiros colonos de Sinop desistiram do projeto no final da década de 1970 a meados da década de 1980, e acabaram substituídos por outros, na década de 1990. Mesmo sabendo que os primeiros colonos de Sinop foram para novos projetos da região, optou-se por entrevistar os novos colonos, pois eles residem atualmente no local e podem contribuir na pesquisa, principalmente com informações atuais. Neste período foram contactadas as fontes de registros secundários (legislação, mapas, registros fotográficos e documentação histórica), que forneceram informações contextuais importantes para a descrição das situações sociais.

Na segunda etapa ocorreu a coleta de dados, seguindo um agendamento prévio que obedecia a dois critérios: morar no projeto pelo menos há vinte anos e ser proprietário de terra. As entrevistas foram realizadas nas propriedades, de forma oral e escrita. Além delas, nos municípios de Alta Floresta e Colíder foi feita uma visita na propriedade para observar a área e conhecer cada ambiente relatado, que ficou registrado em fotografias. Em Sinop, em função da problemática local gerada pelo descumprimento da legislação ambiental e conflitos com o Ibama, os colonos não permitiram a visita nas propriedades. Quanto aos colonizadores, foram analisados registros oficiais da imprensa, pois somente o colonizador de Colíder está vivo, entretanto não possui endereço conhecido. Sobre as ações das colonizadoras, foram coletados dados em jornais, revistas e gravações.

Neste trabalho, atenção especial foi dada às falas dos colonos, principalmente no seu ponto de vista sobre o processo de ocupação. A partir dos seus depoimentos, foi possível perceber as razões que os levaram a migrar, suas aspirações, seu projeto de vida. Os entrevistados apontaram três fatores: em primeiro lugar vem a possibilidade de adquirir terra, ou mais terra para se sentirem suficientemente seguros e independentes, o que para eles significa basicamente “não ter patrão”, não sentir-se empregado. Em segundo lugar o desejo de reunir a família, de manter todos trabalhando juntos, até que seus membros fossem encaminhados naturalmente à emancipação, geralmente pela constituição de uma nova família. Por fim o desejo de reunir condições econômicas para viver uma vida tranqüila e ajudar os filhos, ou seja, atingir condições materiais de vida que consideram boas e legar aos filhos, principalmente aos homens, alguma terra que possibilitasse se constituírem futuros produtores rurais. Se isso não fosse possível para todos os filhos, os mais novos deveriam freqüentar a escola para arrumar um bom emprego na cidade.

Com o tempo, essas prioridades se inverteram, devido à nova condição socioeconômica dos colonos, que passaram a ter novas metas. Atualmente, como todos já possuem suas terras e os filhos são adultos e independentes, a prioridade passou a ser a aquisição de maiores áreas com possibilidades de aumento de renda, ou seja, ter condições para ampliar a sua extensão de terras.

I.6.6 Tratamento dos Dados

O tratamento dos dados foi realizado com o método de análise do conteúdo, no qual as histórias de vidas relatadas, bem como o discurso sobre as questões atuais, constituem o material de análise. Essa vertente, que utiliza a análise dos conteúdos, tem se fortalecido nos últimos anos, pautada na necessidade de não apenas desvendar ou conhecer a realidade, mas sim procurar compreender como, por que e quando os indivíduos percebem e constroem seu mundo.

A análise de conteúdo é expressa por um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos (conteúdos e mensagens) extremamente diversificados, enquanto esforço de interpretação que oscila entre dois pólos: do rigor da objetividade, à fecundidade da subjetividade. (BARDIM, 1977, p 31).

Mesmo diante desse impasse, a análise das informações obtidas com o relato dos entrevistados torna-se cada vez mais importante, posto que se fundamenta na busca pelo significado dos fatos.

(...) a riqueza inesgotável do depoimento oral em si mesmo, como fonte não apenas informativa, mas, sobretudo, como instrumento de compreensão mais ampla e globalizante do significado da ação humana; de suas relações com a sociedade organizada, com as redes de sociabilidade, com o poder e o contrapoder existente, e com os processos macro e microculturais que constituem o ambiente dentro do qual se movem os atores e os personagens deste grande drama ininterrupto – sempre mal decifrado – que é a História Humana. (ALBERTI, 1990, p. 8)

Nessa procura, nem sempre se atinge a materialidade dos fatos, mas se consegue delinear a interpretação daquilo que realmente aconteceu, pelas vozes dos outros que o vivenciaram, levando-se em conta o acontecido na mente destas pessoas. O passado é revisitado com parâmetros atuais, nos quais mesmo os erros invenções e mentiras constituem, à sua maneira, áreas onde se encontra a verdade.

O reconhecimento das múltiplas abordagens da verdade impõe responsabilidades maiores, principalmente na tarefa de interpretá-las e explicá-las. As falas proferidas pelas fontes que compõem o material citado neste trabalho não pretendem ser consideradas apenas como oportunidades de leitura sobre o confronto entre as interpretações formuladas pelos entrevistados e pelo entrevistador. O propósito é de que estes relatos, à medida que forem sendo abordados por outros, sirvam para que mais pareceres possam ser elaborados a respeito do assunto. Deste modo, a responsabilidade com o material coletado inclui transcrever as palavras textuais da fonte para o texto, como forma de comprovação da análise crítica.

Lang (1996) afirma que a tarefa de análise dos dados para o pesquisador é o momento de apreender as relações sociais com as fontes orais. Esse exercício não deve se ater apenas aos conhecimentos dos fatos, mas por meio deles, dirigir o seu olhar às relações sociais e processos que os engendram, ou seja, partir do conhecimento da microrrealidade à totalidade social, da conjuntura à estrutura. “É no indivíduo que a História Oral encontra sua fonte de dados, mas sua referência não se esgota nele, dado que aponta para a sociedade” (BENJAMIN, 1994, p.32).

Todas as etapas do processo de investigação por meio de fontes orais são importantes, mas é no momento de análise que se exercita o desvendar de uma realidade em todos os seus significados simbólicos ou representativos.

Durante uma investigação as grandes linhas da pesquisa já estão estabelecidas, as categorias já estão claramente delineadas, os problemas todos definidos, mas só a análise minuciosa dos relatos, depois de transcritos, nos permite conhecer os detalhes e questões aventadas em cada entrevista, procurando o ponto de

concordância e de discordância entre elas, sobre os mais variados aspectos; descobrir aspectos novos que apenas com a comparação conseguimos perceber, pois muitas vezes os elementos necessários ao entendimento de determinadas situações surgem não só na análise do que foi dito no conjunto dos relatos, mas também do que não foi dito. (DEMARTINI, 1.992, p. 52).

Os depoimentos dos colonos remetem a uma realidade que vem sendo questionada quanto a sua legalidade; desse modo, para evitar o comprometimento dessas pessoas, suas identidades foram preservadas e a identificação dos entrevistados foi simplesmente denominada de colono 1 a colono 31.

I.6.7 Estrutura da Tese

O capítulo I refere-se à contextualização histórica do processo de colonização privada na Amazônia mato-grossense. Esta parte é destinada a uma abordagem do processo de ocupação e implantação dos projetos de colonização privada nesta região, que ocorreu no início da década de 1970. Ele se inicia com a construção da BR-163 e a expulsão dos índios que habitavam a região. Depois, com a compra de grandes áreas de terras por empresas privadas e a posterior instalação dos projetos de colonização: Sinop, Alta Floresta e Colíder.

No capítulo II é tratada a questão do movimento migratório que se direcionou para as terras da colonização. Abordando a temática migração, procurou-se entender as razões pelas quais esse movimento se estabelece e as suas conseqüências para uma nova região. Para isso foram retomados aspectos da migração no país, que envolvem desde a origem dos colonos até a sua fixação nas terras da Amazônia mato-grossense.

O capítulo III trata das políticas que nortearam o processo de ocupação da Amazônia mato-grossense, tanto nos governos militares, quanto nos governos civis. O governo militar adotou uma política desenvolvimentista para ocupar a região resolvendo os problemas sociais tanto da terra de procedência dos colonos, quanto da nova região a ser ocupada. O governo civil deu continuidade a esse processo. Entretanto, as mudanças de governo, somadas à denúncia mundial da devastação da floresta amazônica, deram origem às primeiras ações no sentido de coibir esse desenvolvimento.

O Capítulo IV trata dos atores que realizam o processo de ocupação, bem como das suas funções, atuações e influências neste contexto. Os elementos Estado, colonos e colonizadores são analisados sob o olhar e interpretação, bem como dos significados que cada um tem para os entrevistados.

Os resultados constituem o capítulo V, que é apresentado por trechos das falas gravadas e transcritas de entrevistas realizadas com os colonos, sobre vários aspectos das suas vidas: as representações sociais que eles possuem e como estas interferem no processo identitário de formação de imagens e auto-imagens. São apontadas as informações gerais sobre a propriedade e o colono, uma caracterização da propriedade quanto ao seu uso e áreas de reserva legal, além da existência e as condições das reservas legais e ou áreas de proteção ambiental. Também foram levantadas a interpretação e significados que essas áreas possuem para o colono.

Na quarta e última parte foram trabalhados os conhecimentos que os colonos possuem sobre os seguintes temas: propriedade, trabalho, religião, educação, meio ambiente e desenvolvimento. Partindo dessa exploração de conceitos, foram analisadas as representações sociais que os colonos possuem de si mesmos, dos outros e do meio ambiente, e como isso tudo pode contribuir na construção desta ou daquela imagem diante do seu grupo e de toda a sociedade.

O capítulo VI é destinado ao relato de experiências e/ou possibilidades de ocupação e utilização das propriedades dentro de uma abordagem socioambiental. Um colono apresenta o processo de ocupação da sua propriedade, bem como o processo de transformação que ocorre com a busca de alternativas sustentáveis. Acrescenta-se a reivindicação dos colonos para que todos possam permanecer em suas propriedades de forma legal, ou seja, dentro da lei, e em condições para sobreviverem.

CAPÍTULO I

O CONTEXTO HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO PRIVADA NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE

1.1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE

No início da década de 1970, a Amazônia mato-grossense, fronteira com o sul dos estados do Pará e do Amazonas, contava com apenas uma aglomeração urbana: Porto dos Gaúchos, que na época era um povoado do município de Diamantino, situado às margens do rio Arinos, sua única forma de acesso. Esse povoado se formou a partir de 1956, quase que exclusivamente por descendentes de alemães vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, seguindo um projeto idealizado pela Colonizadora Noroeste Mato-grossense S/A. Este período antecedeu uma explosão demográfica que, em menos de 20 anos, transformou toda a superfície desta região.

A explosão demográfica foi causada pela colonização da Amazônia mato-grossense, que também pertencia à área contemplada com a política de integração nacional da Amazônia. Para isso, o governo de Mato Grosso se engajou na principal estratégia do Programa de Integração Nacional (PIN), que era a construção de rodovias, ao longo das quais deveriam ser instalados os colonos e suas famílias.

O Programa de Integração Nacional foi criado no dia 16 de junho de 1970, durante o governo do presidente Garrastazu Médici, para resolver os problemas de segurança interna e as dificuldades de acesso a terra pelos trabalhadores, seja pelo agravamento da seca ou pelos conflitos de terra no sul. “O PIN tinha como metas principais promover a “integração nacional”, devassando os “espaços vazios” da Amazônia e exterminando as tensões sociais, nomeadamente no nordeste brasileiro. Em que pese suas ambiciosas metas, o PIN restringiu-se a reduzidos projetos de colonização e à implantação de infra-estruturas. Em seu bojo, foram construídas as rodovias: Transamazônica, cujo objetivo era tentar impulsionar o fluxo populacional do Nordeste brasileiro para o Norte, e a Cuiabá-Santarém, que fez a conexão do Centro-Sul ao Norte do país.” (ANDRADE & IADANZA, 1996, p.4).

Dessa forma, o PIN foi o instrumento para a implantação na Amazônia do novo Plano Nacional de Viação, visando à implantação de um grande sistema viário federal na região. A abertura da BR-163 representa um marco na história desse processo.

As obras tiveram início em 1971 e foram confiadas ao Exército Brasileiro. Montaram-se então, duas frentes de trabalho: a primeira, sob a responsabilidade do Nono Batalhão de Engenharia e Construção (9º BEC), partiu do posto Gil, a 157 quilômetros acima de Cuiabá, rumo ao norte. Inversamente, o Oitavo Batalhão de Engenharia e Construção (8º BEC) descia, numa segunda frente, do interior do Pará em direção ao estado de Mato Grosso. Avançando uma média de cinco quilômetros diários, o festejado encontro se deu no ano de 1976, no sul do Pará, acima da Serra do Cachimbo. Assim, no dia 20 de outubro, após cinco anos de penoso trabalho, foram inaugurados os 1.777 quilômetros da BR-163, a rodovia que cortou o Brasil pelo centro e ligou Cuiabá a Santarém. (ARAÚJO, 1999, p. 81).

A construção desta rodovia foi, desde o seu início, marcada pelo derramamento de sangue, violência e toda sorte de violação dos direitos à vida. Rasgando a floresta, construindo pontes e adentrando a região com seus soldados, os militares deram início aos conflitos entre vários grupos que apresentavam e apresentam até hoje interesses divergentes. Os soldados, índios, posseiros, parceiros, fazendeiros, colonizadores, colonos, garimpeiros e mineradoras, de acordo com seus interesses, lutaram sem medidas, provocando até a morte uns dos outros pela posse da terra. Todos os que seguiram a abertura desta estrada receberam o ônus de serem pioneiros numa região inóspita, isolada e cheia de contradições, que apontava para um futuro ora glorioso, ora desolador.

A chegada dos pioneiros ao norte mato-grossense viu florescer uma sociedade calcada nas tensões sociais geradas pela inércia dos órgãos governamentais, na ambição e falta de escrúpulos de muitos homens do próprio estado e dos que chegaram àquela verdadeira terra de ninguém (TORRES, 2005, p.100).

De todos os elementos envolvidos neste processo, por certo nenhum foi tão atingido quanto os índios, que resistindo à ocupação do seu território, quase foram dizimados, primeiramente pelos soldados e depois por todos que desejavam ter a posse daquelas terras. Os índios kreen-akarôre¹ foram expulsos de seu território, tanto pelo confronto direto com os soldados, quanto pelo deslocamento, com toda a sua tribo, para a reserva do Xingu. O contato com o branco

¹ “Os kreen-akarôre eram chamados assim pelos seus tradicionais inimigos, os Txukahamãe, por causa de seu cabelo cortado em forma de cuia ou por sua cabeça grande e raspada. Os Kayabi, seus amigos, os chamavam de Ipeui, que significa homem pintado de preto. Mas eles chamavam a si próprios de Panará. São descendentes dos ferozes Kaiapó do sul e pertencem ao grupo Ge. Seminômades, vivem um período intermediário entre a idade da pedra lascada e polida, habitavam a região que vai desde o rio Manissauá-Missu até a serra do Cachimbo, região onde se encontram hoje os municípios de Guarantã do Norte, Matupá, Peixoto de Azevedo, Terra Nova e Colíder. Somente em 1950 foi confirmada a sua existência, quando um avião sobrevoou suas aldeias, e em 1956, quando o inglês Richard Manson, descendo o rio Iriri, tentou contato com eles, mas foi morto a flechadas e bordunadas”. (PRETI, 1993, p.8).

deixou os índios desagregados, destribalizados, perdidos em sua própria terra.

Os kreen-akarôre viviam como mendigos nos arredores da estrada, pegando carona nos ônibus do expresso Maringá (linha Cuiabá-Santarém), pedindo aos motoristas e aos passageiros caramelos, biscoitos, açúcar, farinha e até prostituindo suas mulheres em troca de objetos. Foram perdendo sua cultura, adquirindo os vícios da cachaça e do homossexualismo. A gripe e a conseqüente pneumonia foram dizimando a sua resistência, pondo em risco a existência da própria tribo. Quantos deles morreram neste processo de invasão e devastação de seu território? Não sabemos ao certo. O fato é que dos possíveis 1.500 índios estimados pelos irmãos Villas-Boas, restaram somente uns 135 membros quando, em janeiro de 1975, a Funai iniciou a remoção para o vizinho Parque do Xingu. Alguns ainda morreriam lá no Parque e as mulheres abortariam propositadamente, não querendo gerar filhos longe da sua terra. A vida no parque não era nada fácil, pois nem mesmo as plantações davam certo porque a terra era diferente e também não havia peixes e animais aos quais estavam acostumados. A saudade da terra foi tanta que os índios foram até Brasília pedir permissão para ir até suas terras, mas o retorno foi mais triste ainda, porque puderam constatar que tudo já estava tomado e destruído pelos brancos. Chegaram a ser apenas 89 kreen-akarôre. Uns poucos, porém, não aceitaram o contato e adentraram mais ainda na mata. São pequenos grupos que até os dias de hoje se aproximam dos acampamentos de garimpeiros ou das palhoças dos colonos para tomar alguns goles de cachaça e alguns víveres, e depois desaparecem na mata silenciosamente como chegam. (PRETI, 1993, p. 23).

A aldeia se dividiu entre aqueles que foram levados para a reserva do Xingu, e os que permaneceram às margens da rodovia, já liberada ao tráfego. As duas situações contribuíram para que os índios quase fossem exterminados, pois aqueles que foram para o Xingu não se adaptaram às novas terras, e os que ficaram mudaram sua cultura e sua própria natureza. Dentre os povos indígenas de Mato Grosso, a nação Panará foi a que mais sofreu o impacto do contato com o branco, devido à sua condição de residir exatamente na área destinada à colonização. De acordo com o ISA (2008), os índios Panará, depois de viver longo tempo na Reserva do Xingu, conseguiram demarcar a sua área com 494.017 hectares, nos municípios de Guarantã (MT) e Altamira (PA) no ano de 1994. Com isso, a tribo voltou a crescer, e no ano de 2004, a nação Panará já era formada por 250 indivíduos.

Os colonos viam nos índios uma ameaça, pois os consideravam selvagens e até mesmo antropófagos. Além disso, já havia a preocupação com a demarcação das terras indígenas e a presença deles, poderia ser um indicativo de que a terra não pertencia à colonizadora, e que se tratava de grilagem. Diante dessa imagem negativa, as colonizadoras tomaram todas as medidas para que não restasse nenhum traço de que ali existiam, ou mesmo existiram, povos indígenas.

De acordo com o depoimento do funcionário de uma das colonizadoras: “quando nós chegamos aqui não tinha nada, só mato e índio, daí nós fizemos a limpeza da área e preparamos para a chegada dos colonos, porque a colonada não gosta de índio, tem medo, né?” (JATENE, 1983, p.68).

Outro elemento que mereceu a atenção das colonizadoras foram os posseiros, pois alguns já estavam adentrando a região. Como o governo não desejava que a ocupação ocorresse de forma aleatória, orientou as colonizadoras a reprimir essas invasões e dificultar o acesso desses intrusos na área da colonização. Para que a ocupação acontecesse, não bastava apenas o acesso à região com a construção da BR-163, pois o povoamento exigia uma organização. Assim a Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (Codemat) e o Instituto Nacional de Reforma Agrária de Mato Grosso (Incra/MT) foram incumbidos de promover e organizar a ocupação das terras devolutas estaduais. A estratégia utilizada por estas instituições foi a de entregar a colonização da Amazônia mato-grossense à iniciativa privada.

Com essa opção do governo, vão figurar no contexto dois personagens: o colonizador e o colono, que diante desta realidade vão remodelar e fazer surgir um processo de ocupação com critérios duvidosos, mas que atinge velozmente os objetivos do governo.

Esta forma de colonização irá se distinguir das anteriores, não somente em relação ao ritmo e abrangência de ocupação, mas também nos objetivos e principalmente no papel que o estado vai exercer na implementação e coordenação dos programas de colonização. O governo, neste momento, “age com o intuito de criar condições para resolver a crise agrária e, como a reforma agrária não é mais uma política da burguesia, da grande burguesia, então a substitui pela colonização. E esta só é possível porque havia terras disponíveis” (CASTRO, 2002, p.43).

No final da década de 1970, os projetos das empresas de colonização privada já haviam se tornado municípios, a maioria com lotes de terras vendidos e ocupados; contando ainda com uma cidade que oferecia as condições necessárias para a permanência na Amazônia mato-grossense. No entanto, os conflitos pela posse da terra na região sul do país continuavam mais acirrados do que nunca. Além disso, outros projetos de colonização implantados na mesoregião nordeste de Mato Grosso, firmados pela parceria entre Estado e cooperativas, já apresentavam problemas relatados pelos colonos. Ao retornar para a região Sul, os colonos espalhavam as suas experiências frustradas com essa forma de colonizar e isso prejudicava o processo de ocupação.

Para barrar a imagem negativa da colonização, o governo de Mato Grosso resolveu

estabelecer novas parcerias com cooperativas. Foi dada continuidade à ocupação das terras devolutas da Amazônia mato-grossense, que já começavam a ser invadidas por posseiros e grileiros.

Diante deste cenário, o Incra, em 1978, propõe nova metodologia de ocupação, que segue os mesmos princípios da parceria com as empresas privadas, mas que agora se configura como acordo entre as cooperativas e o Estado: Projeto de Assentamento Conjunto (PAC). De acordo com Castro (2002), a primeira experiência de colonização oficial no Mato Grosso, sob a coordenação do Incra, ocorreu em 1978, para resolver os conflitos entre colonos do Rio Grande do Sul. O governo militar tentou dirimir o problema trazendo os colonos para a região de Terra Nova, com a colaboração de uma cooperativa que havia se formado em Mato Grosso, mas que era originária do Rio Grande do Sul: a Coopercana.

O investimento no processo de ocupação via PACs tinha como finalidade promover a união entre os colonos, no sentido de ocupar a região, e de organizar as espécies de cultivos a serem realizadas. No norte de Mato Grosso foram implantados os seguintes projetos: PAC/Terra Nova (1978), PAC/Braço Sul (1981), PAC/Carlinda (1981), PAC/Lucas do Rio Verde (1981), PAC/Peixoto de Azevedo (1980) e PAC/Ranchão (1980).

A implantação desses projetos ocorre porque o Estado de Mato Grosso dispunha de grandes áreas de terras, e que, por estarem próximas da área dos projetos já ocupados pelas colonizadoras, ficavam à mercê de todo tipo de invasão por grileiros. Como era necessário organizar a ocupação destas terras, o governo implementou essa estratégia para dar continuidade ao mesmo processo ordenado e seletivo, no qual o governo doava as terras e as cooperativas organizavam a sua ocupação. Dessa forma, todos os conflitos que surgissem dentro da colonização deveriam ser da responsabilidade dos trabalhadores e das cooperativas. Assim a cooperativa, e até mesmo os próprios colonos se tornam responsáveis, tanto pelo fracasso quanto pelo sucesso do empreendimento. É nesse contexto que se dá continuidade à história de vida de uma população que migra de um país para outro, de um estado para outro, enfim, de uma região para outra, tendo sempre como meta encontrar o seu pedaço de terra, enfrentando qualquer tipo de adversidade.

Na verdade esses povos errantes, pela sua condição de nômades, sempre caminharam de um lado para outro em busca de algo, não desistindo nunca, acreditando no desconhecido, fazendo histórias e obedecendo a uma voz interior que os mandava avançar. O sonho da terra farta, da terra grande, do espaço para trabalhar com toda a família foi um terreno fértil onde foi lançada a semente da

colonização. Uma semente de esperança de terra para trabalhar, de reconstrução da família, de escola para os filhos estudar e até mesmo de riqueza, poder... De um mundo de sonhos sem limites (GUIMARÃES NETO, 1986).

Movidos pela fé de encontrar a terra prometida, ou pela ambição de possuir sempre mais e mais terra, os colonos encontraram nesta região a possibilidade concreta de fixar morada. As suas vivências permitiram o enfrentamento de obstáculos para se instalarem e permanecerem nos projetos, promovendo a ocupação definitiva da região.

Entretanto, não se pode esquecer que esse movimento migratório tem, na sua essência, a luta pela posse da terra, objeto de interesse dos colonos, dos colonizadores e também do próprio governo. Assim se escreve a história de muitos brasileiros que viveram e vivem os resultados de um processo que se inicia no justo momento em que o modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações apresentava sinais de exaustão, e a pressão demográfica no campo se intensificava no Sul e Nordeste, quer pela modernização da agricultura, quer pela concentração da terra.

Na realidade, a expansão da fronteira na Amazônia Legal representou uma busca na homogeneização do espaço regional, já que possibilitou a penetração de atividades econômicas novas num espaço preexistente, pois ali já havia uma população em moldes compatíveis com a infra-estrutura física e legal anterior. Como exemplos, podem ser citados: as tribos indígenas, que usavam de diferentes partes de seus territórios para funções distintas, como caça, pesca, plantio de roça, cerimônias e migrações; os seringueiros, com o extrativismo da borracha, pois como o seringa não constituía uma propriedade da terra, mas o direito de exploração de um caminho que percorria a mata ligando as árvores produtoras do látex; e o extrativismo da castanha-do-Pará (conhecida como castanha-da-Amazônia), porque os coletores usavam a floresta apenas para a retirada dos ouriços, e desocupavam a região durante o resto do ano.

Ao promover a penetração de pequenos agricultores numa área de fronteira, o governo federal preparou, na realidade, a estrutura de posse legal da terra de maneira que permitiu a sua apropriação pelos novos agentes que chegaram à região. Demarcando o espaço a ser utilizado pelos diversos agentes sociais antigos e novos (reservas ecológicas, sociedades indígenas, extrativismo mineral e vegetal, áreas para grandes projetos agropecuários, áreas para colonização, áreas destinadas às forças armadas), acabou por ser o grande responsável pelos conflitos notórios de violência presentes nessa área. Oferecendo terras ditas “mais férteis”, de maior tamanho e mais baratas, o governo ressaltou uma política que tinha dúbio objetivo:

Se de um lado o governo atendia à necessidade de terra do pequeno, do outro ele acabou atendendo também aos interesses da oligarquia agrária, possibilitando o aumento das dimensões de suas propriedades ao mesmo tempo em que, através de políticas fiscais, buscou a transformação dos latifúndios tradicionais em grandes empresas capitalistas voltadas para a produção de produtos para a exportação (CASTRO, 2002. p. 20).

Nessa articulação, o governo sempre teve papel privilegiado, ora contando com órgãos estaduais, ora com iniciativas privadas. Mas sempre participando tanto na elaboração, formulação e difusão de um discurso legitimador, quanto na instrumentalização e operacionalização dos interesses e objetivos dos grupos sociais dominantes.

1.2 A IMPLANTAÇÃO DAS EMPRESAS COLONIZADORAS NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE

A região da Amazônia mato-grossense traz em si o estigma de ser muito rica e de estar à espera de exploradores desta riqueza. O termo estigma é abordado aqui com o significado dado a essa palavra pelos seus criadores, os gregos:

O termo estigma foi criado para se referir a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou de mal sobre o status moral de quem os apresentava. Na era cristã dois níveis de metáfora foram acrescentados ao termo: o primeiro deles se refere a sinais corporais de graça divinas e o segundo referia-se a sinais corporais de distúrbio físico. Atualmente o termo é amplamente utilizado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que a evidência cultural. (GOFFMAN, 1988, p. 11).

Essas definições se referem à ação do conceito na formação da identidade social do ser humano. A tentativa é estender a sua aplicação para uma localidade, ou seja, para uma região. Nesse sentido, pode se dizer que o estigma da Amazônia mato-grossense baseia-se nos sinais de que esta região foi agraciada por Deus com uma infinidade de riquezas, podendo ser considerada “terra prometida”.

Essa concepção foi construída com base no seu potencial, enquanto detentora de extensas áreas de terra, que de acordo com a visão do próprio governo brasileiro, estavam à espera de ser desbravadas e de se transformarem em uma região altamente produtiva, com a expansão e o desenvolvimento do agronegócio. Tornam-se, desse modo, a porta de entrada para a ocupação da

Amazônia, contribuindo significativamente no processo de integração da região à economia nacional.

Nesse processo, as empresas de colonização que adquiriram sua área de terras receberam do governo federal a concessão para a sua venda, e ficaram obrigadas a montar infra-estrutura básica² para o assentamento dos colonos. Isto significava a construção de uma pista de pouso, abertura de estradas de acesso aos loteamentos, edificação de pontes, corte dos loteamentos e construção de escolas, hospitais, igrejas e outras benfeitorias. Tratava-se de uma parceria entre colonizadora/Estado, pois essas construções eram realizadas pelas empresas, mas com financiamento do estado.

1.2.1 A colonização da Gleba Celeste – Município de Sinop

A colonizadora Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (Sinop S/A) foi a empresa que deu nome à cidade e mais tarde ao município. A empresa tem origem no estado do Paraná, onde atuava na comercialização de terras, na compra e venda de pequenas propriedades. Sob a direção do colonizador Ênio Pipino³, a empresa inicia com a venda de terras que ele possuía na região Alto Sorocabana, em São Paulo. Com os recursos adquiridos comprou, a preços baixos, inúmeras áreas de terras virgens no norte do Paraná, iniciando seu loteamento.

Essa experiência foi fundamental para Ênio Pipino, pois ele percebeu que, para os seus loteamentos progredirem, era necessário oferecer o mínimo de infra-estrutura. Diante desta situação ele entendeu que para se criar um núcleo de ocupação era necessário criar ali um pequeno núcleo urbano que oferecesse aos colonos uma infra-estrutura básica. Assim, ele foi criando alguns povoados, que

² Segundo Rosa (2004), as colonizadoras demarcavam os lotes, abriam estradas e bueiros. As cidades eram projetadas e a partir daí eram construídas as ruas, escolas, hospitais, igrejas, alojamentos e escritório das empresas. Além do acesso pela BR-163, foram construídos aeroportos para aviões de pequeno e médio porte. O maior desafio era o fornecimento de energia elétrica, inicialmente assumido pela Companhia de Centrais Elétricas de Mato Grosso (Cemat) instalando motores a diesel. Não havia saneamento básico, a água era retirada de poços e o esgoto jogado em fossas sépticas. O fornecimento de água foi assumido pela Empresa de Saneamento e Água de Mato Grosso (Sanemat). A Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) instalou a primeira torre em 1980; até então, a comunicação era feita via rádio ou por cartas levadas pelas colonizadoras até Cuiabá. O comércio local era formado por um armazém que vendia de tudo, uma farmácia e por hotéis destinados a hospedar os compradores de terra.

³ De acordo com Panosso Netto (2002), Enio Pipino nasceu em 12 de junho de 1917, em Penápolis, São Paulo. Em 1948, fundou a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda, hoje Sinop Terras Ltda, a mais antiga empresa de colonização em funcionamento no país. Começou há 47 anos no Paraná, nutrindo-se do mito norte-paranaense, e realizando trabalho que modificou o destino de milhares de pessoas. No Paraná existem muitas cidades fundadas por ele, tais como Terra Rica, Iporã, Ubiratã, Formosa do Oeste, Jesuítas, Carajá, Nilza, Yolanda, Adhemar de Barros, Marajó, Iverã, entre outras. Em fins de 1971, deslocou sua empresa para Mato Grosso, onde adquiriu uma extensão de 645 mil hectares, na altura do km 500 da Rodovia Cuiabá-Santarém. Ali foi iniciado o Projeto de Colonização da Gleba Celeste. Pipino tinha como sócio João Pedro Moreira de Carvalho.

depois se tornaram cidades importantes para o estado do Paraná. (TEIXEIRA, 1982, p. 59).

Seguindo a estratégia de fundar pequenos povoados com escola, igreja, hospital, etc., e ao seu redor preparar os lotes rurais com a construção de estradas vicinais e pontes, Pipino foi adquirindo grandes propriedades de terra e se estabilizando no negócio. Segundo Panosso Neto (2002), para este empresário, “colonizar” significava implantar um programa de ocupação do solo, e com isso pretendia completar e ampliar a ação do poder público, na política de facilitar o acesso à propriedade rural.

Como a ocupação do solo paranaense já estava efetivada, Pipino estendeu suas atividades para o norte de Mato Grosso. A primeira área que adquiriu foi denominada Núcleo Colonial Gleba Celeste.

A Gleba Celeste possuía uma área de 199.064.890 ha. Esta área foi comprada de Jorge Martin Philip, em outubro de 1970, que não era também o primeiro proprietário, posto que, estas terras já possuíam outras escrituras nos nomes de Mozarth Garcia Nascimento. Esse por sua vez havia adquirido as terras de Otamiro Garcia Nascimento e do Frigorífico Piracicaba S/A, que também havia adquirido de outras inúmeras escrituras, passadas diretamente pelo estado de Mato Grosso no ano de 1960. (CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE CUIABÁ, 1972).

A construção da cidade de Sinop foi iniciada no ano de 1974, nas margens da BR-163, assim que a rodovia atingiu o quilômetro 494. Nesta gleba foram construídas primeiramente três cidades: Vera, Santa Carmem e Cláudia, que se tornariam mais tarde novos municípios. Vera foi a primeira, em 1971, com início da locação do povoado e a venda de lotes para os primeiros colonos. No ano seguinte teve início a abertura de Santa Carmem. Com dois vilarejos em pleno funcionamento, a colonizadora passou a centrar seus esforços na formação daquela que seria a sua obra máxima, a cidade de Sinop.

Em meados dos anos 70, chegavam caravanas, sobretudo provindas da região Sul, onde a propaganda sobre terras férteis e baratas era amplamente divulgada para atrair pequenos agricultores. Seguindo os planos da colonizadora, a vila de Sinop, fundada no dia 14 de setembro de 1974, em menos de dois anos, foi elevada à categoria de distrito de Chapada dos Guimarães. Em 17 de dezembro de 1979, com pouco mais de cinco anos de existência, Sinop conquistou a sua emancipação político-administrativa, tornando-se município independente.

De acordo com o colonizador, a meta era criar um programa de ocupação da terra para promover o desenvolvimento da fronteira agrícola, ampliando-a para a Amazônia e integrando o seu território à economia brasileira. O projeto destaca ainda como seus objetivos específicos: proporcionar aos contingentes populacionais do sul do país o acesso à terra, promover a colonização, contribuir para o abastecimento nacional e criar divisas, fontes de trabalho, proteger e aproveitar racionalmente a natureza e explorar convenientemente o solo. Além disso, pretendia-se também, de acordo com o governo federal, a promoção de uma ação imediata no sentido de aumentar a riqueza da nação por meio do acesso à propriedade rural, regulamentada pelo Estatuto da Terra.

Segundo Coelho (2002), o Estatuto da Terra foi criado pela Lei 4.504, de 30-11-1964, uma iniciativa do regime militar que acabava de ser instalado no país. Sua criação estará intimamente ligada ao clima de insatisfação reinante no meio rural brasileiro e ao temor do governo e da elite conservadora pela eclosão de uma revolução camponesa. As lutas no campo no Brasil começaram a se organizar desde a década de 1950, com o surgimento de organizações e ligas camponesas, de sindicatos rurais, além da atuação da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro. O movimento em prol de maior justiça social no campo e da reforma agrária generalizou-se no meio rural do país e assumiu grandes dimensões no início da década de 1960. No entanto, foi praticamente aniquilado pelo regime militar. A criação do Estatuto da Terra e a promessa de uma reforma agrária foi a estratégia utilizada pelos governantes para apaziguar os camponeses e tranquilizar os grandes proprietários de terra. As metas estabelecidas pelo Estatuto eram basicamente duas: a execução de uma reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura. Três décadas depois, foi possível constatar que a primeira meta ficou apenas no papel, enquanto a segunda recebeu grande atenção do governo, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista ou empresarial da agricultura.

Seguindo esses princípios, a Gleba Celeste teve seu território dividido em chácaras, lotes, comunidades, setores e núcleos coloniais ou cidades. Com o intuito de induzir a população da zona rural para a vida em comunidade, foi reservada de seis em seis quilômetros, ao longo das estradas vicinais, uma área destinada a abrigar as instalações da escola e da igreja.

As chácaras e lotes formam os setores que representam unidades territoriais maiores, uma espécie de divisão administrativa interna da gleba. Cada setor dispõe de um centro. Este é conhecido como centro de convergência ou comunidade. A comunidade se constitui de capela, escola, um barracão de festas

(ligado à igreja ou a escola), um armazém (localmente denominado de venda) e um campo de futebol. A comunidade tem assim, uma função social bem definida. Ela congrega colonos especialmente nos domingos e feriados. Aí os colonos ativam seus contatos com os vizinhos processando as trocas de informações, de experiências até mesmo comerciais além das atividades vinculadas aos aspectos de recreação, lazer e religião. Essas últimas se concretizam sob as formas de festas dos santos de sua devoção, batizados, casamentos, missas ou cultos, por ocasião da vinda do padre ou do pastor (OLIVEIRA, 1982, p. 56).

As estradas que dão acesso aos lotes rurais foram divididas em dois tipos: as de primeira classe, com sete metros, e as de segunda classe, com cinco metros. Dessa forma, todos os lotes tinham vias de acesso pela frente e rios ao fundo como divisas. Segundo Oliveira (1982), a divisão territorial da Gleba Celeste seguiu o plano de urbanismo rural projetado pelo Incra, e transformado em documento governamental em 1973.

O Incra projetou o modelo que foi incorporado pelo PIN no qual o processo de ocupação deveria obedecer a estratégias de pólos de desenvolvimento com três tipos de urbanização rural: 1 – Agrovila: seria um pequeno centro rural onde os trabalhadores poderiam morar, serviria para integrar a população agrícola, deveria conter até 1.500 habitantes e ser provida de escola, posto de saúde, administração e armazém. 2 – Agrópolis: serviria como centro urbano industrial, cultural e administrativo que englobaria de 8 a 12 agrovilas. Teria cerca de 3000 habitantes, com escola secundária, cooperativa, atendimento médico-odontológico, agroindústrias, correios, telégrafos, centro telefônico e hotel. 3 – Rurópolis: seria um núcleo urbano maior e mais diversificado, com serviços públicos e privado. Teria um raio de alcance de 70 a 140 quilômetros, servindo de apoio para as agrovilas e agrópolis. (IANNI, 1979, p. 34).

Conforme o modelo, a gleba Celeste teria a seguinte classificação: Sinop como rurópolis, Vera, Santa Carmem e Cláudia como agrópolis, e os centros de convergências rurais como agrovilas.

Sinop teve aparentemente o processo de colonização mais tranquilo entre os três projetos, posto que aí não aconteceram conflitos tão sangrentos como nos outros dois casos. No entanto, os colonos de Sinop também enfrentaram os mesmos problemas de produtividade e possibilidade de comercialização dos produtos agrícolas, tendo que passar por muitas experimentações até formar uma base econômica. Durante esse período, surgiram outras atividades, como a exploração madeireira, que durante muitos anos vai ser a base da economia local. Isso ocorre quando os colonos já estavam deixando suas propriedades, devido ao fracasso do cultivo do café e também à falência da usina de álcool extraído da mandioca.

A colonizadora, que nos primeiros anos apoiara os migrantes, passa a ver nos madeireiros a possibilidade de manter o projeto. Aposta no desenvolvimento da cidade com a instalação das madeireiras, e conseqüentemente com a oferta de emprego e a valorização dos terrenos urbanos. Estava associada à opção de vender novas áreas de terra para os colonos iniciarem suas atividades com a extração da madeira, e garantir recursos para novas áreas de plantio. Outro fator que contribuiu significativamente no desenvolvimento de Sinop foi a sua localização às margens da BR-163.

É Sinop, hoje, o ponto de apoio para o surgimento de novos empreendimentos por todo o norte do estado. Isto é, qualquer colonização que se implante na área de influência da BR-163 tem obrigatoriamente que depender do apoio logístico de Sinop, um dos projetos de ocupação mais bem-sucedidos da região Amazônica [...] Sinop foi, aos poucos, definindo a sua vocação comercial e industrial para ser cidade de apoio a outras regiões, que antes dependiam exclusivamente de Cuiabá. (MATO GROSSO S/A *apud* TORRES, 2005, p.111).

Considerada a mais promissora das cidades, Sinop é apontada em toda a região como a possível capital do norte de Mato Grosso, caso venha ocorrer a criação de um novo estado. O seu papel enquanto centro de apoio tem se estruturado não apenas em relação ao setor comercial, mas também no setor de serviços públicos e privados.

1.2.2 A colonização da Gleba Cafezal – Município de Colíder

A colonização da Gleba Cafezal – um dos torrões mais férteis da região – foi realizada pela Colonizadora Integração e Desenvolvimento Regional, ou simplesmente Líder S/A. A primeira providência de Raimundo Costa Filho⁴, foi fundar a cidade de Cafelândia, para a qual foi aberta grande clareira no meio da mata, a 42 km da rodovia Cuiabá-Santarém. Mais tarde a cidade passou a se chamar Colíder, em 7 de maio de 1974. Dois anos depois, tornou-se distrito do município de Chapada dos Guimarães, do qual se desmembrou em dezembro de 1979. No ato de

⁴ Raimundo Costa Filho nasceu em 7 de maio de 1923, em Londrina-PR. Foi motorista de caminhão, vendedor de livros, comerciante em pequenas atividades e vendedor de terras nos projetos de colonização. Com dinheiro emprestado, adquiriu 500 alqueires de terras em Rondônia, loteando-as e vendendo-as para os colonos. Como o processo deu certo, resolveu expandi-lo, acrescentando mais dois mil alqueires revendendo-os aos colonos. Como a venda das terras ilegal foi descoberta e o “clima começou a esquentar” Raimundo fugiu para arriscar outra empreitada, desta vez em Mato Grosso, onde o êxito teria se repetido com outra área de dois mil alqueires. Em 1973, ele tinha dinheiro bastante para tentar um projeto mais audacioso, construir a firma de colonização: a empresa Colíder (SCHAEFER, 1985, p. 68-69).

criação do município, tornaram-se distritos de Colíder as pequenas vilas: Nova Canaã do Norte, Itaúba, Terra Nova do Norte, Peixoto de Azevedo e Guarantã do Norte.

A história de Colíder, apesar de destinada a ser uma imitação de Sinop e posteriormente tornar-se referência para Alta Floresta, acabou por tomar rumos muito diferentes, devido ao comportamento empresarial do seu fundador. A obrigação de construir a infra-estrutura não foi cumprida por ele, que mesmo recebendo recursos do Estado, não realizou as obras previstas. Além disso, tomou medidas diferenciadas das exigidas pelo governo de Mato Grosso, em relação à comercialização dos lotes, que deveriam obedecer à extensão mínima de 100 hectares, ou seja, 42 alqueires. Foram cedidos terrenos de dois, três, cinco, dez hectares de terra, seguindo apenas o critério de vender quanto a pessoa pudesse pagar. Isso criou uma prática que não deixou de ter o seu mérito: o colono de poucas economias pôde adquirir seu pedaço de terra. Mas, em contrapartida, provocou o aumento desmedido de levadas migratórias para a Gleba Cafezal, que de um ano para o outro já estava povoada.

Assim, o aventureiro, fazendo o papel de colonizador, sem muitos recursos provocou uma situação *sui generis*, na qual ocorreu a distribuição de terras que atendia ao volume migratório intenso. Os migrantes eram atraídos pela fertilidade das terras, e, sobretudo, pela possibilidade de adquirir, bem menos do que os inatingíveis, para muita gente, 100 hectares de terra, prescritos pelo governo. Mas a colonizadora não conseguiu cumprir com suas obrigações, e a partir daí, uma série de conflitos se instalou.

Muitos colonos fechavam negócio com a colonizadora ainda no Paraná, mas ao chegar não encontravam seus lotes medidos e/ou marcados, porque estes só existiam no papel. Ou, em situações, mais complexas, eles chegavam e descobriam que a propriedade já fora comprada e ocupada por outra família. Desse modo, não era raro ficarem meses a fio acampados na beira da estrada, aguardando o acesso à propriedade. Mesmo os que fizeram a compra do terreno em Colíder não estavam livres de problemas. Pois, se retornassem à região de procedência para buscar suas famílias, ao chegar, a estrada prometida ainda estava por fazer. Contudo essa ainda não era a situação mais grave, pois Raimundo, como já fizera anteriormente, se apossa de terras devolutas, cuja venda ainda não havia sido autorizada pelo governo, e passa a comercializá-las também.

Não obstante, a firma praticava o seguinte contrato: pagamento da metade do valor do lote como entrada e um ano depois, do restante, ocasião em que deveriam ser passadas as escrituras.

Transcorrido o primeiro ano, não tendo condições de documentar os terrenos, valeu-se de um expediente inaceitável para pressionar os colonos, ordenando a seus empregados que intimidassem as famílias inadimplentes. No final de 1974, os colonos passam a manifestar-se de forma mais agressiva, ante a inquietação causada pela falta da infra-estrutura e a documentação das terras. Em meio ao abandono, encontram apoio na Igreja Católica, que promoveu a construção de escolas e organização comunitária.

A Igreja da colonização teve à sua frente o padre Geraldo Silva⁵. No início, as relações entre os religiosos e a colonizadora eram cordiais, pois ambos trabalhavam em conjunto para receber os colonos. E até mesmo quando a igreja começa a mobilizar as pessoas para construir a igreja e a escola, o colonizador elogiava essa atitude. No entanto, com a ação de pressionar os colonos para efetuar o pagamento da terra e não fornecer-lhes documentos, a Igreja se colocou ao lado dos colonos e passou a orientá-los a não pagar a segunda parcela, sem que antes recebessem as escrituras da terra. Isso foi o ponto decisivo para se estabelecer um conflito que levou a ameaças e até tentativas de assassinato dos religiosos.

A situação dos religiosos em Colíder se tornara insustentável, porque eles denunciavam abertamente que o colonizador era um grileiro de terras e por isso não iria cumprir com a sua parte no contrato. De um lado, os colonos apoiados pela igreja resistiam; do outro, o colonizador, fazendo uso do terror, ameaçava a vida de todos, mandando jagunços fazer a cobrança. Diante disso, a Igreja interveio e retirou os religiosos da Gleba Cafezal. Com a sua partida, o colonizador sentiu-se vitorioso e continuou a praticar a venda ilegal de terras. Entretanto, acabou havendo um desentendimento entre Raimundo e seu sócio Sebastião Loro de Lima, seqüestrado e assassinado com seu capataz pelos jagunços de Raimundo Costa Filho. Os assassinos foram descobertos e confessaram a participação do colonizador.

Com a morte do sócio e a acusação que pesou sobre ele, Raimundo fugiu de Colíder, e

⁵ Segundo Araújo (1999) padre Geraldo Silva nasceu em São Miguel do Anta – MG, em 11 de dezembro de 1912. Realizou toda a sua formação, desde a escola primária até o curso de teologia, em seminários. Foi ordenado sacerdote em 1945 e continuou sua atuação como professor nos seminários onde estudou. Foi pároco em algumas cidades de Minas Gerais até a década de 1960. No início dos anos de 1970, percebeu que as igrejas onde trabalhava estavam esvaziando, e foi investigar o porquê desse abandono. Descobriu que os moradores estavam indo para a região Norte e Centro-Oeste do país. Decidiu ir atrás dos seus fiéis, e assim nos anos de 1972 e 1973 foi até Altamira-PA. Não concorda com a estratégia do Incra e por isso já havia abandonado a idéia de ir para o Pará, quando encontra, em Cuiabá, o bispo de Diamantino, que falou sobre Sinop. Resolve ir lá em 1974, e a partir daí nasce o padre pioneiro, que fixou residência em Sinop e lá ficou até que a igreja se estruturasse e viessem outros padres. Depois seguiu para Colíder e finalmente Alta Floresta, onde permanece por muitos anos. Com idade muito avançada, retorna para Minas Gerais, onde falece no ano de 2000.

ainda se encontra desaparecido. Diante disso, as pessoas têm várias hipóteses a respeito do seu paradeiro: uns comentam que ele fugiu para o Paraguai, outros falam sobre ele ter se estabelecido na Austrália, ou que já esteve em Cuiabá depois que o crime havia prescrito, e chegam mesmo a dizer que ele já esteve em Colíder depois de passar por uma cirurgia plástica.

Segundo Schaefer (1985), o problema fundiário, no ano de 1980, começou a ser encaminhado. Dois anos depois o Incra interveio desapropriando, para fins sociais, o município inteiro. Desse modo, a posse da terra foi pelo menos em parte regularizada. Porém, em Nova Canaã do Norte, e mesmo em Colíder, existem lotes de terra não escriturados. Isso porque havia outro proprietário de uma grande área na região, que teve as suas terras invadidas e vendidas pelo colonizador como se fossem suas. Diante da invasão, o proprietário fundou a Gleba Planalto, e passou a comercializar parte das suas terras com os colonos. No entanto, a parte que foi invadida ficou sem documentos, pois como as terras pertenciam ao proprietário da Gleba Planalto, o Incra não pôde resolver o problema de imediato. Como já se passaram muitos anos, os colonos estão conseguindo seus documentos por comprovação de uso da terra. Por essas e outras razões é que esta gleba teve o processo de ocupação de terras mais conflituoso. E, mesmo depois de tanto tempo, ainda guarda vestígios que resistem ao tempo sobre a atuação da Colonizadora Líder.

Os pioneiros ainda falam sobre o início da Gleba Cafezal:

Colíder nasceu sob o signo do ‘nó cego’. Das mentiras dos corretores, dos jagunços. Das raías do Padre Geraldo, das pingas do Balica, das mortes do Severino, Canário, Zé Baiano, Bigode, Polaco e tantos outros. Mas Colíder nasceu da bravura do seu povo, da fé, da esperança, da coragem e do brandir das foices e dos machados, os quais se associavam aos martelos nas construções do futuro. Colíder é fiel testemunha e palco dos piores e mais cruéis acontecimentos que já se registraram nesse país nas ocupações e frentes de reforma agrária (OLIVEIRA, 1998, p.74).

Realçando a coragem do povo e lamentando as atrocidades vivenciadas neste espaço, o morador de Colíder tenta imprimir na sua cidade o mesmo ritmo das cidades vizinhas, para deixar para trás esse período de dificuldades.

1.2.3 A colonização da Gleba Indeco – Município de Alta Floresta

A colonizadora Integração, Desenvolvimento Colonização, conhecida na região como Indeco S/A, foi a responsável pela colonização da Gleba Indeco, que deu origem ao município de Alta Floresta. Além desses, outros projetos de colonização foram implantados nessa região e

depois se tornaram municípios que ainda pertencem ao pólo de Alta Floresta, tais como, Paranaíta, Apiacás, Nova Monte Verde, Nova Bandeirantes e Carlinda.

Essa colonizadora era administrada por Ariosto da Riva⁶, que trazia em seu currículo experiências vividas na colonização do norte do Paraná e nos seus próprios projetos implantados em Mato Grosso do Sul. Em meados da década de 1960, instalou-se no Vale do Araguaia, em São Félix, onde fundou a fazenda Suiá-Missú.

A Suiá-Missú foi planejada para ser a maior fazenda do país. No entanto, segundo Ianni (1979), Ariosto da Riva teve a atenção e apoio de políticos e empresários importantes para o seu investimento, que eram convidados para visitar o local e conhecer a fazenda. Essas visitas eram parte das estratégias de Ariosto para convencer outros investidores a associar-se a ele. Assim conseguiu atrair a atenção do grupo Ometo⁷, com o qual manteve sociedade por alguns anos. Tempos mais tarde, ele desfez a sociedade, vendendo a maior parte das terras para o grupo italiano Liquigás. Com os recursos obtidos nessa negociação, Ariosto da Riva fez a compra de área destinada à colonização.

Ariosto comprou já em 1973, uma gleba de 418 mil hectares, cortada pelo Rio Teles Pires, no extremo norte de Mato Grosso. Essa área de terras pertencia a uma empresa denominada Índia e que tinha sua sede no Rio de Janeiro. Esse foi o ponto decisivo da sua história: o bandeirante na conquista do território na Amazônia. Deste núcleo territorial ‘com um pé cravado na selva’ partiria para ampliar o seu raio de extensão de terras. (GUIMARÃES NETO, 1986:78).

⁶ Ariosto da Riva nasceu em 25 de novembro de 1915 em Agudos - SP. Aos 18 anos foi para os garimpos de diamante no Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais, Guiana Inglesa, Venezuela e Roraima. Passou grande parte da mocidade à procura pedras preciosas, até que parou em Minas Gerais, e lá, no rio Jequitinhonha, conseguiu retirar muitos diamantes. Voltou para Marília-SP e comprou uma pequena fazenda entre Vera Cruz e Garça. Segundo Ariosto, “foi nessa fazenda que nasceu a idéia de colonizar” (MATOS, 1989, p. 03). A sua primeira experiência foi em Mato Grosso do Sul, onde fundou as cidades de Navirai, Carapó e Glória de Dourados. Na região do Araguaia adquiriu uma área muito grande, na qual tinha o interesse de formar uma fazenda, mas acabou vendendo-a devido aos conflitos com índios e posseiros. Dirigiu-se para a região da Amazônia mato-grossense, onde deu início ao projeto de colonização que ficou conhecido como Gleba Indeco.

⁷ Segundo Leroy (2005), o grupo Ometo é proprietário de grandes usinas canavieiras em Ribeirão Preto. Em sociedade com Ariosto da Riva, comprou em 1962 uma área de 600.000 ha., na região de Barra do Garças, dando origem à fazenda Suiá-Missu. (Parte destas terras pertencia aos índios Xavantes, que foram expulsos pela empresa contando com o apoio da FAB e do extinto Serviço de Proteção ao Índio). O projeto foi aprovado pela Sudam em 22/12/1966, que lhe concedeu incentivo fiscal no valor de Cr\$ 7.800.000,00 (que em 1971 foi reformulado para 39.000.000,00). Em 1968, ao se dissolver a sociedade, o projeto foi vendido para o grupo italiano Liquifarm, e em 1981 a empresa italiana Ente Nazionale Idrocarbure (ENI) passou a controlá-lo. Então parte do grupo resolveu continuar a investir na região de Mato grosso, na atividade de pecuária, beneficiando-se dos incentivos da Sudam.

Nesse período, o governo de Mato Grosso colocou à venda, pelo edital de concorrência nº. 03/73 de 25/07/73, uma área de 2.000.000 hectares. A Indeco foi a primeira firma que apresentou um projeto, mas foi também a única, e como a empresa não pretendia adquirir a área toda, convenceu o então governador do estado José Fragelli, de que era viável a venda deste loteamento em partes. Desse modo, Ariosto adquiriu um lote de 400.000 hectares, que foi somado a área de 418.000 hectares, comprada anteriormente.

De posse das terras, a empresa iniciou a ocupação efetiva da região. Na primeira etapa foram construídos 142 km de estrada que, partindo do quilômetro 642 da BR-163, dava acesso ao local onde deveria ser instalada a cidade. A construção foi realizada pela própria empresa, "derrubando a mata, e fazendo pontes, bueiros e até a preparação de uma balsa para transpor o rio Telles Pires." (Colono 21).

Na segunda etapa ocorreu a ocupação definitiva, cumprindo o que estava estabelecido no projeto em relação à infra-estrutura. No primeiro ano foram construídos o hospital, a escola e a igreja na cidade. Ao mesmo tempo, era feita a demarcação dos lotes rurais e urbanos, bem como as ruas e estradas. No sul do país, eram instalados os escritórios de vendas de terras, principalmente no estado do Paraná. Os corretores agendavam reuniões com os pequenos proprietários e, depois de exibir slides com modelos de plantio, principalmente de café, e também depoimentos de algumas pessoas que já estavam lá, marcavam uma viagem para conhecer a região. Aqueles que, ao conhecer o projeto, adquirissem uma propriedade de terra, não precisariam pagar a viagem.

No ano de 1976, com a finalização da construção da estrada, chegam os primeiros colonos. Quatro anos depois, Alta Floresta se torna município, considerado um fenômeno divulgado no cenário nacional como sucesso de projeto de ocupação. O crescimento era tanto, que o colonizador chegou a afirmar que "dá pra se fazer aqui dois norte do Paraná e um novo Estado de São Paulo." (GREIN NETO, 1983, p. 03).

Nos primeiros anos, a população de Alta Floresta era formada por pequenos agricultores vindos do Paraná, principalmente das regiões norte e oeste. Vieram convencidos de que o grande negócio era plantar café, pois já compartilhavam da mesma lógica do empresário:

Como já estivera na colonização do norte do Paraná e como lá havia sido conquistado graças ao café, pensou logo nesta cultura nobre, que na gleba encontraria duas vantagens: a ausência de geadas e chuvas no período de agosto-setembro, no momento da florada. (APPY, 1977, p. 4).

Além do café, os colonos também foram incentivados a plantar algumas espécies perenes, como o arroz, o feijão e o milho. No entanto, com as primeiras colheitas vieram os problemas, entre estes a constatação de que o café não era adequado para a região. Por isso, começaram a procurar outras alternativas, como o guaraná e o cacau. No final da década de 1970, esta realidade vai ser modificada com a chegada de um sem-número de garimpeiros que invadiram o projeto.

Como as lavouras já não davam o lucro esperado, muitos colonos abandonaram suas propriedades e foram para os garimpos em busca de ouro. A descoberta do metal criou uma situação muito complicada para o colonizador, que naquela época tinha como negócio a venda de terras. Os garimpeiros, ao contrário dos colonos, não desejavam comprar terra, queriam apenas explorar o ouro, e assim se tornavam uma ameaça ao projeto de colonização.

O garimpeiro, por ser um indivíduo rude, ignorante e que vivia à maneira dele lá no mato, provocou um choque com o pessoal da cidade; mas a maneira de ser do garimpeiro era aquela (...). O agricultor preza a terra, a família, e quer erguer uma Igreja a cada esquina. O garimpeiro despreza a terra – dela só quer explorar o lucro imediato do ouro –, anda desgarrado da família e prefere um bordel a cada esquina (Colono 12).

Diante da ameaça o empresário criou uma imagem negativa dos garimpeiros, colocando-os como inimigos dos colonos, o que gerou um conflito armado entre eles.

O Sr. Ariosto convocou todos os colonos para comparecer na cidade, para lutar contra os garimpeiros que iam invadir. O Sr. Ariosto pediu para o meu pai chefiar vários colonos. Uma equipe de colonos pra vim pra brigar, conforme ele disse pra gente. Era pra vim preparado para bater se fosse necessário. Eu me lembro que o meu pai reuniu o pessoal da comunidade e combinou que às quatro da manhã, o caminhão ia estar lá, e era para lotar esse caminhão. Então se reunimos todos. Vieram os colonos, os homens, né? Mas vieram também algumas mulheres e crianças. (Colono 20).

A chegada dos colonos à cidade foi organizada, pois eles eram levados a uma reunião preparatória para o conflito, na qual funcionários da empresa e até mesmo Ariosto da Riva alertavam sobre o perigo da invasão dos garimpeiros. Ao mesmo tempo, em outro lugar os garimpeiros se reuniram também, mas para buscar ajuda do estado no sentido de garantir o seu direito de explorar o ouro.

Eu sei que o Sr. Ariosto pediu que era pra gente brigar pra valer, se fosse preciso brigasse pra valer. Quando a gente veio de lá com os ânimos todos exaltados, encontramos os garimpeiros no meio da rua. Eles de um lado querendo invadir, e nós do outro não querendo deixar. Daí o pau pegou ali na Avenida Ariosto da Riva. Aí ali foi fogo, garrafada, paulada, tudo o que você pensar. O meu pai tomou uma garrafada e saiu ferido. Eu corri no meio da briga, e foi uma briga boa, né? Mas quando alguém deu um tiro, aí parou (risos). Mas até lá foi muito pau. (Colono 20).

Dessa forma justificou-se a intervenção federal na região, o que provou a expulsão e morte de muitos garimpeiros. Entretanto, eles não desistiram e quanto mais se expulsava, mais garimpeiros chegavam. Como não havia jeito de controlar a entrada dos garimpeiros que vinham pelos rios, pela mata e até mesmo em pistas de pouso clandestinas, o colonizador acabou por aceitar o garimpo.

Aí depois entrou, mas entrou todo mundo já cadastrado assim. Ele botou o Ditão e outros para tomar conta e botou um regulamento. Tinha que fazer garimpo só no mato, aonde tem derrubada não pode mexer. Aonde tem colono não pode mexer, tem que respeitar. Isso entre aspas, né? Porque respeitar não respeitavam, não mas mudou bem. Só que o que ele não imaginava é que a coisa ia se alastrar do jeito que alastrou, aí tomou conta. Até que aconteceu a Taca de Paranaíta, a famosa Taca, né? Porque aí entrou muitos garimpeiros e aí eles queriam fazer as coisas conforme eles queriam e não podia, né? Porque tinha o regulamento. Eles invadiram Paranaíta e queriam fazer do jeito deles. Daí foi a taca mesmo, aí foi muita surra naquela época. Foram os militares que fizeram a taca. Eles perguntavam: você concorda ou não? Os garimpeiros diziam que não. Então eles diziam: você vai apanhar (risos). E muita gente apanhou, apanhava aqueles que não concordavam com as normas (Colono 20).

A aceitação do garimpeiro, ainda que com restrições, aconteceu devido à sua importância para a economia local. O ouro fez a cidade crescer vertiginosamente, transformando-a num pólo de abastecimento dos garimpos de toda a região. Logo Alta Floresta se projetou como o novo “*el dorado*” onde era possível ficar rico da noite para o dia, e a empresa aproveitou-se desta imagem para lançar a propaganda de que seu projeto era um modelo de colonização. As terras foram vendidas rapidamente, e a Indeco lançou mais dois empreendimentos na região: Paranaíta e Apiacás, que seguiram os mesmos passos dos anteriores. O ouro acabou e com isso veio a decadência do município, que por alguns anos tentou voltar para seu projeto inicial, a formação de um pólo agrícola. Os lucros do garimpo foram usados para financiar a formação da pastagem e a aquisição de matrizes de gado de corte e de leite. Com a pecuária, iniciou-se um novo ciclo que se estruturou como base da economia local.

CAPÍTULO II

O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DOS COLONOS PARA AS TERRAS DA AMAZÔNIA

2.1 – MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO: A BUSCA POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

A migração é um fenômeno que pode ser verificado em toda a história da humanidade. Isso porque os homens, desde a sua origem, se deslocaram em busca de satisfazer suas necessidades de sobrevivência. Pode-se definir migração como o movimento de passagem de uma parcela da população de um país para outro, ou de uma região para outra.

Independentemente do fato desse movimento ser composto por grupos organizados, por famílias ou indivíduos, sua característica principal é o descontentamento com a situação na sociedade de origem, o que determina a tomada de decisão de se transferir para outro local. O processo migratório diferencia-se das constantes movimentações de pessoas ou grupos entre países por seu volume e concentração em um breve período de tempo. [...] Entretanto, os objetivos consistem sempre na organização da sociedade de origem e os subjetivos, no desejo e esperança de que tais condições não apareçam, ou seja, minimizadas no país de destino. (LAKATOS & MARCONI, 1999, p.87).

Ao falar de migração, estamos abordando a questão da movimentação territorial de um povo, ou de uma multidão. Um exemplo são as migrações européias para a América. O descobrimento do Novo Mundo, associado aos problemas enfrentados pelos europeus, fez com que a nova terra se tornasse o seu sonho de superação. Apesar da distância e da aventura em conquistá-la, a América vai se tornar o objetivo para muitos europeus. Um fator preponderante na decisão do indivíduo se colocar a caminho de uma nova terra é o descontentamento com a região de origem, que pode estar associado a fatores tais como:

Doenças, como a peste negra na Idade Média; perseguições religiosas, como ocorreram com judeus em diversas épocas; por guerras, como no caso do êxodo de alemães e japoneses; por motivos políticos, quando opositores de regimes totalitários são obrigados a deixar seus países de origem em busca de trabalho e segurança (ARRUDA & PILETTI, 1996, p.45).

Além desses aspectos, um dos mais preponderantes é com certeza a questão econômica.

A ONU estima que no mundo 250 milhões de pessoas estejam vivendo fora de seus países de origem. Somando-se os descendentes há cerca de 1 bilhão de imigrantes. Com a criação de blocos econômicos a tendência é que esse número cresça, tendo como consequência o subemprego. (SANTOS, 1993, p.23).

O número elevado de pessoas fora de seus países leva a crer que a migração atual está sendo propulsionada também pela busca de trabalho. Aliada à questão econômica, outra razão forte é a migração política: dissidentes de regimes totalitários buscam segurança e trabalho em outros locais. Isso ocorre com os cubanos que migram para a Flórida, os turcos que fogem para a Alemanha e os iraquianos que procuram abrigo na Europa.

E finalmente a migração racial, em que as minorias perseguidas, normalmente vítimas de guerras, fogem para locais mais seguros, às vezes vivendo em guetos ou em campos de refugiados. Exemplos podem ser observados com a população curda, que não tem pátria e vive fugindo de massacres promovidos pelo Iraque e a Turquia, e os muçulmanos bósnios, obrigados a deixar seu país após a guerra.

Além de todas essas razões, existem questões que promovem o deslocamento regional. Quando se fala em migrações internas de um país, um dos responsáveis é a mecanização da agricultura. A modernização no meio rural tem obrigado as pessoas a migrarem para as cidades, ou para outras regiões, visando sempre a melhores condições de vida.

As migrações internas ocorrem por elemento decisivo à economia e suas modificações, distribuições de recursos e maior oferta de emprego. Outras causas, como as naturais, as sociais e psicológicas, podem tornar-se muito importantes quando associadas à questão econômica.

Todos os movimentos migratórios, apesar de se justificarem por razões aparentes, trazem em si o mesmo problema, que é a questão política. A importância dada à procura de possuir melhores condições de vida não pode ser considerado um fato restrito a migrações externas, mas precisa ser estendido a migrações que ocorrem no interior de países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Isso pode ser observado nas políticas de ocupação de seu território e da expansão da fronteira agrícola, pelas quais o governo brasileiro promoveu e promove a abertura de novas áreas. Essas opções transformam-se em atrativos para uma população que, devido à precariedade das suas condições, é impelida a procurar novas alternativas de subsistência.

Ao buscar o significado de colonização, observa-se que a palavra tem origem no termo grego *colo*, cujo significado é eu moro, eu ocupo a terra e por extensão, eu trabalho, eu cultivo o campo, da mesma forma que colono e colonizador. Colonizar, de acordo com Bosi (1992),

significa transformar um lugar não habitado em colônia, ocupar com o colono. Isso pressupõe que, para ocorrer a colonização, é necessário o sujeito deixar a sua terra de origem e se dirigir para um novo local.

Esse movimento, segundo Bosi (1992), acontece como se fossem verdades universais das sociedades humanas, já que a produção dos meios de vida e as relações de poder, a esfera econômica e a política se reproduzem e se potenciam todas as vezes que se põe em marcha um novo ciclo de colonização. Dessa forma se pode dizer que a colonização que ocorre na Amazônia é resultado de um processo de povoamento e exploração de um território por povos a ela estranhos.

2.2 MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NO BRASIL: HOMENS EM BUSCA DE TRABALHO E DE TERRA

Desde os primórdios, a migração no Brasil tem deixado feridas profundas na vida de um povo que procura incessantemente por terra, trabalho e riquezas. A primeira menção que se faz a processo migratório é o deslocamento dos povos indígenas que habitavam o litoral e fugiram para o interior, perseguidos pelos invasores que praticavam toda forma de violência para torná-los mão-de-obra. Em segundo lugar, migraram os negros que foram trazidos a ferro e fogo em navios da África para o Brasil, para trabalhar nos ciclos do açúcar, ouro e café, sob o chicote do feitor, expostos a todo tipo de exploração de quem era visto como uma mercadoria, um instrumento de trabalho.

Os europeus constituem o terceiro elemento nesse processo, pois foram enviados para substituir os negros nas lavouras. No Brasil, foram chamados de colonos, e eram tratados pelos proprietários de grandes latifúndios como escravos brancos submetidos a veladas formas de servidão. Apesar dessa condição, eram os únicos a ter a esperança de se tornarem proprietários da terra. Isso porque o índio, naquele momento, não se preocupava com a demarcação de suas reservas, e o negro sequer havia escolhido vir para cá. Além de trabalhar na agricultura, os europeus também se constituíram em poderosa alavanca para firmar a indústria brasileira, posto que muitos deles se fixaram nas cidades, e além do conhecimento das atividades rurais, possuíam conhecimentos técnicos. Pode se assim dizer que a migração no Brasil se dá tanto pela procura de trabalho nas cidades, quanto na busca pela posse da terra na zona rural. O número de migrantes vem aumentando a cada década no Brasil. É esse contingente que configura o perfil de um país,

que de Norte a Sul, possui três características:

Na primeira o trabalhador ocupa, limpa e prepara a terra, para depois ser expulso e entregá-la de mão beijada ao latifúndio; na segunda o trabalhador que constrói a cidade e quando não fica soterrado no concreto é jogado na periferia sem nenhum direito de freqüentar sua própria obra; e finalmente o terceiro, no qual o trabalhador tem seu suor sugado por grandes obras, como a construção de hidrelétricas por exemplo, para em seguida ser descartado, o que o leva a viver peregrinando de um lugar para outro sem destino certo. (JATENE, 1983, p. 35).

Apesar de todos os aspectos contrários à migração, o percentual de pessoas que não residem mais na sua terra de origem é cada vez maior, como se observa na tabela a seguir:

Tabela 1: Evolução do número de migrantes no Brasil 1940 a 2000

<i>DÉCADA</i>	<i>MIGRAÇÃO INTERNA (MILHÕES)</i>	<i>POPULAÇÃO BRASILEIRA (MILHÕES)</i>	<i>MIGRAÇÃO INTERNA POPULAÇÃO BRASILEIRA (%)</i>
1970	29,5	93.139.037	31,7
1980	40,0	119.070.865	33,6
1990	59,0	146.825.475	40,2
2000	68,9	169.799.170	40,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios nos Anos 1970, 1980, 1990 e 2000: Brasil, grandes regiões, unidades da federação e regiões metropolitanas. Síntese de indicadores dos anos de 1970 a 2000: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

A região amazônica, em seu processo de ocupação, também pode ser considerada como atrativo que contribui significativamente para o movimento migratório interno no Brasil. Esse processo iniciou-se em 1611, feito pelos portugueses que tinham como intuito expulsar britânicos e holandeses do rio Amazonas. Mas é com o Ciclo da Borracha que mais de 500 mil nordestinos se embrenham na floresta. Nesse momento se inicia a ocupação das regiões mais isoladas da Amazônia, atingindo o Estado do Acre. Acreditando na possibilidade de melhorar de vida, em busca da borracha, muitos acabam perdendo até mesmo a vida.

Na década de 1930, são os nordestinos que mais uma vez vão se colocar em movimento e migrar para o eixo industrial Rio - São Paulo. Nesse período, a política do Estado Novo do presidente Getúlio Vargas visava à industrialização do país, mais especificamente o Sudeste, fazendo com que “muito mais gente procurasse as indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro, para vender sua força de trabalho” (MARTINS & VANALLI, 1997, p. 37).

Também a região Sul foi atrativa para migrantes com a cultura do café, que já fazia sucesso em São Paulo e foi espalhado pelo norte e noroeste paranaense. O “Estado do Paraná, nas décadas de 1940, 50 e 60, foi um verdadeiro desaguadouro de migrantes da região Nordeste e até

do Rio Grande do Sul e Santa Catarina” (MARTINS & VANALLI, 1997, p. 77-78).

No entanto, a política agrícola que se estabeleceu no Paraná apoiava os grandes produtores e expulsava os pequenos, que partiram em busca de nova fronteira agrícola, desta vez com destino ao Norte e Centro-Oeste do Brasil. De início, o principal atrativo do Centro-Oeste foi a construção de Brasília: “uma leva muito grande de nordestinos foi atraída para a construção da capital, que teve início em 1956 e foi inaugurada em 21 de abril de 1961” (Idem, 1997, p. 46).

Com o término da construção de Brasília, a atenção se volta para a ocupação da Amazônia. Algumas décadas mais tarde, esse movimento ainda é intenso, mas recebe o fluxo tanto de entrada quanto de saída de migrantes. Os colonos que abriram as fronteiras estão deixando-as nas mãos dos grandes latifúndios e seguem em busca de trabalho nas cidades. Isso tem causado a instabilidade econômica de alguns municípios, que ora fazem opção por uma alternativa econômica, ora por outra, mas sempre com o mesmo princípio básico da ocupação da Amazônia: primeiro vêm os trabalhadores braçais e pequenos agricultores, cuja base é a família, para abrir e preparar o terreno.

Esse produtor faz plantio manual de culturas como arroz, milho e feijão, além de áreas de pastagem. Depois vem o fazendeiro, que adquire pequenas propriedades e usa a terra de cultivo, ou mesmo áreas de reserva legal para a implantação de extensas pastagens. Nas áreas abertas, antes de semear o capim a terra é arada com trator, mas em outras, onde é feita a derrubada, o capim é jogado logo depois da queimada. Finalmente chega o empresário do agronegócio, que vai mecanizar a terra e utilizá-la para a monocultura da soja, arroz ou milho.

Esse movimento vai conduzindo à inviabilidade da permanência dos colonos que, depois de vender suas propriedades, ou de não encontrar mais trabalho porque desconhecem as formas de utilização da terra que exigem técnicas diferenciadas de sua cultura de origem, além de investimentos inviáveis às suas posses, põem-se novamente a caminhar com suas famílias, em busca de novas terras em regiões mais distantes, ou se alojam nas periferias das cidades.

2.3 AMAZÔNIA: MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA DE COLONIZAÇÃO

O processo de colonização da Amazônia provocou um redirecionamento no movimento migratório do Brasil. Até a década de 1970, ele seguia na direção Sudeste e Sul, mas a partir daí vai se intensificar para as regiões Norte e Centro-Oeste, impulsionado pela política econômica do governo. Entre os estados incluídos neste processo, Mato Grosso foi um dos mais atrativos.

A velocidade com que os contingentes populacionais se direcionaram para o Centro-Oeste e a Amazônia não permitiu sequer que se fizesse o registro dos dados censitários que apontam, ainda nos anos 70, o centro-norte do país como área de despovoamento. Meneses (2000) afirma que essa caracterização se deve ao fato de a densidade demográfica estabelecida para a região ser considerada baixa, em função das grandes extensões de terras, além de outros dois fatores: primeiro que a determinação da densidade considera apenas o número de indivíduos, deixando de observar a sua capacidade de suporte; segundo porque não possui dados comparativos para uma área antes considerada desabitada, mas que de repente passa a contar com uma população fixa. Ela tem um segmento permanente (aqueles que compram a terra) e outro flutuante, formado pelos que exploram os recursos naturais (garimpeiros e madeireiros). Concomitantemente, verifica-se neste espaço a ocorrência de movimentos diferenciados, como frentes pioneiras, migração e despovoamento.

Na década de 1990, vai se acentuar uma crise, iniciada na década anterior, provocada pelo descumprimento das leis ambientais e a retirada do incentivo fiscal e facilidades do crédito bancário. Isso traz um fluxo de retorno dos colonos aos estados de procedência. Enquanto isto, o modelo agropecuário com criação de gado de corte e agroindustrial, relacionado ao cultivo da soja, avança em conquista aos cerrados e à floresta.

A falência do modelo de pequenas propriedades leva os colonos, também os do norte mato-grossense, a abandonar suas propriedades e se dirigir para os garimpos, pois foi nessa época que se descobriu o ouro. A atividade garimpeira imprimiu um ritmo muito peculiar à mobilidade de população na região, posto que os garimpeiros, atraídos pela notícia da existência do metal, deslocam-se na mesma velocidade, já que andam sozinhos e não adquirem a terra.

Devido a esse ritmo torna-se impossível o mapeamento das áreas de garimpo em relação à população, já que os garimpeiros não chegam a permanecer mais que alguns meses em determinado local. Além disso, a maioria deles não possui sequer documentos, e como viajam de carona ou a pé pela mata, fica praticamente impossível saber quantos chegaram ou partiram da região.

A exploração do ouro provoca explosão populacional nas cidades próximas, mas também se torna responsável pelo seu decréscimo na mesma proporção. Isso porque, quando o ouro acaba, deixa apenas um rastro de miséria para uma gente que já não consegue seguir o ritmo dessa caminhada, seja pela idade ou por problemas financeiros, e que fica vivendo nestas vilas

em precárias condições.⁸.

Como deixaram de ser garimpeiros e não conseguem se adaptar ao cultivo da terra, esses trabalhadores vão se somar aos camponeses que migram para as periferias urbanas. Assim é que se configura uma das marcas mais preocupantes destes novos tempos na Amazônia: a formação de imensos bairros pobres que circundam as cidades. A urbanização torna-se uma alternativa compulsória e uma estratégia. Centros pequenos e médios mais dinâmicos, como é o caso de Sinop, vêm assinalando crescimento cada vez maior, por causa:

a) - da modernização cada vez mais acentuada da agricultura (pecuária extensiva e depois a soja em MT e RO) que utiliza de forma sazonal a mão-de-obra, que passa então a residir nas cidades; b) - da necessidade de serviços urbanos demandados pela própria agricultura; c)- de novos padrões de consumo entre a população rural por produtos industrializados e serviços urbanos, acentuados pela experiência urbana dos próprios migrantes.; d)- do menor acesso à terra devido à concentração fundiária e à legislação trabalhista; e)- da retração do mercado de trabalho nas grandes cidades. (CUNHA, 2002, p. 2).

Apesar de o maior atrativo para os colonos ter sido sempre a possibilidade de se dedicar à agricultura, a estrutura de apoio oferecida pela instalação das cidades proporcionou-lhes o apoio logístico, independentemente de sua posição na hierarquia urbana.

O modelo esboçado de incorporação da fronteira econômica conduz também à formação dos núcleos urbanos, onde a população migrante se redistribuía em função das atividades executadas. Ou seja, depois de não conseguir permanecer na terra, provocavam a expansão do mercado de trabalho urbano. Mas a velocidade dessa mobilidade revela a incapacidade do modelo de absorver força de trabalho, além da existência de supostas terras livres à espera de ocupação. Nesse sentido, pode-se dizer que a década de 1990 veio consagrar a intensidade do processo de urbanização na Amazônia.

Informações recentes dão conta do aporte intensivo de técnicas na construção de um novo pólo agrominerador industrial, que deverá conviver com um campesinato recém-instalado, e com o oportunismo sazonal da atividade garimpeira e de extração de madeira. A Amazônia, ao se inserir cada vez mais nos circuitos econômicos, reestrutura seus espaços e territórios numa malha

⁸ No município de Alta Floresta, antigas pistas de garimpo se tornaram vilas onde alguns garimpeiros permanecem até hoje, como é o caso da Comunidade Pista do Cabeça e Ourolanda. São formadas por pequenos aglomerados de casas, sem nenhuma infra-estrutura e com graves problemas sociais. Os habitantes das vilas são remanescentes dos garimpos que insistem em permanecer no mesmo lugar, onde ainda têm o sonho de encontrar a riqueza proporcionada pelo ouro. (ROSA, 1999, p.85).

muito complexa de jogos de interesses, cuja condição de fronteira mundial lhe confere sentido muito especial e torna a apreensão de sua totalidade uma tarefa extremamente intrincada.

No tocante à mobilidade populacional, o cerco apenas se fechou para determinadas atividades; outras vêm surgindo. Nesse contexto, quem pode se considerar com a vida ganha, ou seja, quem já obteve a melhoria das suas condições de vida? Essa conquista vai durar até quando? Será que o colono encontrou enfim a sua terra prometida? Ou esse é só mais um capítulo na busca constante de ter enfim o seu legado de terra?

Ao levar em consideração essas questões, aliadas ao fato de que já se pode observar um movimento desorientado do fluxo migratório, é possível observar pelo menos três direções tomadas pelos colonos: áreas ainda não exploradas, a periferia das novas ou antigas cidades, e até mesmo o retorno à sua terra de origem.

2.4 AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE: OCUPAÇÃO E MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS

Na década de 1970, o quadro de conflito vivenciado na luta pela posse da terra obriga o Estado a tomar uma decisão que poderia atender os interesses dos sem-terra, não precisando romper com a estrutura agrária e os interesses da oligarquia rural. Esta solução constitui-se nos projetos de colonização privada, que mantiveram a lógica agrícola implantada no país, aprofundando as contradições sociais e políticas.

O processo de migração-colonização está ligado ao fator de esgotamento das terras na chamada “velha colônia” provocado pela formação de projetos colonizatórios, cuja característica principal é: a pequena propriedade fundiária, associada a famílias numerosas e a existência de uma terra vazia – uma fronteira agrícola a ser incorporada. (ZART, 2002, p 58).

Os estados do Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – são exemplos dessa forma de colonização que vai ser repetida no Mato Grosso, não apenas enquanto projeto, mas principalmente porque são os mesmos colonos e/ou seus descendentes que vão participar da continuidade do processo.

Para os colonos, a aquisição da terra é a garantia de poder usufruir de tudo o que ela possa oferecer, tanto em relação ao que produz, como daquilo que poderão obter com a sua interferência. Acreditam no poder infindável da produtividade da terra, e com isso pensavam que, ao dominar a sua propriedade, estariam garantindo o futuro de toda a sua família.

Esses colonos possuíam família numerosa, com a qual podiam contar como mão-de-obra. De acordo com o IBGE (2000), a taxa de fecundidade das brasileiras, na década de 1960 – 70, era de 6,28 filhos por mulher. Isso equivale a dizer que a família possuía uma média de oito pessoas. Além disso, o objetivo do colono era manter a família unida, já que o aumento da terra poderia oferecer, aos filhos casados, a oportunidade de continuar trabalhando na mesma propriedade.

Ao se fixarem na terra, os colonos, pelo seu sucesso inicial, representado pela posse de uma área maior do que a de procedência, acabam incentivando outros parentes a se deslocarem para a região. Esses e outros fatores provocaram um aumento populacional que atingiu todo o Estado de Mato Grosso, como pode se observar na tabela a seguir:

Tabela 2 - Estimativa da População Residente em Mato Grosso

ANO	POPULAÇÃO
1970	598.849
1980	1.138.912
1991	2.027.231
2000	2.504.353
2004	2.749.145

Fonte: Dados obtidos junto à Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso SEPLAN/MT.

De acordo com a tabela, o aumento da população no período atinge índices elevados, chegando a ter crescimento de 90% entre as décadas de 1980 e 1990. Além do ritmo veloz da taxa, o movimento possui algumas peculiaridades, dentre as quais está a origem do migrante.

Os dados sobre a migração interna mostram que 57% dos migrantes que foram para o Mato Grosso na década de 1970 vinham do Centro Sul, especialmente do Paraná. No total mais de 456.000 pessoas migraram para Mato Grosso, fazendo a população crescer 86% entre 1970 e 1980 (OLIVEIRA, 2005, 81).

Jatene (1983) destaca que a colonização privada possuía como critério básico, na seleção dos colonos, que fossem chefes de família. Ainda que se deslocassem inicialmente sozinhos, ou acompanhados dos filhos mais velhos, logo depois buscavam seus parentes, caracterizando o caráter familiar dessa corrente migratória.

Nas décadas de 1970/80 e 1981/91, a comercialização de terras era feita diretamente com o chefe da família. Contudo, com o aparecimento de outras formas de trabalho, o perfil da migração sofre algumas alterações com a migração individual, de casal sem filhos e de outros

tipos de arranjos familiares. Isso porque, na maioria das vezes, o garimpeiro e outros trabalhadores temporários que vêm em busca de emprego nas fazendas ou na exploração da madeira chegam sozinhos.

Outro fator preponderante na caracterização da corrente migratória é com relação à idéia de permanência na terra. Inicialmente o colono que migra com sua família tem a intenção de construir ali uma nova morada, ao passo que o garimpeiro ou os trabalhadores temporários desejam apenas ganhar dinheiro para melhorar as condições de vida na sua terra de procedência. Com o passar dos anos todos sofrem com os mesmos problemas, mas também partilham de outras vitórias, e diante de seu sucesso ou mais provavelmente do seu fracasso, desejam partir novamente. Essa partida por vezes é adiada por aqueles que construíram laços sentimentais ou financeiros com a região, o que não impede sua expulsão, mais cedo ou mais tarde.

Como resultado desse movimento, a idéia inicial dos colonos é a de adentrar para projetos mais distantes em áreas ainda não ocupadas, principalmente em assentamentos oficiais do governo. Isso leva a crer que o percentual de pessoas ligadas à agricultura na região norte de Mato Grosso ainda é grande, e provavelmente isso ocorra devido às iniciativas permanentes de implantação de novos assentamentos. É preciso destacar o papel relevante (real ou potencial) desses empreendimentos na retenção demográfica no Estado, mas é fundamental considerar sua viabilidade tendo em vista a situação bastante precária de muitos deles. Esses projetos acabam se tornando municípios sem o mínimo de infra-estrutura; em muitos não há escolas, postos de saúde, ou mesmo estradas em condições básicas para o trânsito e escoamento de qualquer tipo de produção. Isto pode ser observado na velocidade com que se criam novos municípios em Mato Grosso (Anexo 2).

Além disso, a legislação ambiental aplicada em Mato Grosso é muito contraditória, posto que, na escritura ou nos documentos cedidos pelo Incra, existe o direito de desmate de até 50% da área⁹. No entanto, o Ibama permite o desmatamento de apenas 20% da área, o que inviabiliza a permanência dos que ficam sem espaço para a construção da casa e para fazer o plantio. A contradição vem promovendo conflitos de toda ordem na região, entre os colonos e

⁹ Art.44 - Na região Norte e na parte norte da região Centro-Oeste, enquanto não for estabelecido o decreto de que trata o Art.15, "a exploração a corte raso só é permissível desde que permaneça com cobertura arbórea de pelo menos 50% da área de cada propriedade." § 1 - A "reserva legal", assim entendida a área de, no mínimo, cinquenta por cento de cada propriedade, onde não é permitido o corte raso, será averbada à margem da inscrição da matrícula do imóvel no registro de imóveis competente, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão a qualquer título ou de desmembramento da área. (*Lei número 7.803, de 18 de julho de 1989*). (MARQUES, 2001).

ambientalistas, que sofrem a intervenção ora estadual, ora do governo federal, exigindo o cumprimento da legislação. Muitos não conseguem ficar na terra e viver exclusivamente dela, necessitando trabalhar na cidade parte do tempo, e com isso, correm o risco de perder a terra por falta de condições de torná-la produtiva e efetivamente ocupada.

(...) nenhum governo poderia fazer um assentamento numa gleba sem que ele desse a infra-estrutura. Aqui na região nossa a infra-estrutura não tem, não podemos dizer nem pouco, é nada. O INCRA veio aqui, fez a divisão das terras, distribuiu a terra, fez um sorteio, disse “esse lote é teu, aquele lote é teu, aquele lote é teu”. Enquanto isso, fazendo com que o parceleiro que ganhava essa terra fosse morar em cima da terra, mas isso sem dar a mínima infra-estrutura, não deu estrada, não deu educação, não deu saúde. Esse povo que está, que conseguiu ir morar em cima dos lotes porque tinha um pequeno recursozinho, mantinha uma coragem bruta de deixar sua família passar fome, ou até perder o filho, um ente da família por falta de recurso. Por enquanto nós não vimos nada a ganhar a nível de governo que possa se dizer que está desenvolvendo. Enquanto isso nós temos pela frente a grande perseguição por parte do Ibama, foi o seguinte: eles dão 70, 80 hectares de terra, quando o parceleiro corta 1 ou 2 hectares era para abrir 3 hectares/ano. É impossível, é impossível o parceleiro abrir 3 hectares de terra para ele formar a moradia, o pasto e plantar para a sobrevivência, é impossível. Além disso, dão a terra, mas isso aí não vem uma pesquisa, uma tecnologia que podia ser... Fazer análise dessas terras para ver o que essa terra precisa. Talvez essa terra precise de um subsídio de governo. Como que uma pessoa que não tem nada vai se virar para dentro do mato e vai plantar? (CUNHA, 2002, p 15).

Apesar do destaque dado à ocupação da Amazônia mato-grossense, por causa dos assentamentos, outros fatores vão atrair muita gente em busca de emprego na região, como, por exemplo, no caso de Sinop, onde a atividade de exploração madeireira absorvia, em 1991, mais de 40% dos migrantes.

Colíder atraiu trabalhadores braçais pela possibilidade de atuar na derrubada para a implantação das primeiras grandes fazendas de gado, além de haver sido instalado no município um frigorífico, o que motivou grande número de pessoas achar que poderia conseguir ocupação.

Em Alta Floresta, o atrativo foi o ouro, que levou garimpeiros a se aventurarem na região em busca da riqueza, até o início dos anos 90, o que fez a população local triplicar. Com a queda do ouro, Alta Floresta seguiu os passos de Colíder e também recebeu trabalhadores braçais para a abertura de novas áreas destinadas à pecuária. Dados relativos à população dos três municípios durante as três décadas de colonização encontram-se na tabela abaixo:

Tabela 3 – Imigração Interestadual de última etapa segundo microrregiões – norte mato-grossense – 1970 a 2000.

MICRORREGIÕES	1970/1980	1981/1990	1991/2000
Alta Floresta	9.729	46.226	15.061
Colíder	16.735	72.161	23.304
Sinop	7.414	37.734	34.979

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Tabulações especiais Nepo/Unicamp. (CUNHA, 2006).

Esse movimento acelerado pode também estar baseado na oferta de trabalho temporário, com a extração dos recursos naturais. Mas o movimento possui a mesma velocidade de chegada, na década de 1980, e de saída, na década de 1990, quando o recurso explorado se torna escasso e os migrantes precisam deixar o local. Para aqueles que, devido à idade, por terem constituído família, ou ainda por falta de recursos, já não conseguem partir, resta a alternativa de buscar saída em atividades diversificadas, como indústrias de móveis, comércio local e setor de serviços públicos, além da possibilidade de trabalhar na agricultura capitalizada, principalmente de soja e arroz.

A pecuária na região tem servido para diminuir o percentual de migrantes, mas o número de trabalhadores absorvidos nesta atividade é pequeno, chegando em 1991 a menos de 5%. Mesmo com a implantação de dois frigoríficos e um curtume, a mão-de-obra local utilizada é insuficiente, e na maioria das vezes trazida de fora, porque exige conhecimentos técnicos específicos.

Outro setor em expansão é o ecoturismo embora incipiente, porque está restrito a reduzido grupo e voltado para uma clientela internacional, o que inviabiliza a participação de trabalhadores locais, e até mesmo de investimento na área por desconhecimento da população sobre o assunto. Atualmente, muitos dos chefes de família estão vinculados a atividades tipicamente urbanas, como comércio e serviços e pequenas indústrias, mostrando sinais de que o potencial atrativo de Mato Grosso como área de fronteira não consolidada, progressivamente, vai se esgotando.

Nesta região, o plantio de soja e de outras lavouras mecanizadas avança em direção às áreas onde a pecuária extensiva já se estabilizou. Seguindo o princípio de que primeiro o colono derruba a floresta, depois o fazendeiro planta o capim e finalmente chega o empresário do agronegócio para mecanizar a terra e fazer o plantio da soja e outras monoculturas, como arroz, algodão e milho, a possibilidade de substituição é dada como certa. Entretanto, essa ordem no processo de ocupação da Amazônia mato-grossense ainda não se efetivou completamente, posto

que esses três momentos se sobrepõem, e assim, ainda hoje se vivem todas essas fases. Na região de Sinop, já foi implantada a soja, Colíder e Alta Floresta ainda estão na expansão da pecuária, mas já realizaram experimentos com monocultura. Em regiões mais distantes, na direção do sul dos estados do Amazonas e Pará, encontram-se os colonos que ainda estão desmatando e implantando a pecuária.

Na contramão desse processo, ou do agronegócio, estão as ONGs, órgãos governamentais como o Ministério do Meio Ambiente (MMA), representado pelo Ibama e ambientalistas locais que tentam frear esse movimento com a implantação de parques nacionais e estaduais, Programa de Incentivo às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), demarcação de terras indígenas e a garantia de reservas legais e Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Com o intuito de bloquear o arco do desmatamento, essas entidades se colocam contra um processo de expansão que é articulado, implantado e defendido pelo próprio governo de Mato Grosso, que vê nessa região seu objetivo de tornar-se o maior produtor de grãos do país. Este objetivo foi parcialmente atingido já nos anos 90.

Quando se observa a nível estadual, a evolução da área total dos estabelecimentos agropecuários mostra uma tendência à estabilização e, mesmo, retração na maioria dos estados brasileiros, excetuando o Mato Grosso, Rondônia e Pará, que correspondem ao arco do avanço para a Amazônia (EGLER, 2001:21).

Os políticos regionais acreditam que este é o caminho do desenvolvimento, e apostam numa maior competitividade de seu produto, a partir do asfaltamento da BR-163 até Santarém, no Pará, viabilizando o escoamento da produção para o exterior com menos gastos, pois se economizaria no transporte até os portos do Sul e do Sudeste.

Esse crescimento, no entanto, não significa que a ocupação foi um sucesso na distribuição de terras ou de reforma agrária, como o governo estadual tenta demonstrar. De acordo com Cunha (2002), 50% do total da área cadastrada do Estado de Mato Grosso era considerada aproveitável para as diversas atividades econômicas, sendo assim distribuída: 81,72% - latifúndio por exploração 11,71% - empresas rurais 3,33% - latifúndio por dimensão 3,22% - empreendimentos familiares. Conforme estes dados, nota-se que o espaço destinado à pequena propriedade é ínfimo, fato que mostra definitivamente as dificuldades que o estado teria para se manter como frente de expansão da fronteira demográfica no Brasil.

Esse fato leva a crer que, seja para os migrantes ou para os residentes, a demanda pela posse da terra é mesmo injusta, já que o governo tem destinado apenas reduzida parcela para as pequenas propriedades, em geral, em terras pouco produtivas ou muito remotas e inóspitas. Essas áreas precisam de muitos investimentos para produzir, portanto, são pouco adequadas para a produção agrícola de famílias sem recursos.

Muito se tem falado sobre os efeitos negativos sobre o ambiente ou dos efeitos positivos sobre a economia desse modo de ocupação, mas pouco se observa sobre o tipo de efeito social provocado. A expansão do agronegócio a qualquer custo gera de imediato o impacto ambiental visível a olho nu, facilmente notado pelo impacto econômico proporcionado pelo aumento da produtividade, mas tudo isso mascara a realidade vivida por milhares de colonos. Ela promove a exclusão dos pequenos proprietários em função de uma cultura que preza o latifúndio (leiam-se grandes áreas produtoras, baseadas na monocultura e com alto peso da utilização de insumos agrícolas – desde manipulação das espécies, correção dos solos até os herbicidas, pesticidas, etc.). Todos estes elementos se traduzem na possibilidade do desenvolvimento econômico tão almejado, trazendo a reboque a industrialização, a riqueza e o progresso.

Este é o cenário no qual se devem compreender os impactos das atividades econômicas na dinâmica de ocupação da região. A partir do momento em que a lavoura mecanizada torna-se uma atividade de grandes produtores, há um novo processo de exclusão (o primeiro ocorre quando os grandes produtores assumem o lugar dos pequenos produtores tradicionais). A diferença, nesse caso, é que o produto, por exemplo, a soja, torna-se uma “mercadoria” negociada no mercado globalizado no qual só existe espaço para o grande produtor.

Em relação à pecuária, o caso não é diferente; ainda que pequenos proprietários se aventurem em exercer essa atividade, as grandes fazendas se expandem e como utilizam pouca mão-de-obra, certamente isso tem implicações na dinâmica migratória regional. Portanto, as condições concretas de absorção da população no trabalho rural, e do migrante, em particular, vão se reduzindo cada vez mais, seja por um processo de mudança produtiva e tecnológica, seja pela progressiva concentração de terra. Restam-lhes assim os centros urbanos que, no caso de Mato Grosso, são também incapazes de absorver o excedente gerado na desarticulação da antiga atividade rural. Dessa forma, diminuem as possibilidades de manter a expansão demográfica do estado, pela redução de seu poder de atração populacional e da expulsão de significativos contingentes, muitos deles retornando aos seus destinos ou reemigrando.

Como uma das últimas áreas de fronteira agrícola no país e, portanto, como uma das poucas alternativas para a migração de pessoas ligadas ao campo, o Estado de Mato Grosso, até meados dos anos 1980, cumpriu papel importante no processo de redistribuição espacial da população brasileira. Contudo, sua trajetória nessa condição foi uma das mais curtas dos estados do Centro-Oeste, em função de rápida e intensa transformação produtiva e do processo de concentração fundiária. Nos dias atuais, observa-se não apenas a redução do ímpeto migratório para a área, como também as relações entre este comportamento e as mudanças nas formas de inserção dos migrantes, que espelham o processo de urbanização da fronteira e grande desarticulação das formas de ocupação que possibilitaram o “desbravamento” de boa parte de seu território.

CAPÍTULO III

AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE

3.1 O CENÁRIO DAS POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA PROMOVIDAS PELOS MILITARES NA DÉCADA DE 1970: COLONIZAÇÃO OFICIAL *VERSUS* PRIVADA

Projetos de colonização, incentivos fiscais foram os pilares que nortearam o modelo político e econômico implantado pelos militares, a partir dos anos 1960, para o povoamento e desenvolvimento da Amazônia. A década de 1970 foi marcada por uma geopolítica de segurança nacional que tinha como objetivo primeiro ocupar a Amazônia, demarcando o seu território e unindo-o ao resto do país, antes que outros o fizessem, ou seja, “Integrar para não entregar”. Neste sentido, dois fatores merecem destaque: o fortalecimento da Escola Superior de Guerra (ESG), que ocorre devido à ascensão de alguns de seus representantes ao primeiro escalão governamental, e a conseqüente influência das teorias geopolíticas na administração federal.

A ESG, fundada em 1949, foi o principal órgão divulgador das teorias geopolíticas no Brasil. Com a ascensão dos militares ao poder em 1964, a doutrina de segurança e desenvolvimento ganhou força. O desenvolvimento econômico deveria aumentar o poder do país no cenário americano e mundial (ARRUDA, 1980, p48).

O general Meira Mattos, autor de livros e artigos sobre a Amazônia, era membro da ESG e estudioso da geopolítica. Nos seus estudos ele destacava a importância da ascensão militar ao poder e a possibilidade criada a partir daí para que a escola militar implantasse o seu programa de governo.

Castelo Branco, ao assumir o poder, já contou com estudos sobre política e segurança nacional da Escola Superior de Guerra, exercitada durante quatorze anos no casarão do Forte São João; fora ele, antes disso, um dos principais integrantes do grupo formulador de uma metodologia de racionalização e planejamento da política nacional. Castelo Branco teve o mérito de, aplicar a metodologia da ESG no equacionamento de nossa política (MATTOS, 1975, p. 56).

Segundo Defarges (2003), uma definição possível é a de que a geopolítica interroga-se sobre as relações entre o espaço e a política, de como os fatores espaciais afetam o fenômeno político e a política e, também, como é que o político se serve do espaço. Trata-se de uma tarefa intelectual. Como toda disciplina, não nasceu por mero acaso; sua formação como saber metódico, no fim do século XIX e início do século XX, é indissociável de um ambiente preciso e, acima de tudo, do desenvolvimento da consciência geográfica nos seres humanos.

O termo geopolítica, conforme Magnoli (1994), pode ser entendido como uma ciência que concebe o Estado como um organismo geográfico ou como um fenômeno no espaço. Foi elaborado pelo cientista político Rudolf Kjellén, no início do século XX, mas teve seu auge nas décadas de 20 e 30 desse século. No território brasileiro, a geopolítica, de acordo com Miyamoto (1995), é associada à conquista do poder, do espaço vital, desencadeada pela ostensiva política expansionista do nacionalismo. Possui características e situações que englobam o desenvolvimento socioeconômico nas diferentes regiões, desde os conflitos sociais na zona rural e urbana, até a inserção do país na economia internacional.

Mattos (1977) apresenta a definição de geopolítica como a arte de aplicar o poder aos espaços geográficos, com objetivo de elaborar e aplicar uma doutrina política para o Brasil, pautada nos princípios de segurança e desenvolvimento. O autor destaca ainda o papel da ESG na propagação dessa doutrina:

A ESG é responsável por uma doutrina política essencialmente brasileira, fundamentada na dinâmica da aplicação do poder nacional. Assentada na relação de mútua causalidade entre segurança e desenvolvimento, a doutrina difundida pela ESG durante mais de um quarto de século fundamenta-se, essencialmente, no levantamento dos objetivos nacionais permanentes e objetivos nacionais atuais, e na formulação de uma política para alcançá-los. Essa política é formulada dentro de rigoroso processo de racionalização científica e se desdobra em sistemática, estrutura e técnica que constituem os instrumentos do raciocínio ordenado e coerente que levam as políticas de consecução e as estratégias adequadas ao alcance dos objetivos alejados. Incorporou à ESG, no realismo de sua doutrina, os valores geopolíticos que a precederam como instituto superior de altos estudos (MATTOS, 1975, p.60).

Muitos foram os temas estudados pelos teóricos da geopolítica, dentre os quais se destacam as origens da natureza do poder, a relação do homem com o meio ambiente, a segurança nacional, o desenvolvimento, o espaço territorial da nação, as estratégias de defesa nacional e os caminhos para tornar o Brasil uma potência mundial. Entre os temas estudados pela ESG, a segurança e o

desenvolvimento tiveram prioridade, e foi sob este prisma que os militares voltaram seus interesses para a Amazônia. Eles tinham a pretensão de enviar migrantes para a região com o objetivo de demarcar o território, sinalizando assim aos países vizinhos e também para o mundo que a Amazônia pertencia ao Brasil. O desenvolvimento da região deveria, antes de tudo, ser a garantia de que o território não seria invadido. A importância da estreita relação entre desenvolvimento e segurança pode ser observada neste discurso do general Cordeiro Farias.

Desenvolvimento e segurança nacional nascem juntos. É claro que, dependendo de quem seja o presidente da República, pode-se ter, numa fase da vida brasileira, certo desequilíbrio: maior preocupação com segurança ou maior preocupação com o desenvolvimento. Mas não se pode ter um sem o outro. Se há agitação, isso afeta o desenvolvimento. Se por acaso tivermos um conflito armado na América do sul, nas fronteiras do Brasil, as preocupações com a segurança estarão à frente das preocupações com o desenvolvimento. Por outro lado, para dar segurança efetiva àquela região é preciso desenvolvê-la. Por esse motivo é que a ESG, já em meu tempo, tinha grande preocupação com a Amazônia. Nenhuma turma deixou de viajar por lá. Era urgente descobrir aquele imenso mundo que continua desconhecido até hoje, apesar do desenvolvimento, da técnica e de tudo o que se tem feito. (FARIAS, 1981, p. 20).

Além das preocupações com a segurança, o governo militar tinha ainda, como observa Ianni (1979), outros dois motivos para justificar as ações implementadas na Amazônia:

- a) na região Nordeste, a seca e o solo desgastado, somados à concentração de terras em latifúndios e ao grande número de trabalhadores sem-terra, provocava a necessidade de deslocamento de uma parcela da população;
- b) na região Sul, a mecanização da agricultura e o aumento do latifúndio restringiam o acesso à terra, causando conflitos pela sua posse. Isso também criava a necessidade de deslocar os pequenos proprietários.

Este cenário e o golpe militar de 1964 deram ao Exército brasileiro a possibilidade de concretizar suas aspirações em relação à Amazônia, que neste período era mitificada como inferno verde. A partir de 1964, com a posse de Castelo Branco, foi inaugurada uma nova política, em que a expectativa de riqueza na Amazônia e a extensão de seu solo passaram a ser vistas como soluções dos problemas sociais e econômicos nacionais.

A primeira ação desse governo, conforme Mattos (1980), foi a criação da lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966, que transformou a Superintendência do Plano de Valorização econômica da Amazônia (SPVEA) criada em 1953, em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

(Sudam). Este ato tinha como objetivo principal elaborar planejamentos para a valorização da Amazônia na busca de integrá-la à vida nacional, traduzida pela famosa frase “Integrar para não entregar”. Outras medidas importantes tomadas no mesmo ano foram a transformação do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em Banco da Amazônia, com maiores recursos e poderes, e a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para atrair financiamentos para a região. Foi criado ainda o Ministério do Interior, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional, a radicação de populações, a ocupação do território, as migrações internas e os territórios federais, entre outros.

Todas essas medidas faziam parte das políticas para impulsionar a “ocupação” da Amazônia, principalmente a partir da década de 1970. O Estado torna-se o principal agente promotor e dinamizador do processo de colonização. O governo adotou uma série de medidas políticas e econômicas, cujo ápice foi cristalizado no lançamento do Programa de Integração Nacional. No mesmo ano foi criado também o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com o objetivo de “promover e executar a reforma agrária e também de promover, controlar, coordenar e executar a colonização. Tinha ainda a missão de promover o cooperativismo, o associativismo e a eletrificação rural” (IANNI, 1979, p. 34).

Outra medida importante foi a criação, em 1974, do Programa de pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Poloamazônia), com objetivo de integrar 15 áreas selecionadas conforme seu potencial agropecuário, agroindustrial e mineral, com vistas a estimular o fluxo migratório. Assim, estruturou-se a política para a ocupação da Amazônia em três bases:

[...] 1 - a utilização de eixos naturais de penetração para a Amazônia e o Centro-Oeste com a construção das Rodovias. 2 - a ocupação de áreas selecionadas e em bases setoriais seletivas. 3 - a orientação de atividades no sentido de se explorarem os corredores de exportação. (ALBUQUERQUE, 1978, p.104).

Entre as estratégias, um fator preponderante foi a criação e fortalecimento das cidades. Elas representavam a modificação do ambiente, transformando-o num lugar habitável e com todas as condições de atender às necessidades básicas dos migrantes.

Quanto às cidades, tiveram um papel logístico essencial no processo de ocupação. A Amazônia tornou-se uma floresta urbanizada, com 61% da população em 1996 vivendo em núcleos urbanos, apresentando ritmo de crescimento superior ao das demais regiões do país a partir de 1970, e uma desconcentração urbana, na medida em que cresceu a população não mais

apenas nas capitais estaduais, mas nas cidades de menos de 100.000 habitantes. É verdade que as cidades se tornaram um dos maiores problemas ambientais da Amazônia, dadas a velocidade da imigração e a carência de serviços. Mas é também importante mercado regional. (BECKER, 2001, p 140).

As cidades tiveram um papel importante, tanto para quem chegava à região, quanto para quem estava partindo. Isso porque, ao chegar à Amazônia e deparar-se com um centro em desenvolvimento, o colono tinha a impressão de que o isolamento não era tão grande, e depois, quando houvesse dificuldades para a fixação na zona rural, as cidades se tornariam uma nova possibilidade de continuar ali. Como as cidades começaram se tornar um referencial de civilidade na selva, os colonos passaram a acreditar mais na possibilidade de trocar seu local de origem pela Amazônia. A cidade representava a continuidade do estudo dos filhos, acesso à saúde, transporte, energia elétrica, telefone, comércio local, enfim facilidades urbanas. Apesar de a cidade contribuir no processo de atração dos colonos para a Amazônia, o que realmente os encantava era a possibilidade de adquirir sua terra.

O governo acenava com a proposta de transformar a região num novo pólo agrícola. Ainda que os resultados não tenham atingido as metas propostas “assentar, somente na Rodovia Transamazônica até 1974, 100.000 famílias e um milhão de famílias até 1980” (CASTRO, 2002, p.15), o programa abre uma nova dimensão para a política de assentamento pela colonização privada. Ela surge como uma opção do governo federal, no sentido de fazer ampla distribuição de terras na fronteira, evitando-se assim uma redistribuição de terras já apropriadas no resto do país. O mais importante a ser ressaltado é que essa política, que começou como uma alternativa à reforma agrária, modificou todas as alternativas já existentes.

Em relação ao meio ambiente, nesse período observa-se no Brasil um total distanciamento dessa questão, pois a preocupação era apenas com a poluição nas grandes cidades. A Amazônia ainda era um espaço praticamente vazio, onde as ações antrópicas eram mínimas.

Enquanto isso, na Europa, eventos como o movimento do Clube de Roma, em 1968, alertavam para o fato de que a humanidade teria, obrigatoriamente, um limite de crescimento com o modelo econômico então praticado, baseado no consumo exacerbado e altamente concentrado em poucas nações. Esse alerta foi divulgado logo depois na Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, de onde saiu um documento intitulado *Declaração sobre o Ambiente Humano*. Ele alertava para a necessidade da educação ambiental como o elemento crítico para o combate à crise ambiental no mundo, enfatizando a premência de

o homem reordenar suas prioridades.

Esses dois eventos, ainda na década de 1970, contribuíram para a criação, no Brasil, da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema).

A Secretaria Especial do Meio Ambiente foi um órgão criado pelo Decreto nº. 73.030, de 30 de outubro de 1973, ligado à presidência da República (e desde 1989 incorporado ao Ibama). Ela vinha, entre outras atividades, criando desde o fim da década de 1970 suas próprias unidades de proteção ambiental, chamadas *estações ecológicas e áreas de proteção ambiental* (APAs). Elas foram codificadas legalmente em 27 de abril de 1981, através da lei 6.902, podendo inclusive ser criadas em âmbito estadual e municipal. Pelo menos 27 estações ecológicas federais e 11 APAs federais foram criadas pela Sema entre 1977 e 1986, em quase todos os estados brasileiros. (DRUMMOND, 1998, p. 141).

Além da criação das reservas ecológicas e das APAs, a Sema tinha como proposta organizar debates junto à opinião pública sobre a questão ambiental, fazendo com que as pessoas se preocupassem mais com a natureza e evitassem atitudes predatórias. Com atividades voltadas mais para ações burocráticas, a secretaria não tinha poder policial para atuar na defesa do meio ambiente. Entretanto, tomou várias medidas legais com o objetivo de preservar e conservar os recursos naturais, além de controlar as diversas formas de poluição.

Outro fator que marcou essa década foi a realização da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental promovida pela Unesco-Pnuma em 1977, que incentivou a criação da disciplina Educação Ambiental nas universidades brasileiras. A institucionalização dessa disciplina, de certa forma, ainda que restrita à academia democratizou um debate antes limitado a poucos. Por intermédio da Sema, instituiu-se a Política Nacional do Meio Ambiente, com a criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

Finalmente se chegou à Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, chamada com razão de Lei da Política Nacional de Meio Ambiente: trata-se da mais importante regulamentação ambiental brasileira editada até hoje. Ela abarcou uma grande gama de leis, regulamentos e diretrizes e deu à Secretaria Especial do Meio Ambiente um papel diretor no Sisnama. A lei pretendia preservar, melhorar e restaurar os níveis de qualidade ambiental apropriado à vida. Ela tinha a ambição de tornar o desenvolvimento sócio-econômico compatível com a qualidade ambiental e o equilíbrio ecológico. (DRUMMOND, 1998, p. 141).

Nesta época foi instituído o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental. Por ele foram definidos os instrumentos para a implementação da Política

Nacional, dentre os quais o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Sinima). Foi criado, também, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), com poderes regulamentadores.

O CONAMA ficou com a missão de estabelecer limites e padrões de qualidade ambiental, limites e padrões para atividades poluidoras, organizar o estudo de impactos ambientais e alternativas tecnológicas menos agressivas ao ambiente natural, estabelecer diretrizes para o licenciamento de atividades geradoras de impactos ambientais, criar multas e controlar os benefícios fiscais dados a empreendimentos poluidores. (DRUMMOND, 1998, p. 141).

A Sema propôs o que seria de fato a primeira lei ambiental no país, destinada à proteção da natureza: a Lei nº. 6.902, de 1981 – ano-chave em relação ao meio ambiente brasileiro. Destaca-se a criação das seguintes unidades de conservação: parques nacionais, reservas biológicas, reservas ecológicas, estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e áreas de relevante interesse ecológico. Nos estados e municípios, a preocupação centrou-se na proteção de mananciais e cinturões verdes em torno de zonas industriais. Mas “as grandes obras públicas de infra-estrutura da época, como: as usinas hidrelétricas e as rodovias federais; e as atividades de mineração escapavam do controle ambiental da Sema e/ou das entidades estaduais de meio ambiente”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2002, p.5).

Assim, a política ambiental do governo militar permaneceu apenas como uma ação institucional, sem chegar a ter ação efetiva em qualquer região do país, ou seja, foi mais uma política de gabinete que atingiu apenas o restrito setor acadêmico. Para a Amazônia, a única política era mesmo a desenvolvimentista, que se estruturava para realizar naquele espaço uma ocupação destinada a contribuir com o progresso na nação a qualquer custo, fosse social, ambiental ou econômico.

3.2 AS CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA SOB A ÉGIDE DO NOVO GOVERNO CIVIL

O governo militar termina quando, depois de quase três décadas, é realizada a escolha de um presidente não militar por uma assembléia de civis. A eleição de Tancredo Neves, em 1985, é o marco do retorno do governo civil, que assume o poder prometendo trazer modificações para as políticas existentes no país. Era de se esperar que as políticas para o meio ambiente também pudessem sofrer alterações. E conseqüentemente, as políticas de desenvolvimento da Amazônia

Legal, que nesse período tiveram o incondicional apoio do governo federal, no sentido de promover a ocupação do território, fossem atingidas por essas mudanças.

Com discurso pautado na necessidade de retomar a democracia e de garantir o direito à escolha dos seus representantes, Tancredo Neves morreu antes de tomar posse, sendo substituído pelo vice José Sarney. Segundo Fortes (2006), o Governo Sarney não se caracteriza apenas pela consolidação da democracia brasileira, com a retomada das eleições diretas e a convocação da assembléia constituinte, mas também por haver provocado uma grave crise econômica. Viveu-se uma sucessão de planos malogrados: o congelamento geral dos preços do Plano Cruzado, sucedido pelo Plano Cruzado II e depois pelos planos Bresser e Verão, que não impediram uma hiperinflação. Além do fracasso com os planos, o governo também foi acusado de corrupção em todas as esferas - sendo o próprio Sarney denunciado, embora as acusações não tenham sido levadas à frente pelo Congresso Nacional.

No empenho de resolver os problemas econômicos, deu-se continuidade ao programa de ocupação da Amazônia e do Centro-Oeste. As ações do governo, via incentivos para abertura de novas áreas, intensificam-se e passam a atrair número cada vez maior de migrantes. A idéia fixa dos militares com a ocupação dos espaços vazios e o processo de integração para civilizar a Amazônia continuam presentes. Entretanto, a necessidade de acelerar o avanço da fronteira agrícola se torna a justificativa para a continuidade da estratégia.

As políticas de ocupação se transformam em uma das mais importantes estratégias de crescimento para o país. O desenvolvimento da Amazônia representa a criação de novos mercados produtores e consumidores, o que tem como consequência o aumento significativo na taxa de desmatamento.

Em 1988, no governo Sarney, em decorrência das queimadas e desmatamento na Amazônia, acentuadas em 1970 e 1980 (resultado desastroso de orientações equivocadas do regime militar para a ocupação e o desenvolvimento daquela região), a questão ambiental era um contencioso tão grave para o país, em termos de imagem negativa mundial, como o foram os desrespeitos aos direitos humanos durante o regime de exceção. (MESQUITA, 2005, p 1).

O desmatamento na Amazônia na década de 1980 chama a atenção das organizações internacionais, e se torna uma questão mundial, provocando a suspensão de financiamentos para qualquer tipo de projeto econômico para o Brasil. Os bancos oficiais internacionais, como o Banco Mundial, BID, Bird, Eximbank e a Comunidade Econômica Européia passam a fazer

exigências para liberar recursos, entre as quais, a necessidade de considerar os fatores socioambientais.

O novo governo, pressionado pela imagem negativa do Brasil como destruidor da floresta amazônica, passa a adotar medidas para reverter essa imagem. Apesar de o país já possuir uma legislação ambiental e uma secretaria de meio ambiente (Sema), não havia nenhuma política específica nesse setor para a região. Assim, o governo convocou um grupo de especialistas que deveriam fazer propostas que pudessem conciliar o desenvolvimento econômico com o respeito ao meio ambiente. Posteriormente, é assinado o Decreto 96.944/88 – criando o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal (alterado pelo Decreto 97.636/89). Denominado Programa Nossa Natureza, tinha como objetivo gerir as políticas oficiais relacionadas com a produção de recursos naturais renováveis e o seu uso adequado, dentro da linha do desenvolvimento sustentável, seguindo os princípios estabelecidos na Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente.

A proteção dos grandes complexos ecossistêmicos do Brasil, a organização sistemática da proteção ambiental, a elaboração de estratégias evitando atividades que comprometam a proteção, o desenvolvimento da educação ambiental, a conscientização com relação à questão ambiental, a organização de colonização e aproveitamento racional de recursos naturais nos parâmetros de ordenação territorial a ser estabelecida, a regeneração de ecossistemas comprometidos pela atuação do homem e, finalmente, baseada na proteção dos recursos naturais, a proteção dos grupos indígenas e extrativistas. (MINTER/IBAMA, 1989).

Outra legislação que abordou a questão ambiental, à época, foi a Constituição Federal:

Dois artigos, quatro parágrafos e sete itens compõem esse feito constitucional. Os principais aspectos das provisões institucionais são: a responsabilidade da autoridade pública pela preservação e restauração dos processos ecológicos, a preservação da diversidade genética, a obrigatoriedade de relatórios de impacto ambiental, a obrigação de todos os estados e territórios de criar e gerir unidades de conservação, que só podem ser alteradas por lei, o controle governamental sobre substâncias tóxicas, a proteção da flora e da fauna nativas, a recuperação das áreas degradadas pela mineração, o status de crime (ao invés de contravenção) para violações ambientais, o status de patrimônio nacional para todas as florestas e todos os litorais, e para o pantanal mato-grossense, a proibição da venda de quaisquer terras públicas sem donos ou posseiros. (DRUMMOND, 1998, p. 144).

Logo a seguir foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis (Ibama), sendo extintas as agências do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), da Superintendência da Borracha (sudhevea) e da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe). Apesar da justificativa de que esses órgãos eram ineficientes e que havia dentro deles corrupção, falta de competência e administração, “todos os respectivos cargos, funções e atribuições de cada entidade migraram para a composição do quadro funcional do Ibama” (PENHA, 1995:16).

Assim, o engajamento brasileiro às fileiras das nações praticantes do controle e manutenção do meio ambiente era inequívoco e alcançava seu ponto mais momentoso, quando da promulgação da Lei nº. 7.735, de 22/02/1989, a qual, em movimento único, extinguiu quatro instituições-símbolo do empenho brasileiro na esfera ambiental e criava um instituto, o Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, que passava a se constituir no mais referente organismo ambiental do país, assumindo a conduta de toda a execução, coordenação, fiscalização, gestão e controle dos recursos naturais renováveis brasileiros: o organismo central do Sistema Nacional do Meio Ambiente. (ZURITA, 2006, p. 7).

O Ibama ficou responsável por fazer cumprir o que havia sido estabelecido no programa Nossa Natureza, e suas ações se pautaram no cumprimento de um decreto que estabelecia a suspensão da aplicação de recursos decorrentes de financiamentos governamentais em projetos que implicassem desmatamento. Esse ato legal foi o marco divisor entre uma legislação voltada para o financiamento da ocupação e uma nova estratégia de ocupação que deixava de contar com o apoio irrestrito do governo federal. Apesar de o novo governo tentar conter o desmatamento, esse problema já estava enraizado, pois a expansão da agropecuária estimulada na gestão governo anterior provocou a destruição de milhares de hectares de floresta, que ao serem queimadas, eram detectadas por satélites, causando indignação nos ambientalistas do mundo todo.

O corte dos financiamentos e o estabelecimento de um sistema de controle pelo Ibama, no qual as novas áreas a serem derrubadas necessitavam de autorização deste órgão, foi a estratégia para reduzir as queimadas e os desmatamentos na Amazônia.

Ante as crescentes discussões em torno do baixo grau de aceitação da legislação ambiental a nível nacional e em função das pressões externas sobre o governo brasileiro visando melhoria na proteção das florestas amazônicas, ficou estabelecido dever o Ibama dedicar-se com maior intensidade que seu antecessor — a Sema — ao controle dos recursos naturais e das atividades econômicas. Esse controle referia-se especialmente ao combate a desmatamentos ilegais e ao impedimento do tráfico ilegal de animais silvestres e de peles. Pela primeira vez

o Ibama tentou, numa ampla campanha, reduzir as queimadas na Amazônia ou, pelo menos, fiscalizar o caráter legal destas atividades. Ainda que, em vista das imensas dimensões do território em questão só se pudesse contar com sucesso restrito relativo a controle, os vãos de inspeção já causaram insegurança considerável junto aos infratores. (KOHLHEPP, 1992, p.84-85).

Essa estratégia, ainda que inicialmente, inviabilizou o avanço do desmatamento, pelo menos nos dados estatísticos.

Para alívio dos diplomatas brasileiros no exterior e do governo como um todo, ao ser concluído o levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) do período 1988/1989, o desmatamento que tinha sido de 17.770 km² caiu para 13.730 km² no período 89/90. E no período 90/91, ficou em apenas 11.030 km². (SEMINÁRIO CLIMA E DESMATAMENTO, 2005, p.3)

Esse resultado, entretanto, não foi duradouro porque em seguida veio a política de descentralização¹⁰ que, dentre outros setores, atingiu o meio ambiente, que passou a ser responsabilidade dos governos locais. Como esses tinham interesse no desenvolvimento econômico, passaram a ser permissivos em relação ao desmatamento, e assim a região do arco de desflorestamento atingiu índices impressionantes de destruição.

Capobianco reconheceu que os números relativos ao desmatamento recorde de 26.130 km² na Amazônia ocorrido entre agosto de 2003 e agosto de 2004 - equivalente a mais de 8,6 mil campos de futebol destruídos por dia - são “vergonhosos, alarmantes, inaceitáveis”. No total, a devastação da Amazônia já atinge uma área de aproximadamente 680 mil km² (18% do total da área de floresta monitorado pelo satélite do INPE), maior que os territórios da França e de Portugal. (SEMINÁRIO CLIMA E DESMATAMENTO, 2005, p.3).

Ainda que o governo emoldurasse seu discurso com as medidas de proteção ao meio ambiente, o projeto de ocupação da Amazônia continuava seguindo o mesmo princípio: estimular a implantação de novos assentamentos como solução para os problemas de distribuição de terra. Neste período, a ocupação da Amazônia mato-grossense se expande com base nos projetos de colonização já implantados. O governo de Mato Grosso, seguindo a política do governo federal,

10 A descentralização política é um movimento histórico em curso no mundo desde, pelo menos, a década de 80. Na sua acepção mais ampla, o processo envolve a redistribuição de poder – e, portanto, de prerrogativas, recursos e responsabilidades – do governo para a sociedade civil, da União para os estados e municípios, e do Executivo para o Legislativo e o Judiciário. Mas uma manifestação menos abrangente do fenômeno, a descentralização fiscal (aumento relativo dos recursos financeiros postos à disposição de estados e municípios, *vis-à-vis* a União), pode ocorrer mesmo no âmbito de um sistema político grandemente centralizado, a exemplo do que prevaleceu em nosso país de 1964 a 1985. (GOMES & MAC DOWELL, 2000).

que avaliava a colonização privada como positiva, retoma a política de assentamentos conjuntos (PAC). Com o PAC o Incra representando o Estado, surge um novo método que propõe a divisão tanto das tarefas quanto dos custos. Outro destaque da política ambiental do governo Sarney foi o interesse em reativar o Tratado de Cooperação Amazônica com a "Declaração da Amazônia", que reafirmou a soberania de todos os países da área, sobre a floresta.

A Declaração da Amazônia, de 11 de dezembro de 1966, feita em conjunto pelo governo federal, pelos governos dos estados amazônicos, pelas confederações nacionais da indústria e da agricultura, evidencia claramente o desejo de todos na "mobilização de todas as forças vivas da nação visando atrair para a Amazônia empreendimentos de qualquer natureza, indispensáveis à sua valorização". (VAL, 2006, p.41).

Sarney é sucedido pelo governo de Fernando Collor de Melo, no qual se deu continuidade ao processo de estabelecer acordos comerciais com os países vizinhos, como a criação do Mercosul¹¹. O Brasil instituiu neste período uma política de “boa vizinhança”, buscando estreitar os laços de integração nos diversos âmbitos e com todos os países da América Latina. Com relação ao meio ambiente, Collor assinou vários acordos internacionais, demonstrando preocupação com a imagem do Brasil no exterior. Dois exemplos: o Acordo de Guadalajara e o Compromisso de Mendoza¹². Collor criou também a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República (Semam/PR)¹³ vinculada ao Ibama. Mesmo não traçando nenhuma estratégia voltada para a região, conseguiu obter redução nas taxas de desmatamento, ainda que isso ocorresse muito mais pelas medidas econômicas, do que pelo fato de se ter um ambientalista à frente do Ministério do Meio Ambiente.

¹¹ De acordo com Pitanguy; Heringer (2001) o Mercosul foi estabelecido em 1991, pelo Tratado de Assunção, com base em acordo de livre comércio envolvendo Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. Incorpora posteriormente o Chile e Bolívia, como membros ampliados, e Venezuela, que aderiu em julho de 2006. Para maiores detalhes, ver: ALMEIDA, Paulo Roberto. *Mercosul fundamentos e perspectiva*. Brasília: Grande Oriente do Brasil, 1998.

¹² Em 18 de junho de 1991, foi assinado em Guadalajara o acordo entre o Brasil e a Argentina para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear, no qual, entre outras providências, foi criada a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) com o objetivo de aplicar e administrar o Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares. (ABACC, 2007). O Compromisso de Mendoza foi um acordo firmado em 5 de dezembro de 1991, incluindo três países: Argentina, Brasil e Chile, com objetivo de manter seus territórios livres de armas químicas e biológicas. (FERNANDES, 2002, p.26).

¹³ De acordo com Milaré (2000) em 12 de abril de 1990, foi promulgada a Lei nº. 8.028, que inaugurou uma nova configuração institucional, pois propunha a criação da Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República (Semam/PR). Essa secretaria tinha a finalidade de “planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relativas à Política Nacional do Meio Ambiente e à preservação, conservação e uso racional dos recursos naturais renováveis”, como órgão de assistência direta e imediata ao presidente da República.

Durante o intervalo de 1990 a 2000, as taxas de desmatamento declinaram um pouco, tendo sido em média 1.654 ± 0.464 milhões de ha. por ano. Houve, no entanto, uma substancial diferença nas taxas de desmatamento entre a primeira e a segunda metade da década. De 1990 a 1994, o desmatamento foi em média de 1.348 ± 0.125 milhões de ha. Por ano, mas esta taxa subiu substancialmente, de 1995 a 2000, para 1.901 ± 0.488 milhões de hectares por ano (LAURANCE, 2002, p. 3).

Outro evento importante no governo de Collor foi o fato de o Brasil sediar no Rio de Janeiro, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida como Rio-92. Segundo Dias (1993), a CNUMAD tinha entre seus objetivos efetuar um balanço da situação ambiental do mundo e das mudanças ocorridas depois da Conferência de Estocolmo; identificar estratégias regionais e globais para ações apropriadas referentes às principais questões ambientais; propor medidas a serem adotadas pelos países visando à proteção ambiental através da implementação de políticas de desenvolvimento sustentável; promover o aprimoramento da legislação ambiental internacional; e programar mecanismos que visassem à promoção do desenvolvimento sustentado e a eliminação da pobreza nos países em desenvolvimento.

O resultado concreto dessa Conferência foi a assinatura, por quase todos os países presentes, de cinco documentos: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Agenda 21; Convenção sobre Mudanças Climáticas; Princípios para Administração Sustentável das Florestas e Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Além dos acordos, merece destaque a participação de várias representações da sociedade civil, contexto em que se fizeram presente as ONGs ambientais. Elas passaram a ter uma relação mais próxima das políticas ambientais propostas para o país, embora os fatos pós Rio-92 mostrem que a relação entre ONGs e Estado não é tão simples assim.

Começam a ficar mais complexos os laços entre ONGs e Estado, compondo uma trama difícil de ser mapeada e até mesmo de ser compreendida, visto que ocorre num quadro normativo confuso, superado, incapaz de erigir-se em referência universal para a relação, que passa a entrar por conveniências de interpretação de meandros das leis e a se consolidar sobre forte base de relações pessoais, unilaterais e conjunturais. Colocam-se em debate, dentro do próprio universo das ONGs, questões como o grau de independência possível frente ao Estado, a necessidade de diversificação de suas fontes de sustentação, a natureza de sua profissionalização, a ausência de regras universais. (BERNARDO, 2001, p.52).

Essa complexidade de relações vai gerar uma desarticulação nos trabalhos das ONGs que

provoca o quase esquecimento das propostas feitas na Rio-92. Entretanto, os problemas ambientais, principalmente em relação ao desmatamento da Amazônia, tomam dimensões cada vez maiores, passando a cobrar do governo brasileiro uma atitude imediata. Desse modo, o próprio governo passa a favorecer a criação das ONGs nacionais para debater e articular ações conjuntas com ONGs internacionais, que já encontravam adeptos em todo o país. A necessidade de preservação da Amazônia, ou pelo menos a conservação com a exploração racional dos recursos, passa a ser objeto de interesse de várias organizações locais.

Em setembro do mesmo ano o Brasil anuncia sua adesão à Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José)¹⁴. Logo depois desse importante evento, em outubro de 1992, Collor de Melo, devido a um processo de *impeachment*, foi afastado do governo, e em seu lugar assume o vice Itamar Franco. No período Franco, o Brasil aprofundou seus compromissos com o Mercosul, aderindo ao projeto de sua consolidação como uma União Aduaneira.

Foi durante o Governo Itamar que o Grupo dos 15 (Grupo de Consulta e Cooperação Sul-Sul) reuniu-se em Dacar, onde foi reafirmada a questão da “Agenda de Paz” da ONU, articulada com a “Agenda para o Desenvolvimento” com ênfase no aspecto social. Dentro das premissas básicas da diplomacia brasileira deste mandato, o assunto meio ambiente foi contemplado com a ratificação do acordo Convenção-Quadro sobre a Mudança do Clima e da Convenção sobre Diversidade Biológica. O Brasil participou também da Comissão de Desenvolvimento Sustentável para implementar a Agenda 21 da Eco-92. O país ainda teve papel destacado na II Conferência Internacional sobre Direitos Humanos, realizada em Viena, na qual foram consagradas a universalidade e a indivisibilidade desses direitos.

A política ambiental do Governo Itamar foi marcada pela criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O MMA foi criado pela Lei nº. 8.490, de 19 de novembro de 1992. O MMA teve sua origem com a criação da Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República – SEMAM/PR em 1990 que foi transformada em 1992 em Ministério do Meio Ambiente – MMA. Em 1993 também ocorreram novas mudanças e o

¹⁴ Essa convenção, assinada em San José, Costa Rica, em 1969, entrou em vigor em 1978. Somente Estados membros da Organização dos Estados Americanos podem aderir à Convenção Americana, que conta hoje com 25 Estados-partes, tendo sido o Brasil o país que mais tardiamente aderiu à Convenção, em 25/09/1992. Na qualidade do principal instrumento do sistema interamericano, a convenção assegura substancialmente um amplo catálogo de direitos civis e políticos, incluindo o direito: à vida, liberdade, julgamento justo, proteção judicial, privacidade, liberdade de consciência e religião, liberdade de pensamento e expressão, dentre outros direitos. (PIOVESAN, 2006, p. 48).

MMA passou a ser Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Em 1995 é novamente transformado em Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. E finalmente no ano de 1999, volta a se denominado novamente de Ministério do Meio Ambiente. (MMA, 2007).

Também foi nesse governo que se deu início à implantação do Sivam¹⁵, devido a dois eventos ocorridos na Amazônia e que provocaram a necessidade de se ter um controle maior sobre a região.

De acordo com Viola (1998), o primeiro foi o fato de as Forças Armadas norte-americanas desenvolverem operações de treinamento militar na Guiana, e o massacre de aproximadamente 20 índios Yanomami dentro de sua reserva em Roraima, por um grupo de garimpeiros. O segundo fato chamou imediatamente a atenção da crítica internacional, particularmente das ONGs. Como esta combinação de eventos confirmou os temores da maioria dos militares, Itamar Franco, sob pressões internas e externas, determinou a criação de um sofisticado sistema para controlar o espaço aéreo na Amazônia, além de um ministério extraordinário para a coordenação das ações governamentais na região, mas que poucas semanas depois foi fundido com o Ministério do Meio Ambiente.

Ao término do Governo Itamar, devido à forte instabilidade macroeconômica, as questões ambientais são relegadas a papel secundário, e o resultado vai ser o declínio do movimento ambientalista pós Rio-92, além dos muitos questionamentos sobre a globalização que se iniciava pela expansão dos mercados e que poderia atingir a todos.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) deu continuidade ao processo de fortalecimento das relações com a América Latina, buscando também projetar seu papel como coordenador de países. A idealização de uma relação estratégica com a Argentina tornou-se o eixo principal desta política, porém o governo procurou intensificar as relações com o Chile, a Bolívia e o Pacto Andino. Merece destaque ainda a atuação do Brasil no patrocínio dado à

¹⁵ O sistema de vigilância da Amazônia é formado por uma rede de coleta e processamento de informações. Compõem o sistema diversos equipamentos de vigilância, como radares primários e secundários. Eles promovem o controle do tráfego aéreo na região, identificando, respectivamente, os aviões que querem e os que não querem ser localizados. São aparelhos fixos, transportáveis e aerotransportáveis. Conta, ainda, com sensores de vigilância ambiental, capazes de analisar a qualidade da água e do ar, bem como com três aviões de sensoriamento remoto. Por meio da refração da luz, essas aeronaves têm a capacidade de identificar, a uma distância de até 300 quilômetros e com o tempo nublado, se uma determinada área está sendo usada para o cultivo de maconha ou de qualquer outra cultura. Os aparelhos também ajudam a descobrir, por exemplo, a ação de madeireiras clandestinas. Esses dados, somados a outros que o Sivam já está gerando e ainda vai gerar, permitirão que o governo brasileiro trace o zoneamento econômico da região. (LOURENÇÃO, 2003).

Declaração de Paz do Itamaraty, assinada em 26 de outubro de 1998, que propôs uma solução definitiva para o conflito entre o Peru e o Equador. Durante o Governo Cardoso, foi iniciada a prática de exercícios militares conjuntos e a cooperação no âmbito das Operações de Paz da ONU.

No Governo FHC a globalização toma forma e passa a ser o elemento norteador de todas as políticas do país. As políticas ambientais passam a ter que dar respostas não apenas para o próprio país, mas também para todos os povos. Com relação à Amazônia, surge a necessidade de maior cooperação entre o Brasil e os vizinhos amazônicos, o que extrapolou a preocupação com o terreno comercial. Os países vizinhos compartilhavam dos mesmos problemas do Brasil, no que diz respeito à floresta amazônica, tais como contrabando, proteção ambiental e narcóticos. Desse modo os governos passaram a tratar da questão coletivamente, o que deu origem a vários acordos.

Foram assinados Acordos de cooperação bilateral com a Venezuela (ago/1993 e mar/1994) e criada a Comissão de Vizinhança Brasil - Colômbia (janeiro/1994). Com a Bolívia foi assinado um acordo para a compra de gás natural e a construção de um gasoduto de 3 mil km (março/1993) (HIRST, 2000, p.2).

Nesse período também foi ampliada a cooperação civil-militar para lidar com os problemas ambientais e de segurança da região amazônica. Com a implantação do SIVAM, cujo objetivo era ampliar o controle sobre o tráfico de drogas, o contrabando, o desmatamento e as ameaças a populações indígenas, o governo passa a ter um conhecimento maior do que ocorre na Amazônia, mesmo que isso ainda não signifique controle das ações ali executadas.

Em julho de 1994, o governo brasileiro - num processo muito reservado com participação central dos militares - decide-se em favor do sistema de radar oferecido pela corporação norte-americana Raytheon (historicamente ligada ao Pentágono) ao invés de um similar francês. A administração Clinton interveio ativamente em favor da Raytheon penetrando inclusive o establishment militar brasileiro. Provavelmente, a decisão a favor da Raytheon explica-se por uma combinação de interesses particularistas de setores militares brasileiros. (VIOLA, 1998, p.12).

Apesar de todas essas iniciativas e de o governo se mostrar interessado na questão ambiental, as medidas no sentido de promover políticas ambientais para a Amazônia vão ter o mesmo tratamento dado à política ambiental brasileira, que durante os anos 1993-94 ficou estagnada. Somada a isso, a atuação dos grupos ambientalistas para recrutar novos ativistas

diminuiu depois da Rio-92, devido ao retorno para as atividades locais e à falta de recursos para estabelecer novos contatos.

O fervilhar de idéias e práticas sociais que construiu a “Geração-92” do ambientalismo brasileiro declinou significativamente depois da UNCED, diante dos impasses gerados pela crise de governabilidade da sociedade, perda de importância da questão ambiental na opinião pública, exacerbação de conflitos organizacionais de cunho pessoal, diminuição de recursos financeiros das ONGs e pela bifurcação do processo de socialização das lideranças (VIOLA, 1998, p.13).

Diante desse cenário, a questão ambiental passa a ser secundária, já que a grande preocupação do governo é com a articulação e manutenção do Plano Real. A questão econômica se torna a mais importante, pois o Brasil se posiciona diante do mercado interno e externo como país em desenvolvimento. Assim, o governo de FHC, que apresentava um discurso pautado numa política social, voltou-se na verdade para uma política de privatizações de grande parte das estatais brasileiras. O fator econômico e suas articulações foram determinantes na vitória de Fernando Henrique, que ao assumir o governo, estrutura uma política externa capaz de assegurar a inserção competitiva do Brasil no processo de globalização crescente. Contudo, não se pode deixar de dizer que entre as participações em eventos no exterior, Fernando Henrique também esteve presente em vários compromissos da agenda ambiental que ocorreram nos anos de 1995 a 2002.

Durante sua gestão, o Brasil promoveu a participação em foros multilaterais como meta prioritária. Destacaram-se os diversos acordos promovidos com os parceiros do Mercosul, a participação em 1996 na II Cúpula das Américas em Santiago, visando à criação da Área de Livre Comércio das Américas e a entrada do Brasil no ano seguinte no Banco para Compensações Internacionais (BIS). O governo brasileiro participou ainda da discussão internacional sobre diversas questões, entre elas, meio ambiente (destacou-se a Conferência de Kyoto sobre Mudanças Climáticas em 1997), direitos humanos (apoio brasileiro à criação do Tribunal Penal Internacional em Roma em 1998), não-proliferação nuclear (adesão brasileira ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear em 1998) e integração (criação, junto com os países lusófonos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em 1996). Especial atenção foi outorgada pelo governo Fernando Henrique à consolidação do Mercosul, à defesa da democracia e dos processos de paz na América do Sul. (HIRST, 2000, p. 01).

Outro fator relevante para a política ambiental do Governo de FHC, embora se tratasse mais de um programa de segurança nacional, foi a implantação do Sipam/Sivam.

O Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) foi criado para “integrar informações e gerar conhecimento atualizado para articulação, planejamento e coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal brasileira, visando à proteção, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável da região. Para tanto, o sistema utiliza dados gerados por uma complexa infra-estrutura tecnológica, composta por subsistemas integrados de sensoriamento remoto, radares, estações meteorológicas e plataformas de dados, instalada na região. (LOURENÇÃO, 2003, p. 21).

Foi nesse governo que se deu início à ativação do primeiro complexo operacional do Sipam/Sivam, contando com significativa quantidade de ativos de vigilância já instalados para monitoramento permanente da Amazônia Legal. Mesmo com o Sivam e outras medidas estabelecidas pelo governo, como a criação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), o resultado dos oito anos de gestão de Fernando Henrique vai ser negativo para o meio ambiente.

A política pública do governo Cardoso tem sido muito limitada no que se refere à sustentabilidade ambiental. O programa Brasil em Ação, o conjunto mais expressivo de projetos governamentais ora em desenvolvimento, não tem compromisso com a sustentabilidade. Por mais que sejam visíveis os sinais de institucionalização dos sistemas de controle ambiental, eles são periféricos em relação aos sistemas de poder e têm aparatos pouco eficientes, ou são reféns de uma legislação incongruente e de políticas setoriais de curto prazo. A mudança da legislação ambiental em questões decisivas (Recursos Hídricos e Crimes Ambientais) tem sido muito lenta: ela sofreu distorções e vetos provenientes de setores tradicionais predatórios e a reorganização institucional necessária a sua plena vigência não encontra atores implementadores no núcleo do governo. A área ambiental se caracteriza pela fragmentação e incompetência gerencial, além de continuar isolada dos centros de decisão econômica, onde se definem as políticas de desenvolvimento. O projeto de reforma tributária em curso não toca em critérios de sustentabilidade. A política ambiental internacional do Brasil é defensiva não aproveitando nas negociações globais as oportunidades abertas por cruciais vantagens comparativas: forte peso das fontes renováveis na matriz energética atual (hidroelétrica e biomassa) e potencial (solar e eólica); maior mega-biodiversidade do planeta e conseqüente grande potencialidade de desenvolvimento biotecnológico transnacionalizado; e, gigantescas florestas que produzem um serviço ambiental global sequestrando carbono. (VIOLA E LEIS 1997).

Isso vai se refletir também nas políticas para a Amazônia e na atuação de órgãos governamentais como o Ibama e o próprio Ministério do Meio Ambiente.

A política do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia tem se pautado pelo déficit de liderança, de capacidade gerencial e de

eficiência alocativa. O Ibama continua sendo uma agência de difícil governabilidade e com uma péssima distribuição geográfica e funcional dos seus recursos humanos: um excesso de funcionários em atividades meio em Brasília e nas capitais e uma dramática carência de funcionários em atividades fim em campo. Os problemas do Ibama são uma das causas fundamentais (além do crescimento econômico) de um novo aumento das queimadas e desmatamento na Amazônia verificado a partir de 1995 (depois da queda no período 1990-94). (VIOLA, 1998, p. 16).

Em 2002 termina o mandato de FHC e quem assume a Presidência é Luiz Inácio Lula da Silva. Inicia com a pretensão de ser um governo diferente, porque pela primeira vez o Brasil havia eleito um presidente popular. A vitória de Lula reacendeu as expectativas de uma ampla discussão sobre a questão trabalhista e sindical no país, por ele pertencer a um partido de origem popular, cujas bases de sustentação se confundiam com os movimentos sociais e, principalmente, com amplas camadas do movimento sindical, notadamente a Central Única dos Trabalhadores.

A gestão Lula é caracterizada pela continuidade da estabilidade econômica adquirida com o Plano Real e uma balança comercial crescentemente superavitária. Na área de políticas fiscal e monetária, marca-se por realizar uma política econômica conservadora. O Banco Central goza de autonomia prática, embora não garantida por lei, para buscar ativamente a meta de inflação determinada. A questão econômica tornou-se conseqüentemente a pauta maior. Porém, a minimalização dos riscos e o controle das metas de inflação de longo prazo impuseram ao Brasil uma limitação no crescimento econômico.

Outra característica marcante desse governo é na área de Relações Exteriores, com a tentativa de formar grupos de trabalho para participar da Organização Mundial do Comércio, representando os países em desenvolvimento. Ainda na política externa, o governo Lula atua para integrar o continente Sul Americano, expandir e fortalecer o Mercosul.

Se a política externa registrou alguns percalços, a política interna, que iniciou com muito crédito por parte da população, chega ao final do primeiro mandato um tanto conturbada. Apesar de toda a crítica que atingia o governo no início de 2006, o presidente Lula consegue reagir e mudar esse cenário, vence as eleições e ganha o direito de governar o país por mais quatro anos.

No segundo mandato, o partido do presidente, que no primeiro tinha uma bancada pequena no Congresso, passa a ser maioria, e com isso foi instituído um Conselho Político do qual participam os líderes dos partidos. No segundo governo foi lançado no dia 22 de janeiro o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), formado por um conjunto de medidas que visa a

aceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira, bem como uma série de mudanças administrativas e legislativas. Além deste programa, outros planos estão sendo lançados no sentido de complementar as ações do PAC, tais como:

a) o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que estabelece o objetivo de nivelar a educação brasileira com a dos países desenvolvidos até 2021 e prevê medidas até 2010;

b) o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), que prevê, entre outras medidas, a criação de um piso salarial nacional para policiais civis e militares e um programa de habitação para policiais, visando retirá-los das áreas de risco;

Um setor polêmico abordado no PAC é o desenvolvimento de fontes de energia renovável, que tem pouca atenção se comparado ao estímulo dado a quem queira investir nos projetos de infra-estrutura energética, como as grandes usinas hidrelétricas. O risco ambiental aí contido é imenso, mas não é tratado pelo PAC.

A política ambiental do Governo Lula é marcada por uma série de contradições, na qual a herança da política desenvolvimentista continua a encontrar caminhos para dar seguimento ao processo de depredação socioambiental. No entanto, talvez seja neste momento que as questões ambientais vieram à tona e assim, tanto indivíduos comprometidos quanto os desinteressados, já não podendo mais ignorar o problema, apossaram-se do discurso em defesa do meio ambiente. Mas a diferença entre ambos é notória, quando se observa a preponderância dada ao fator econômico, em detrimento dos demais fatores que constituem a vida humana.

Durante o Governo de Lula, o Ministério do Meio Ambiente esteve a cargo da ministra Marina Silva, que pela sua história de vida dedicada à defesa do meio ambiente, e pela sua postura diante do cargo assumido, tornou-se uma referência para os ambientalistas e ao mesmo tempo um entrave para os políticos desenvolvimentistas. Desse modo pode se dizer que, dentro de um mesmo governo duas forças se digladiaram; de um lado o Ministério do Meio Ambiente e do outro todos os ministérios voltados para o desenvolvimento econômico do país. Esse embate foi disseminado entre a população que, diante de seus conhecimentos e necessidades, tomou partido por um lado ou pelo outro.

A expectativa inicial dos ambientalistas em relação à política ambiental do Governo Lula era muito grande, porém logo nos primeiros anos se pode observar que existia um distanciamento entre as metas estabelecidas e as ações para se chegar a elas. A primeira questão polêmica foi gerada pela importação de pneumáticos usados, do Paraguai e Uruguai. Preocupado com as

relações comerciais estabelecidas no Mercosul, o governo deixou de levar em conta os problemas ambientais que sua atitude poderia acarretar no futuro. Somado a isso, em uma visita ao pantanal, Lula defendeu a industrialização daquela região, considerada um santuário ecológico. Os protestos e também as medidas para a implantação desse pólo chegam até os dias atuais.

O projeto é implantar um pólo industrial em Corumbá. Apesar do ecossistema da região não ser o lugar mais adequado para abrigar indústrias pesadas, já se prevê-se a instalação de cerca de 20 plantas industriais apenas no lado brasileiro do Pantanal. A empresa MMX/EBX, de Eike Batista, está tentando se instalar no Brasil e na Bolívia. Há também a previsão de implementação de um Pólo Gás-químico, para a utilização do gás natural boliviano, contaminado naturalmente por mercúrio, para a fabricação de plásticos e fertilizantes. A Petrobrás seria a principal interessada. O problema é que Corumbá detém cerca de 40% da área do Pantanal. Fica no centro do ecossistema considerado Patrimônio Nacional (Constituição Federal de 1988), Patrimônio da Humanidade (ONU 2000) e Reserva da Biosfera (UNESCO 2000). (MANSUR, 2007, p. 1).

Com o apoio do presidente, o PT de Mato Grosso do Sul, representado pelo ex-governador José Orcírio Miranda dos Santos, continua a negociar a implantação desse pólo, ainda que dentro do próprio MMA existam posições contrárias. Outra questão bastante polêmica foi a legalização dos transgênicos.

O atual governo, sob argumentos de ordem eminentemente econômica – não desprezível, mas certamente também não incontestável – valendo-se de uma medida provisória, liberou a comercialização dessa soja para consumo interno e exportação. Ao interromper abruptamente um processo que ainda mantinha, mesmo com base numa decisão judicial, a possibilidade de contemplar o Princípio da Precaução, reforça-se as premissas que vêm sustentando a repetida tolerância com ações que ferem a legalidade. (MARINHO, MINAYO-GOMEZ, 2004, p. 102).

Com o parecer favorável da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) a respeito dos transgênicos, o governo junta a essa questão a necessidade de aprovar leis para a pesquisa com células-tronco e acaba por regulamentar tudo isso na Lei nº. 11.105, de 24 de março de 2005¹⁶, ainda que existissem posições antagônicas. Dando sequência aos fatos

¹⁶ Art. 1º Esta lei estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização, o consumo, a liberação no meio ambiente e o descarte de organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, tendo como diretrizes o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia, a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal, e a observância do princípio da precaução para a proteção do meio ambiente. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2005, p. 1).

polêmicos, o governo enviou, então, para o Congresso, um projeto de lei regulamentando a concessão de florestas públicas para uso sustentável por madeireiras nacionais e estrangeiras com o argumento de que, sem elas, o processo de desmatamento vai prosseguir, sem vantagens para o país e, sobretudo, de forma não sustentável. De acordo com Godoy (2006), este posicionamento do governo está baseado nos seguintes pressupostos:

a) a gestão dos recursos naturais “públicos” é problemática (por falta de recursos financeiros e humanos, fiscalização etc.) e ao se transferir a gestão para o setor privado, verifica-se forte tendência a serem tratados como “bens privados” e, conseqüentemente, deverão apresentar melhores resultados; ou seja, a única alternativa é a gestão/concessão às empresas;

b) a descentralização da gestão do governo federal para as empresas locais leva a uma melhor gestão ambiental das florestas.

Esses dois pontos dividem o debate sobre a concessão de florestas públicas, mas o governo continuou a defender a necessidade de tomar medidas, pois é “nessas terras que ocorrem as expansões da soja e da agropecuária apontadas como as principais causas do desmatamento, a derrubada ilegal das matas, as grilagens e a ocupação ilegal” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2004).

Outra questão que tem dividido opiniões é o projeto de desvio do rio São Francisco aprovado na segunda gestão Lula. De um lado estão aqueles que defendem a canalização como fator de desenvolvimento para algumas regiões da seca, enquanto outros se preocupam com o impacto ambiental de tal projeto e defendem a necessidade de revitalizar o rio.

Por estas e outras questões o Governo Lula tem sido alvo de críticas e previsões preocupantes em relação ao meio ambiente. No entanto, não se pode negar que, nos últimos anos, muitos esquemas de corrupção estão vindo à tona, e isso tem colocado na mídia a posição que cada indivíduo ocupa nesta trama de relações que envolvem a questão ambiental. Um exemplo é a Operação Curupira.

A Polícia Federal deflagrou a maior operação de sua história contra a máfia do desmatamento na Amazônia. A justiça decretou a prisão de pelo menos 42 empresários e 47 servidores do Ibama, suspeitos de envolvimento com um esquema de fraude e corrupção instalado há 14 anos no Ibama de Mato Grosso. Funcionários públicos emitiam autorizações falsas para a exploração e transporte de madeira. (ELIA, 2005, p. 1).

A sucessão de escândalos envolvendo políticos e funcionários públicos, aliada à

necessidade cada vez maior de tomar atitudes em relação às formas de apropriação do ambiente, tem exigido do governo uma tomada de decisão. Isso porque, se continuar a política de crescimento promovida pelo PAC, sem levar em consideração a necessidade de uma gestão ambiental mais firme e mais comprometida com as reais demandas nacionais e globais, esse programa pode se transformar numa armadilha ambiental para a Amazônia e para as áreas impactadas pelos grandes empreendimentos de infra-estrutura. Além disso, se o governo recuar diante dos grandes investidores na questão do combate ao desmatamento - e, por consequência, ao aquecimento da atmosfera - pode comprometer em alto grau o trabalho construído por sua diplomacia no cenário internacional e dificultar o andamento de acordos multilaterais que interessam a todo o planeta, como o Protocolo de Cartagena (biodiversidade) e o Protocolo de Quioto.

A questão das mudanças climáticas voltou a ser a preocupação do momento em todas as esferas governamentais. A cobrança em torno de medidas que garantam a continuidade da vida no planeta coloca os países numa encruzilhada, onde a escolha por este ou aquele caminho vai acarretar em consequências para todos. Assim, o Governo Lula, em seus mais três anos de gestão, poderá tomar muitas decisões que podem ou não ser questionáveis, mas que com certeza vão provocar novas polêmicas, pois a busca por um caminho que leve ao desenvolvimento sustentável não possui ainda um mapa.

3.3 A INSERÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE

A colonização do norte de Mato Grosso sempre esteve estreitamente ligada à política dos governos militares, baseada na ocupação da Amazônia para demarcar território, em que quase nada foi pensado a respeito de preservação ou conservação do ambiente. A ocupação da Amazônia mato-grossense tem início na gestão do governador José Fragelli¹⁷, cuja função foi a de realizar o processo de distribuição de terras. Durante esse governo foram criados os processos

¹⁷ Fragelli nasceu em Corumbá-MS, aos 31/12/1915. Formou-se em Direito pela Universidade do Largo de São Francisco, em São Paulo. Em 1938 assumiu o posto de promotor de justiça de Mato Grosso. Foi professor e diretor do Colégio Osvaldo Cruz, de Campo Grande. Nos anos seguintes ingressou na política, foi eleito deputado estadual (1947 a 1954) foi líder da Assembléia Legislativa e secretário de Interior, Justiça e Finanças. Chegou à Câmara Federal (1955 a 1959). Em 1971 assumiu o Governo do Estado num cenário difícil, em meio a uma grave crise financeira. Mais de 90% da receita do Estado estava comprometida com o pagamento de dívidas. José Fragelli ainda exerceu o cargo de senador (1980 a 1987), quando presidiu o Congresso Nacional. Nesse período, assumiu a Presidência da República por duas vezes. (SECOM/MEIO AMBIENTE, 2007, p.2).

de licitação para a venda de terras devolutas, e é também nesse período que se estabelecem as parcerias com as colonizadoras privadas para promover um processo de ocupação seletivo e ordenado, que seguiu algumas estratégias destacadas por Becker (1990), tais como:

a) Implantação de redes de integração espacial. Destacam-se quatro tipos de redes no investimento público. Primeiro, a rede rodoviária, com a implantação de eixos intra-regionais como Cuiabá – Santarém. Segundo, a rede de telecomunicações comandada por satélite, que difunde os valores modernos pela TV e estreita os contatos por uma rede telefônica muito eficiente. Terceiro, a rede urbana, sede das redes de instituições estatais e organizações privadas. Finalmente, a rede hidroelétrica, que se implantou para fornecer energia, o insumo básico à nova fase industrial;

b) Subsídios ao fluxo de capital e indução dos fluxos migratórios. A partir de 1968, mecanismos fiscais e creditícios subsidiaram o fluxo de capital do Sudeste e do exterior para a região, através de bancos oficiais, particularmente, o Banco da Amazônia S. A. (Basa). Por outro lado, induziu-se a migração por meio de múltiplos mecanismos, inclusive projetos de colonização, visando ao povoamento e à formação de um mercado de mão-de-obra local;

c) Superposição de territórios federais sobre os estaduais. A manipulação do território pela apropriação de terras dos estados foi um elemento fundamental da estratégia do governo, que criou por decreto territórios sobre os quais exercia jurisdição absoluta e/ou direito de propriedade. O primeiro grande território criado foi a Amazônia Legal, superposta à região Norte¹⁸;

O resultado desse processo geopolítico de ocupação da Amazônia, de acordo com Becker (1997), apóia-se em estratégias territoriais que impõem sobre o território uma malha de duplo controle – técnico e político – constituída de todos os tipos de conexões e redes, capaz de controlar fluxos e estoques, e tendo as cidades como base logística para a ação. Essa malha foi implantada na Amazônia, entre os anos de 1965 a 1985, com o objetivo de completar a apropriação física e o controle do território.

Como a meta básica era a apropriação e controle do território, o governador de Mato Grosso, seguindo a mesma linha de ação, vê na parceria privada o método mais eficaz para assentar os colonos e criar mecanismos para mantê-los na região. A política de colonização nesta

¹⁸ Mattos (1980) informa que em 1966, a Sudam demarcou os limites da atuação governamental, somando, aos 3 500 000 km² da região Norte, 1 400 000 km², e assim construindo a Amazônia Legal. Em seguida, em 1970-1971, o governo determinou que uma faixa de 100 km de ambos os lados de toda estrada federal pertencia à esfera pública, segundo a justificativa de sua distribuição para camponeses em projeto de colonização. Através dessa estratégia, o governo federal passou a controlar a distribuição de terras, adquirindo grande poder de barganha.

região vai se pautar em duas ações: ocupar a terra com o cultivo e provocar a transformação de uma área não colonizada em lugar de colonização. O primeiro alvo para as transformações vai ser o solo, principal atrativo para os colonos, que têm a intenção de usá-lo para o cultivo agrícola e pastagens.

Na Amazônia mato-grossense, a comprovação da fertilidade do solo era parte da propaganda de venda das terras. Eram mostrados *slides* com imagens de plantios, principalmente de café. Para quem duvidasse, eram mostrados os resultados de análise de solo.

Foram enviadas amostras de solo para o instituto Agrônomo de Campinas e junto a professores do Rio de Janeiro e Piracicaba. Além disso, contou também com o apoio do projeto Radar da Amazônia (projeto RADAM) que rastreava e mapeava a região amazônica, indicando as suas potencialidades agrícolas, apontando inclusive a área de castanhais nativos, dentre as quais, Alta Floresta era uma delas. E o resultado não poderia ser outro: estamos numa área privilegiada da Amazônia. (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 99).

O *marketing* contava com a distribuição de *folders*, cujos textos já apontavam para a certeza de que a agricultura poderia enriquecer aqueles que estivessem dispostos a trabalhar. Essa idéia era reforçada por slogans: de Sinop: “Meu amigo, você com seu trabalho e desejo de ficar rico: nós com a terra que lhe oferecemos”; de Colíder: “Gleba Cafezal: aqui o seu futuro é hoje”; e em Alta Floresta: “Torne-se um rico agricultor em Alta Floresta: terra fértil, documentação sadia, acesso permanente”. Outro recurso utilizado eram os encartes de jornais:

Esse suplemento foi idealizado especialmente para aquelas pessoas que, com vontade de progredir e mesmo sendo trabalhadoras, não tem conseguido campo ou chance para desenvolver-se e assim propiciar melhores condições de vida para os seus familiares. O norte de Mato Grosso com suas terras férteis isenta de geadas ou inundações, temperatura média anual de 24 a 26 graus, regime de chuva em torno de mil milímetros anuais e bem distribuídas é uma das raríssimas oportunidades que o Brasil de hoje está lhe oferecendo. Alta Floresta é mais do que isso: é uma certeza de êxito. Lá não existe crise, não se fala em crise, sobram terras e falta mão-de-obra para tudo. (GREIN NETO, 1980, p.01)

Com a idéia de enriquecer, de preferência em curto prazo, os colonos tinham nas promessas de fertilidade da terra a garantia do seu investimento. Mesmo com todas as estratégias, logo nos primeiros anos, os colonos descobriram que a terra não era tudo o que eles esperavam. A produção era boa somente nas primeiras colheitas, depois a lavoura enfraquecia e a produtividade

diminuía. Isso porque, de acordo com Kitamura (1994), os solos amazônicos apresentam deficiência de nitrogênio, fósforo, potássio, cálcio, enxofre, magnésio, zinco e ou cobre, alta fixação de fósforo, baixa capacidade de troca catiônica e o risco de erosão hídrica. Apesar de realmente existirem algumas manchas de solo mais apropriado para a agricultura, essas áreas são pequenas. Diante dessas evidências, os colonizadores, cada um a seu modo, não desistiram e continuaram a afirmar que em relação à Amazônia mato-grossense essa realidade era diferente.

Ariosto da Riva afirma que a mancha de terra fértil vai de Alta Floresta à Paranaíta e à Apiacás estendendo-se aos rios Juruena e Roosevelt, na divisa com Rondônia é a maior de toda a Amazônia. Dá pra se fazer aqui dois nortes do Paraná e um novo Estado de São Paulo. (GREIN NETO, 1983, p.4).

Se a situação dúbia em relação à fertilidade do solo era questionada por alguns, o processo de ocupação era tão eficaz que, mesmo diante desses alertas, os colonos não se preocuparam tanto com o que poderia acontecer no futuro. O que importava naquele momento era o que eles estavam visualizando: uma terra que produzia enormes pés de café, de arroz, de milho, etc. Preocupados com o presente, quando chegavam à propriedade, sua primeira atitude era derrubar e depois queimar a floresta para construir a casa e preparar o terreno para o plantio. Essa técnica é oriunda da prática denominada agricultura itinerante¹⁹.

O fogo, o mais primitivo instrumento de limpeza do terreno, foi praticamente o único utilizado para completar o trabalho iniciado com o motosserra e o machado, na preparação do solo para os projetos agropecuários (...). Nesse processo de limpeza além do impacto ambiental inexorável, queimava-se também a riqueza conhecida e com alguma liquidez no mercado, a madeira, como também uma riqueza desconhecida advinda da biodiversidade. (HIGUSHI, 1998, p. 4).

A maioria dos colonos fez a derrubada pensando apenas em sua necessidade de garantir a posse da terra, já que o fato de ter plantações e construções habitadas era o indicativo de que a terra possuía dono.

¹⁹A agricultura itinerante é um sistema agrícola primitivo, adotado historicamente nos ecossistemas de florestas tropicais, em que o ser humano derruba trecho da floresta, queimando-o como preparo da terra para cultivo de subsistência, obtendo durante 4 a 6 anos, alimento. Posteriormente, a área é abandonada, pois se torna improdutiva. Passa então a ocupar novos trechos da floresta e assim por diante. Na região amazônica, esse sistema ainda é o mais importante, tanto pela viabilidade econômica - responsável por pelo menos, 80% da produção de alimento - como também pela quantidade de pessoas que dele dependem direta ou indiretamente. (COSTA, 2001).

O valor atribuído à floresta, por grande parte dos proprietários rurais, é totalmente diferente daquele inferido pela ótica dos defensores dos valores ambientais. A floresta para grande parte desta população, é apenas uma barreira a ser vencida para o estabelecimento do seu pasto. A população migrante valoriza a natureza amazônica de forma totalmente banalizada, a floresta não representa para ela qualquer perspectiva de sobrevivência. Pastos e bois, ou alternativamente, um projeto agrícola associado à fruticultura (principalmente o cacau) ou a cafeicultura são os únicos projetos viáveis para o universo cultural de grande parte da população local. O boi é o símbolo de *status* máximo e uma segurança de investimento assumida – mesmo em épocas de crise no mercado da carne. Na visão da população migrante, a terra deve ser utilizada para a agricultura e pecuária (visão de “campo Limpo”) e para isso as áreas de floresta são incompatíveis. (BRASIL JUNIOR, 2003, p. 122).

A desvalorização da floresta ocorre desde o período inicial da ocupação. A madeira derrubada pelos primeiros colonos, fosse de porte comercial ou não, era toda queimada, exceto uma quantia mínima destinada à construção da casa e de abrigo para os animais. As poucas madeireiras não tinham interesse em comprar o produto, já que elas também possuíam áreas próprias de exploração, compradas ou invadidas. Quando a propriedade do colono estava situada próxima à cidade, havia interesse das madeireiras que trocavam madeiras *in natura* por madeira serrada para suas construções. Outro fator que inicialmente contribuiu para este desperdício é que a comercialização fora da área da colonização tornava-se inviável pelos altos custos de transporte, provocados pela distância e falta de condições das estradas.

Além da destruição das florestas, os animais selvagens que ali habitavam foram exterminados, tanto para servir de caça para alimentar as famílias, quanto pelas queimadas, da qual muitos não conseguiam fugir. Mesmo que a situação fosse de total perigo, alguns conseguiram fugir para áreas mais distantes e outros começaram uma aproximação com o homem, transformando-se em animais domésticos, apesar das proibições legais.

As águas dos rios foram exploradas de acordo com as necessidades, primeiro para uso doméstico, depois pela pesca e finalmente para utilização na pecuária. O potencial pesqueiro dos rios da região era ressaltado em *folders* de propaganda, junto às imagens de agricultura e da madeira, como mais um recurso disponível à exploração dos colonos.

Essa região é muito rica e a terra de grande produtividade. A produção de café robusta chega a 150 sacos por hectare, sem adubo e sem geada. O cacau dá 100 arrobas por hectare. Aqui temos o único pólo cacaueiro da Amazônia garantido pela CEPLAC. Castanha é nativa e abundante, cerca de 500 kg por árvore. Seringueira produz 400 kg por hectare de borracha natural e é muito rentável. Arroz tem uma produção de 1.500 kg por hectare e pode ser plantado logo

depois da derrubada e depois no meio do cafezal. Rios são muitos e tem pesca abundante e muita beleza natural. (GREIN NETO, 1983, p.4).

Em relação à apropriação dos recursos naturais, nada era proibido, apenas havia algumas recomendações, como no caso de Alta Floresta, em que a colonizadora mandou imprimir o seguinte texto no verso da capa da escritura de terra: “Preserve as castanheiras, elas podem ser a sua poupança no futuro”.

As estratégias para estabelecer a colonização não levaram em consideração a necessidade de identificar, conhecer e quiçá preservar a biodiversidade da região. Pelo contrário, foi considerada como entrave do processo, ou em poucos casos como fonte de recursos a ser explorada para garantir a primeira renda dos colonos, que auxiliava na sua alimentação e até mesmo no pagamento da propriedade.

Apesar de os rumores sobre a questão ambiental e a preservação da Amazônia já serem alvos de especulação por alguns ambientalistas locais, ou então sentidos nas visitas de pesquisadores e jornalistas, os colonos permanecem alheios a tudo. Esse período, que compreende o final da década de 1970 até meados dos anos de 1980, é o momento de enaltecer a colonização, vista como sucesso de reforma agrária pelos políticos e divulgada largamente pela imprensa. A região é apontada como o novo pólo agrícola, com histórias de colonos bem-sucedidos, um lugar de riquezas inesgotáveis e de homens corajosos, dispostos a enfrentar tudo pelo crescimento e desenvolvimento da pátria.

Se você me perguntasse: O dinheiro cai do céu em Alta Floresta? Alguns jornais e revistas já escreveram que sim. Isso é claro, não é verdade. O dinheiro vem, mas com o trabalho. Agora se afirmassem que Alta Floresta é o céu, aí sim, estariam quase corretos. (GREIN NETO, 1983, p.4).

O primeiro sinal de mudanças na política de ocupação vai ocorrer com a criação do Ibama em 1989, e a posterior implantação de suas unidades regionais. A partir daí, as derrubadas e as queimadas passam a depender de autorização. Mesmo não tendo a eficácia esperada para conter o desmatamento, a presença dos funcionários do Ibama, somada à regra de ter que pedir autorização, provoca certo receio nos colonos. Isso leva ao desmatamento mais acelerado, para que não houvesse tempo hábil de proibi-lo, ou de multas por não haver respeitado a lei. Os funcionários, perdidos na legislação que ora afirma ser 50% ora 80% a área de reserva legal, acabavam não tomando atitude mais séria. Mesmo com a unidade do Ibama em funcionamento,

era notória a falta de estrutura e qualificação dos funcionários, e assim as preocupações foram esquecidas e tudo voltou a ser como antes.

Além do não cumprimento da preservação da reserva legal pelos colonos, outras duas situações contribuíram significativamente para a continuidade do processo de exploração indiscriminada na região:

- a) a descoberta do ouro em Alta Floresta e Colíder;
- b) a implantação das madeiras em Sinop.

Esses dois acontecimentos vão contribuir para o avanço sobre a floresta, pois eles significam a possibilidade de injeção de recursos financeiros em áreas praticamente abandonadas pela agricultura familiar, que já se encontravam falidas. Entretanto, o ouro e a madeira, pela sua aceitação e valorização no mercado, tornaram-se a salvação dos colonos, que ao explorar esses recursos, encontraram condições para permanecer e até mesmo ampliar as áreas de desmatamento das propriedades.

O garimpo que inicialmente era de exploração de ouro de aluvião²⁰, também provocava a desertificação e poluição dos rios e nascentes de onde era retirado. Isso porque o garimpo é feito em sua maioria em leitos dos rios avançando para as suas nascentes. Para retirar o ouro, é necessário desviar o curso do rio, utilizar a água para remover o solo até atingir o cascalho onde fica o ouro. O garimpeiro segue o rastro do ouro, ou seja, vai avançando nesse processo de remoção do solo e da floresta até onde exista o metal. Para retirá-lo, é necessário remover tudo o que houver em cima do cascalho, o que leva à abertura de crateras de até 10 metros de profundidade. O solo e a floresta removida são jogados no próprio rio, levando ao assoreamento e destruição das nascentes. Além disso, o mercúrio utilizado acaba sendo lançado no rio quando o ouro é lavado, ou no ar, quando queimado.

As áreas onde ocorreu o garimpo, mesmo passados alguns anos, ainda são desertos. O que se pode observar nesses locais são montes de pedregulhos, entre os quais ainda correm os rios de águas assoreadas e de percursos criados pelas crateras. Alguns agricultores de Alta Floresta e Colíder que tiveram garimpo nas suas propriedades hoje tentam utilizar essas áreas para a implantação de piscicultura, o que é questionável, principalmente por causa da utilização do mercúrio.

²⁰ Sobre o garimpo na Amazônia Mato-grossense ver FARID, L. H. *Diagnóstico preliminar dos impactos ambientais gerados por garimpos de ouro em Alta Floresta/MT: um estudo de caso*. CETEM/CNPq: Rio de Janeiro, 1992.

Como o ouro é um recurso esgotável, em poucas décadas começou a ficar escasso, e os garimpeiros passaram a buscá-lo na forma de mergulho nos rios da região, com os garimpos de balsa. O único controle sobre os garimpos era a intervenção do Departamento Nacional de produção Mineral (DNPM) que, junto à polícia federal, demarcava os lotes de exploração, dividindo-os com os garimpeiros. A partir daí, não havia nenhum acompanhamento ou controle sobre as atividades garimpeiras. Assim, desde as alterações provocadas no ambiente pelo assoreamento e mudanças nos cursos dos rios, até a contaminação das águas com resíduos de óleo diesel e mercúrio, não existia qualquer tipo de controle.

Quanto aos madeireiros, a fiscalização do Ibama nesse período também não chegou a atingi-los, pois todos continuaram a trabalhar livremente com apenas uma restrição, que era a necessidade de emissão de uma guia para transporte e comercialização de madeira. Com isso, a expansão dessas empresas em Sinop atingiu, nos anos de 1990, seu ponto máximo de exploração.

A principal atividade industrial de Sinop é a indústria madeireira com mais de 478 madeireiras de pequeno, médio e grande porte. A microrregião de Sinop é o maior pólo madeireiro do Estado. Nesta região, que compreende cerca de 6% da área do Estado, está concentrada de 38% a 52% das indústrias da madeira existentes no Estado, utilizando de 1/3 a metade da madeira em tora cortada em Mato Grosso. (UNEMAT, 2002).

Embora não houvesse nenhum sinal da parte do governo para modificar tal situação, os ambientalistas, cada vez mais presentes na região, denunciavam e alertavam para os problemas socioambientais. O fator mais crítico sentido pela população era sem dúvida o ar irrespirável pela fumaça das queimadas, das madeireiras e da poeira provocada pela seca. Diante de documentários e reportagens, os colonos começaram a ser informados da gravidade da situação provocada pelo aumento das queimadas na região e consequentemente da poluição que elas promovem.

Durante a época de queimadas, que vai dos meses de junho a outubro, o ar da Amazônia apresenta concentrações de até 500 microgramas de partículas em um metro cúbico (m³) de ar, quando o normal para a região é de 15 a 20 microgramas por m³ de ar. É um índice de poluição muito alto. Basta considerar que a legislação brasileira indica como padrão de qualidade do ar o máximo de 50 microgramas de partículas por m³. O ar da cidade de São Paulo registra, na média, 70 microgramas/m³ e o estado de alerta é atingido aos 150 microgramas/m³. Na Amazônia, é comum serem observadas concentrações duas a três vezes maiores que as verificadas em São Paulo (REVISTA PESQUISA, 1997, p. 5).

Essa constatação foi feita mediante a pesquisa *Caracterização de Gases e Partículas de Aerossóis da Atmosfera Amazônica e seu Relacionamento com Processos de Transporte e Emissões de Queimadas*, coordenada por Paulo Eduardo Artaxo Netto, do Instituto de Física da USP. O resultado causou impacto nos moradores das cidades da Amazônia mato-grossense, mas ao mesmo tempo tornou-se alvo de indignação dos responsáveis pela emissão da fumaça, vista até então como sinal de progresso.

Opiniões divididas deram margem à instalação de várias ONGs, que passam a criticar duramente a ação dos colonos da Amazônia. Atualmente existem várias delas atuando na região norte de Mato Grosso. O seu alvo principal é o controle do desmatamento, principalmente em áreas de reservas de conservação e proteção ambiental. Além disso, muitas delas lutam pela demarcação e fiscalização dos parques e reservas indígenas. Entre as ONGs que participam da iniciativa, estão o Instituto Socioambiental (ISA), The Nature Conservancy (TNC), Instituto Centro Vida (ICV), o Instituto do Homem e do Meio Ambiente (Imazon), Fundação Ecológica Cristalino (FEC), Pró-natura, e Worlwide Fund for Nature (WWF).

Destaca-se o Instituto Centro de Vida, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), autônoma e sem fins lucrativos, fundada em 1991, na capital Cuiabá. No ano de 2000, essa ONG expandiu suas atividades para a Amazônia Meridional, no norte de Mato Grosso e sul do Pará, área de influência da BR 163 (Cuiabá -Santarém). A instalação do ICV na região é marcada pelo trabalho de conscientização junto aos colonos, sobre o uso do fogo para a limpeza de propriedades. Essa ONG, em conjunto com a Cooperação Italiana, implantou o *Programa Fogo: Amazônia Encontrando Soluções*.

Este programa, inicialmente denominado "Programa Fogo: Emergência Crônica" é financiado pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália. O início efetivo desse programa ocorreu em outubro de 1.999, com o objetivo emergencial de combater o fogo na Amazônia, atuando em ações específicas como: educação ambiental de conscientização e mobilização da população (rural e urbana) quanto aos malefícios do fogo e a sua prevenção (Protocolos contra o fogo); ações minimizadoras dos efeitos do fogo: cursos sobre doenças respiratórias; instalação de rádios transmissores em SSB, alimentados com placas solares; fornecimento de equipamentos para hospitais (nebulizadores), bem como na apresentação de alternativas ao uso do fogo na propriedade rural, como o exemplo do Manejo Sustentável de Pastagens. (ICV, 2007).

Esse projeto foi visto inicialmente com reserva pelos colonos, porque acreditavam que a sua função era fiscalizar suas queimadas, e depois fornecer dados para o Ibama aplicar as multas.

As atividades de educação ambiental da ONG foram confundidas com as atividades dos fiscais.

O Ibama mantém ainda importante programa de fiscalização das queimadas na região com o programa PROARCO, que monitora atividades ilegais de utilizar o fogo durante a estação seca. O PROARCO tem obtido resultados positivos, com efetiva redução dos focos de fogo para metade a um quarto de 1999 para 2000. (CHERMONT, 2002, p.16).

Temendo as multas, os colonos chegavam a ameaçar os integrantes da ONG. Com o passar do tempo, perceberam que a intenção da ONG era mesmo alertar sobre os perigos das queimadas e propor uma nova forma de realizá-las sem tantos prejuízos para todos. Desconfiados com a possibilidade da punição por seus atos, os colonos tentam articular um novo discurso que se apresenta impregnado por opiniões divergentes sobre a questão ambiental.

Entretanto, o caminho para a conscientização de um novo modelo de ocupação ainda se encontra muito distante, posto que o real interesse ainda é garantir a estabilidade econômica pelo processo de acumulação de bens a qualquer custo. Quando se fala de uma Amazônia mato-grossense, vem à tona um jogo de interesses que de um lado pretende provar que Mato Grosso não faz parte da Amazônia, e de outro os que defendem o extremo norte do Estado como tal por possuir as mesmas características de fauna e flora daquela região. A exclusão do Estado de Mato Grosso da Amazônia Legal é um projeto de deputados da Assembléia Legislativa, que tramita com a possibilidade de realizar um plebiscito para consultar a população, ou melhor, mobilizar a sociedade para legitimar a atitude que pretendem tomar. A inclusão de Mato Grosso à Amazônia Legal data de 1953.

Através da Lei 1.806, de 06.01.1953, (criação da SPVEA), foram incorporados à Amazônia Brasileira, o Estado do Maranhão (oeste do meridiano 44°), o Estado de Goiás (norte do paralelo 13° de latitude sul, atualmente Estado do Tocantins) e Mato Grosso (norte do paralelo 16° latitude Sul). Com esse dispositivo legal, Lei 1, de 06.01.1953, a Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico. Foi a necessidade de o governo planejar e promover o desenvolvimento da região. Em 1966, pela Lei 5.173, de 27.10.1966 (extinção da SPVEA e criação da SUDAM) o conceito de Amazônia Legal é reinventado para fins de planejamento. Assim, pelo artigo 45 da Lei complementar nº. 31, de 11.10.1977, a Amazônia Legal tem seus limites ainda mais estendidos. (SIPAM, 2006, p.1).

A criação da Amazônia Legal tinha como objetivo oferecer condições para que também esta região do país pudesse começar a ser desenvolvida. Com isso, vários incentivos fiscais foram

criados e o governo militar, com o intuito de demarcar o território, instigava a busca por novas fronteiras agrícolas. Para Mato Grosso foi interessante pertencer à Amazônia Legal, já que este Estado desejava tornar-se um grande pólo agrícola e precisava de recursos financeiros. No entanto, no contexto atual que estabelece limites e corta financiamentos para a expansão da fronteira agrícola, pela necessidade de preservação da Amazônia como última reserva natural, pertencer a esta região já não é tão interessante assim.

Assim se configura, mais uma vez, a polêmica das divisões geográficas, que já não podem ser vistas apenas como traçados de linhas imaginárias, mas sim devem levar em consideração muitos fatores que caracterizam determinada localização. Diante da não definição do pertencimento ou não desta região à Amazônia, pode-se afirmar que a política ambiental de Mato Grosso ainda está em desenvolvimento e que mantém a divergência em duas direções, com conflitos entre os colonos e ambientalistas.

De um lado estão os colonos, que recebem incentivos financeiros e apoio do governo para continuar ocupando novas áreas, dando prosseguimento à devastação da floresta e conseqüentemente à extinção da fauna e destruição das nascentes e rios. Tudo isso se justifica na política do Estado que, assim como os colonizadores, pretende tornar essa região um pólo de expansão e consolidação do agronegócio.

O Estado de Mato Grosso adota uma política de estímulo à produção de *commodities* agroindustriais. [...] O governador Blairo Maggi segue a linha do setor produtivo. Sua política incentiva a expansão do agronegócio e o crescimento econômico do Estado, considerado o maior celeiro de soja do Brasil. Com isso ele pressiona a abertura da floresta para novas frentes agrícolas. (TEIXEIRA, 1982, p. 08)

Os ambientalistas organizados em ONGs, a Sema²¹ e o Ibama defendem o fim do desmatamento, da exploração predatória e das queimadas que têm gerado prejuízos ambientais para a região e conseqüentemente para todo o planeta. Trabalhando em conjunto, estes órgãos têm defendido a necessidade de demarcar terras indígenas, e também criar, administrar e garantir

²¹ Inicialmente o órgão responsável foi a Fundação Estadual de Meio Ambiente (Fema) “instituída através da Lei n.º 004559, de 07/06/1983, com o nome de Fundação de Desenvolvimento do Pantanal - FUNDEPAN, após várias alterações para adaptação às novas metodologias, tem sua atual estrutura definida pelo Decreto Estadual n.º 393 de 12/08/1999. Em 2005, o então governador do Estado Blairo Maggi, através da Lei Complementar nº. 214, cria a Secretaria do Estado de Meio Ambiente” (SEMA, 2005, p.3). Essa secretaria opera sob o regime jurídico de direito público, com jurisdição sobre todo o Estado de Mato Grosso e atribuições de normatização, gestão e execução da Política Estadual de Meio Ambiente. Sua principal ação está representada pelo Licenciamento Ambiental.

as Unidades de Conservação Ambiental (UCs). As áreas protegidas que se referem às UCs, se multiplicaram na Amazônia a partir de meados de 1980. Hoje, cerca de 22% de território amazônicoe mais de 6% são ocupados, respectivamente, por terras indígenas e unidades de conservação (BECKER, 2001, p. 146).

Essas áreas, mesmo demarcadas, sofrem ameaças, e a atuação desses órgãos precisa ser constante para conter o avanço dos colonos sobre os recursos, principalmente na região do arco do desflorestamento.

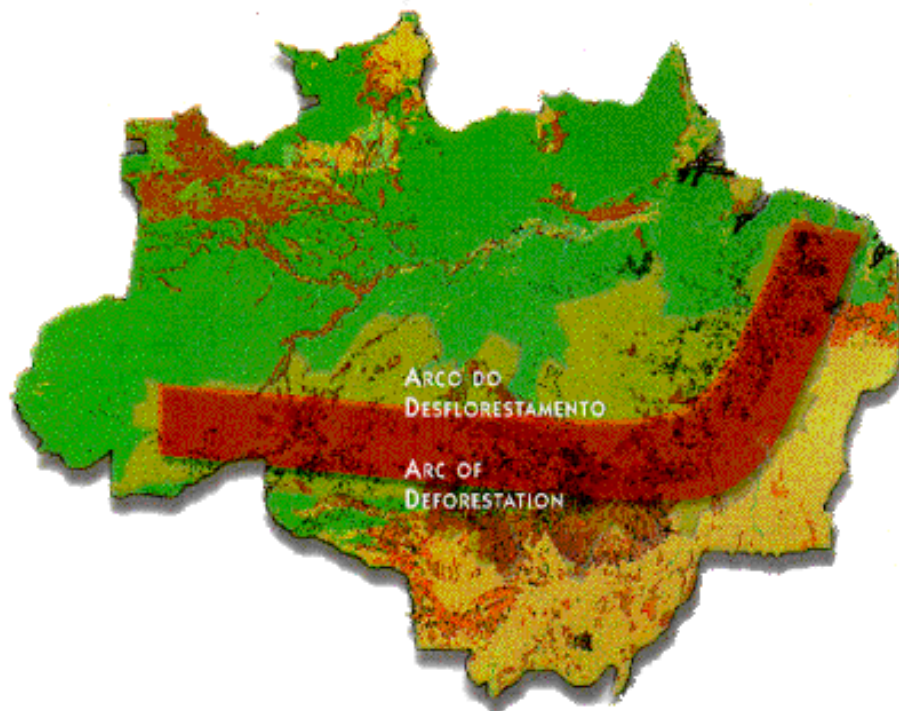


Figura 5 – Mapa da Amazônia Legal (Região do Arco de Desflorestamento)

Fonte: <http://www.dpi.inpe.br>

A idéia é a de deter o arco do desmatamento com a criação de um arco de desenvolvimento sustentável ao avanço do agronegócio Amazônia adentro. A troca do termo “Arco do Desmatamento” por Arco do Desenvolvimento Sustentável foi sugerida por Bertha Becker. A ministra Marina Silva acatou a sugestão.

Essa idéia tornou-se uma proposta apresentada ao MMA e ao PPG-7 por uma equipe mista do Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá e da Conservation International do Brasil. O Arco do Desenvolvimento Sustentável se localiza na transição entre dois dos maiores biomas brasileiros: a Amazônia e

o Cerrado, por isso, incorpora partes preciosas da biodiversidade das duas regiões. É onde está concentrada a maior densidade de espécies ameaçadas de extinção da Amazônia. O Arco do Desenvolvimento Sustentável é composto por 524 municípios, que juntos possuem população total de cerca de 10.331.000 habitantes. Há 36 unidades de conservação federais e estaduais. Destas, 25 são de uso sustentável e totalizam 35.084 km², enquanto 11 são de proteção integral e totalizam 29.970 km². A maioria das unidades de conservação não foi implementada, como por exemplo, o Parque Estadual do Cristalino, no Mato Grosso. As terras indígenas são 99 e totalizam cerca de 244.420 km². (MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, 2003, p. 1).

A estratégia começa a dar os primeiros resultados e tem causado sérios atritos entre os colonos e os órgãos ambientais, chegando a gerar protestos contra o Ibama. Esse órgão vai sofrer as maiores pressões, tanto pelos ambientalistas que exigem uma fiscalização, quanto pelos fazendeiros, grileiros e até a população, que chegam a colocar faixas na rua: “FORA IBAMA”, acusando-os de serem entraves ao desenvolvimento.

Com o apoio de deputados estaduais e federais, os colonos avançam nas áreas indígenas e também das UCs, exigindo que se reveja a demarcação das terras. Essa situação ocorre principalmente na fronteira entre Mato Grosso e Pará, onde existe uma área que até o início da década de 1990 não havia sido ocupada.

Assim, os colonos, percebendo a indecisão dos governos dos Estados sobre a quem pertencia a área, resolveram invadir as terras e documentá-las como suas. Para isso contaram com o apoio de funcionários do Intermap, que validaram documentos forjados, com base apenas na palavra do informante que levava as coordenadas do GPS da área.

O acesso a área teve na criação do município de Mundo Novo um facilitador, já que este se situa exatamente na região onde estava sendo demarcada a Reserva Serra do Cachimbo e o Parque Estadual Cristalino. Com a proximidade da área, e a idéia de que existiam terras sem documentos, os colonos invadiram as terras do parque e também as terras indígenas. Em relação às últimas, o governo federal enviou o Exército e expulsou os invasores, mas no que diz respeito ao parque, ainda não traçou uma ação efetiva. A situação perdura porque o parque é estadual e o governo de Mato Grosso, pressionado por alguns deputados, não retirou os invasores e estuda a possibilidade de reduzir a área do parque.

Tais fatores contribuem significativamente para que a devastação da floresta continue avançando. Durante o período de queimadas, são inúmeros os focos de calor detectados por satélite na região.

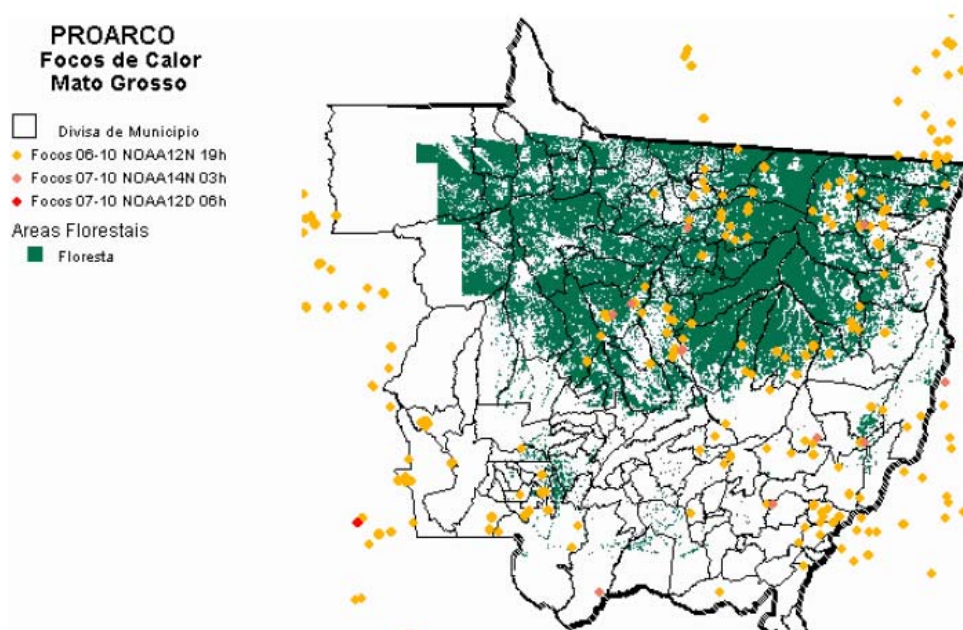


Figura 6 - Mapa dos Focos de Calor *versus* áreas florestais para o Estado do Mato Grosso

Fonte: <http://www.dpi.inpe.br>

Além disso, os focos podem ser observados empiricamente por conta da fumaça que toma conta de toda a região, demonstrando que a invasão de terras continua e que a existência do fogo é um dos mais evidentes indicadores do desmatamento.

Mesmo com todos esses impasses, a implantação de UCs e a demarcação de terras indígenas podem ser consideradas como ferramenta eficaz para conter o desmatamento. Essa é a conclusão do estudo sobre a importância da implantação de áreas protegidas para a redução do desmatamento na Amazônia, realizado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG).

Tabela 4 – Proporção do desmatamento dentro e fora das áreas protegidas na Amazônia legal e nos estados de Mato Grosso (MT), Pará (PA) e Rondônia (RO).

<i>ESTADOS</i>	<i>DENTRO DAS ÁREAS PROTEGIDAS</i>	<i>FORA DAS ÁREAS PROTEGIDAS</i>	<i>DIFERENÇA</i>
Pará	1,5%	29,2%	19,6%
Rondônia	4,7%	48,1%	10,3%
Mato Grosso	3,5%	33,9%	9,8%
Amazônia Legal	2,0%	23,6%	12,0%

Fonte: (FERREIRA & ALMEIDA, 2005, p.163).

Observando a tabela, nota-se que a proporção de área desmatada dentro das áreas protegidas apresenta variação de 1,5 a 4,7%, enquanto a proporção de desmatamento fora delas variou de 29,2% a 48,1% nos três estados analisados. A diferença do desmatamento dentro ou fora das áreas protegidas oscilou aproximadamente 10 vezes nos estados de Mato Grosso e Rondônia, a aproximadamente 20 vezes no estado do Pará.

As ONGs, contando com o auxílio do Ministério do Meio Ambiente, via Ibama, têm promovido diversas ações incentivando a conservação e a preservação desta região, modificando seu objetivo inicial que era a exclusão da natureza para a implantação de edificações que beneficiavam apenas o homem.

Uma proposta que tem sido muito debatida para alterar essa realidade é o asfaltamento da BR-163. Os políticos da região, dentre eles o próprio governador do Estado, defendem que a única saída para os seus produtos, no caso a soja, seria o asfaltamento da estrada. Segundo eles, isso poderia diminuir o caminho da soja, que hoje é levada até Paranaguá-PR e poderia ser escoada até o porto de Santarém, no Pará. Assim, os empresários locais e grandes produtores iniciaram uma campanha pró-asfaltamento, e como a reivindicação chamou a atenção dos ambientalistas, foi colocada no cenário nacional. A partir daí foram realizados vários seminários com objetivo de promover diálogo entre colonos, índios, governo e sociedade, sobre a possibilidade de construir uma BR Sustentável.

A preocupação sobre as conseqüências da pavimentação de uma grande rodovia como a BR-163 perpassa discussões pontuais nos estados do Pará e Mato Grosso. Mesmo reconhecendo os benefícios que o asfaltamento da rodovia Cuiabá- Santarém trará aos municípios, a realização dessa obra não pode prescindir uma ação governamental concertada, no sentido de assegurar que o ordenamento regional contemple também os interesses dos movimentos sociais, das populações indígenas, e a conservação dos recursos naturais, sobretudo, a qualidade da água. De forma que os anseios e as reivindicações da população local fossem incorporados na construção de um modelo de gestão territorial para ser inserido nas agendas e políticas públicas, houve a necessidade de se organizar um longo processo de discussão com vários representantes da sociedade civil. O processo de articulação surgiu no seio dos movimentos sociais e resultou nos encontros regionais ocorridos no Pará, em Altamira, Itaituba e Santarém, com grande participação da sociedade civil organizada, e se estendeu para o Município de Sinop, no Mato Grosso, em 2003. Após o encontro de Sinop foi realizado o Encontro Regional de Produção Familiar ao Longo da Rodovia Cuiabá-Santarém e em seguida o Encontro em Defesa da Sustentabilidade Territorial do Baixo-Amazonas e BR-163. (ISA, 2004, p. 10).

Outras atividades têm sido desenvolvidas pelas ONGs que trabalham com a conscientização dos colonos sobre a necessidade de preservar a região e de criar alternativas de utilização sustentável dos recursos naturais ainda existentes. A alternativa mais aceita pelos ambientalistas é a de tornar a região, principalmente no extremo norte, em pólo de ecoturismo.

Um exemplo de pioneirismo nesse sentido é o da Fundação Cristalino²², que mantém um hotel de selva para observação de aves e animais em trilhas ecológicas. Também alguns hotéis de pesca esportiva se estruturam e já recebem turistas, mas a sua conduta ainda merece estudos, principalmente em relação à sobrevivência dos peixes após a sua soltura. Com relação a essa alternativa, não se pode falar ainda seguramente que seja mais uma estratégia de conservação. No entanto, é preciso lembrar que antes a situação era muito mais grave, pois, nos mesmos locais era praticada a pesca predatória em larga escala, com o transporte dos peixes de grande porte para as regiões Sudeste e Sul.

Além disso, existem projetos de resgate e revitalização dos recursos explorados e passíveis de ser resgatados. Alguns colonos já começam a estruturar suas propriedades e/ou atividades para atenderem os possíveis turistas. Há outras iniciativas isoladas de tentativas de recuperação de áreas degradadas, tais como reflorestamento de espécies nativas; recuperação de mata ciliar com reflorestamento das nascentes e margens de córregos e rios; implantação de sistemas agroflorestais; recuperação do entorno de cachoeiras e lagos, tornando viável o acesso para turismo ecológico; criação de RPPNs; manutenção de áreas de mata nativa como áreas de preservação, fazendo a identificação das espécies nativas ameaçadas de extinção e estruturando trilhas para a visitação pública.

Um exemplo dessas iniciativas é o Sítio Ecológico Paineiras, localizado a cerca de 40 quilômetros de Alta Floresta, na região da 3ª Leste. A área já sofreu a ação do garimpo, que provocou a degradação do meio ambiente e por vezes ainda é ameaçada por essa atividade. Muitas ações foram empreendidas para preservar o Sítio, local visitado por turistas nacionais e

²² A Fundação Ecológica Cristalino – FEC é uma organização sem fins lucrativos dedicada à conservação, à educação ambiental e ao desenvolvimento de práticas sustentáveis nesta região da Amazônia. Essa fundação foi criada pelos proprietários do hotel de Selva Cristalino em conjunto com ambientalistas para proteger sua Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), ameaçada pelo desmatamento. Hoje a fundação atua nas seguintes áreas: educação ambiental, campanhas para promover a criação de reservas particulares (RPPN), pesquisas científicas e aplicadas e aquisição de florestas primárias ameaçadas. Sua localização geográfica é estratégica para a preservação sustentável de grande área de floresta amazônica, uma vez que dada a exploração desenfreada de madeira tropical, seguida da criação extensiva de gado, agravada pela extração de ouro, tornou-se fronteira entre a devastação provocada pelo modelo econômico tradicional ao sul e grandes áreas virgens ao norte. (FUNDAÇÃO CRISTALINO, 2001).

internacionais, que ficam impressionados com uma das suas atrações: a samaúma, paineira gigante que tem 45 metros de altura e precisa de pelo menos 30 pessoas em seu torno para abraçá-la. O Sítio pertence à Fundação Servir (entidade vinculada à Igreja Católica), que assinou um comodato com a Universidade do Estado de Mato Grosso, no qual a universidade utilizaria o local para estudos e pesquisas, em troca de recuperar a parte do Sítio degradada com o garimpo.

Diante dessas ações dos colonos e dos trabalhos das ONGs, tem-se a impressão de que uma política ambiental está se delineando, mas a realidade está bem longe de expressar a vontade tanto dos governantes locais, quanto de grande parte da população, que não acredita ser favorecida principalmente pelo lado econômico. Quando se fala em população local, é preciso identificar os velhos e novos atores que foram se incorporando ao processo de colonização ao longo dos anos. Primeiramente a região era habitada apenas pelos índios, que foram expulsos. Com a saída deles, a região passou a ser ocupada pelo colonizador e sua equipe de trabalho, e logo em seguida pelos colonos, seguindo as metas traçadas pelo governo. Mas também vieram os que estavam fora dos planos do governo e dos colonizadores, como os garimpeiros de Alta Floresta, os fazendeiros de Colíder e os madeireiros de Sinop, além, é claro, dos grileiros que se espalharam por toda parte.

Esses elementos imprimiram um ritmo novo de exploração e depredação dos recursos naturais. Sem a menor preocupação com o ambiente, porque sequer tinham a pretensão de morar ali, desejavam apenas retirar tudo o que pudessem para investir em negócios constituídos em suas terras de origem. Como tinham capital para mascarar os tempos de crises dos projetos e também representações junto ao governo do Estado, por meio de deputados estaduais e ou federais, conseguiram se estabelecer e serem considerados como a salvação da colonização. Uma das estratégias utilizadas para que se incorporassem aos projetos e fossem aceitos no grupo foi o fato de se misturarem e se autodenominarem também colonos.

Se no início a estratégia foi unir-se aos colonos, com o passar do tempo, a preocupação com o meio ambiente modificou essa situação, que já não era mais vantajosa para esses indivíduos. Como a mídia, e até o governo estava tentando colocar a culpa da destruição do meio ambiente em alguém, cada um passou a defender o seu modo de exploração como sustentável. Para justificar sua inocência diante da depredação provocada pelo processo de ocupação, o garimpeiro se defende dizendo que a área ocupada para a exploração do ouro é muito pequena, fica restrita à margem de um rio. O madeireiro defende a sua exploração como sustentável porque não derruba

toda a floresta, só as árvores que estão no ponto certo.

Segundo os madeireiros, o corte é feito apenas em árvores de grande porte, o que possibilita o crescimento de árvores mais jovens que não são retiradas, e com isso a floresta em pouco tempo se recupera. Esse entendimento é apoiado principalmente por aqueles que defendem a exploração da madeira, mas criticado pelos ambientalistas. De acordo com eles, há que se levar em consideração alguns pontos:

Primeiro, a exploração da madeira tem sido predatória, não respeitando sequer árvores que estão em extinção, como o mogno (*Swietenia macrophylla King*) e a castanheira (*Bertholletia excelsa H.B.K.*). Depois, não existe nenhum projeto de acompanhamento das áreas desmatadas, mas sim uma convivência entre o proprietário da terra que permite a retirada da madeira de grande porte para facilitar a derrubada, e a vende por preços ínfimos (uma castanheira chega a ser vendida até por R\$ 60,00). Terceiro, os madeireiros não respeitam as áreas de proteção ambiental e nem se submetem às leis, o que ficou comprovado na Operação Curupira, quando foi fechada a maioria das empresas que operavam ilegalmente na extração e na comercialização de madeira. Enfim, a degradação do homem que trabalha na atividade, submetido a um regime de trabalho quase escravo, embrenhado na mata por dias, em condições subumanas, nas quais muitos morrem ou se tornam deficientes físicos, por operar máquinas para as quais não têm treinamento nem equipamentos de segurança. Para os habitantes das cidades onde as madeireiras se instalaram, como Sinop, a fumaça lançada pelas caldeiras torna o ar insuportável, causando graves problemas respiratórios.

Os fazendeiros dizem que a área já estava derrubada e abandonada, e eles a tornaram produtiva. Enfim chega-se ao colono, que não quer mais ser chamado por esse nome, mas que iniciou o processo de abertura, cabendo-lhe a culpa pelo desmatamento e esgotamento dos recursos naturais. Além do mais, foi por causa do colono que os colonizadores fizeram os projetos, e também por causa deles os índios foram expulsos. É ele que assume para si todas as mazelas da ocupação.

A existência na Amazônia de contingentes paupérrimos com tendência ao comportamento predatório, a forte demanda por madeira existente no país e no exterior, a visão de desenvolvimento em curto prazo associada ao rápido enriquecimento, que prevalece entre as elites e setores políticos, incentivos aos investimentos em mineração, energia, transportes e agropecuária, uma baixa capacidade de promoção do turismo ecológico, interna e externamente, e a inexistência de estímulos ao desenvolvimento em biodiversidade/biotecnologia,

que valorizaria os recursos florestais, respondem, entre outros fatores, por um desmatamento superior a 15.000 km² por ano. (TAVARES, 2004).

Entretanto, o governo de Mato Grosso, legítimo representante deste processo, exime-se de qualquer responsabilidade, justificando que simplesmente seguiu a política de ocupação promovida pelos militares, e depois seguiu as determinações de uma política ambiental ditada pelo governo federal. Mas o que diz a política ambiental de Mato Grosso a esse respeito? E o que foi realmente implantado para a região norte do Estado? Quais as diretrizes dessa política ambiental? O que pensa e defende o governador do Estado? Essas questões e muitas outras começam a ser respondidas quando se analisa o discurso do próprio governador, que nos seus primeiros anos de governo já apontava a direção a ser dada às políticas ambientais:

Para mim, um aumento de 40% no desmatamento não significa nada; não sinto a menor culpa pelo que estamos fazendo aqui. Estamos falando de uma área maior que a Europa toda e que foi muito pouco explorada. Não há razão para se preocupar. (GREENPEACE, 2005).

Esse tipo de afirmação foi decisivo na formação de opiniões das organizações ambientais sobre Blairo Maggi, que passou a ser conhecido como “Exterminador da Amazônia”, “Barão da Soja”, “Rei do Desmatamento”.

O prêmio Motosserra de Ouro foi dado ao governador do Mato Grosso, Blairo Maggi. Com 37,21% da preferência popular, Maggi foi o grande vencedor da campanha virtual lançada pelo Greenpeace para premiar a personalidade brasileira que mais contribuiu para a destruição da Amazônia. A votação pela internet foi encerrada ontem, com um total de 27.849 votos. O governador do Mato Grosso recebeu 10.348 votos, seguido do presidente Lula, com 7.314 votos (26,30%). “Maggi fez por merecer. Com dois anos de governo, sua principal façanha foi transformar o estado do Mato Grosso em campeão do desmatamento, responsável por 48% do total desmatado em toda a Amazônia Legal”, disse Paulo Adário, coordenador da campanha da Amazônia do Greenpeace, que acompanhou a turma do Pânico em Cuiabá. “Dos 12.576 km² desmatados no estado, 8.400 km² foram feitos de forma ilegal e é responsabilidade do governo do Estado fazer valer a lei” (GREENPEACE, 2005).

Com o passar dos anos, o governador, sentindo o impacto negativo que suas afirmações e ações estavam trazendo para a sua imagem e a do Estado, revê sua posição e inicia, pelo menos na retórica, um novo posicionamento, que se reflete no discurso do secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso, Marcos Machado.

Conseguimos uma série de avanços e mudanças significativas que permitem à sociedade hoje ter uma nova visão sobre o setor, mas ainda não é um modelo pronto e acabado. O meio ambiente ainda necessita de ajustes. Estamos mudando a imagem do meio ambiente de Mato Grosso ao assumir a Sema após a Operação Curupira. Acredito que com trabalho sério, vamos conseguir reverter a imagem negativa que a população tem sobre o meio ambiente. É muito importante para nosso trabalho o apoio dado pelo governador Blairo Maggi e as parcerias inéditas firmadas com Ministério do Meio Ambiente e outras instituições, como os Ministérios Público Estadual e Federal. Pela primeira vez houve uma Gestão verdadeiramente conjunta em Mato Grosso. O Ministério Público chegou até sugerir pessoas que poderiam ajudar na implantação de uma nova política ambiental no Estado. “Isso é inédito e excelente para o meio ambiente” (DIÁRIO DE CUIABÁ, 28 de Novembro de 2005).

Maggi, que foi reeleito, tem demonstrado interesse nas questões ambientais, as quais, no início do primeiro mandato, rebatia dizendo que o desenvolvimento do Estado, e consequentemente o seu crescimento, estavam acima de qualquer discurso ambientalista. Apesar de ainda não haver resultados de ações que demonstrem outras possibilidades de desenvolvimento, o governo insiste que algumas atitudes já são reflexos dessa nova postura. Cita-se como exemplo, o veto ao projeto de lei da Assembleia Legislativa do Estado para a diminuição da área do Parque Estadual Cristalino, feito pelo governador, e a sua participação no Fórum de Desenvolvimento Sustentável 2007, em Nova York.

É inusitado, mas até o governador de Mato Grosso, o mega-sojicultor Blairo Borges Maggi (Partido Republicano), diz ter mudado seu ponto de vista sobre a questão ambiental após o último relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática). "Enquanto apenas as ONGs bombardeavam a gente, claro que se criava um conflito. A partir do momento em que você vê esses estudos com cientistas, o IPCC, não posso botar a cabeça dentro de um buraco. Eu mudei, eles [as ONGs] também mudaram e acho que o mundo mudou. E quem não mudou, por favor, mude, porque alguma coisa precisa ser feita". (GERAQUE, 2007).

Para o evento, de acordo com Geraque (2007), Blairo levou algumas propostas:

- a) a criação de um mecanismo de compensação financeira para proprietários de terra que abrirem mão do seu direito de desmatar. A idéia é que os grandes proprietários rurais possam receber dinheiro por deixar a floresta em pé, além do percentual previsto em lei (80% da área);
- b) a verticalização da produção para colocar um freio na necessidade de ampliar terras para agricultura e pecuária. No segundo caso, para que novas terras não sejam abertas, deve ser usado

o confinamento, que é opção moderna. O termo desenvolvimento sustentável é muito mais centrado na primeira palavra do que na segunda.

Em outras mudanças observadas, quando apoiava os grandes desmatadores, Maggi afirmou ser contra a alteração do Código Florestal exigida pelo setor, que permitiria derrubar mais do que 20%. Em compensação, não deixou de cobrar algumas mudanças na Medida Provisória 2.166, que estabelece o limite, classificado por ele como "draconiana". Para Maggi, muitas propriedades antigas, de mais de 20 ou 30 anos, entraram na ilegalidade de um dia para outro.

Segundo o posicionamento de alguns ambientalistas, como Sérgio Guimarães, do Instituto Centro Vida (ICV), "o movimento que nós estamos vendo [o de Maggi] é interessante. Mas claro que ainda precisamos ver ações mais concretas em termos de gestão ambiental para realmente acreditarmos no discurso dele". (GERAQUE, 2007).

Com o intuito de provar essa mudança, Maggi convocou as ONGs para estabelecer um diálogo e propor parceria nos projetos desenvolvidos por elas, dos quais destacam-se três:

1. a fiscalização das usinas de álcool e soja pelos ambientalistas, sob a meta de que nada seja colhido em 2008 em APP (área de preservação permanente);
2. a reativação do SLAPR, sistema pioneiro que permitia fiscalizar o desmatamento por satélite, desmontado no primeiro mandato de Maggi;
3. a construção da BR-163 Sustentável.

Outro aspecto que contribui para compor o novo perfil do governador é o registro na redução na taxa de desmatamento.

Estudos feitos pela ONG Imazon apontam avanços já que o desmatamento de dezembro de 2006 no Estado foi 78% menor do que o registrado no mesmo mês em 2005. Essa pesquisa, entretanto, escancarou um dos maiores problemas em Mato Grosso hoje, admitido pelo próprio governador: "O desmatamento ilegal [90% do registrado entre novembro e dezembro de 2006] é um desafio. E os maiores vilões são os assentados. Eles respondem por quase 70% do desmatamento". (GERAQUE, 2007).

Com o discurso afinado, Maggi busca parcerias com as ONGs para tentar propor uma nova política ambiental para Mato Grosso e também para a Amazônia mato-grossense, que atualmente é o maior alvo de críticas pela ação predatória da floresta.

Ainda existe um longo caminho a ser percorrido, até que se chegue a uma mudança no paradigma estabelecido para a região, no que diz respeito à sua ocupação e desenvolvimento. O

aspecto da sustentabilidade ao que parece, continua a ser apenas um trocadilho para sublimar a continuidade da apropriação, que tem como primeiro objetivo o lucro de poucos com o trabalho de muitos. Os migrantes da colonização, privada ou oficial, começam a ser apontados como vilões e são colocados à margem do processo que pretende tornar a preservação da floresta um investimento rentável.

CAPÍTULO IV

OS ATORES DA COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE

4.1 ATUAÇÕES E INFLUÊNCIAS

4.1.1 O Estado

O papel assumido pelo Estado no contexto da colonização é a de um ser multifacetado que se pauta em estratégias que permitem a alternância de atitudes, ora de consenso, ora de imposição, mas sempre de acordo com os interesses do grupo que o representam, neste caso, dos militares.

Mas o projeto geopolítico se apoiou, sobretudo, em estratégias territoriais que implementaram a ocupação regional, num caso exemplar do que Henri Lefebvre conceituou como “a produção do espaço” pelo Estado (Lefebvre, 1978). Segundo esse autor, após a construção do território, fundamento concreto do Estado, este passa a produzir um espaço político – o seu próprio espaço – para exercer o controle social, constituído de normas, leis, hierarquias. Para tanto, impõe sobre o território uma malha de duplo controle – técnico e político – constituída de todos os tipos de conexões e redes, capaz de controlar fluxos e estoques, e tendo as cidades como base logística para a ação. Essa malha, que denominamos “malha programada”, foi implantada entre 1965-85, no estado brasileiro da Amazônia, visando completar a apropriação física e o controle do território. (BECKER, 2001, p.137).

O debate em torno dos significados, conceitos e funções do Estado é muito antigo, remontando aos primeiros filósofos, que por vezes divergiam em suas teorias. Dentre estes se destacam duas posições: a de Aristóteles, postulando que o Estado surge pelo fato de ser o homem um animal naturalmente social, político. Portanto, cabe ao Estado prover a satisfação das necessidades materiais, negativas e positivas, defesa e segurança, conservação e engrandecimento, de outro modo irrealizáveis. Entretanto, não se pode negar que o seu fim essencial é espiritual, isto é, deve promover a virtude e, conseqüentemente, a felicidade dos súditos mediante a ciência. A outra posição é a de Platão, cujas idéias definem o Estado como responsável por uma educação científica e moral para a conquista e a guerra.

Eis o ponto de discordância entre Aristóteles e Platão: se para o segundo o Estado tem a responsabilidade de educar para a guerra, para o primeiro a educação não é tarefa essencial do

Estado, nem deve estar voltada para a guerra, mas deve desenvolver todas as faculdades humanas: as espirituais, as intelectuais, e subordinadamente, as materiais e as físicas. O fim da educação é formar homens mediante as artes liberais importantíssimas, como a poesia e a música, e não máquinas, mediante um treinamento profissional.

Não obstante sua concepção ética de Estado, Aristóteles *apud* Alexandre Junior (1998), diversamente de Platão, salva o direito privado, a propriedade particular e a família. Para ele o Estado não é uma unidade substancial, mas uma síntese de indivíduos substancialmente distintos. Reconhece a divisão platônica das castas em duas classes: a dos homens livres, possuidores, isto é, a dos cidadãos, e a dos escravos, dos trabalhadores, sem direitos políticos. Acredita que a melhor forma de governo não é abstrata, e sim concreta: deve ser relativa, acomodada às situações históricas, às circunstâncias de determinado povo. De qualquer maneira, a condição indispensável para uma boa constituição é que o fim da atividade estatal deve ser o bem comum, e não a vantagem de quem governa despoticamente.

Todas essas teorias evoluíram para conceitos bem mais específicos, e o que se aplica ao Estado que se formou no período da colonização é o definido “como uma comunidade que pretende o monopólio do uso legítimo da força física dentro de determinado território” (WEBER, 2004, p.139). Para que um Estado exista, Weber diz ser necessário que um conjunto de pessoas (a população) obedeça à autoridade alegada pelos detentores do poder.

A autoridade, de acordo com Weber (2004), pode ser classificada como: a) racional-legal – que tem como fundamento a dominação em virtude da crença na validade do estatuto legal e de competência funcional, baseada, por sua vez, em regras racionalmente criadas (burocracia); b) tradicional - imposta por procedimentos considerados legítimos, porque sempre existiram; c) carismática – considerada como um tipo de apelo que se opõe às bases de legitimidade da ordem estabelecida e institucionalizada. O líder carismático é um revolucionário, um herói, alguém com quem seus seguidores têm um envolvimento pessoal.

O conceito Weberiano de Estado como instrumento de dominação do homem pelo homem, e que este pode fazer uso da força, já que essa violência é legitimada pelas normas estabelecidas na constituição, é o modelo utilizado na colonização em estudo. Ele vai ser a base da estrutura do Estado que se instalou na Amazônia mato-grossense, e que tinha, de um lado, como líderes, o governo militar e seus parceiros, e do outro, os colonos.

O Estado que se estabelece neste contexto vai imprimir novo ritmo de desenvolvimento

para a região, provocando transformações econômicas, socioambientais e políticas, de modo autoritário, que produz gama variada de fenômenos e fluxos em várias direções do território nacional. A primeira ação do Estado como parte dominadora foi organizar o fluxo migratório.

Enquanto a sociedade brasileira era duramente reprimida pelos governos militares que sucederam no poder nesse período, o Araguaia, o Mato Grosso e a Amazônia foram invadidos pelos grandes grupos econômicos através dos projetos agropecuários. Esses grupos mais tarde organizaram a comercialização das terras com os agricultores e trabalhadores rurais, vindos principalmente da região sul do Brasil (OLIVEIRA, 1997, p. 290).

Esse processo transcende a preocupação com a questão econômica, de ampliação da área de cultivo, já que o interesse da parte dominante é a possibilidade de monitoramento dos fluxos populacionais. A movimentação contínua dos trabalhadores provoca uma desarticulação e permite que haja controle maior sobre o direcionamento do uso de mão-de-obra sem tantos questionamentos, dispensando o uso constante da repressão. Além disso, para a própria parte dominada, o processo de ocupação se configura como possibilidade de oferta de trabalho e garantia de futuro.

Outra ação do Estado considerada fundamental foi o estabelecimento de subsídios para as colonizadoras e de uma política controlada de distribuição das terras para os colonos. Além disso, foi criada uma política urbana, necessária para o incentivo à implantação da rede de captura de novos investimentos, força de trabalho, informações e mercadorias.

O Estado assume o papel do incentivador que faz a distribuição das terras, mas para não se comprometer diretamente, entrega às empresas particulares a incumbência de realizar a ocupação. No entanto, essa situação vai se modificar e o Estado é obrigado a assumir novamente o processo de ocupação das suas terras, surgindo novas parcerias, como o caso das cooperativas. As terras foram doadas a grandes empresas multinacionais ou comercializadas a preço ínfimo. Sem nenhuma preocupação em fiscalizar a posse das terras, o Estado deu margem à grilagem⁴⁷, pois quem comprava acabava se apropriando de uma área bem maior do que a descrita no documento.

Durante os últimos trinta anos, o registro irregular de terras na Amazônia foi incentivado pela falta de fiscalização, precariedade estrutural das instituições

⁴⁷ Sobre grilagem de terra, ver: MOTTA, Márcia Maria Mendes. A grilagem como legado, In: MOTTA, Márcia & PINEIRO, Theo Lobarinhas. *Voluntariado e Universo rural*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001. Sobre grilagem de terra no norte Mato-grossense ver: CASTRO, Sueli Pereira. *A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade*. Cuiabá: EDFMT, 2002.

locais, extensão do território, pelo envolvimento das autoridades locais com a compra-venda, pelas fraudes de cartórios, que facilitam a atuação contínua das quadrilhas de grileiros – o que possibilitou a passagem de terras públicas às mãos de particulares. (SAYAGO & MACHADO, 2004, p.218).

A parceria entre colonizadoras e Estado iniciava-se com a aquisição das terras, por processos de licitação ou por acordos previamente estabelecidos. A empresa que vencia a licitação ou que apresentasse um projeto de colonização assumia a função de promover a ocupação. Caberia ao Estado o papel de provedor, que deu toda a autoridade às colonizadoras.

Para atrair novos capitais, o Estado colocou a terra pública a venda, transferindo-a a preços e condições excepcionais para grupos econômicos. Valeu-se do direito legal sobre os legítimos direitos sociais da pessoa humana. Nem sequer levou em conta que o desenvolvimento pretendido poderia ser obtido a partir do engajamento das populações locais, sem conflitos e ou violência e utilizando-se dos capitais que o Estado isentará os grupos econômicos de pagar, devolvendo-os a eles sob a forma de incentivo para investirem na região. (LOUREIRO & GUIMARÃES, 2005. p. 5).

A primeira ação foi promovida pelo Estado, que por meio do Exército construiu as rodovias de acesso às áreas. A colonizadora contava com outros incentivos, como políticas de desenvolvimento destinadas à região. Apesar de estabelecer regras, como o tamanho dos lotes⁴⁸ e o tempo estabelecido para ocupar a propriedade, o Estado não exercia nenhum tipo de controle sobre as atividades das colonizadoras.

A presença do Estado estava também na construção e manutenção de escolas e hospitais, além de ser convocado para resolver conflitos relativos à posse da terra, e principalmente quando a autoridade da empresa era ameaçada. Com o objetivo de manter a ordem, o Estado enviava a polícia militar para reprimir os ânimos exaltados, mas sempre no intuito de garantir os direitos da colonizadora. Somente em um dos casos, o Estado tomou posição diferente: foi em relação a Empresa Colonizadora Líder, quando um dos proprietários assassinou o próprio sócio.

Compactuando com as empresas privadas, o governo mudou de estratégia somente quando pressionado pelos movimentos sociais de luta pela posse da terra. Se o Estado se omitiu em relação ao processo de divisão e posse das terras, também preparou a formação da região como

⁴⁸ De acordo com as normas do Incra/MT, os lotes deveriam ter as seguintes medidas: na primeira fase e mais próximo da cidade a ser criada estariam os lotes de 100 ha. Em seguida os lotes de 200 ha. Um pouco mais afastados, os de 300 e 500 ha. A medida devia ser respeitada para que fosse emitida a escritura do terreno.. (CASTRO, 2002, p.82).

pólo de produção agropecuária. Controlando a ocupação das terras, a colonizadora era a principal interessada em tornar seu projeto um próspero local, o que garantiria seus negócios futuros, e o Estado facilitou a criação de vários municípios, mesmo que ainda não possuíssem as mínimas condições de urbanidade.

No intuito de arrebanhar os colonos e de auxiliar no processo de ocupação, o Estado cumpriu bem a sua parte. Autorizou o desmate de 50% da área adquirida e fez vistas grossas para os outros 50%. Mesmo recomendando a preservação das castanheiras, não fez nenhum tipo de fiscalização para evitar o corte e a comercialização da madeira. O Ibama, quando presente, tinha apenas a função de autorizar as queimadas, já que o processo de fiscalização foi sempre incipiente devido à falta de funcionários e estrutura.

O papel paternal do Estado que incentivava o processo de ocupação vem sofrendo mudanças. Nos últimos anos, sua ação tem se intensificado devido aos conflitos que se estabeleceram e de cobranças vindas de outros setores da sociedade. A saída tem sido uma postura de aparente neutralidade, jogando sobre os colonos a responsabilidade pela ocupação predatória. No entanto, não deixa de permitir a destruição da floresta, principalmente pelo grande latifundiário, que conta com financiamentos de bancos estatais. Preocupado unicamente com os lucros imediatos do aumento da produtividade, o Estado faz agora o papel de conciliador de interesses numa região onde as lutas pela terra estão se tornando cada vez mais sangrentas.

Tal postura não deixa de defender ideais de alguns políticos da regionais, que se dizem os legítimos representantes do Estado e que por isso têm o direito de escolher o destino de todos. Eximindo-se de qualquer envolvimento direto com os grileiros e posseiros, o governo usa essas pessoas para continuar a legitimar o processo de ocupação que destruiu a natureza, e que continua a destruir os homens que vivem no lugar da floresta.

Se para o colonizador o Estado era o parceiro que garantia o seu projeto, para o colono ele era ausente, apenas com a visita de algum político. O colonizador fazia questão de afirmar que investia do próprio bolso e que o Estado não ajudava em nada. Os migrantes acreditavam que somente o empresário tinha poder de contactar o Estado e conseguir os benefícios que todos precisavam.

Só que Sinop matou isso daqui, porque em Sinop tinha um colonizador. O colonizador de Sinop tinha um presidente que era primo dele. O tal de Presidente Garrastazu Médice. Então o presidente pro Enio Pepino soltava de tudo, e tudo que vinha de lá parava em Sinop. E depois foi a vez da Alta Floresta, lá o

colonizador era amigo de infância do Figueredo, eles tinha estudado junto e tudo. Então daí era tudo pra Floresta, passava direto, ia tudo pra lá. Agora você veja, Colíder não tinha ninguém. Nós fiquemo abandonado aqui. O colonizador daqui não conhecia ninguém e depois ele também não prestava. E os que tinha dinheiro que veio pra cá só pensava em roubar a gente. É triste, pra nós foi triste porque fiquemo jogado aqui sem apoio de ninguém. (Colono 6).

Essa distância provocava no colono dois sentimentos: um de necessidade de chamar a atenção para os seus feitos como desbravador, e o outro de descrédito, por considerar que apenas pessoas que mantinham relações pessoais com os representantes do Estado poderiam ser atendidas.

4.1. 2 Os Colonizadores

A figura do colonizador neste contexto é sem dúvida a de um líder carismático, que o Estado definia como legítima. Segundo o discurso do governo militar, o país precisava de homens capazes de enfrentar o desconhecido, corajosos, destemidos, desbravadores, verdadeiros bandeirantes e predestinados a serem heróis da Pátria. Mas deveriam apresentar, além dessas características, alguns requisitos, como a capacidade e a experiência de administrar a distribuição de terras, a força quando necessário, e principalmente capital para adquirir as terras e fazer a contrapartida em relação aos financiamentos.

Os empresários possuíam experiência, pois todos já haviam participado da colonização do Paraná, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Conduziam pessoalmente todo o processo, desde as primeiras viagens para reconhecimento da área, até a implantação da cidade.

O colonizador figurava no espaço da colonização como um sujeito carismático, que conquistou um exército de admiradores e seguidores. Contando com o apoio do governo federal, era visto pelos colonos e pela imprensa local como o grande herói, “o bandeirante do século XX”, que conduziu a conquista da Amazônia. Depois da aquisição da área, tinha o aval do governo para tomar qualquer medida. As decisões se iniciavam com o controle do acesso ao projeto, já que a própria empresa fazia as estradas e organizava a venda dos lotes de acordo com suas estratégias. A orientação sobre a derrubada e o plantio era feita pelos técnicos da empresa, sob a sua supervisão. Enfim, toda a vida do colono, do nascimento até o óbito, era controlada. Com a emancipação dos projetos em município, o colonizador passava a administração local para o novo prefeito, normalmente apoiado por ele.

Assim nasceram os mitos da colonização, homens desejando ter encontrado o negócio dos

seus sonhos, com renda garantida para si e toda a sua geração. Denominados fundadores de cidades ou desbravadores do sertão, foram imprimindo sua marca baseada em qualidades pessoais, como honestidade, acessibilidade, coragem e principalmente paternalismo. Cada indivíduo que se interessasse pelo projeto, recebia deles irrestrito apoio, mas se fosse o contrário, ou se questionasse suas atitudes, poderia pagar com a própria vida.

O norte de Mato grosso foi colonizado por empresas de colonização privada. De acordo com o Incra se instalaram em torno de 16 empresas colonizadoras nessa região. Essas empresas, via grilagem ou via aquisição, por meio de processos licitatórios, adquiriram terras a preços simbólicos. (OLIVEIRA, 2005, p. 97).

A posse lhes permitiu o direito de comercializar as terras, que estavam dentro das áreas que demarcavam como suas, e que por falta de fiscalização do governo iam muito além daquilo que haviam comprado.

Para convencer pessoas de que elas deviam deixar suas casas, a terra onde viveram com sua família e partir em direção a um lugar que sequer tinham noção de onde ficava no mapa, quanto mais na realidade, era preciso ter uma justificativa muito forte. Contava muito a experiência dos empresários, ou seja, era fundamental já haver participado de um processo de colonização, melhor ainda se tivessem no currículo a fundação de algumas cidades. Outros fatores importantes eram a documentação e a fertilidade comprovada da terra, como já mencionado.

A documentação da terra era o pré-requisito para o colono ir conhecer o projeto, pois ele considerava isso um item de segurança para sua permanência e investimentos futuros. Significava que o colonizador era honesto, era um homem de palavra, e por isso iria cumprir com suas promessas em relação à possibilidade de desenvolvimento da região.

Foi assim que os colonizadores, em alguns momentos, figuraram como pai dos migrantes, mas em outros como verdadeiros carrascos que não mediram esforços para manter o seu ideal. Essa personalidade dúbia é retratada pelos colonos dos três projetos, principalmente os de Alta Floresta.

O Sr. Ariosto era uma pessoa iluminada, né? (emocionado). De um carisma assim que (pausa) só quem o conheceu pode avaliar, sabe. Então como aconteceu comigo, aconteceu com a maioria das pessoas, logo que a gente tinha esse contato com o Sr. Ariosto, se a gente tinha alguma dúvida quanto a seriedade do projeto, quanto aos objetivos, as metas, numa meia hora de conversa a gente já estava realmente integrado a esse sentimento, a esse amor a nossa região, amor à Alta Floresta. Então eu acho que ele foi muito bom para

todos aqueles que puderam ter essa convivência com ele, com o Sr. Ariosto. E aprender com ele, com aquela virtude que ele sempre teve. Ele era articulador, pacificador, sabe? Ele tinha perseverança de luta para alcançar suas metas, seus objetivos, fé no trabalho. Ele tinha palavra. Então tudo isso ele passava para as pessoas até sem falar só a sua presença, ele já conseguia transmitir essa segurança, tranquilidade que foi o que fez Alta Floresta realmente se posicionar de uma forma tão harmoniosa em todo o período de ocupação não se ouvia falar em desemprego, em mortes, roubos. As pessoas tinham um compromisso com ele, tinham um respeito. Ele falava “nós temos que corresponder com aquilo que o colono espera de nós”. (Colono 20).

Para os moradores de Alta Floresta, a admiração e o carinho pelo colonizador não permitem que se fale sobre algo que desabone a sua conduta, isso tem o tom do proibido, do medo, de certo respeito à memória daquele que para muitos ainda é um exemplo de determinação. As honras e glórias do passado ainda são contadas e cantadas por aqueles que se orgulham de ter convivido com Ariosto da Riva e sua família. Para Ariosto, Alta Floresta foi a sua maior realização, e ele afirmou que seu trabalho se encerrava ali. E assim foi, pois mesmo depois de ter vivido em outros locais, escolheu a cidade para túmulo. Quase duas décadas se passaram depois de sua morte, mas a sua lembrança ainda é marcante quando se menciona a Indeco. Chegam a afirmar que ele era a própria alma da empresa, e que, para eles, infelizmente não há como recuperar a perda dessa figura.

Entretanto, demonstram-se preocupados com a imagem do empresário, já que a ação do colono, a partir da questão ambiental, tomou nova dimensão.

Ariosto da Riva era um desbravador, mas se fossem julgar ele hoje, ele ia ser considerado um bandido, né? Ele era uma pessoa bem vista, né? Muitas autoridades vinha aqui visitar o Ariosto, vinha conhecer a região. Veio o Figueiredo, veio o Collor. O Figueiredo veio duas vezes. Aí quando o velho morreu, acabou tudo, ninguém mais veio aqui. Eles vêm só até Sinop, e de lá volta pra trás. Ele tinha influência, ele foi indicado até pra ser ministro antes dele morrer. Ariosto era uma pessoa que conversava com todo mundo. Agora o que ele era lá pros outros, isso eu não sei, né? Na época que ele era vivo foi colhido muito cereais aqui. Tinha um armazém aqui em baixo, tinha um depósito a céu aberto, era muito a produção. Nós era heróis, e hoje o que somos? Se nós fizemo a coisa errada, não foi por culpa nossa. Nós fomos pago pra entrar aqui dentro porque do jeito que o governo fazia na época, a parte financeira era muito fácil, ele tava pagando pra gente entrar, né? Esses dias eu ouvi um político falando, se for considerar o que eles do governo pensam sobre as derrubadas, os colonizador daqui, o Ariosto, e o Pepino lá de Sinop, iam ser chamado de destruidores, né? Porque eles destruíram, né? Eles colocaram fogo nas matas. (Colono 30).

O trabalhador, que dividiu as glórias com o empresário, além de se preocupar com sua própria imagem, também sai em defesa dele, porque a sua imagem era sempre enaltecida, todos faziam parte da mesma “família” e se apossavam das honrarias dadas ao chefe. O colonizador sempre partilhava esse reconhecimento, porque, se o colono estivesse feliz, ele seria a melhor propaganda para seu negócio atrair mais gente.

Apesar de ainda existirem alguns admiradores, para os habitantes de Sinop a imagem de Enio Pipino não possui todo esse significado, seja porque ele nem sempre esteve presente ali, ou devido à falência do seu projeto de produção de álcool. Hoje quase ninguém menciona o seu nome, a não ser na denominação das ruas e escolas da cidade.

Ainda se faz referência à sua qualidade de plantador de cidades não só em Mato Grosso, mas também no Paraná.

O colonizador Enio Pepino foi um plantador de cidades, isso ao longo dos anos, fez que suas ações ajudassem milhares de pessoas a concretizarem seus sonhos de posse de terra: comprar um lote urbano ou rural. Fecunda foi sua trajetória de “semear” povoações, muitas das quais grandes cidades tanto no Estado de Mato Grosso, quanto no Paraná, onde atuou antes de vir à região Centro-Oeste brasileira. Ao longo de seu caminho colonizou terras mato-grossenses, o Comendador Enio Pepino “brindou” algumas pessoas que lhe eram muito caras, de forma especial - deu às cidades em formação seus nomes. Assim fez com Vera, Claudia e finalmente Santa Carmem, a quem homenageou com o nome de sua tia. (Colono 3).

O foco atual do discurso é o progresso da região, e somente os pioneiros de Sinop mencionam o seu colonizador.

O Sr. Enio, ele começou isso aqui tudo, fez ponte, estrada e depois a cidade... Ninguém acreditava que isso ia dar certo, era só uma vila e hoje Sinop é o grande centro comercial do nortão. Eu sempre acreditei no crescimento de Sinop, mas a aceleração do desenvolvimento não era esperada por quem chegou aqui primeiro. Teve momentos difíceis, mas passou... Olhando para o passado, há toda uma história de realizações, de pioneirismo, de coragem e de afirmações da gente que somou com Enio Pipino e que testemunha hoje, um quadro que o Grupo Sinop fez nesse tempo na área que tinha para colonizar (MINETTO, 2006, p 10).

Em Colíder, o colonizador, Raimundo Costa Filho, é criticado veementemente, apontado como grileiro, assassino e homem sem palavra. Ele se tornou uma figura a ser apagada da memória, já que representa apenas a decepção daqueles que realizaram algum tipo de negócio

com ele. Falar dele é reportar-se a um período de insegurança, medo, angústia, abandono e violência, e ao mesmo tempo indignar-se por ele estar foragido da justiça, mesmo depois de ter sido julgado e condenado por matar o próprio sócio.

Logo no início da colonização, Loro tornou-se o homem de confiança de Raimundo, e em pouco tempo tornavam-se sócios. Com o desenrolar da colonização, os agrimensores de Raimundo perceberam que uma grande área de terra sobriaria nas medições feitas na região de Canaã. Sem demora Raimundo ordenou que a área fosse medida para posterior legalização junto ao Incra. Após a conclusão dos trabalhos dos agrimensores, dividiram as terras formando uma sociedade – Dr. Wilson, Loro, Raimundo – os quais ficaram com dois mil alqueires cada. Passado alguns meses, Raimundo obteve a documentação da referida área, porém em nome de Loro, ficando esse com a responsabilidade de assinar as escrituras. Como a demarcação, documentação, abertura de estradas e a construção dos bueiros ficaram a cargo de Loro. Quando as terras foram colocadas à venda Loro cobrou suas despesas e Raimundo não concordou. Assim foram dois anos de conflitos, traições, balas e sangue... Que terminaram com a morte de Loro no dia sete de setembro. (OLIVEIRA, 1998, p. 82).

Considerado um indivíduo grotesco, Raimundo espalhava pânico entre os moradores, que por vezes deixavam de temer a perda da terra diante da clara possibilidade de perder a vida. Em um ambiente de tanta violência, foram intimidados a permanecer em silêncio e sequer reclamar seus direitos.

Quando eu cheguei aqui não encontrei nada, nem ao menos, os donos do tal empreendimento, somente as matas e os rios para matar a sede. Mesmo assim não desanimei. De frente para aquela mata construí meu barraco e ali fiquei à espera do Raimundo. Enquanto isso fui fazendo a lavoura. Plantei arroz, milho, feijão... De repente chegaram os donos verdadeiros da propriedade e os jagunços me expulsaram de lá. Então peguei a muié e os filhos e fomos buscar outra propriedade. Não tinha escola, não tinha posto de saúde, médico então nem pensar. Faltava estrada, então era aquele monte de barracos de lona esperando a estrada para chegar no lugar onde devia ficar. Era confusão de terra porque ninguém tinha documento, e o governo não dava porque o Raimundo não cumpriu com sua parte. (OLIVEIRA, 1998, p. 39).

É certo que os colonizadores tinham bases diferentes para administrar seus negócios, mas todos exerceram a violência para impor seus domínios, justificada como necessária para a preservação da propriedade da terra, ponto frágil de qualquer pessoa que se dirigia àquela região. Assim, longe de questionar as atitudes do colonizador, os migrantes se colocavam à sua disposição, para fazer cumprir a lei que de certa forma os protegia. Outros métodos foram criados

para dificultar o acesso ao projeto, como a utilização de uma balsa⁴⁹ para controlar a entrada de pessoas.

Além disso, os empresários contavam com uma equipe muito bem preparada para receber, orientar e convencer o migrante a permanecer ali. Padres, professores, médicos e técnicos agrícolas visitavam os colonos constantemente, procurando atender suas necessidades, aconselhando-os e encorajando-os a lutar contra as adversidades.

Liderando o empreendimento, jogavam com o imaginário dos colonos, fazendo-os acreditar que tudo era possível pelo trabalho. Era necessário tornar a empresa uma grande família, de preferência com uma religião, para aceitar todas as situações difíceis. Eles se posicionavam como o pai que, se necessário, poderia punir os filhos, mas também era seu dever protegê-los. Utilizando suas vidas como exemplo de luta em busca de seus ideais, conduziram os colonos a fazer do processo de ocupação da Amazônia mato-grossense o seu único objetivo, para o qual não deveriam ser medidos esforços e nem pensar sobre as derrotas, somente na vitória que viria ao final de todo o trabalho.

4. 1. 3 Os Colonos

Definir o perfil do colono em Mato Grosso não é tarefa fácil, muito menos explicar os motivos que o trazem a um lugar tão diferente de suas origens, tão distante de suas tradições, porque cada projeto de colonização tem a sua característica, cada colonizadora tem o seu público. Há, *grosso modo*, dois tipos: o que possuía capital no Sul e resolveu investir em Mato Grosso, e o que nada tinha como alternativa, a não ser abandonar os sonhos do passado e buscar novos rumos para a sobrevivência de sua família.

No dicionário encontramos a seguinte definição: colono é aquele que habita a colônia [...] e como o termo ‘colônia’ designa tanto uma região colonizada como qualquer área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas, pode em ambos os casos se apresentar como sinônimo de rural. Ou seja, a área rural de um município é chamada, hoje, de colônia, e seus habitantes são colonos – uma categoria que sobreviveu ao longo do tempo e que designa o camponês. O termo ‘colônia’ é também usado para designar a propriedade agrícola do colono. De

⁴⁹ “Ariosto colocou uma balsa controlada pela própria empresa no rio Telles Pires e durante muitos anos evitou que fosse construída a ponte para acesso livre ao projeto. Para entrar no projeto de colonização de Alta Floresta, era necessário ter autorização da INDECO S/A ou então estar de posse da escritura de terras na região”. (ROSA, 1999, p46).

acordo com Schneider (2001), o conceito de “colono” significa aquele que tem uma relação de “fundação” com o espaço (social e geográfico); ou seja, o colono é aquele que “inicia” o lugar, portanto tem um caráter simbólico fundador.

Segundo Amado & Ferreira (1990), de acordo com Bordieu, esse termo, em sua trajetória, apresenta alternâncias, ora com cargas estigmatizadas, de fora, ora como autovalorização, análogo aos usos manipulativos da categoria povo, convertendo estigma em emblema. Além disso, a definição de colono é feita em relação a determinadas características peculiares à sociedade camponesa, tais como o trabalho familiar, uma economia doméstica em que a terra é o principal meio de sustento, e a ocupação de uma posição subalterna na sociedade.

O colono da Amazônia mato-grossense é o trabalhador que tem como característica básica a necessidade do acesso à terra. A terra significa a possibilidade de sustentação da família, de criação de espaço de produção, de liberdade e de trabalho. Seguindo o mesmo ideal de seus pais e avós, desejava buscar riquezas numa terra distante e retornar à sua terra de origem em condições de adquirir a tão sonhada propriedade com recursos para si e suas futuras gerações. É movido por uma utopia pela terra, que o conduz na luta de uma busca constante, e que se destacam três grupos de famílias:

1) os pequenos proprietários de terra, os mais afetados pelas propagandas das colonizadoras, por estarem buscando o aumento das suas terras e por se constituírem em possíveis compradores; 2) os homens sem terra, que buscam de forma isolada condições de trabalho e de vida – estes vão para a colonização para trabalhar nas grandes fazendas e acabam se submetendo a qualquer tipo de trabalho, como a construção de infra-estrutura, a exploração de madeira e até mesmo em garimpos; 3) os excluídos e desapropriados do Sul, que organizados em movimentos sociais, estes fazem uma pressão maior e provocam no Governo a necessidade de criar alternativas, dentre as quais a colonização dirigida ou privada. (ZART, 2004, p.59).

Os três grupos foram identificados no local em estudo. Por já terem participado da colonização na região Sul, conheciam bem as adversidades desse empreendimento, como a precariedade de infra-estrutura em saúde, educação, transporte e alimentação. Além desses problemas, tiveram a dificuldade de adaptação e sobrevivência à floresta amazônica, com seus mitos e verdades. Mas esses indivíduos vão se definindo como sujeitos capazes de realizar a tarefa que lhes foi incumbida.

Você veja que, quem entrou aqui não foi pessoas que não têm coragem de

trabalhar, quem entrou aqui foi sulista. São pessoas que abrem, né? Foi o sulista que abriu o Mato Grosso, porque se deixasse aí na mão dos cuiabanos, tava do jeito que a ministra Marina queria. Aqui não tava desbravado não. Então você veio, tenta criar os filhos num lugar sadio, aproveitar enquanto é novo, né? Pra ver se faz alguma coisa. Pra não precisar empurrar carrinho de sorvete na velhice. E eu acho que nós acertou, tanto que podia ter errado também, né? Mas tivemos a felicidade de acertar. Hoje os filhos tão criados, graças a Deus. (Colono 23).

Mencionando a sua origem como desbravador, ressalta a persistência para transformar a região, denota orgulho do trabalho realizado, e de haver conquistado enfim um lugar para viver.

Desde que eu era menino, eu lembro que eu já trabalhava apanhando algodão na roça. Eu me lembro de eu trabalhando junto do meu pai. Eu me lembro de tudo, e se eu voltasse a minha vida até os cinco anos, eu fazia de novo tudo igual. Eu nunca fiz nada pra me arrepender, nunca fiz nada de mau. Acredito que tudo o que eu fiz foi por Deus. Eu nunca matei, nunca roubei, nunca tirei nada de ninguém. Isso é a melhor coisa do mundo, eu saio pra todo lugar, não tenho medo de nada. Eu gosto muito daqui, porque aqui foi a primeira terra que eu comprei. Porque quando eu trabalhava, eu trabalhava por dia na roça dos meus amigos, ganhando a diária, foi um serviço assim, que eu trabalha pensando sempre em um dia ter um lugar de morar. Eu nunca tive terra, só uma terrinha de herança lá em Pernambuco. Quando saí de lá eu passei uma procuração pro meu irmão cuidar daquilo pra mim. Eu disse pra ele dar pra família mais nova de meu pai. Era uma criança pequena e a terra era pouca. Então eu deixei lá pra eles. Então eu vim pra esse mundão de meu Deus e trabalhei, trabalhei muito pra comprar tudo o que você tá vendo aí. Criei os filhos, eu mais minha velha, e agora tamo aqui junto só olhando os filhos, os netos. (Colono 10).

O sonho de adquirir sua terra é realizado e isso cria o vínculo com a região.

A gente não conhecia o lugar, mas nós viemos porque a gente tinha que achá um lugar pra colocá os filhos, né? A gente tem saudade da terra da gente. Os artistas falam da saudade da minha terra, e eu também tenho saudades do meu Paraná, né? Mas lá é muito frio e eu acho que não agüento mais, se eu for lá vou ficar só embaixo das cobertas, e aqui não, aqui é gostoso. Então nós viemos né porque a família era grande. Daí arrumar colocação pra todo mundo não dava, porque era muita gente. Óia só aqui nessa terra tem sete casa. Tem sete casas só da família. Perto da minha casa aqui do lado tem a tuia. Então nossas casas, a minha e a dos filhos, ficam enfileirada. Agora tamo tudo junto né? Nós somos católicos, tem catequista, tem ministro, só não tem padre. Porque ninguém quis estudar pra ser padre. Então nós somos família reunida e unida. Por isso nós canta junto, nós chora junto e nós reza junto. Mas a gente também já sofreu junto aqui. Nós tinha um compadre que morava na Colíder e ele falou: Angelino, compre uma motosserra. Ele respondeu de que jeito compadre, eu não tenho dinheiro. Naquele tempo era dureza, a gente trabalhava um terno no sítio pra abrir e outro pra fora, pra podê comê. (Colono 5).

Os colonos de Alta Floresta e Colíder podem ser caracterizados como pequenos proprietários na conquista da propriedade da terra tanto para morar quanto para trabalhar. Já os de Sinop apresentam outras prioridades, que justificam a sua vinda baseada em condições socioeconômicas que os apontam como empresários do agronegócio.

Essa propriedade é da minha família, mas sou eu que cuido desde que a gente comprou. Eu mudei pra cá antes, mas nós compramos essa propriedade em 1982. Eu vim pra Sinop em 1979. No começo eu era comerciante de defensivos agrícola e representante comercial. Eu representava uma empresa de fertilizantes e daí eu visitava todas as propriedades. Eu fiquei sabendo que esta propriedade estava pra ser vendida. Mas o dono dessa propriedade não morava aqui, ele morava no Paraná. Na verdade a gente vendeu uma propriedade lá no Paraná e repassou o dinheiro pra pagar essa daqui. Uma parte foi em terra e a outra parte foi em gado. No Paraná a gente criava o gado e plantava café. Mas aqui não dava. Então a gente optou por mecanizar né? Hoje são tudo mecanizadas para as lavouras de arroz e de soja, né? Milho. Então eu fui fazendo conforme pude, com o correr dos anos, né? Aí fui limpando a terra, tirando a capoeira, removendo a cerca toda velha que não servia pra mais nada. Depois eu coloquei cercas novas, porque daí a intenção era fazer um pouco mais de agropecuária. Por isso não tirei a cerca. A perspectiva é que de repente tenha um capim que seja resistente à seca, ou então pra fazer uma área de confinamento de gado. Então é assim, a gente tem paixão pela terra, uma paixão que a gente já adquiriu com a família, desde o Paraná, sempre plantando, sempre com o cultivo do café e pecuária também, né? Eu vim no intuito de trabalhar no comércio, como eu já te falei, mas isso pra poder adquirir uma terra pra plantar lavoura. E tanto que mesmo no comércio o meu ramo era dentro da área agrícola. Nós somos persistentes, não desistimos nunca, afinal nós somos brasileiros. Nós somos mais ou menos dessa linha, todo ano a gente pensa que esse ano tá ruim, e no próximo vai estar melhor, e a gente não pára. (Colono 22).

O que une os colonos dos três projetos é o fato de terem o mesmo objetivo, “melhorar de vida”, e para isso usaram o mesmo *slogan*: persistência no cultivo da terra. Desde a chegada na região, na década de 1970, até o momento das entrevistas, em agosto e setembro de 2006, dizem estar sempre preparados para enfrentar qualquer adversidade para permanecer nas suas terras.

A história desses indivíduos começa bem antes do seu contato com a Amazônia mato-grossense. Apesar de já terem vivenciado outros projetos de colonização, é na chegada a essa região que mais um capítulo das suas vidas vai ser desenvolvido em um cenário que de início lhes parece a redenção, a solução para todas as dificuldades. A sua chegada era um momento *sui generis*, acompanhado de uma mistura de curiosidade, temor e cansaço das longas viagens, que que partiam de algum ponto da região Sul, e chegava a Cuiabá. Esse era apenas o início da aventura, porque depois da capital, não havia mais asfalto nem cidades à margem da BR-163.

A viagem demorava dias e como não havia hotéis e restaurantes ao longo da BR, os colonos, em caminhões carregados com seus pertences e familiares, acampavam à beira de um córrego, onde eram preparadas as refeições e se descansava. Dependendo da situação financeira, parte da família (mulheres e os filhos menores) seguia em outro meio muito utilizado na época, os ônibus da empresa Transportes Maringá, que faziam a linha Cascavel-Alta Floresta. A opção pelo ônibus, exceto pelo conforto das poltronas, tinha quase as mesmas características da viagem de caminhão. Era necessário trazer a alimentação, e assim normalmente nos coletivos havia o aroma de farofas, bolos, refrigerantes quentes e bolachas que as crianças espalhavam por toda a parte. Também não havia banheiros nos ônibus, o que provocava freqüentes paradas à beira da estrada. Existia ligação por aviões, mas essa opção era muito cara, usada apenas para emergências.

Um passageiro relata as peripécias da viagem em um caminhão de mudança:

Do Paraná até Cuiabá a viagem durou um dia, um dia e pouco. Agora de lá para cá é que a coisa complicou, e aí não tinha nada, o único rio era esses rios grandes, de Cuiabá para cá um verdadeiro deserto, mata só, e nós gastamos 6 dias de Cuiabá para cá. Era seca e tinha muita poeira, muita poeira e a terra era fofa. Tinha buraco pra todo lado. O caminhão tinha que andar devagar. Às vezes o caminhão quebrava no caminho. O motorista era um pouco motorista e outro pouco mecânico, aí o caminhão quebrava e ele arrumava, os tios ajudavam a arrumar também, foi aquela peregrinação. (Colono 20).

Além dos problemas de transporte e das péssimas condições das estradas, outra dificuldade era a alimentação. As distâncias eram muito grandes e mesmo que o colono tivesse dinheiro, não tinha onde comprar suas refeições, que eram preparadas na beira de estrada de forma improvisada.

Pra fazer comida a gente fazia, tinha um fogãozinho, daqueles de duas bocas a gás. Armava esse fogareiro, cozinhava arroz O tal de arroz de carreteiro. Na viagem nós começamos a comer o jabá, desde o Paraná até chegar em Alta Floresta nós já começamos a comer o jabá. Esse tal de arroz carreteiro quase todos os dias tinha arroz de carreteiro. A gente ria porque perguntava qual vai ser o cardápio hoje? E era arroz carreteiro, chegava no dia seguinte, bem arroz ao modo carreteiro (risos). Aí no outro dia carreteiro, aquele arroz, arroz carreteiro foi o que a gente mais comeu. (Colono 20).

Não havia tempo nem locais adequados à higiene pessoal, e assim, misturados aos animais e tralhas, os colonos percorriam seu caminho.

Foi cruel (risos), fatal (risos), isso mesmo. Eram cinco famílias e o mais cruel é que nós viemos de Assis Chateaubriand até Alta Floresta, gastamos 8 dias e não tomamos banho, complicado, né? Você calcula como é que cada um (risos) chegou até aqui (risos). Não parava porque era muito complicado achar uma roupa para vestir no meio daquela bagunça, achar um sabonete, achar uma coisa, então como era muita criança, muita gente, era preferível parar um pouquinho para comer, ou então parar um pouquinho para dormir, mas banho que é bom não. Viemos de lá até aqui. Veio todo mundo embolado num espaço que foi criado assim sabe, sem tomar banho, junto com cachorros e galinhas, você pode calcular que coisa terrível. (Colono 20)

Independentemente do meio de transporte utilizado, a viagem era longa, cansativa, dando tempo para os viajantes entenderem a dimensão da sua decisão e captar as primeiras impressões sobre a região. Na companhia da família e/ou vizinhos, preparavam-se para a vida de isolamento, acostumando-se à distância, à mata, enfim, a tudo que agora seria sua nova morada. A estrada era apenas um risco no meio da mata, que ao longo do caminho tornava-se mais alta, densa, quente, assustadora, mas também era bela, gigante, fascinante, era como uma cortina que escondia um mundo de riquezas à espera de quem tivesse coragem e persistência para conquistá-la e dominá-la.

Embalado no mundo de possibilidades que a região poderia oferecer, o colono tentava fugir das lembranças da sua terra de origem e fixar-se somente no futuro que iria construir.

O caminho para a colonização era o mesmo, e a princípio o que mudava era apenas a distância, mas os projetos das colonizadoras apresentavam condições muito diferentes. Apesar de situarem-se na mesma região, não traziam somente características, mas também problemas distintos.

A chegada dos colonos era uma mistura de cansaço da viagem com a expectativa de conhecer a nova morada.

Quando a gente chegou que a gente desceu ali, que não foi no lugar do batalhão, logo no começo então a gente desceu, ah! É aqui, é aqui? Não. Ainda não é aqui, vamos ter que entrar novamente neste caminhão e aí tivemos que entrar e foi uma tristeza. Nós dizia, não, mas se for perto a gente vai a pé. Mas não era perto, porque tinha que fazer a volta e voltar para trás chegar até na terceira leste. Tinha que entrar e parar no local que tinha parado a estrada, e esperar a estrada ser construída. Dali os homens se levantava às cinco da manhã e iam derrubar o mato então nós tivemos que esperar derrubada do mato queimar, para depois nós construir as nossas casas. Casas entre aspas, né? Porque eram só barracos. (Colono 20).

Os colonos que foram para Sinop ou Alta Floresta encontraram uma infra-estrutura de apoio que lhes permitia conhecer a terra antes de comprá-la. Além disso, a empresa recomendava a aquisição de um lote na área urbana, para que se abrigassem até a derrubada da primeira área rural e construíssem a moradia. Mesmo diante da recomendação, por falta de condições financeiras os colonos levavam suas famílias direto para a propriedade rural, onde se acampavam na margem das estradas.

A primeira alimentação nós trouxemos, porque aqui não tinha. Nós trouxe muito arroz, feijão, o famoso jabá (risos), como eu já falei, era farinha de trigo, sal, gordura de porco, sabe, muita gordura de porco que a gente trouxe de lá, depois a gente continuou comprando essas coisas até começar a produzir o arroz, o feijão, só que a gente comia muita carne de bichos silvestres, peixe. Um dos tios logo achou o Teles Pires, logo que a estrada foi aberta. Ele pescava direto. A gente comeu muito veado, anta, macuco, porco do mato, tatu, até cobra, naquela época até cobra nós comemos. Jacu, jacutinga e macuco eram como se fosse frango, são parecidos né, então a gente comia muita caça, muita carne. Frutas e tudo o que a gente achava no mato, cacau do mato, coco, várias frutinhas. Porque não tinha como comprar, só dois anos depois veio o primeiro armazém, aí nós podia comprar. Mas os primeiros anos foram assim, mas, quando a gente começou plantar, e começamos a colher, começou também a criar porcos, galinha. Tudo vinha de fora, as sementes, as galinhas vieram de Colíder. (Colono 20).

Essa realidade os colocava diante de situações já vividas durante a migração junto de seus pais para novas terras, como a dificuldade de adquirir alimentos, até que fossem feitas as primeiras colheitas. Como conheciam os problemas, preparavam-se como podiam para enfrentá-los novamente, com a estocagem de mantimentos até o preparo de armas para caçar, pescar e coletar alimentos na floresta.

Quando eu vim de lá para cá fiz uma compra pra um ano, a compra minha deu para um ano forjado. Nós trouxemos naquela época, açúcar para um ano, trigo deu pra uns seis meses, feijão perdeu, a soja perdeu, o milho eu trouxe, porco eu trouxe, galinha eu trouxe de lá, aqui dentro da mudança. Nós veio em 36 pessoas no caminhão. Eu e minha família e mais quatro famílias e todos ainda moram aqui em Alta Floresta. Logo que eu cheguei aqui fui derrubar o mato, derrubar e eu falei: Vocês vão plantar café, aí eu vou plantar o meu também. Aí surgiu o negócio de tiração de areia e eles foram tirar areia e a roça deles ficou no mato. Agora eu toquei o meu. Eu nunca fui fazer aquilo não, eu não sou disso. Os outros foram e eu não. Só que tem uma coisa também, não vou me importar com a vida de ninguém. Alguns subiram, subiram e eu não estou a fim disso não. Cada um vive segundo Deus manda. (Colono 16).

Preparados para as dificuldades, ficaram encantados com a organização no espaço da colonização, pois havia hospital, escola, igreja, estradas. As preocupações iniciais começavam a desaparecer, quando eram informados de que se ficassem doentes ou tivessem algum imprevisto, podiam contar com a pronta ajuda do colonizador e de sua equipe.

Uma das ajudas que nós colonos tinha na época era a estrada boa. Era assim uma coisa muito importante. Você saía aí, você andava e a estrada não tinha lama. As nossas estradas na época era muito boas. Essa já é uma das ajudas melhores que a pessoa pode ter. No caso de uma pessoa ficar doente também. Seu Ariosto fazia muita coisa por essas pessoas. Tinha o hospital e se não tivesse recurso, ele mandava de avião pra fora. Em termos de comunidades também, ele ia lá. Ele queria educação para todas as comunidades. Aí vieram também os padres. O padre era uma pessoa muito envolvida com o povo. Ele mandou fazer as igrejazinhas. Daí a igrejainha virou escolinha. Dentro da própria igrejainha já funcionava a escola. E o povo das comunidades ia vivendo feliz, um ajudava de um lado, o outro ajudava outro pouco, né? (Colono 27).

As escolas-igrejas funcionavam como centros de socialização de conhecimentos, sentimentos de alegrias e tristezas, de lazer, de orientação sobre plantio e como colheita. Desde o momento que o colono chegava, já era posto em uma comunidade, formada por moradores de um determinado setor, que se organizavam em torno de uma escola-igreja. Completando esse espaço comunitário, havia uma área coberta onde eram realizadas as festas, e um campo de futebol.

As escolas foram fundadas sempre num processo de preparação de uma comunidade, na qual o pessoal num raio de oito quilômetros podia juntar no centro comunitário e sentir a mensagem do colonizador que se transformou em pai. O pessoal trata mais como pai do que como patrão. Além disso, ninguém entendia nada de cacau, mas nessas comunidades os técnicos da CEPLAC ensinavam para o pessoal as técnicas de plantagens, etc. Nessas comunidades o pastor protestante, se houver protestante, vai fazer o culto e o padre católico vai rezar a missa para o pessoal. Eles se reúnem e elegem o seu presidente, seu tesoureiro, seu secretário. Sentem-se unidos – foi criada outra vez a família! É o que talvez eles já não tivessem mais lá, judiados pela seca, pela geada, pelos interesses que estavam se desestruturando. Aqui eles encontraram outra vez essa família, entendeu? Nesse espírito familiar e nesse centro eles se encontraram onde depois se deu a escola. Então vamos dizer assim que eles saíram de um ambiente de angústia para um ambiente aberto, em que sentiram todas as esperanças humanas se transformarem numa tremenda possibilidade – terra grande, terra maior, possibilidade dos filhos estudarem. E de repente se ouviu falar muito em amizade, em colaboração, em família, entendeu? (PÁDUA, *apud* GUIMARÃES NETO, 1986:108).

Na comunidade os colonos se conheciam, ajudavam-se e formavam uma grande família que se apoiava mutuamente para suportar a saudade da terra natal. Eles se reuniam para consolar aqueles que perdiam familiares em acidentes e doenças, como a malária, que era uma verdadeira epidemia. Ou então, para celebrar batizados e casamentos.

Como os colonos foram atraídos pela possibilidade de plantar café numa terra fértil e sem geadas, logo que preparavam o terreno, surgiam as primeiras lavouras (de arroz e milho), depois se faziam as covas para as mudas de café. Não demorou muito para que percebessem que o café só produzia bem nos primeiros anos, e então veio a primeira decepção. O café foi substituído por cacau, depois pelo guaraná, depois pelo ouro e a madeira, e finalmente pelo boi e a soja. Em todas essas etapas de altos e baixos, de esperança e de desolamento, permaneceram no local, graças ao vínculo que estabeleceram com a sua nova morada.

Se para os colonos de Alta Floresta e Sinop os primeiros momentos na colonização não eram fáceis, em Colíder a situação foi muito pior. Eles não encontraram nenhuma infra-estrutura, sequer podiam ir para o lote adquirido porque não existia estrada, e os responsáveis não eram encontrados. Lotes vendidos para duas ou mais pessoas eram uma constante, e ninguém sabia a localização das propriedades.

Quando nós chegou aqui nós ficou acampado lá perto do Carapá. Aí não tinha estrada, né? Então pra chegar aqui no lugar onde era o lote, que a gente imaginava que era, nós vinha a pé pelas picadas que passava lá no fundo do sítio. Era difícil, mas só vinha os home. As muié e as criança pequena ficava no barraco. Daí derrubamo e fizemo barraco, plantamo, mas a estrada, a estrada Planalto só veio depois, bem depois. (Colono 5).

Nos primeiros anos de Colíder, as famílias faziam grandes acampamentos numa clareira aberta na mata, e ali aguardavam a demarcação dos lotes em baixo de barracos de lona.

Quando nós cheguelo, aqui, nós fiquemo acampado onde hoje é o hospital. Nós posemo ali, era só um cercado com chão bruto. Dali, no outro dia, foram levar nós lá na beira do Carapá. Até lá tinha um trio, depois não tinha mais. Tinha só uma máquina preparando o lugar pros homem levantar os barracos que eles falavam que era provisório. Nós fiquemo quatro meses no barraco. A lona se acabou tudo, os móveis que a gente trouxe também foi estragando. As mudas e as sementes que a gente trouxe estragou tudo. Quando nós saiu de lá o arroz de plantar tinha nascido e já tava grande assim. As mudas de café também já não dava mais pra plantar porque tava muito grande. Nós cheguelo em julho e saímos de lá nos fim de novembro. Porque menina nós ficou um bom tempo por lá. Até teve um dia. Era dia de Nossa Senhora Aparecida e nós tava acampado.

E tinha uns crente na chácara que ficava na frente das nossas barracas. E o povo louco pra botar fogo numa derrubada na chácara, mas não tinha jeito por causa dos nossos barracos. Que era uma cidade, era uma cidade só de barraco de lona. Aí nesse dia o homem passou falando: hoje vocês se aplainam que nós vamos queimar a chácara. E a divisão era a estradinha, sabe. No fundo dos barracos, como o trator passou e empurrou o mato lá pro fundo, tinha raiz e árvore seca que ficou um monte mais alto do que uma casa. Aquilo tudo seco parecia uma pólvora e na frente os barracos de lona. E os homens aquele dia não saíram, porque eles iam pro mato todo dia pra trabalhar, pra abrir e ali ficava a mulherada e a criançada. Quando foi onze horas esse homem passou colocando fogo. Menina o que nós tinha trabalhado vinte e tantos anos, trinta quase, tava dentro daquele barraco a nossa vida tava dentro daquele barraco (emoção....choro). Não tinha nada pra fora, se pegasse fogo naquele barraco nós ia ter que sobreviver. Mas ia sobreviver como? No meio da mata sem nada? Então cada mulher pegou um balde, e os homens pegaram outro e vamos, e vamos de um lado, e do outro; até que Deus abençoou que eles queimaram a chácara deles e não pegou fogo no barraco de ninguém. Mas ninguém dormiu aquela noite, porque ficou aqueles paus pegando fogo. E quem dorme pensando que pode vim uma faísca? Ninguém dormiu. Então tudo isso nós passou. (Colono 7).

As histórias vivenciadas no acampamento denotam as péssimas condições e o terror a que foram submetidos os migrantes. A espera pela estrada que não saía os levava ao desespero, mas a atitude do colonizador, cercado por jagunços, inibia qualquer tentativa de reclamação.

Um genro meu e o irmão do Jaime que já foi prefeito aqui duas vezes, eles foram pegos no meio do mato pelos jagunços. Eles estavam caçando de cartucheira, e eles tomaram as cartuchinhas deles e ainda bateram na cabeça deles com elas. Eles mandaram eles andar sem olhar pra trás. Eles correram e chegaram aos barracos apavorados e contaram que sofreram tudo aquilo. Mas fazer o quê? Dizer o quê? Se você tava deitado os jagunços ficava rodeando os barracos de noite. Nos passamos sufoco aqui e foi só por Deus que a gente ainda tá aqui. Isso foi meses assim. (Colono 7).

Além do clima de horror espalhado pelos jagunços, outro problema que afligia os colonos era a falta de assistência médica, pois não havia nenhum hospital ou posto de saúde. Caso acontecesse algum acidente ou doença, era necessário se deslocar até Sinop, ou recorrer à orientação do balconista da única farmácia da cidade.

Olha quando nós chegamos aqui todo mundo dizia que a gente tava ficando louco. Não tinha médico, não tinha escola, não tinha nada. Tudo o que foi prometido foi em vão. Não tinha nada. Ali onde é o hospital hoje, era a farmácia da dona Adelaide, era ela que atendia. Pra curar esse negócio dessas feridas, da malária tinha que ir lá pro Jacaré pra ser atendido pelo Silóe. Ele que tinha farmácia lá e a gente ia e ficava hospedado na casa do Silóe pra ele tratar.

Porque quem tratava era ele. De mês em mês vinha aquele ônibus que trazia o povo da saúde. Mas aquilo era briga porque não dava pra atender todo mundo. Ele não davam conta de atender os doentes. E ainda tinha que atender os índios, aí é que não dava mesmo depois eles foram embora, eles foi tirado daqui. Na época o responsável pela tirada dos índios daqui foi o cabo Ivo. Eu sei menina que foi um sufoco. Mas o que ia fazer, se a gente não aturava ia ter que voltar pra trás e daí perdia tudo. Eu disse nós não vamo voltar, vamos ficar aqui. E hoje toda a minha família fala graças a Deus a mãe não desistiu. Um dia conversando com o motorista do ônibus que vinha pra aqui, pro sertão, vinha conversando sobre a vida, sobre essas coisas e ele falou: dona Maria a gente primeiro planta o milho, pra depois fazer o fubá, pra depois fazer o angu, e o angu precisa mexer bem pra poder cozinhar não é. E isso é a vida de vocês aqui. Vocês têm que lutar e ficar em cima. Tá muito certo. Essa é a verdade, agora na primeira dificuldade você sai correndo, então você perde tudo. (Colono 7).

Sem assistência médica, o colono chegava a ter de retornar à sua terra de procedência, em busca de ajuda. Como a maioria não tinha recursos financeiros, acabava se submetendo ao tratamento indicado pelo atendente de farmácia. Outra dificuldade enfrentada foi a inexistência de escolas.

O meu marido trabalha com animal, amansava boi, e ia entregar o leite porque ele era empregado. Eu cuidava da roça, pra dar conforto pros meus filhos na escola, porque eu queria que meus filhos estudava. Então naquela época, eu quero é chegar nisso daí, naquela época filho de pobre não tinha o direito de tirar a quarta série. Não, era só pra aprender a ler e escrever e acabou. Era tanto que, naquela época, a quarta série era festejado, tinha fotografia, tinha tudo quanto é coisa. Hoje é uma coisa que não vale nada, né? O povo, as vizinhas falavam assim: essa mulher é orgulhosa, os filhos dela só saí da escola quando faz a quarta série, enquanto não tira a quarta série não sai. Porque pra mim, abaixo de Deus, é o estudo. Porque olha, eu tenho as minhas filhas, elas estudaram pouco, depois de casadas, mãe de família elas concluíram os estudos aqui. Aqui, quando elas chegaram, elas tinham a quarta série. Então quando nós chegou aqui não tinha nada, não tinha nada. Então tava só as mulher e as crianças nos barracos e chegou um jipão. Parou na frente dos barracos, é a mesma coisa que eu to vendo. Com uma camisinha dessas de malha azul com o bolso com uma tampinha assim, desceu aquele homem e depois uma mulher. Daí parece que foram logo com a minha cara, então ele cumprimentou e disse: Eu sou o Padre Geraldo. Olha menina do céu aquilo pra mim foi uma coisa, porque eu sou louca por padre, eu gosto de padre, eu gosto mesmo. Aí a mulher se apresentou: eu sou a irmã Soledade. Aí nos conversamos, conversamos e eu digo: - Padre foi Deus que mandou o senhor aqui. Porque nos tamo aqui aflito. Porque nós fomos convencidos a vim pra aqui porque diziam que aqui tinha escola, tinha estrada na porta, tinha hospital, aqui tinha tudo, e depois que nós chegou aqui não tem nada. Olha tá as crianças pra estudar e não tem escola padre, o que nós vai fazer? Então ele olhou pra mim e perguntou: tem alguém aqui que tem a quarta série? Eu disse na minha família todos que tem mais de dez anos têm a quarta série. Então ele disse rindo: - já temos professoras e falta só o lugar de dar aula. Aí fomos conversando e ele disse tá bom, eu vou buscar ajuda. Com poucos dias

ele trouxe o professor Osvaldo Sobrinho, que naquele tempo era quem mandava nos estudo. Ele chegou com ele e já foram chamando as minhas duas meninas mais velhas pra ser professora. Já fez os homens ir levantando uma escola de pau a pique. E a escola já foi feita e minha filha começou a dar aula. E a outra já se mudou pra outra comunidade e assumiu outra escola. Aí eles levaram elas pra Cuiabá pra fazer cursos. As professoras formadas de lá davam cursos pras meninas. (Colono 7).

A escola foi uma das maiores reivindicações dos colonos, que viam seus filhos ficarem sem estudo e sem perspectiva de futuro. A ausência causou muitas polêmicas, que só foram amenizadas com a chegada do padre Geraldo Silva. Ele mesmo providenciou barracos e selecionou professores, depois foi ao governo de Mato Grosso buscar ajuda para estruturar as escolas, sendo surpreendido pelo fato de que ninguém sabia sequer da existência da Gleba Cafezal. O padre conseguiu apoio do Estado e mais escolas se espalhavam pelo projeto. Tal fato de início não incomodou o colonizador, pois afinal um problema estava sendo resolvido.

Entretanto, a construção das escolas foi o estopim para um conflito muito maior. O padre começou a ouvir os problemas das pessoas e a insegurança em que viviam por não ter o documento de posse, e sugeriu que se organizassem para cobrar seus direitos junto às autoridades estaduais. Foram orientados a não pagar as parcelas restantes: “Não dêem mais dinheiro enquanto a escritura não vier”.

O empresário sentiu-se ameaçado em seus domínios e passou a ameaçar os colonos, queimando casas, destruindo plantações e matando animais. O padre também foi ameaçado, assim como a sua equipe de trabalho, e acabou deixando a cidade porque sua congregação não permitiu que ele permanecesse em Colíder sob essas condições. O colonizador sentiu-se vitorioso, pois acreditava que sem o padre os colonos ficariam quietos. O excesso de confiança fez com que praticasse um crime que acabaria com o seu empreendimento: o assassinato do seu próprio sócio.

O crime teve repercussão nacional e os representantes regionais na Assembléia Legislativa de Mato Grosso deram o alarde, o que lançou os olhares do governo para Colíder. O problema fundiário foi encaminhado para a Câmara Federal pelo deputado Louremberg Ribeiro Nunes Rocha, que em seu discurso relatou a situação e pediu soluções aos governantes.

Por várias vezes ocupamos a tribuna dessa Casa para reclamar a atuação dos órgãos federais em favor dos humildes colonos da região de Colíder em Mato Grosso. Ali permanecem homens dedicados à lavoura vindos em sua maioria dos

Estados do Sul e que, atraídos pela fertilidade da terra, depositaram suas minguadas economias nas mãos da Colonizadora Colíder, que até hoje lhes nega os títulos de seus lotes. Por várias vezes pedimos a intervenção federal para que se declarasse toda a área prioritária para fins de reforma agrária, em face da insensibilidade da colonizadora. Agora felizmente o sr. Presidente da República acaba de assinar um decreto declarando toda a área abrangente prioritária para fins de reforma agrária. Vejo que nesta hora se começa a delinear a solução para o sofrimento daqueles humildes colonos. (SCHAEFER, 1985, p. 71).

Dois anos depois o Incra interveio e assumiu a responsabilidade de documentar as propriedades, o que regularizou a situação de muitos colonos, mas não de todos.

Apesar de os três projetos de colonização terem recebido colonos de uma mesma região, a escolha de um deles se deu não apenas porque a implantação seguiu uma ordem cronológica - primeiro Sinop (1972), depois Colíder (1974) e finalmente Alta Floresta (1976).

A ocupação de Sinop ocorreu primeiro, e como a empresa era muito conhecida no Paraná, atraiu os que tinham o objetivo de aumentar suas terras, os pequenos proprietários. Como a Sinop só vendia áreas de no mínimo 100 ha, e muitos sem condições de comprar estavam interessados na região, a colonizadora de Colíder passou a vender lotes de todos os tamanhos – de 2, 5, 10 até 100 ha, para os meeiros, trabalhadores assalariados ou temporários que, juntando suas poucas economias, realizavam o sonho de adquirir sua propriedade.

O número de interessados em Mato Grosso aumentava à medida que crescia a necessidade de deixar sua morada em busca de melhores condições de vida, o que provocou a busca de outras áreas, já que Sinop apresentava os primeiros sinais de que as terras não eram tão férteis. Colíder era noticiada pela má fama do seu gestor, considerado homem inescrupuloso, violento e desonesto. Em busca de terras férteis e da certeza da regularização de documentos, os migrantes se dirigiram para Alta Floresta, onde encontraram a possibilidade de adquirir uma propriedade com facilidades para pagar.

Depois de adquirir a propriedade, o colono só consegue pensar em transformar tudo à sua volta. Olhando para a floresta, considerada como obstáculo à realização de seus planos, ele escolhe o lugar do plantio da lavoura, da casa, do cercado para os animais. O próximo passo é derrubar a floresta. Isso se segue ano após ano, até que a propriedade esteja totalmente ocupada pelas edificações. Esse processo ocorreu com praticamente 100% das propriedades de Alta Floresta, Sinop e também de Colíder.

Esse processo poderia culminar com a realização dos planos de melhoria de vida dos

colonos, razão primeira para que se incorporassem ao movimento migratório, mas a situação é bem outra. Desgastados pelas propostas de cultivos que são substituídos de tempos em tempos, muitas vezes têm de vender as propriedades e adentrar-se em novos projetos, porque a terra já não é suficiente para suas atividades. Além disso, o que produzem não tem regulação de preço, e como existe grande distância dos centros consumidores, seus produtos não são competitivos.

Assim é que a maioria dos colonos já abandonou suas propriedades e se pôs novamente a caminho, e os poucos que resistem não sabem até quando o farão. O certo é que a colonização resultou, de acordo com Procópio (1992), num processo de proletarização acompanhado do descuido com a natureza e o empobrecimento rápido da maioria dos colonos.

Mas quem afinal esse colono se tornou? Onde nasce o seu vínculo com a idéia de colonizar com a implantação da agricultura? Porque insiste na permanência de suas atividades na área, já que sua imagem é vinculada à destruição da Amazônia?

Existem diferenças nos três municípios estudados. Para os colonos de Sinop, a explicação para o que está acontecendo com eles, em relação ao julgamento da sociedade sobre sua condição de proprietário na Amazônia mato-grossense, está baseada numa condição histórica.

Minha origem é alemã. Foram os meus tataravôs que vieram para o Brasil no ano de 1830. Veja como ficou distante a origem, mas ao mesmo tempo como ela permaneceu até hoje, que eu posso ser considerado alemão, já que nunca um familiar meu e da minha esposa também se casaram com alguém que não fosse Alemão. O meu tataravô trabalhava com um barco a vapor e daí ele foi morto pelos maragatos na Revolução Farroupilha. Nessa época ele tava montando uma fábrica de chapéus, mas como ele morreu, eles abandonaram tudo e foram mexer com agricultura e assim permaneceu até hoje. Meus avôs mudaram depois para Santo Cristo – RS onde eu nasci. Depois eu fui o primeiro da família que veio pra cá, pra Sinop – MT, em 1979. Eu vim no início do ano e depois no fim do ano eu voltei lá em Santa Rosa e casei e vim passar a lua-de-mel na estrada. A minha esposa também tem origem alemã. Lá nessa região as pessoas vivem em colônias e não se misturam muito, principalmente pelos costumes, a língua então, quando eu tinha até sete anos, eu só falava em alemão, não sabia falar português. Tive uma dificuldade muito grande quando eu fui pra escola. Mas isso porque a minha mãe não tinha escola. Eles não tinham escola porque o governo brasileiro não dava escola pra eles, e eles mesmos tinham que se organizar pra não serem analfabetos. E eles mesmos ensinavam, tanto que entre eles não tinha nenhum analfabeto. Todos eles sabiam ler e escrever, contar e fazer contas. Eles se organizavam entre eles, em comunidades ou paróquias, igrejas e eles escolhiam alguém que era o mais letrado pra ser o professor, pra ensinar. Ou então mandavam vir gente de fora. Não tinha escola pra ensinar esse povo a falar a língua portuguesa. É por isso que com sete anos eu não sabia falar português e a minha mãe morreu sem saber falar português. Isso também porque não se tinha uma escola no Brasil. O governo brasileiro omite isso dizendo que é

contra a nossa pátria você falar alemão, polonês, italiano. Muitos foram perseguidos por isso, como aconteceu com meus pais, porque não se entendiam direito. Meu pai sabia falar, mas aí eles perseguiam os alemães nas casas pra ver se eles não falavam alemão entre eles. Porque se eles falassem, eles metiam eles na cadeia no tempo da guerra. Mas de quem era a culpa de eles não falarem a língua da nossa terra? Era do próprio governo. Eles não deram condições das pessoas aprenderem a língua e depois vinham cobrar. E isso é o que hoje tá acontecendo aqui. Primeiro eles chamaram que era pra vir aqui. Mas por que que o povo veio aqui e começou a desmatar? Foi porque o governo trouxe esse povo. É a mesma coisa que fez a princesa Leopoldina, foi ela que trouxe os alemães para o Brasil. Tinha uma região pobre lá da Alemanha e como ela era austríaca, ela trouxe esse povo para o Brasil. Porque naquele tempo deu uma chuva ácida lá e aquele povo tava morrendo de fome. Então ela trouxe esse povo pra ter serviço braçal no Brasil. Naquela época a agricultura não estava se desenvolvendo. Ela trouxe esse pessoal aí que eram conterrâneos dela. E depois esqueceram deles, né? E é o que está acontecendo conosco aqui. Primeiro nós era chamado pra ser os testa de ferro e agora nós somos os intrusos, nos somos os invasores, então tem que nós tirar daqui. Então eu acho que existe um equívoco muito grande nesse pensamento do governo, que não vai no interior verificar o que o outro anterior fez. Porque o governo, na minha opinião, ele não governa a sua gestão, ele tem que governar o que veio dos outros governos. Ele tem que dar sequência a uma nação porque a nação não começa a partir do governo dele, então é aí que eles pecam. Aí eles querem fazer a sua vontade e esquecer tudo pra trás. Mas onde estavam eles quando foi feito aquilo que eles querem destruir? Onde eles estavam? Talvez até ajudando a fazer isso mesmo. (Colono14).

Descendentes de imigrantes europeus, os cidadãos de Sinop recordam a história dos seus antepassados, que também foram levados para trabalhar em uma terra distante, e depois de conquistar seu espaço, foram julgados devido a sua origem e cultura como traidores da pátria. Essa comparação tem a função de justificar que todo movimento de migrantes é conduzido por dois fatores: a necessidade de subsistência e as políticas de colonização do governo. Esses dois itens vão se aliar para que ocorra a ocupação, até que os resultados sejam interessantes para ambos. Normalmente as políticas do governo, que sofrem interferências de toda a sociedade, vão julgar esse processo, e preferencialmente condenar a ação dos trabalhadores, já que eles ficam mais expostos do que os legisladores e administradores públicos.

Em Alta Floresta, a ocupação se explica pela política de internacionalização da Amazônia.

Ô filha, cada um que tem a brasa de baixo do pé, pula do jeito que quer, né? Agora quem tá reclamando é porque tá vindo pressão de fora, sabe. Então eu acho que essa pressão é maior dos outros países, né? Se você montar num avião aqui e voar na Amazônia, você vê tanto mato. Você reza tanto pro avião não cair, porque se ele cair é perigoso nem te achar mais, de tanto mato que tem. Agora esse povo, eles quer que a bacia amazônica fique intacta, né, sem mexer.

Mas então por que que não para de vender terras então? O governo tinha que mandá parar de vender. A companhia não foi lá e vendeu terras para os colonos lá em Apiacás, hoje veio atrás a reserva, né? E se tem reserva não pode mexer, só que ninguém comentou nada antes, né? Então a colonizadora não tinha que indenizar essas pessoas pra quem ela vendeu essas terras? Tinha que indenizar, não tinha? Tinha que dizer olha, nós não tamo vendendo mais. Senão você fica sendo um explorador só de madeira no caso, né? Então tem tudo essa burocracia, né? E francamente, se você for pôr o pingo no i, você não sabe quem está certo e quem está errado. Você tem que conviver no lugar pra você ir raciocinando devagar e daí ver todas essas coisas. Diante disso tudo eu me sinto marginalizado, porque você tá trabalhando e tá sendo considerado um bandido, né? Porque você tá trabalhando pra criar os filhos, tentando sobreviver e daqui a pouquinho o que nós produz aqui não vai ter preço, porque é produto da bacia amazônica. É porque esse lugar ficou muito visado. Uma coisa que você vê é que acabou o comércio de terra aqui. Se você coloca uma propriedade aqui ninguém se interessa. Porque quem tá lá fora não se interessa em mais nada pra cá. Por que quem vai querer investir aqui? O povo daqui vive na incerteza, e só sob pressão, nem pode trabalhar. Não, não é fácil não. É só conviver aqui pra você ver que duro que é. Tudo o que você compra você paga mais caro, e o que você vai vender é mais barato. Eu não, porque já estou velho, mas esse menininho que tá aí ó. (neto) Esse ainda vai ver muita coisa. Eu acho que se nós puder aprender a falar inglês é bom porque logo, logo vamo precisar falar inglês. Você pega um avião lá em Cuiabá, de 50 a 60 passageiros, mais da metade é gringo vindo pra cá. Vou ter que mudar de rumo e ir levar os gringos pra pescar no Rio São Benedito também. (Colono 23).

As ações antrópicas que podem ameaçar o futuro da vida no planeta, segundo os colonos, são questionáveis, já que para eles, ainda existe muita floresta na região. Afirmam que não podem ser obrigados a preservar tanto (manter reserva legal de 80% da propriedade), porque muitos desmataram toda a área em outros estados ou mesmo em outros países. Preocupados com a comercialização dos seus produtos e a terra, criticam o governo e a política ambígua que ora permite a venda de terra pelas empresas colonizadoras, ora cria áreas de preservação no mesmo lugar, causando sérios conflitos pela posse da terra. Além disso, questionam a presença de estrangeiros na região e seus interesses nem sempre explícitos para a comunidade. São considerados pela população local como ameaça pela sua conduta, que na maioria das vezes é de registrar tanto a biodiversidade quanto o impacto causado no ambiente.

Essa situação, para os habitantes de Colíder, ainda não está bem clara, pois ainda não sentiram restrições econômicas em relação à comercialização dos seus produtos e nem a fiscalização do Ibama. No entanto, para eles, assim como para os colonos de Alta Floresta, essa ameaça está nos comentários sobre a presença de estrangeiros interessados na região. Ao falar da sua situação, trazem de novo à baila o velho assunto que foi a luta para manter-se no projeto de

colonização, em meio ao abandono do governo e à falta de escrúpulo do colonizador.

Aqui o governo não ajudou nada no começo. O povo que entrou aqui era tudo pobre, mas dentro de um ano tinha uma produção tremenda, aqui dentro. O governo não fez nada por esse povo, mas o povo entrou e fez. Depois é que o governo veio. E o que ele veio fazer aqui? Veio pedir voto. Então nós, desde o começo, foi sugado pelo governo. Porque se nós quisemos escolas nós tivemos que fazer. Tocamos até de buscar professor pra trazer pra escola, e cadê o nosso governo? Aí quando viu a farturona, aí o governo encostou. Então era difícil porque nós não fomos acolhidos pelo governo. E agora tá pior ainda. Não sei se você tá sabendo, mas os Estados Unidos tá querendo entrá aqui. Essa região amazônica aqui, os Estados Unidos quer preservar ela. Eles querem fazer um setor ambiental. Pra nós isso não é bom. Uns falam que é bom, outros falam que não. Porque se lá pra trás eles fizeram as coisas erradas, nós aqui não somos culpados. Eu sou paulista, lá em São Paulo a disciplina é diferente daqui. Lá em São Paulo tem mais floresta do que aqui. Não tem preservação, mas quem quer derrubar 10 alqueires de terra é obrigado a plantar dois, três alqueires de eucalipto. Aqui já têm fazenda que derruba dez, doze mil alqueires. Com dez mil alqueires tem que largar dois mil alqueires. E eles não fazem isso, então quem tá acabando com tudo é os grandes. Porque você vai em Sinop ali e vê pelo radar. Você vê que a soja tá acabando com o mato. Lá no Pará você vê que tão acabando com tudo, tão derrubando o mato só pra tirar a madeira, estraga tudo. Agora quem que vai ficar nesse lugar? E daí aqui vai ficar esse mundo de gente aqui sofrendo, vai faltar chuva, vai faltar temperatura, vai faltar tudo. Isso tudo tá acontecendo porque hoje o governo não manda mais, porque hoje tem político que tá dentro do poder, mas pra defender sua situação própria. Não é pra defender o meio ambiente, porque tem lá em Brasília, tem muito nego que faz o troço errado aqui. Ele é contra o meio ambiente ele quer acabar com tudo isso daqui. Ele quer formar tudo, derrubar tudo e pôr boi. Depois fica falando que é a gente que tá errado, que nós é bandido, mas quem é que tá derrubando tudo? Só porque usa gravata não é bandido, agora nós que anda de camisa e chinelo, daí é bandido, né? (Colono 6).

Criticando os políticos que também possuem terras na região, o colono aponta os grandes latifundiários como responsáveis pelo desmatamento. Ainda que a maioria deles não resida na área da colonização, contribuem para a destruição de grandes áreas e se apresentam como defensores do meio ambiente, acusando os colonos de destruir a Amazônia. Mesmo sem ter conhecimento sobre os impactos ambientais provocados pelas ações antrópicas, o colono demonstra preocupação com as consequências para o ambiente que vão interferir na vida de todos os moradores.

CAPÍTULO V

RESULTADOS: DESCRIÇÃO E ANÁLISE

5.1 INFORMAÇÕES GERAIS

A pesquisa de campo realizada em Sinop, Colíder e Alta Floresta, selecionados para este estudo, trazem dados que ultrapassam as expectativas acadêmicas iniciais, pois na convivência com os colonos, viajando pelas suas histórias presentes, passadas e futuras, fez-se o encontro com múltiplas representações de vidas forjadas na esperança de viver e deixar viver a vida na terra.

Em cada encontro se misturavam medo, ansiedade, expectativas, desprezo e até mesmo ódio de abordar um assunto que, novamente, para eles tem o significado de questionar o direito ao uso da terra. Falar sobre suas histórias foi agradável, mas todas as entrevistas são marcadas pelo mesmo sentimento: insegurança quanto ao futuro da questão ambiental, que no seu entender ameaça diretamente as suas vidas. Se há alguns anos, a dúvida maior era quanto à viabilidade econômica da agricultura, no momento a preocupação é quanto à possibilidade de sua permanência no campo, seja dos grandes ou pequenos proprietários.

Os entrevistados expressam o sentimento de que a posse da terra está mais ameaçada do que nunca, e ao buscar exemplos de vivências anteriores, podem citar inúmeras situações que seus antepassados, e eles mesmos, travaram numa batalha que nunca foi favorável ao homem do campo. Vivem assim uma mistura de insegurança, revolta e descrença, que provoca angústias sobre um futuro que até então consideravam certo para si e seus descendentes.

Mas essa situação difícil não perdurou, logo nas primeiras abordagens eles começavam a trocar esses sentimentos por saudosismo, alegria, orgulho, amizade e até novos sonhos, que são elementos característicos dessa população considerada, por eles mesmos, hospitaleira.

Essa abordagem provocou reações diferentes nos três municípios: em Alta Floresta foi o reencontro de pessoas com quem partilhamos da mesma história, já que também sou descendente de colonos do norte do Paraná que migraram e fixaram residência neste local, desde o início dos anos 1980. Nem por isso deixou de ser um contato cheio de reservas, já que por pertencer à academia, represento também a sociedade que questiona a forma de ocupação empreendida. Entretanto, por ter vivenciado as mesmas histórias e por ainda ser membro desta comunidade,

eles abriram suas portas, permitindo que se adentrasse pela sua história, confessando os equívocos que cometeram contra o ambiente e mostrando interesse em saber como fazer para corrigir, e principalmente, para não incorrer nos mesmos erros.

Em Colíder, o contato foi mais complicado, já que foi necessário conquistar confiança, pois não havia convivência anterior, e a presença dos entrevistadores causava insegurança e confusão. Mesmo o primeiro contato sendo feito por uma pessoa da região, a qual explicou previamente o sentido acadêmico da utilização dos dados, os colonos se mostravam preocupados, principalmente com o que iria ser feito com seus depoimentos, com a possibilidade do uso dos dados pelos políticos locais, no sentido de fazer represálias a eles e seus familiares. Vencida a barreira inicial, as entrevistas transcorreram de forma tranqüila, pois são pessoas simples, que mesmo não possuindo muitas informações sobre a questão ambiental, já se sentem ameaçadas. Ainda que demonstrassem temor com o registro das informações, permitiram que as propriedades fossem visitadas.

Sinop foi com certeza o lugar de mais difícil acesso. A desconfiança de que podia se tratar de uma fiscalização ambiental levou muitos colonos a se negarem a qualquer tipo de contato. Diante desse impasse, foram estabelecidas novas negociações com os possíveis entrevistados, os quais fizeram algumas exigências. Ficou combinado que propriedades não seriam visitadas, porque os proprietários demonstraram preocupação com o destino dos dados e a possibilidade de serem usados contra eles. Outro fator marcante: os entrevistados, em sua maioria, não foram os primeiros proprietários da terra, como aconteceu em Alta Floresta e Colíder. As entrevistas foram realizadas na residência que possuem na cidade. Mesmo sem visitar as propriedades, foi possível perceber que Sinop tem a mesma preocupação dos outros municípios: o que o futuro reserva para os colonos da Amazônia mato-grossense.

Para a coleta dos dados, além da conversa informal e observação das propriedades, foi utilizado um roteiro para entrevista gravada, para a análise das representações sociais que norteiam o pensar e o agir desses indivíduos. Inicialmente foram levantadas informações como nome da propriedade e do proprietário, localização, forma e época de aquisição, histórico da ocupação, tamanho da área e distribuição do uso da terra.

Foram elaborados croquis da propriedade no momento da aquisição e no momento atual. No entanto, devido à opção de preservar a identidade dos entrevistados, os desenhos não serão mostrados, pois contêm dados que revelariam facilmente a propriedade e sua localização. Sobre

os colonos, indagou-se da origem, rota de migração, razões para escolha do projeto, expectativas, significados de viver e trabalhar ali, se existe algo que os incomoda ou os deixa tranquilos no projeto, além da composição da família com dados referentes a parentesco, sexo, idade e escolaridade.

Na segunda parte foi realizado um levantamento das formas de ocupação e utilização da propriedade, descrevendo as construções, criação de animais, área de cultivo, técnicas e procedimentos de preparo, utilização e recuperação do solo, origem de mudas e sementes, existência de pragas e doenças e uso de agrotóxicos. A terceira parte teve como objetivo identificar a existência e utilização dos recursos naturais, com descrição da área de reserva legal e mata ciliar e possibilidade de exploração de produtos naturais dentro e fora da propriedade. Na última parte foram abordados conceitos de senso comum sobre propriedade da terra, trabalho, religião, educação, meio ambiente e desenvolvimento.

5.1.1 Caracterização das Propriedades

A propriedade para os colonos significa uma conquista, uma luta de anos de trabalho para a qual foram empreendidos todos os esforços no sentido de torná-la produtiva, rentável, enfim capaz de gerar renda para a sobrevivência. Ao demonstrar a utilização da sua propriedade, preocupam-se em expor sempre o resultado do seu trabalho e suas experiências. Esse é um momento ímpar, no qual eles revivem suas histórias no tempo em que eram considerados heróis, desbravadores da Amazônia. Envolvidos nos seus relatos, chegam a esquecer o presente que os ameaça, e apontam as necessidades que os levaram a tomar cada atitude em busca de sobrevivência.

Os colonos, apesar de questionarem, sabem da ilegalidade a que se submeteram e sentem-se ameaçados justamente por terem infringido dois pontos da legislação ambiental vigente: o desmatamento das áreas de reserva legal das propriedades e a não preservação da área de reserva permanente, que nesse caso é a mata ciliar. Nas propriedades visitadas, foi possível constatar a tentativa de desviar a atenção desses dois pontos, tanto para as iniciativas de correção ou de preservação quanto para o resultado positivo da produção, principalmente do lado econômico.

Quando não encontravam justificativas para suas ações, apontavam soluções, e essa foi a estratégia dos entrevistados, que fizeram várias propostas para resolver a situação ilegal em que se encontra a maioria das propriedades. Dentre as sugestões apresentadas está a idéia de ocupação

da região baseada na qualidade do solo, e não pela vegetação, como foi realizada.

A idéia de ocupação inicial dos colonizadores levava em consideração dois elementos: a fertilidade do solo e o conhecimento do colono. Avaliando esses dois aspectos, segundo Guimarães Neto (1986), talvez os colonizadores tenham acertado no colono, porque lançaram suas propagandas em locais onde já acontecera um processo de colonização. Mas com relação à idéia de que a fertilidade da terra podia ser comprovada pela existência de mata fechada e densa, apesar de este ainda ser o ponto de apoio de algumas explicações sobre a terra ser forte ou fraca, há divergências.

Veja bem, os solos amazônicos são todos pobres. Com exceção de pouquíssimas regiões. Alta Floresta de uma forma geral é fértil. Só que ela é fértil nos baixões, mas como ela tem aquelas montanhas, formadas principalmente por pedras, ela se torna inviável para a agricultura moderna porque tem pouca área aproveitável. Você tem ali pro lado de Guarantã terras muito férteis. Mas a Amazônia mato-grossense tem poucas terras férteis que são aproveitáveis numa escala econômica, né? Tem manchas que são limitadas pelo relevo. Outra característica que se pode dar ao solo são as características físicas. Nós temos no solo um teor de argila. A argila é o seguinte, ela tem um poder de adsorção de nutrientes. A absorção é quando um elemento incorpora o outro. A adsorção é quando ela adere. Então a argila consegue aderir, e à medida que a planta precisa, ela libera. Então solos argilosos de uma forma geral, eles tendem não necessariamente de serem férteis. Mas eles são passíveis de serem fertilizados. Digamos que você tem um solo ácido argiloso, ele absorve, ele gruda a partícula de nutriente só que ele não libera fácil. Quando você coloca calcário, ele deixa essa partícula liberada. Por isso que os solos daqui de Sorriso, Lucas, Mutum, Sinop, você põe calcário e aduba você colhe um absurdo. Lá pra cima vocês não precisam de calcário. O solo já tem essa particularidade naturalmente. E o solo arenoso, além de ele não ter a capacidade de adsorção, nem de absorção, ele perde nutrientes. Você põe o nutriente, se chove lava. Em termos de solo, se você pega o mapa de Mato Grosso, nós temos muito mais áreas com teor de argila acima de 30 a 35 %. É considerado um solo razoavelmente bom, pois, abaixo de 15 é um solo inviável pra agricultura. Eu acho que nós estamos, assim, com uma grande contenção de solos bons. Então você pega a região de Cláudia, que é muito arenoso. Entre Itaúba e Sinop ali no castanhal também é muito arenoso, apesar de que sempre tem umas manchas. Aí passou o rio Renato você entra no argiloso, você entra na montanhosa, aí na montanhosa você tem dois problemas, além do relevo você tem o problema de solo raso. Ele pode ser um solo bom, mas logo abaixo do solo, um metro e meio, ele é cascalho e pedra. E você tem que pensar em ter uma agricultura reciclável onde você possa corrigir. Repor os nutrientes e aquela coisa toda. Eu diria que tem uma grande parte da região explorada, Juína, Juara, Alta Floresta, Terra Nova e Guarantã, que no futuro vão ser solos degradados irreversíveis. (Colono 25).

A afirmação sugere que a ocupação devia ser modificada, respeitando a capacidade do solo

ser agriculturável. Ele questiona o motivo de todas as propriedades precisarem ter a mesma área de reserva legal. Em sua opinião isso tinha de ser revisto, já que alguns locais vão ser desmatados e depois abandonados, pois não vão oferecer produtividade e fatalmente provocarão depredação irreversível. Porém a propriedade que possui solo próprio à agricultura deveria ser utilizada até mesmo em sua totalidade. Defendendo como podem as suas idéias, vão tentando repetir experiências vividas nas terras de procedência.

Não importa o tamanho da propriedade nem a atividade que se realiza, o colono está sempre disposto a continuar nesse caminho em busca de provar que essa agora é sua casa, e que pretende deixá-la como heranças aos seus. As representações sociais criadas em relação à nova moradia permeiam seus discursos, marcados profundamente pela defensiva, mostrando indignação principalmente pela política governamental que impõe regras, e segundo ele, começa a inviabilizar seu trabalho.

O vínculo afetivo com a terra é mais notório nas pequenas propriedades. O produtor que vive basicamente da sua propriedade não busca outras alternativas de renda, ao contrário do grande proprietário que, em muitos casos, fez um arrendamento e saiu em busca de novos campos de trabalho. Ou então que concilia as duas atividades, porque já tem os filhos adultos e estes conduzem os negócios relativos ao comércio, enquanto o pai e/ou mãe permanecem na propriedade.

5.1.1.1 Nome e Localização da Propriedade

Todas as entrevistas foram identificadas com o nome e localização da propriedade. Os entrevistados construíram mapas indicando a estrada de acesso e o posicionamento, em relação à comunidade. Ressalta-se que isso só ocorreu nos municípios de Alta Floresta e Colíder, pois em Sinop já havia sido combinado que as propriedades não seriam identificadas.

Durante o desenho, o entrevistado relatava as dificuldades de acesso e de transporte, relembrando as épocas em que não havia asfalto, e que no período de chuvas as estradas ficavam interditadas. Recorda da chegada na propriedade e da formação das comunidades.

A idéia de comunidade na colonização pode ser comparada à definição dada por Buber (1987) às antigas formas de comunidade: a econômica e a religiosa. A primeira, seja uma corporação ou associação, procura sempre as vantagens da própria comunidade, e mesmo que os indivíduos sejam movidos por idéias de desenvolvimento, o grupo não busca outra coisa senão vantagens. E mesmo no sentido religioso a busca sempre é por vantagens, ainda que sejam do

sobrenatural. Toda comunidade antiga está sujeita ao utilitário e quer ser uma onda no fluxo humano, que só visa a tirar proveito e se distancia cada vez mais da idéia de uma comunidade criativa. Esse foi o modelo que se firmou, exatamente pelo contexto de jogos de interesses que todos possuíam sobre a região.

Criada a comunidade e feita a sua instalação provisória, a próxima etapa era escolher um nome para ela.

Aí nós foi um ano lá no Mundo Novo, né, porque era só nós aqui. Daí no outro ano que chegou mais gente aqui é que fundou a comunidade. Foi o padre Geraldo quem fundou, foi ele quem rezou a primeira missa e mandou nós escolher o nome da comunidade. Ele deixava, ele dizia vocês escolhe. Aí o pessoal ficava meio assim. Um dizia ah! Num sei. O outro também e aí quando ninguém escolhia, ele mesmo escolhia sempre do gosto dele, era o nome de um santo, o nome de uma comunidade bíblica. Ele escolhia, mas sempre dava a liberdade do povo escolher. Aí nesse caso aqui ninguém queria falar, de repente uns falavam, mas eram nomes muito feios e não tinha nada a ver com o lugar. Aí foi meu pai que escolheu esse nome por causa da paineira e ficou Santa Cruz da Paineira. (Colono 8).

Misturado à satisfação de ter uma propriedade, está o orgulho de pertencer a uma comunidade, e mais ainda, de ter participado do seu processo de criação e da construção de suas instalações. Esse sentimento de pertencimento a uma comunidade se faz presente tanto nos colonos de Alta Floresta como nos de Colíder.

Refazendo o desenho do caminho que partia da sede dos seus municípios até as suas propriedades, a referência primeira para a localização destas era a comunidade.

Esta propriedade que eu tenho aqui pertence à comunidade Santos Reis, você já passou por lá, você já viu, fica bem ali em cima. Ali tem igreja, tem tudo e foi a gente que fez. Tem o barracão da igreja tudo arrumadinho. Esta estrada que passa aqui em frente é a estrada Planalto. (Colono 18).

Em Sinop os entrevistados se limitaram a informar o nome das propriedades, sem fazer o croqui de localização nem identificar a comunidade. Eles deram a informação da divisão técnica do projeto realizado pela colonizadora.

A gleba Sinop é dividida em partes, os lotes mais pertos da cidade que são pequenas propriedades, na verdade chácaras é a primeira parte. As regiões mais afastadas são áreas maiores e são chamadas de segunda parte. E quanto mais afastados foi aumentando as partes, e assim veio a terceira e a quarta parte. É só

assim. Embora que em alguns lugares foram formadas comunidades, mas no meu lá não. O meu lá fica simplesmente na quarta parte. Não tem o nome de nenhuma comunidade. Já tem loteamento assim pertinho, mas não tem assim um ponto de referência mais forte. (Colono 22).

5.1.1.2 Forma e Época de Aquisição

Os entrevistados de Alta Floresta, em sua totalidade, declararam ter adquirido suas propriedades da Colonizadora Indeco. Beneficiando-se das facilidades para a compra feita em dois ou três pagamentos. Segundo eles, a Indeco fazia um contrato inicial que era substituído pela escritura, quando fosse realizado o último pagamento. Os lotes adquiridos nesse local datam do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980.

Os colonos de Alta Floresta afirmaram não ter nenhum problema com a documentação das terras, pois todos os proprietários possuem suas escrituras. Destacam a facilidade nas negociações com o colonizador, e também a organização da Gleba Indeco, que seguiu as normas do Incra quanto ao tamanho oficial dos lotes.

Nóis comprô direto da Indeco. Foi feito assim, o pai deu uma entrada e o resto foi pago em duas prestações. A primeira em um ano e a segunda em dois anos. Foi fácil fazer o pagamento porque nós tinha o dinheiro do sítio, que nós tinha vendido. Então na época você pagava até com o dinheiro que você fazia aqui. Teve muita gente que comprou dando só a entrada, e não tinha mais dinheiro, e plantando arroz de matraquinha no meio dos tocos ele conseguiu. Com arroz e café eu também consegui pagar as outras prestações. Naquela época tinha valor. A escritura foi dada quando pagou a última prestação. Eles davam um contrato até chegar o prazo do último pagamento. (Colono 8).

Colíder não seguiu as normas estabelecidas pelo Incra/MT, e o próprio empresário fez a comercialização de terras de acordo com seus interesses. Os colonos afirmam que com essas e outras atitudes de grilar terras, surgiram mais pessoas fazendo também o papel de colonizadores.

O empresário Raimundo começou a vender as terras de uma propriedade vizinha da Gleba Cafezal. Percebendo a invasão, o proprietário tentou expulsar os ocupantes, mas como a situação se tornou insustentável, ele passou a negociar com os colonos e a vender o restante das suas terras. Os colonos ficaram confusos, sem saber a quem pagar a dívida, mas os jagunços continuaram a ameaçá-los. A divisa entre essas duas áreas foi o ponto de discórdia que terminou em muitas mortes.

Essa propriedade aqui foi comprada do Raimundo. Esse sítio aqui é grilo do

Raimundo porque isso daqui até hoje nem documento não tem. Eu gostaria de ter o documento. Eu já pelejei, eu já fui ao Incra e eles enrola. Tá com quase trinta anos que eu comprei do Raimundo e moro aqui em cima e nada de me darem o documento. Eu já procurei na prefeitura e nada. Não tenho escritura, só a declaração do Incra. Dizem que isso daqui pertencia aos Arantes, né? Só que o Raimundo pegou e tomou isso daqui dos Arantes. Por isso que isso daqui é enrolado, essa propriedade. Aquela chácara ali do lado também não tem o título. Porque aqui eles não davam escritura, era dado título. Se tivesse comprado dos Arantes, tinha documento. Mas as terras que foram invadidas pelo Raimundo ficaram assim. Essa terra foi pago tudo à vista. (Colono 19).

Terras sem documentos, inexistência de infra-estrutura, colonos deixados em acampamentos, impossibilitados de tomar posse das suas terras, e a ameaça constante à vida marcaram os primeiros anos de Colíder. Essa realidade, do início dos anos 70, volta sempre à memória de todos os moradores. O auxílio primordial nesse período veio das comunidades que, organizadas pelo padre, davam sustentação econômica e social.

A colonização de Sinop, assim como a de Alta Floresta, não teve problemas com documentação das terras. As escrituras foram fornecidas pela colonizadora, que também vendia a terra com facilidades para o pagamento. Entretanto, uma situação vai alterar essa realidade, que foi a venda das propriedades pelos primeiros colonos, ocasionadas pelo fracasso da agricultura. Apesar de Sinop ter sido iniciada quatro anos antes, as propriedades estudadas foram adquiridas no início dos anos 80 e de terceiros, ou seja, dos colonos que já estavam deixando o projeto.

A primeira propriedade que eu comprei aqui foi de terceiro, foi do seu... Ele inclusive foi pra Terra Nova e está até hoje lá. Eu não me lembro do nome dele. Mas ele já tava cansado daqui, ele tava arrancando café na época. Ele já tinha tomado ferro com o negócio do café. E como ele não tinha estrutura, não tinha trator, não tinha implemento e não tinha como financiar ele vendeu. E não foi só ele, porque eu comprei dele e do outro vizinho. E do outro vizinho também, e fui comprando assim, você tá entendendo. Olha eu vou falar pra você, tinha lote lá que você falava que não ia comprar e o cara chorava na porta. Teve muita história aqui. Em Terra Nova foi trocado lote de terra por um cachorro. Mas aqui não chegou a esse ponto não, mas se você falasse pro cara que ia comprar, no outro dia o cara já estava atrás de você. Porque ele não agüentava mais, ele não tinha mais estrutura, não tinha, não tinha. Eu comprei três lotes, um do lado do outro. (Colono 24).

Sinop tem uma história de alternância entre sucessos e fracassos, que ocorriam quando da implantação das novas experiências que no início atraíam novos investidores, e depois, quando o resultado não era o esperado, deixavam os colonos sem outra opção a não ser vender suas terras.

Essas oscilações duram até o momento em que chega a monocultura, que ao se estabelecer tende a redesenhar essa organização, promovendo aumento no tamanho das propriedades.

5.1.1.3 Histórico de Ocupação das Propriedades

A primeira menção que os colonos fazem sobre a ocupação das propriedades é o fato de todas elas serem apenas mata, e da dificuldade da abertura feita manualmente, com uso de foices e machados e posteriormente de motosserra. Depois vinham a queimada e o estocamento ou escovara, para limpar a área. O primeiro cereal plantado era o arroz e em seguida, eram feitas covas para o plantio do café.

Chegar aqui foi a coisa mais difícil que teve, tava chovendo muito. Eu cheguei no dia 18 de maio de 1977. Eu entrava pelo saltinho e ia pra lá, como quem ia pra comunidade Reis. Não sei se vocês já foram naquela estrada que passa por lá, não foram não. Porque aqui, por essa estrada daqui que passa ali na frente, daqui até lá no corgo têm uns 1.500 metros. E do corgo até no saltinho, que fica na outra estrada, tem a mesma distância. Só que eles fecharam, os fazendeiros queimou as pontes pra ninguém passar por ali. Mais aí pra vim até aqui era uma dificuldade só. Tinha que vim passando pelo lote dos outros naquele tempo. Pra mim entrar nos fundos ali, ali não tinha nada. Só tinha a água no corgo e o mato em pé. Aí adquiri uma barraca do vizinho que já tava aí. Aí cheguei derrubei fiz a barraca em baixo e depois fui avançando mato a dentro até que cheguei aqui e resolvi fazer a casa aqui. E a gente vai fazendo devagar conforme dá a renda, né? Depois da primeira derrubada eu plantei milho, plantei arroz, plantei feijão. Aí eu fui plantando conforme dava certo, e no segundo ano já comecei a plantar café. Plantei vinte mil covas de café. Era bom naquele tempo. (Colono 11).

Esse processo foi sendo modificado com a introdução de novas culturas em algumas áreas, como no caso da formação direta da pastagem, em que a queimada era precedida da semeadura do capim. Todas as histórias de ocupação são marcadas pelos experimentos constantes, novas possibilidades de utilização da terra, que sempre vinham com a orientação das próprias colonizadoras.

O processo de ocupação dos três municípios foi praticamente igual. As colonizadoras utilizaram o mesmo artifício para atrair os colonos, principalmente os paranaenses, que era a propaganda do café sem geadas e em terra fértil. Assim que os colonos constatavam com uma visita a existência desses critérios, partiam mediatamente para suas terras de origem, onde vendiam tudo o que tinham e voltavam com a expectativa de fazer uma grande lavoura de café. Esse desejo contagiou até mesmo aqueles que nunca tinham visto essa cultura.

Se o café foi a primeira experiência nos três projetos, também foi ele o primeiro fracasso, percebido da mesma forma por todos os colonos. No entanto, os procedimentos, a partir daí, deram rumos diferentes ao destino agrícola de cada um dos locais. Os colonos de Alta Floresta foram os que mais insistiram no plantio do café, e ainda mantêm áreas de plantio. Eles justificam que só desistiram do café em função do preço de mercado que não compensa a colheita, e não por encontrar dificuldades para produzi-lo.

As pessoas diziam não, o café é assim mesmo, um tempo tem preço, depois dois ou três anos fica assim. Mas como esperar esse tempo sem renda, né? Mas e a gente tem que comer. Chegou um tempo que eu olhava pra roça e via os café tudo sequinho no pé. Não tinha ninguém pra colher porque todo mundo tinha ido pro garimpo. No primeiro ano, quando eu cheguei lá eu fiz a derrubada e daí comecei a plantar o café. No primeiro ano eu colhi uns 100 sacos de café, porque no começo o café dava bem, ele carregava bem mais porque chovia mais também. No primeiro ano plantava arroz, feijão, milho entre as mudas de café. Dava bem, produzia que é uma beleza, só que na hora de vender não dava preço, se não dava preço então não dava colheita. Como não tinha preço e não tinha ninguém pra colher, e daí perdia tudo lá na roça mesmo. (Colono 32).

Mesmo que nenhum dos colonos tenha mencionado os problemas com a produção, Guimarães Neto (1986) esclarece que os pés de café cresciam muito e logo em seguida caíam. Além disso, a produção era muito boa nos primeiros anos, depois diminuía. Houve por parte da colonizadora uma preocupação com o insucesso das primeiras culturas do grão. A primeira espécie plantada foi substituída por outra, considerada mais adaptada para a região. A primeira espécie testada em Alta Floresta foi a arábica (*Coffea arábica*). Alegando que ela não era adequada à região, foi substituída pelas espécies robusto e conilon (*Coffea Canephora*).

Como o café não deu o resultado esperado, e os colonos ameaçavam abandonar suas terras em busca do ouro, a colonizadora Indeco resolveu investir na pesquisa sobre outras culturas que pudessem mantê-los por ali. Diante do desinteresse pela compra de terras para a agricultura, estaria o fracasso do negócio. Assim o colonizador trouxe para Alta Floresta o escritório da Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (Ceplac), cuja equipe técnica já havia realizado experimentos com cacau no Estado do Pará, e passou a recomendar o seu plantio.

Depois do café veio o cacau e depois veio guaraná, né? Eu plantei 12 mil pés. E quando não deu nada, que entrou a peste, né, aí viramo pra boi. Meti a motosserra naquele cacau e cortei tudo e plantei capim e botei uns bezerros lá dentro. O primeiro bezerro que eu coloquei lá foi em 87, antes era tudo café,

cacau e guaraná. O primeiro plantio foi de café. Só em alguns pedaços os colonos plantaram arroz e milho pra eles comê, mas nós só plantamo o café. Era só umas rocinhas, coisinha mínima. Naquele tempo tudo era plantado na mão, não tinha máquina e só dava pra fazer coisa pouca. Então o serviço ali foi tudo no braço e no machado só. Não tinha nada. Depois da derrubada era o fogo, antigamente era o fogo pra limpá. (Colono 1).

O cacau e o guaraná, da mesma forma que o café, também não deram certo, e de acordo com os colonos isso ocorreu pela falta de mão-de-obra e pelo baixo preço dos produtos. Foi nessa época que o garimpo seduziu muita gente, que abandonou suas propriedades em busca do ouro. Como a lavoura de cacau exigia mais investimentos no controle das pragas, mais uma vez os colonos desistiram e a agricultura entrou num período de decadência. Muitos só não desistiram porque, neste momento, o garimpo atingiu seu auge e eles passaram a garimpar e investir os lucros nas propriedades. Poucos permaneceram nas propriedades, normalmente os mais velhos, porque os filhos, sem alternativas, misturaram-se ao muitos garimpeiros vindos da região Norte e Nordeste e foram aprender um novo ofício.

Quando o garimpo acabou, os colonos voltaram para suas propriedades e iniciaram a pecuária nas áreas de lavouras abandonadas. Antigas lavouras de café, cacau e guaraná foram cortadas e queimadas para que fosse semeado o capim. A pecuária passou a ser uma atividade rentável, e com isso os colonos voltaram a desmatar áreas para ampliar pastagens, e assim se efetivou a pecuária como a principal atividade econômica do município.

A pecuária extensiva continua avançando para áreas mais distantes, configurando-se como única possibilidade de permanência na terra, e os colonos se mostram divididos entre a necessidade de subsistência e o desejo de trabalhar com a agricultura.

Mas agora de uns tempos pra cá que eu tô meio que pensando, que o que tá mesmo parado é as roça. As roças parou e eu não me dou sem roça. Eu gosto da roça, né? Porque eu sou da roça, e eu não me dou sem roça não. Foi parando porque eles dizia não, o negócio é mexer com gado e foram parando. Todos foram mexer com gado e pararam as roça. Hoje a roça faz falta, agora mesmo eu comprei milho que vem lá daquele mundo pra nós gastar aí. Esse ano ninguém plantou milho. No ano passado nós ainda plantou milho. Agora esse ano nós já compramo parece que uns 300 sacos de milho. E vai precisar comprar mais desse que vem de fora, sendo que aqui dá, aqui produz muito. Agora os meninos disseram: pai, se a gente plantar fica mais caro do que comprar. Então tamo parado, tamo só mexendo com pasto, tal e tal e tal e tocando a vida assim e não ta mexendo com roça. E eu gosto da roça, eu gosto demais. Então o problema é esse, mas eu gosto muito da roça. A roça é em primeiro lugar, né? E a terra, não tem coisa melhor do que a terra. Eu toda vida eu gosto da terra por isso, eu tenho

assim gente. Se a gente soubesse o que era a terra, nós todo dia beijava a terra. Era, era, porque a terra é nossa mãe, gente. Nós se criou da terra, nós vive da terra e é pra terra que nós vai. A terra é tudo na vida pra nós. Eu tenho um amor por esta terra aqui muito grande, porque dela nós vive e viverá todo mundo. Oia uma coisa que eu digo é que eu me criei sem estudo, nunca estudei, mas se eu tivesse estudado eu tinha partido pra uma coisa que preste ou sei lá. Eu gosto muito da pessoa que estuda e aprende a dar valor, que valoriza a terra. Porque eu dou valor, toda a minha vida dou valor a terra. A pessoa que valoriza a terra é sábia, porque a terra é tudo na vida, eu penso assim. Não é só aqui, é em todo o lugar que nós estiver, tem que dar valor pra terra. (Colono 10).

O vínculo com a terra, para o colono, é resultado da sua atividade agrícola. O plantio e cultivo de grãos favorecem o contato diário com a terra, e ele defende que existe uma ligação direta entre suas vidas e a terra, promovida pela troca entre o cuidado com a terra e o retorno que ela dá produzindo alimentos.

A ocupação em Colíder segue a mesma trajetória de Alta Floresta, no que se refere à estratégia de propaganda e cultivo da terra. A possibilidade de plantio de café atraiu também os colonos de Colíder; a empresa investiu até no nome do projeto, que se chamou Gleba Cafezal.

A história do café sem interferência de geadas se espalhou principalmente no Sul do país, acabando por atingir muitos segmentos (meeiros, arrendatários e outros), que mesmo não possuindo recursos suficientes para obedecer às exigências do Incra, queriam comprar terra. Desse modo, a colonização de Colíder, por não respeitar esse critério, pois estava interessada apenas na comercialização das terras ainda que sem documentação, acabou permitindo que muitos comprassem qualquer extensão de terrenos. Com o sonho de plantar café, o colono descreve o seu desejo e empenho na produção desse grão, e tenta explicar o insucesso na Gleba Cafezal.

Porque o povo falava que aqui era um lugar muito bom. E falavam que era a gleba cafezal também. Só que agora o povo acabou com os café, né? Quando nós chegamos aqui tinha a festa do café. E hoje acabou tudo. Mas aqui era a gleba cafezal mesmo. Dava um café que só vendo. Esse sítio nosso aqui dava muito café, mas depois nós paramos porque o café ficou muito barato. Naquele tempo o café não tinha valor, daí nós paramos. Mas nós já colhemos muito café aqui, colhemos mil bolsas de café. Mas depois como não tinha valor, a gente teve que parar, desanimou, né? (Colono 19).

Mesmo que alguns afirmem ter conseguido uma boa produção de café, encontram a mesma razão, já apresentada pelos colonos de Alta Floresta, para o fracasso desse plantio: o preço de mercado não compensava a colheita. Somado a esse fator, em Colíder, afirmaram haver ainda

dois outros itens que levaram ao fracasso dessa cultura: o grande período de seca e a terra inadequada para o plantio. Devido a esses problemas, as lavouras não chegaram a produzir nenhuma colheita, e em algumas propriedades as mudas morreram no primeiro ano.

A gente não conhecia o clima do lugar, nós é paranaense, faz de conta que é sul, né? E agora aqui é norte minha filha, mas nós viemos com a boca boa de plantar café. Nós plantamos até cinqüenta mil pés. Mas não teve jeito, plantemo do caturra, do catuai, plantemo o conilon e no fim teve que arrancar tudo, os pés de café morre, minha filha, não tem jeito. Essa seca de agora, ela acaba com tudo. Lá no Paraná vinha a geada e aqui é a seca. Então já lá a geada matava, você desbrotava o café e vinha aquela brota que era uma boniteza, cerrava os pés, senão quebrava pro chão. Oh! Meu Deus, às vezes passava um ano sem gear, quando era no outro ano a geada vinha e ponhava no chão. Nosso sítio parecia que era uma meia bacia assim, que matava mesmo. E agora aqui já é a seca, morre minha filha, o cafezal desfolha tudo, cai tudo as folhas. Tá bom, aí vem a brota, você vai e desbrotava e ela brota bonita. Quando for no ano que vem, a seca vem outra vez, aquela brota torna a morrer e torna brotar. Aí tem que largar lá, não tem jeito. Mas nós bateu, e só tivemos gosto de vender café aqui uma vez. Pode olhar aí você vai ver a tua perda, o terrerão. (Colono 5).

Como a lavoura de café era feita em conjunto com o cultivo de arroz, feijão e milho, os colonos conseguiram, principalmente com o de arroz, manter-se em suas propriedades, mas com o tempo essas lavouras também fracassaram. Isso ocorreu devido ao enfraquecimento da terra, ou pelo preço baixo do produto que não compensava mais plantar. Assim, também em Colíder a agricultura deu lugar à pecuária.

Pra mim pagar o café não dava. Então eu tinha a lavoura de café carregada pra produzir 200 sacos cada mil pés. Eu cheguei a dar pro cara colher a meia e ainda não dava. Então eu cheguei à conclusão que eu tinha que parar com aquilo lá porque não tinha condições. Porque se eu fico com o café eu ia ter que tirar do bolso pra colher. Não dava e daí eu cortei. Era uma lavoura de café que eu vou lhe dizer uma coisa pra senhora. Eu cortei os pés de café com a motosserra e ponhei fogo que não sobrou nada. Parecia uma derrubada, era um cafezão. E o povo aqui na rua tudo doido, dizia: mas você vai cortar o café? Por quê? Eu vou cortar sim porque eu preciso encontrar um modo de viver. Pra que eu vou querer essa lavoura se ela não dá pra mim viver. Aí eu tirei o café e semeei o capim e tá até hoje lá em capim. Tem pasto lá que já tá com 18 anos. (Colono 6).

A troca de lavoura pela pastagem em Colíder foi feita com a mecanização, ou seja, antes de semear o capim, a maioria usou trator para preparar o solo. Alguns colonos, antes de tomar essa decisão, experimentaram a monocultura de algodão, mas essa foi mais uma experiência mal-sucedida.

Daí, depois que plantou fez um barraco maior e nós veio tudo pra cá. A primeira planta foi o arroz, o feijão, o milho e já preparou pra plantar o café. Daí o café não dava, não dava e a gente plantava, até que tiramo tudo e fomo mexer com algodão. Porque bem que a gente tentou, mas não dava, aí nós virou a plantar algodão. E mais, dava um algodão minha filha, você precisava ver até aí por esses lugar que é a horta. Aí o algodão chegava a fazer aqueles babados pra catar pra vender. Não vencia catar na hora. Lá no Paraná, quando eu vi o algodão pela primeira vez, eu nunca tinha visto. Que nem você vê que meu avô que era mineiro. Lá em Minas tinha os fazedô de pano, fazedô de roupa. Meu avô contava que minha avó era fazedera de pano, então ela usava o algodão. Ela tinha os apreparos de lidar com o algodão e fazer as linhas. Então minha mãe contava que ela pegava e tingia os panos com anincuns (urucum) que a gente faz colorau e um tal de anil do mato. Esse eu nunca fiquei sabendo o que é. Esse tal de anil. E aí ela disse que ponhava água nos cochos e ponhava aqueles rolos de algodão. Ah! Menina eu vi algodão pela primeira vez quando eu tive a Margarida, ela ainda tava mamando. Mas fiquei com a mão em maribamba porque o algodão tem aquela flor branca que é bonita e esconde aquele espinho dentro que rasga os dedos da gente. Então você tem que saber levar a mão. E eu não sabia, então foi um Deus me livre. Aí no fim nós virou plantadô aqui também, né? No Mato Grosso. Mas aí, minha filha, foi arruinando o veneno foi subindo, a semente, o adubo e aí quando foi as derradeiras plantas de algodão, quase que queimou a panela na hora de fritar os ovos. Não sobrou, foi tudo em despesas. Ainda que era a custo da gente porque se você fosse pagar gente piorou, que nem hoje em dia, quem que vence pagar? (Colono 5).

A principal atividade econômica dos entrevistados em Colíder é a pecuária, que segundo eles, é a única possibilidade de sobreviver. Eles também fazem o mesmo lamento por terem sido obrigados a deixar a agricultura e não poder mais cultivar a terra. Consideram a pecuária como uma atividade necessária à sua sobrevivência, e não a que gostariam de estar fazendo, já que a maioria é agricultor e sempre teve no cultivo da terra a sua realização pessoal. Tomados pelo saudosismo, lamentam os tempos de chegada, quando não havia nada, e que, jogados à própria sorte, enfrentaram as dificuldades sozinhos, sem nenhum apoio.

A história da ocupação de Sinop com a cultura do café seguiu os mesmos procedimentos para a derrubada, limpeza e plantio da área. O que pouco ocorrera nos municípios anteriores é que em Sinop houve o aproveitamento da madeira retirada. Nos outros dois municípios, esse aproveitamento vai ocorrer somente anos mais tarde, pois na maioria das propriedades a mata foi totalmente queimada.

A inviabilidade da cultura do café foi logo notada pelos colonos de Sinop, que viram o longo tempo de seca dizimar suas plantações. Com o fracasso do café, o colonizador de Sinop partiu imediatamente para o plantio de pimenta-do-reino, depois para a mandioca. Quando todas essas experiências lograram resultados sempre negativos, a exploração e o beneficiamento da

madeira ganharam força, e assim a colonização de Sinop se manteve. As propriedades foram destinadas à exploração da madeira, até que as áreas de mata se esgotassem. O destino a ser dado à terra voltou a ficar em evidência, iniciando-se as experiências com a monocultura da soja.

Existem realidades e situações diferentes. A realidade na época era voltada para a madeira. Então na época se vivia e se realizava em função da madeira. Então na época como o meu pai não tinha estrutura pra mexer com madeira, porque ele tinha só um caminhão e um trator, então a estrutura era pequena. Então automaticamente ele ia tirando a madeira, desmatando e ocupando a fazenda. Assim ele foi tirando aos poucos e não fazendo como muitos fazem. Porque ano após ano ele entrava naquele lugar onde há dois ou três anos ele já tinha tirado as árvores grandes, e ele ia tirando aquelas árvores menores que tinha ficado e que já tinham crescido também. Então eu acho que essa é uma maneira correta de você extrair uma floresta. Por muitos anos, eu não sei bem ao certo, mas eu acho por uns oitos anos ele ficou trabalhando em função da madeira. Com o tempo ele montou uma pica-pau. Lá dentro da fazenda, tá até hoje montada lá. E aí ele começou não só a tirar tora, mas começou a serrar. Aí depois se tornou economicamente inviável trabalhar com a madeira, e foi quando em 1999 ele começou mesmo a trabalhar com agricultura. Aí o primeiro plantio foi de arroz, ele plantou arroz por dois anos. E aí foi assim, em 1999 nós começou com 15 hectares de área. E aí foi crescendo à medida que, do mesmo jeito que a madeira, à medida que ela se tornava economicamente viável a gente tirava. À medida que foi produzindo, foi aumentando a área de plantio. Então do total de 1.200 hectares que é a fazenda hoje, a área plantada é de 400 hectares. (Colono 1).

Esse relato demonstra a ocupação de uma propriedade comprada com a área toda em mata, mas a maioria dos entrevistados de Sinop adquiriu áreas já abertas. Essas propriedades foram comercializadas durante os períodos de fracasso das lavouras, principalmente do café.

O estabelecimento da principal atividade econômica do município, a monocultura da soja, e depois do arroz e do milho, provocou a necessidade de aumentar o tamanho das propriedades, fator necessário para a mecanização agrícola. Assim, os colonos que suportaram os períodos de crise foram comprando as propriedades vizinhas, porque o preço era muito baixo.

Porque lá como era Cerrado leve, se você gastasse aqui vamos supor 20 horas pra você deixar um alqueire prontinho pra plantar, lá com vinte horas você fecharia quase quinze alqueires. O custo lá era muito mais baixo, não tinha nem o que ver. Então, enquanto aqui formou mil hectares, lá formou cem mil hectares, e aí foi acabando aquela terra ali da região de Sorriso, porque foi transformado tudo em lavoura. A terra lá era mais barata ainda do que aqui. Todo mundo pensava que na região de Cerrado não dava nada, pensava que dava só em terra de mata fechada, como é o caso da nossa aqui. Então como foram plantando ali e a terra ficou escassa, a terra que não valia nada passou a valer. Antigamente um fazendeiro tinha, vamos supor, 10 mil hectares. O Banco do

Brasil olhava assim com um pé atrás, né? Eles pensavam que a terra não tinha valor nenhum. Mas como a terra começou a ficar difícil, aí a terra começou a ficar cara, se a terra valia 800,00 o hectare, passou a valer mil, mil e quinhentos. Aí o que aconteceu, o banco passou a reconhecer o valor das terras e daí quem tinha terra passou a ficar forte. Quem agüentou, quem ficou com a terra, esse ficou bem. Então hoje se você tem uma terra e vai no banco pra financiar um boi, um maquinário, um carro de passeio, a terra é a garantia. Mas aquele cadastro que a gente tinha não valia nada porque a terra não tinha valor nenhum. Até o valor sentimental você perdia com aquilo, porque você gastava, gastava, gastava e não tinha valor de nada. Daqueles que tinham terra naquela época, que eram os pioneiros, hoje são poucos os que mantiveram a terra ou que os filhos ficaram com a terra. A maioria, na época da baixa no preço se desfizeram das terras. Todas aquelas dificuldades tiraram o gosto pela terra. (Colono 24).

Os colonos que venderam suas propriedades em Sinop se deslocaram para novas regiões, onde compraram áreas maiores de mata, para explorar a madeira. Com os recursos obtidos com a comercialização Do produto, esses colonos, que já haviam desistido da agricultura, formaram as pastagens e deram início à pecuária.

5.1.1.4 Tamanho da Área e Distribuição do Uso da Terra

Nenhum dos entrevistados manteve o tamanho inicial da sua propriedade. As medidas foram sendo modificadas, ao longo dos anos, principalmente no sentido de ampliação. Quanto ao uso da terra, a distribuição é bem diversificada, já que existem áreas que mantiveram a ocupação respeitando os limites prescritos nas escrituras (manutenção de 50% da área em reserva legal) e outras fugiram completamente do indicado (desmatamento de 100% da propriedade).

As informações sobre o uso das áreas foram feitas com indicação aproximada pelos proprietários, que tinham dificuldades em indicar as medidas exatas das áreas de reserva, áreas de horto doméstico e aguadas, área de cultivo agrícola ou de pastagem. A área de reserva legal foi motivo de preocupação, pois se mostravam muito atentos à informação que estava sendo dada, temendo que os dados fossem usados contra eles. Os colonos contam com a proteção de estarem numa área de grandes dimensões, e que por esse motivo, não é totalmente fiscalizada pelo Ibama. A perspectiva deles é ganhar o maior tempo possível, até que, caso sejam descobertos e multados, possam explorar a terra, e quando a situação for inevitável, ainda não sabem o que fazer.

Em Alta Floresta foram selecionadas dez propriedades, que variam de 9,6 hectares a 542 hectares, apresentando tamanho médio de 275,8 hectares. Na tabela a seguir são apresentadas as médias das porcentagens de distribuição das áreas por essas propriedades, de acordo com as informações fornecidas.

Tabela 5 - Distribuição do uso da terra nas propriedades dos colonos de Alta Floresta – set/2006

ÁREAS DA PROPRIEDADE	QUANTIDADE (%)		
	Menor Área	Maior Área	Média das Áreas
Área de mata (Reserva Legal e Mata Ciliar)	0%	50%	22,03%
Área de recuperação (capoeira)	0,25%	15,62%	1,58%
Área de horto doméstico	0,19%	5,20%	1,84%
Área de pastagem	46,6%	89 %	64%
Área de produção agrícola	0%	26,79%	7%
Área de aguadas	0%	15,62%	2,19%

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em ago/set. de 2006.

O município de Alta Floresta possui de pequenas a grandes propriedades, com variação do tamanho dos lotes provocada por diversos fatores, tais como a divisão por motivo de espólio, compra de lotes vizinhos com o interesse de aumentar a área, e também da venda de parte da propriedade para pagamento de dívidas. A área de mata que compreende a reserva legal e mata ciliar está fora dos padrões exigidos pela lei ambiental, e isso, com certeza, é o grande problema dos proprietários que, sem exceção, desmataram além do previsto na lei.

De acordo com a legislação ambiental, como essa região pertence à Amazônia legal e é coberta pela floresta tropical, deveria respeitar o limite de 80% da área preservada, o que parece bem distante do observado nas propriedades, que é em média de 22,03%.

A polêmica para os colonos se deve ao fato de que a lei foi modificada depois de terem registrado um contrato de compra e venda de terra com a colonizadora, representado pela escritura de terras, em que está expresso que teriam o direito de explorar 50% da área. É bem verdade que eles já ultrapassaram esse limite e que hoje as propriedades inverteram o que diz a lei, em vez de 80% preservados, tem-se 80% desmatados. Essa situação envolve várias instâncias públicas e privadas no estado de Mato Grosso, e vem sendo apontada pela OAB/MT também, como resultado de um impasse entre a legislação estadual e o Ibama.

Referida situação ocorria quando do reconhecimento pela antiga Fema de uma terceira tipologia florestal, qual seja, a Mata de Transição, que a legislação estadual (Lei n.º 038/95 – Artigo 62), disciplina como sendo de reserva legal o percentual de 50% (cinquenta por cento), ao passo que o cerrado é de 35% (trinta e cinco por cento) e floresta de 80% (oitenta por cento). Isso implica em dizer que nos locais reconhecidos pela antiga Fema como sendo de vegetação predominante de transição, o proprietário, desde que autorizado pelo órgão ambiental, poderia utilizar até 50% de sua propriedade. Nesse ponto nascia um dos problemas: o Ibama não reconhecia e não reconhece a mencionada tipologia florestal, ou seja, para o órgão ambiental federal, nesses locais, os percentuais de

reserva legal devem ser averbados em 80%, igualando-se tal tipologia à floresta. Diga-se, tais incongruências evidenciam, por si só, a necessidade emergencial de uma reformulação nas condutas dos órgãos ambientais, evitando que produtores em situações fáticas idênticas obtenham decisões não uniformes acerca de um mesmo assunto. Nesse sentido, não raro alguns proprietários rurais obtinham Licenciamento Ambiental Único autorizando o desmate, a exploração florestal e realização de projetos agropecuários em suas propriedades, com averbação de 50% de área de reserva legal; no entanto, por ocasião da renovação de algum projeto de manejo junto ao Ibama, este exigia que o proprietário retificasse a reserva legal na matrícula do imóvel, de 50% para 80%, bem como reflorestasse e/ou recuperasse esse percentual de 30%, sem prejuízo da imposição de uma severa multa, por desmate ou exploração em área de reserva legal. (CAMPOS, 2005).

Em Alta Floresta, a ampliação da área desmatada, ultrapassando os limites previstos em lei, agravou-se com a implantação da pecuária extensiva. Enquanto os colonos faziam plantios de café e cacau, o desmate seguia um movimento mais lento, provocando queda na taxa do desmatamento, principalmente nos anos de auge do garimpo, quando o trabalho agrícola estava praticamente parado. O fracasso do garimpo promoveu o crescimento da pecuária, pois os colonos que tinham ido para os garimpos retornaram às suas propriedades com dinheiro para investir na criação de gado.

Para a implantação da pecuária, ocuparam-se todas as áreas já abertas, e como ainda era necessário ampliar a área de pastagem, foram reiniciadas as derrubadas. Nesse processo, primeiro eram aproveitadas as áreas já abertas e destinadas à agricultura, depois as que haviam sido abandonadas e que se tornaram capoeira, e finalmente eram retomadas as grandes derrubadas, ainda que adentrassem a área de reserva legal. Com a meta de aumentar rapidamente a área de pastagem, os colonos passaram a derrubar, queimar e fazer o plantio de capim no toco. Segundo eles, essa forma de plantio ocorre quando a semeadura do capim é realizada logo depois da derrubada e queimada da floresta, sem limpar a área com a retirada das sobras de madeira e sem plantar outro cultivo, como o arroz, por exemplo. “No caso da pastagem depois da queimada, a gente só espera a chuva para semear o capim” (Colono 17).

A iniciativa de recuperação de áreas desmatadas é praticamente inexistente, à exceção de dois casos: um se deu pela idéia de reflorestar áreas degradadas, e outra que depois de uma tentativa de criar rãs que não deu certo, abandonou a área. Até mesmo a área de horto doméstico, que antes contava com pomares e hortas, foi reduzida, e representa apenas 1,84% das propriedades. Elas possuem uma média de 64% da área total transformada em pastagens. A

opção pela pecuária levou ao abandono da agricultura, com a utilização de uma média de 7% das propriedades destinados ao cultivo de cana, mandioca e outros alimentos para o gado, principalmente no período de seca. A área de aguada recebeu percentual maior, devido ao fato de uma propriedade possuir reservatórios de piscicultura que ocupam mais de 15% da sua área com tanques de criação, reprodução e engorda de peixes.

Em Colíder foram feitas entrevistas em dez propriedades, que possuem de 7,26 hectares a 121 hectares, apresentando tamanho médio de 64,13 hectares. A tabela 6 apresenta as porcentagens referentes à utilização da área em Colíder:

Tabela 6 - Distribuição do uso da terra nas propriedades dos colonos de Colíder – set/2006

ÁREAS DA PROPRIEDADE	QUANTIDADE (%)		
	Menor Área	Maior Área	Média das Áreas
Área de mata (Reserva Legal e Mata Ciliar)	0%	28,17%	3,7%
Área de recuperação (capoeira)	0,65%	4%	0,46%
Área de horto doméstico	0,28%	6,89%	2,08%
Área de pastagem	70,42%	99,17%	91,46%
Área de produção agrícola	0%	6,20%	2,27%
Área de aguadas	0%	1,97%	0,64%

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em ago/set. de 2006.

As propriedades de Colíder apresentaram o maior índice de desmatamento da região, pois apenas uma manteve 28,17% de sua área de reserva legal. As demais desmataram 100% da área, utilizadas em mais de 90% somente para a pastagem.

Não tenho nada plantado, só pasto. Quer dizer tem uma quarta de cana que a gente usa pra tratar do gado mesmo. Não tem mata na beira do rio, nós aproveitou até a beira da água, sendo que não podia, né? Não tem reserva não, eu derrubei tudo porque precisava de pasto. Hoje eu já tenho 31 alqueires formado, tudo pasto formado. E agora o negócio é cuidar do capim, porque é dele que o boi come. (Colono 13).

Em Colíder, assim como em Alta Floresta, os colonos passaram da atividade agrícola para a pecuária extensiva, pois as áreas já estavam abertas. De acordo com eles, o desmatamento total se deve ao fato de que, por problemas com documentação e pela retomada da área pelo Incra, a posse da terra era garantida com a sua ocupação total. Mesmo diante da opção de transformar tudo em pastagem, os colonos de Colíder, assim como os de Alta Floresta, lamentam o fato de terem deixado a atividade agrícola.

Às vezes eu penso que eu gostava de plantar um pedacinho de café de novo porque eu gosto de café. Eu gosto mais ainda de plantar o café. Agora hoje já é tudo pasto, por enquanto é, mas nós tamo pensando em plantar um pedaço esse ano. Porque pasto só também não resolve, porque você ficá só mexendo com gado não dá. Tem que ter o plantio de uma cana, porque a cana hoje tá dando muito dinheiro. Mas o problema é que os bichos comem tudo. Mas é aquilo que eu tava falando, se todo mundo voltasse a plantar, todo mundo conseguia um pedaço. Daí ia ter bastante e o bicho não ia comer tudo de uma pessoa só. Mais ninguém planta mais. Só os feirantes que plantam um pedacinho de roça, de milho e essas coisas. Aqui tá ficando difícil, porque o pasto não é que nem na época da lavoura que você plantava e pronto. Aqui não, você tem que ir renovando o pasto, porque senão acaba tudo. Eu tenho vontade de ter um pasto bem bonito, formado, né? Mas é difícil porque isso custa muito dinheiro e a renda do gado não dá. Aqui é difícil também, mas só que aqui é bem melhor do que esses outros lugar por aí. Então o jeito é adubar, calcariar esse pasto e ficar por aqui mesmo. (Colono 19).

Com a opção pela pecuária, a atividade agrícola foi abandonada, e nas propriedades onde ainda existem pequenas áreas de plantio, são de forrageiras cujo objetivo é complementar a alimentação do gado. A região de Colíder sente os impactos do desmatamento sobre os seus recursos hídricos, já que os colonos, mesmo sem muitas informações, apontam dois fatores observáveis empiricamente com relação à água: na seca os rios estão minguando, na época de chuva eles transbordam. Isso ocorre em função da areia que desceu pelo rio e provoca as duas situações.

Agora o pasto é a única coisa que nós tem. Eu tenho isso aí, aqui era tudo mamona e virou pasto. Nesse tempo quando chega a seca, então a água acaba e o gado morre de fome. Agora mesmo já morreu vaca minha atolada na beira da água. Eles vai campear esses ramo verde e atola, e depois não tem força pra sair. E aí a gente vai lá e arrasta, mas não tem jeito, morre mesmo. E todo ano morre gado da família. Os filhos tiraram o gado deles daqui, mas eu não quis. Meu filho falou: - Mãe eu levo o gado da senhora. Mas eu disse: - Não, deixa eles aí que eles tão acostumado a comer casca de pau, se Deus quiser eles agüenta. Mas a seca desse ano tá de amargar, né? Aqui secou até o rio. Aquele sítio nosso de lá tem uma água, mas é só uma mininha. Aí o vizinho já pegou e fez uma represa e na seca ele segura a água. Tudo eles ali pra cima tem horta e daí eles fazem represa, e tira a água do rio. Você pode passar andando dentro do rio porque tá seco. E os peixes morrem tudo, chega o urubu ficar andando lá pelo meio. Aí depois vem a chubarada e enche tudo de água de novo. Enche as represas e daí tem água pra todo mundo. Mas quando vem a seca outra vez é aquele sacrifício. Eu até já falei pros meninos que tem que fundar mais a represa, tem que tirar a areia que entrou lá. A areia enche a represa e daí a água não fica. Então a gente tem essa represa, e lá no outro Sítio só a mina. Tem também a outra represa que foi feita lá na beira da estrada pra guardar água da chuva. Mas é pouco, agora nós vai fazer mesmo é o poço artesiano, daí não falta água. (Colono 5).

Apesar de em Colíder terem destinado suas propriedades para a pecuária, um dos grandes problemas da região é a escassez de água, principalmente no período da seca. Existem propriedades com pastagem e sem água, o que levou seus donos a buscarem nos poços artesianos a solução para dar água aos seus animais. Essa problemática fica expressa no tamanho médio das áreas de aguadas ter atingido um percentual de apenas 0,64 % das propriedades.

Outra área que também se mostrou bastante reduzida é a de capoeiras. Na verdade, esses colonos não têm área de recuperação ou de reflorestamento, possuem áreas abandonadas que foram deixadas nas margens de alguns rios ou áreas em que existem muitas pedras, por isso inadequadas para a pastagem.

Mato, mato mesmo eu não tenho, e lá na beira do rio também não tem. Tem só uma mata baixinha, uma capoeirinha que formou ali porque eu deixei. É uma tira que segue o rio de fora a fora. É bastante por que você veja, dá uns 20 metros de largura que acompanha o rio lá do fundo. Então calcule, se a largura da terra é de 450 metros, 450 por 20 dá uma área de 9.000 metros quadrados. E tá só crescendo porque eu cerquei e agora que o gado não entra lá cresceu mais ainda. Como o mato já tá crescendo de novo, já tem uns bichinhos por lá, acho que é uns preás. E até os passarinhos vem ali pra comer semente das plantas que tem ali. Tem umas sementeira que eu nem sei o nome, mas os passarinho gosta, né? É só. (Colono 6).

Ainda que sem orientação, os colonos buscam revitalizar as matas ciliares, devido à preocupação com multas, e assim as áreas deixadas nas margens dos rios podem ser consideradas tentativas de recuperação. Várias experimentações foram feitas para reflorestar as margens do rio, dentre elas, o plantio de árvores nativas e o isolamento da área evitando a entrada do gado. Porém com relação às áreas de solo que possuem muitas pedras e ficam dentro da pastagem, apenas deixou-se sem roçar a vegetação que nasceu ali. A área não foi isolada e o gado continua a circular no local, e como não houve plantio de mudas, pode ser considerada apenas como área degradada, abandonada por não ter mais condições de uso. Essas iniciativas foram realizadas em apenas duas propriedades de Colíder.

As propriedades de Sinop possuem as maiores extensões dentre os três municípios, mas ainda existem pequenas áreas que se situam à margem da cidade e que, com a expansão do perímetro urbano, estão sendo transformadas em loteamentos. Com relação ao tamanho, foram encontradas áreas entre 14,52 hectares e 1.626 hectares, com média de 820,1 hectares. Na tabela a seguir são apresentadas as porcentagens do uso da terra e média da soma de todas as áreas.

Tabela 7 - Distribuição do uso da terra nas propriedades dos colonos de Sinop – set/2006

ÁREAS DA PROPRIEDADE	QUANTIDADE (%)		
	Menor Área	Maior Área	Média das Áreas
Área de mata (Reserva Legal e Mata Ciliar)	0%	75%	46,18%
Área degradada (capoeira)	0%	0%	0%
Área de horto doméstico	0,08%	8,33%	1,99%
Área de pastagem	0%	66,67%	19,91%
Área de produção agrícola	2,14%	48,83%	31,42%
Área de aguadas	0%	0,71%	0,19%

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em ago/set. de 2006.

Sinop também é considerada área de floresta e desse modo se enquadra na lei dos 80% de preservação. Ainda que a área preservada apontada pelos colonos tenha sido em média de 46,18%, as propriedades estão apresentando uma área de reserva bem menor do que a estabelecida em lei. Embora se possa dizer que em relação aos dois municípios anteriores Sinop tenha uma área maior de preservação, essa informação é questionável, pois ali se registrou período anterior à agricultura voltado exclusivamente à exploração da madeira.

Os colonos entrevistados em Sinop não mencionaram a existência de nenhuma área degradada (capoeira) nem se tratando de recuperação, nem de abandono.

O município, diferentemente dos dois primeiros, que têm como atividade principal a pecuária, hoje é voltado para a agricultura mecanizada com plantio de soja. Mas não se tem unanimidade das propriedades trabalhando com a agricultura, e sim uma divisão na qual as pequenas propriedades mantêm a atividade pecuária, ao passo que as grandes estão destinadas ao uso exclusivamente agrícola.

É importante lembrar que se a evolução tradicional da fronteira agrícola continuar a ser observada na Amazônia, a soja tende a ganhar cada vez mais espaço, pois a expansão da soja estimula o avanço da pecuária sobre a floresta. Este avanço gera áreas desmatadas que futuramente poderão ser utilizadas pela soja como novas áreas de produção alimentando o processo indefinidamente. Assim sendo, um planejamento adequado do uso da terra na Amazônia é indispensável para o uso responsável dos recursos naturais, sem impactos perversos ao meio ambiente e nem à população local (COSTA; CAIXETA FILHO, 2001, p 14).

Assim como Colíder, Sinop também apresenta uma área de aguada pequena, com propriedades sem rios ou córregos, e que por isso utiliza poços artesianos.

Ao confrontar os resultados obtidos nessa pesquisa, com relação à distribuição do uso das

propriedades, e os dados fornecidos pelo IBGE (2006) apresentados na introdução desse trabalho, percebe-se que há um distanciamento entre estes. Isso ocorre de forma mais significativa quando se verificam os dados de Alta Floresta e Colíder, onde a informação foi confirmada pela visita às propriedades. No que se refere a Sinop, essa diferença não é tão significativa, pois assim como na pesquisa do IBGE, as medidas foram registradas de acordo com os depoimentos dos proprietários.

5.1.1.5 Croquis da Época de Aquisição e Atual

A elaboração dos croquis permitiu que os colonos refletissem sobre a organização de suas propriedades, e também que se evidenciasse o processo de desmatamento. Neste momento surgia o impasse entre a vergonha, a culpa e medo de mostrar ali o desmatamento, misturados com a empolgação de demonstrar, registrar no papel tudo o que haviam construído. Na busca do equilíbrio ou tentando usar as construções para justificar a ocupação, os colonos de Alta Floresta e de Colíder, durante a elaboração dos seus desenhos, foram comentando as transformações que a sua propriedade sofreu durante os anos.

Primeiro nós comprou o 21 alqueires e depois, com dinheiro de mantimentos nós comprou o resto. Nós, eu vou falar uma coisa pra você, nós veio com o braço pra trabalhar, boca pra comer, lenha no mato e a água no corgo é só. Ah! Minha filha, isso daqui era só mato, um matão mesmo. Daí ali em baixo tinha o riozinho e só. Depois no outro sítio tinha a mina, mas era uma mininha só. Então era assim, só mato mesmo. E tinha cada árvore grande que quando caía era um estrondo só. A gente ouvia a onça urrá bem ali, perto do barraco que os homens fizeram pra derrubada. E a gente quando vinha aqui, no tempo que ainda tava acampado no Carapá e ficava sentado aí na frente, e daí quando a onça urrava era a coisa mais triste do mundo. Uma onça urrava numa serra e a outra respondia na outra serra. Era tudo matão mesmo. (Colono 5).

Esse nada existir para o colono é a justificativa para o processo de transformação que ele provocou. O nada é usado para reafirmar que não havia construções, produções ou qualquer outro sinal que indicasse a presença de exploração, beneficiamento e/ou comercialização dos recursos existentes. A mata, o solo, a água e até mesmo os animais são vistos como matéria-prima à espera de mãos hábeis, valentes e persistentes para transformá-las em algo de valor.

Antes do desenho do segundo croqui era feita uma visita à propriedade, na qual os colonos apresentavam tudo o que lá existia, inclusive na área de reserva legal. Esse era o momento de maior descontração, em que, conversando, eles relatavam com tranquilidade as suas atividades e

planos. Quando retornavam para os papéis, estavam mais confiantes para realizar os desenhos.

Meu esposo era muito caprichoso, ele fez as casas tudo alinhada. Tem sete casas só da família. Perto da minha casa aqui do lado tem a tuia. Então nossas casas a minha e a dos filhos ficam enfileirada. Nos fundos das casas tem o pomar e as hortas. O meu pomar eu tive roçando ele agora pra distrair a cabeça depois que ele morreu. A plantação de tomate fica ali em baixo, mas antes tem o pasto. Tem abobrinha, tem vargem, tem melão, tudo isso na horta. Mas agora tá difícil porque a água acabou. Do outro lado fica os 15 alqueires que foi comprado com produção daqui. Foi comprado muita coisa com dinheiro da lavoura. Foi comprado o material pra fazer a casa, a tuia, a mangueira. Tudo isso com dinheiro de mantimento. Você vê, naquele tempo a gente plantava feijão. Quando nós chegou aqui não tinha nada, Colíder era só umas casinhas. Não tinha televisão, não tinha nada, nem quem comprasse o que a gente plantava. Colíder tava aberto fazia 3 anos. Quando nós chegamo, fomos lá na rua, e ficamos sabendo que ali já tinha 600 famílias. Era tanta derrubada e queimada que a gente ficava mês sem ver o sol de tanta fumaça. O sol era só aquela bola vermelha. E pra ajudá, a estrada era sem asfalto de Cuiabá pra cá, e então formava aquele talco de poeira. Aí meu Deus, era aquela mistura de terra com fumaça. Nós derrubemo tudo, hoje não tem nenhuma área de mato. Não se salvou nem as beira d'água. Nós não deixou reserva porque naquele tempo não era proibido derrubar, cada um fazia do jeito que podia. Na divisa com outro vizinho tem uma capoeirinha que nasceu lá porque tinha muita pedra e não dava pra aproveitar, então a gente deixou o mato crescer de novo. Tirando a horta e o lugar das casas, o resto é tudo pasto. Porque hoje aqui é só do gado mesmo que dá pra gente viver. Não dá muito, mas um pouco dá e a gente vai levando assim enquanto Deus quer. (Colono 5).

Os colonos tinham um forte desejo de que o desenho, a fotografia ali da sua propriedade ganhasse movimento e pudesse mostrar, como em um filme, tudo o que fizeram ao longo do tempo. Por exemplo, a área do cacau que hoje é pastagem, eles reclamavam por fazer um mapa de mata e outro direto com a pastagem, pois para eles o cacau e o café foram mais importantes e deveriam estar no desenho. Não raro se teve que recomençar o mapa e auxiliá-los a fazer o retrato atual da propriedade. Alguns não conseguiram fazer o desenho e precisaram de auxílio, contudo sempre cuidavam para que o retrato ficasse o mais fiel possível. Eles confirmavam o desenho com os filhos, e até mesmo, com os croquis da documentação da terra.

Em Sinop, esse momento não ocorreu em nenhuma das entrevistas. Os proprietários, durante a negociação para as entrevistas, mediadas por uma moradora local, disseram que não falaria se fosse necessário mostrar suas propriedades e que, caso houvesse interesse, as propriedades poderiam ser vistas por imagem de satélite. Depois de a segunda tentativa de fazer o croqui de localização haver sido negada, pelos entrevistados, deu-se continuidade à entrevista.

Mesmo após as identificações de aluna do CDS/UnB e de docente da Unemat, e das diversas afirmações de que esse material era somente para estudo e não seria usado para nenhum tipo de fiscalização, ainda assim eles se mostraram preocupados com o destino dos seus depoimentos.

5.1.2 Caracterizações dos Colonos

5.1.2.1 Origem e Rota de Migração

Os colonos entrevistados têm como terra de procedência o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, somada ainda por estados da região Nordeste, como Bahia, Alagoas, Pernambuco, Ceará e Paraíba, e da região Sudeste, com os estados de Minas Gerais e São Paulo. Foi recordada também a origem dos antepassados, descendentes de imigrantes italianos, alemães, belgas, portugueses, espanhóis, húngaros e africanos.

A composição da população de Alta Floresta é formada por diversas rotas migratórias, que em sua maioria partiam da Europa e África e chegavam ao Brasil. Dentro do Brasil seguia por diversos estados até chegar em Mato Grosso:

- ✓ África – Brasil (Bahia – Minas Gerais – Paraná – Mato Grosso).
- ✓ Alemanha – Brasil (Santa Catarina – Paraná – Mato Grosso).
- ✓ Alemanha – Brasil (Rio Grande do Sul – Santa Catarina – Paraná – Mato Grosso do Sul – Mato Grosso)
- ✓ Espanha – Brasil (Paraná – Mato Grosso).
- ✓ Hungria - Brasil (São Paulo – Paraná – Mato Grosso).
- ✓ Itália – Brasil (Rio Grande do Sul – Santa Catarina – Paraná – Mato Grosso)
- ✓ Itália – Brasil (Rio Grande do Sul – Santa Catarina – Paraná – Mato Grosso do Sul – Mato Grosso)
- ✓ Itália – Brasil (Santa Catarina – Paraná – Mato Grosso).
- ✓ Itália – Brasil (São Paulo – Minas Gerais – Paraná – Mato Grosso)
- ✓ Itália – Brasil (Paraná – Mato Grosso)
- ✓ Itália – Brasil (São Paulo – Paraná – Mato Grosso)
- ✓ Pernambuco – São Paulo – Paraná – Mato Grosso
- ✓ Minas Gerais – Paraná – Mato Grosso

Diante dessas rotas, é possível observar que somente duas origens não foram identificadas como provenientes de terras além das fronteiras brasileiras. A Itália se destaca como terra de

origem da maior parte dos colonos. Outro fator que caracteriza esse grupo, com a exceção de uma família, é que todos têm como terra de procedência o Paraná. Isso se explica pelo fato de as propagandas para venda de terras da colonizadora Indeco haverem sido amplamente divulgadas no norte e oeste deste estado, com o trabalho de corretores que visitavam os pequenos proprietários.

Em Colíder, as correntes migratórias que formaram a população apresentam o seguinte roteiro:

- ✓ Itália – Brasil (São Paulo – Mato Grosso do Sul – Mato Grosso).
- ✓ Espanha – Brasil (São Paulo – Mato Grosso do Sul – Mato Grosso)
- ✓ Portugal – Brasil (Minas Gerais – Paraná – Mato Grosso)
- ✓ Alagoas – São Paulo – Paraná – Mato Grosso
- ✓ Bahia – São Paulo – Paraná – Mato Grosso
- ✓ Bahia – Mato Grosso do Sul – Mato Grosso - Paraná – Mato Grosso
- ✓ Ceará – São Paulo – Paraná – Mato Grosso
- ✓ Minas Gerais – Paraná – Mato Grosso
- ✓ Minas Gerais – São Paulo – Paraná – Mato Grosso
- ✓ Minas Gerais – Rio de Janeiro – Paraná – Mato Grosso
- ✓ São Paulo – Paraná – Mato Grosso
- ✓ São Paulo – Mato Grosso - Paraná – Mato Grosso.

Ao contrário do que ocorreu em Alta Floresta, com a identificação quase que total da linhagem européia dos colonos, em Colíder apenas três apontaram essa origem. A origem mencionada por eles é dos estados do Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará; e sudeste: São Paulo e Minas Gerais. A terra de procedência da maioria deles é também o Paraná.

Em Sinop, a rota migratória que formou a população teve a contribuição dos seguintes locais:

- ✓ Alemanha – Brasil (Rio Grande do Sul – Santa Catarina – Mato Grosso).
- ✓ Alemanha – Brasil (Rio Grande do Sul – Mato Grosso).
- ✓ Bélgica - Brasil (Paraná – São Paulo – Mato Grosso)
- ✓ Espanha – Brasil (São Paulo – Paraná – Mato Grosso)
- ✓ Itália – Brasil (Rio Grande do Sul – Santa Catarina – Mato Grosso).
- ✓ Itália – Brasil (Rio Grande do Sul – Santa Catarina – Paraná – Santa Catarina – Mato

Grosso.

- ✓ Itália – Brasil (Santa Catarina – Paraná – Santa Catarina – Mato Grosso)
- ✓ Itália – Brasil (Rio Grande do Sul – Santa Catarina – Mato Grosso).
- ✓ Itália – Brasil (Santa Catarina – Mato Grosso)
- ✓ Itália– Brasil (São Paulo – Paraná – Mato Grosso).
- ✓ Itália – Brasil (Paraná – Mato Grosso)
- ✓ Portugal – Brasil (Paraná – Mato Grosso).
- ✓ Portugal– Brasil (São Paulo – Paraná – Mato Grosso)
- ✓ Portugal – Brasil (Paraná – São Paulo – Paraná – Mato Grosso)

Os colonos de Sinop apresentaram em sua totalidade origem européia, merecendo destaque a Itália, que apareceu mais vezes. A terra de procedência ficou dividida igualmente entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Além desses dois estados, houve uma rota que partiu diretamente do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso.

Diferentemente dos colonos de Alta Floresta e Colíder, que têm na formação da sua população a presença marcante do pequeno produtor rural, Sinop não tem esse destaque. Como a monocultura se fortalece na região como única opção para o trabalho na terra, e esta não oferece condições de trabalho para pequenos proprietários, com a valorização das terras eles estão vendendo suas propriedades e partindo para outras áreas da Amazônia mato-grossense. Enquanto isso, os investidores do agronegócio aumentam suas áreas de produção, anexando as pequenas propriedades.

5.1.2.2 Razões para Escolha do Projeto de Colonização

Os colonos atribuíram sua escolha a razões pessoais, mas com certeza um fato une todas: o desejo aumentar a terra e de plantar café. Foram motivados por propagandas, que além de mostrar imagens, financiavam as viagens para aqueles que quisessem comprar um lote. Para os colonos que moravam no Paraná, ouvir falar em plantio de café em terras férteis e livres de geadas era com certeza o maior atrativo.

Na verdade, o maior motivo começou quando a gente morava ainda em Nova Esperança e plantava café. Daí veio aquela doença no café e a gente comprou pasto em Umuarama. Depois, como a gente sempre mexeu e queria continuar com café e o gado, lá era muito frio, estragava o pasto. Daí ficamos sabendo daqui que não geava, e era muito bom pra plantá café, então meu pai falou: vamo pra lá plantá café. E daí nós viemos pra cá plantá café. (Colono 23).

Além de a propaganda mostrar clima favorável e as ditas terras férteis para o cultivo do café, outras razões são apontadas pelos colonos, tais como: o preço e a mecanização da terra, a oportunidade de trabalho, o desejo de melhorar de vida, os incentivos do governo, a falta de espaço para criar os filhos e a presença de outros parentes que já estavam morando nos projetos de colonização.

O preço da terra é mencionado em razão de, no Sul, ser muito superior ao de Mato Grosso. O valor da terra normalmente é calculado por aquilo que ela é capaz de produzir, bem como pela sua localização. A distância dos grandes centros comerciais e o fato de as terras ainda serem em mata colocavam o preço em Mato Grosso, bem abaixo do estabelecido para a região Sul. Um alqueire de terra no Paraná dava para comprar dez alqueires no Mato Grosso.

A gente veio procurar aumentar, né, porque a gente lá tinha pouca terra, né? E a terra lá era muito cara e a gente não podia aumentar, então a gente veio pra cá pra aumentar a terra. Aqui naquele tempo a terra era mais barato do que no Paraná, lá a terra é muito cara, né? Aí a gente veio pra aqui procurar melhora. Lá no Paraná nós tinha só sete alqueires. Aí nós vendeu lá e viemo pra cá. Aqui nós compramo esse sítio aqui. Ele tem 21 alqueires e tem outro que é separado que tem doze alqueires. E também dona, tem outra coisa, lá só tinha serviço pro trator. Nós não sabia lidar com aquilo e também não dava pra comprá. E tinha outros maquinário também. Daí viemo pra cá porque aqui na Colíder era serviço no braço mesmo, no braço, é. E nós somo assim gente que sabe trabalhar com os braços. (Colono 5).

A oferta de trabalho, apontada como razão para a escolha do projeto de colonização, vai ocorrer tanto na zona rural quanto na zona urbana. A região oferecia oportunidade de trabalho para todas as áreas e muitas vezes sem exigências de qualificação. Faltavam construtores, pedreiros, professores, administradores, médicos, dentistas, vendedores, enfermeiros, farmacêuticos, técnicos agrícolas, agrônomos, enfim profissionais para todas as áreas. A região, pela sua carência, era a grande oportunidade para os profissionais liberais recém-formados e sem oportunidade nas suas regiões de montar o próprio negócio, ou também de as pessoas desempregadas encontrarem ocupação, já que no processo de construção tudo ainda estava por fazer.

Você podia investir em qualquer ramo, tanto no comércio como agrícola, porque a perspectiva era muito grande. A gente via era um futuro mesmo, muito bom. Aqui tinha espaço pra toda a família crescer. No início, os profissionais de qualquer área tinham espaço aqui, podia ser mecânico, vendedor, professor, comerciante de alguma coisa, representante das empresas. Eu quando vim pra cá

eu tava só estudando e minha esposa já trabalhava lá, ela é assistente social. Daí quando nós chegamos aqui já fomos direto trabalhar porque serviço não faltava. Era só ter vontade de trabalhar porque serviço tinha mesmo. (Colono 22).

Com o desejo de melhorar de vida e ter um futuro mais promissor, os colonos viam nas oportunidades de trabalho e na ampliação das suas áreas de cultivo a possibilidade de enriquecer. Chamava a atenção ainda a parte de incentivos oferecidos pelo governo federal, que fazia muitas campanhas mostrando, em todo o país, a necessidade de integrar a Amazônia.

No norte do Paraná houve uma divulgação muito grande da colonização do norte de Mato Grosso. Essa colonização aparecia associada ao programa do governo que era o Programa de Integração Nacional, o PIN. Além disso, já se falava em financiamento do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia. Aí, como a gente não via perspectiva no Sul, você tinha que buscar novos horizontes, e se o governo tava incentivando, dava pra acreditar que o negócio era bom. (Colono 25).

Entre os problemas enfrentados, a falta de espaço para criar os filhos é considerada uma das mais fortes razões para que se deslocassem. Os colonos, principalmente os de Alta Floresta e Colíder, possuíam famílias numerosas, com filhos que já estavam se casando e formando novas famílias. Tratando-se de pequenos proprietários ou arrendatários, já não conseguiam oferecer trabalho para todos os filhos.

Mas os filhos foi crescendo e foi casando e o meu esposo tinha um negócio com ele, ele queria que os filhos casassem, mas não queria que os filhos desgrudassem. O negócio é que pela vontade dele, por ele ninguém ficava longe. E daí faltava espaço, porque naquele tempo nós já tinha quatro filhos casado. E o meu marido só gostava de tocar muita roça, de trinta alqueires pra cima. E a área que ele arrumava, ele arrumava pra ele. E pra colocar esses filhos casados? Teve um tempo que nós tinha um sítio de oito alqueires e nesses oito alqueires tinha quatro casas. A nossa e a de mais três filhos, porque ele queria os filhos por perto. Então lá não dava mais, e aí foi quando nós viemos pra cá e graças a Deus ele comprou 60 alqueires. (Colono 7).

Vendo a possibilidade de seus filhos partirem em busca de emprego nas cidades ou em outros lugares mais distantes, o colono sentiu a unidade da família ameaçada. A vinda para essa região era a possibilidade de manter a família reunida na mesma propriedade.

A preocupação com a unidade da família transcendia a relação pai e filhos e chegava a outros segmentos de parentesco, pois muitos apontam a existência de outros parentes nos projetos como razão de sua escolha. A melhor das propagandas da colonização era feita pelos parentes,

amigos e conhecidos que já tinham vindo para a região. Com o resultado das primeiras colheitas, eles voltavam às terras de procedência e lá não se cansavam de contar vantagens. Muitos vieram atrás dos parentes sem sequer conhecer a região, já de mudança e com toda a família.

5.1.2.3 Expectativas na Chegada e nos Dias Atuais

A chegada era com certeza cheia de expectativas de melhorar de vida e formar lavouras, principalmente de café. Esse vínculo com a terra e a sua produção é destacado pelos próprios colonos como o grande desejo que para muitos não chegou a se realizar. A busca por uma cultura produtiva e com bom preço de mercado foi marcada por inúmeros fracassos.

Os colonos de Alta Floresta apontaram como suas expectativas iniciais o desejo de ter um espaço maior para criação dos filhos, fazer o plantio do café e garantir um futuro melhor para toda a família. Eles avaliam que em parte as metas foram atingidas, mas que o café e as outras experiências com relação à agricultura foram muito frustrantes. Como sobrevivem da agricultura, todo esse processo de mudança causou uma incerteza que parece nunca deixá-los.

Quando nós chegamos aqui pensava que estava no meio do céu, né? Porque tudo o que nós queria de madeira tinha aqui. O que nós queria de lavoura tava plantando, tava fazendo e nós tinha a bem dizer tudo. E sempre acreditando que aquilo ia dar dinheiro que nem era a expectativa, né? E no final uma bomba daquele tamanho, foi um baque que nem dá pra falar. Você vê, nós perdemos tudo, tudo. Foram seis anos de serviço onde foi gastado, foi colocado dinheiro em cima. Resolvi plantá 65 mil pés de cacau, plantá quase 50 mil pés de café, 10 a 12 mil pés de guaraná. Lá tinha 14 famílias com muié e fio, tudo tinha uns cinco a seis ou mais muleque cada um. Era uma montoeira de gente. Esse pessoal que trabalhava lá nesses seis anos, tinha que dar comida e remédio, porque naquele tempo dava uma malária aqui que era uma coisa de louco. Toda semana tinha nego com malária lá na fazenda. Daí tinha que ir lá buscar, trazia no médico, levava de volta tudo certo. Mas as expectativas que tinha não foram atingidas. Daí posso dizê que as expectativas não deu em nada. O pior de tudo foi quando entrô o garimpo. Aquilo acabou com nós, arrebitou de um jeito que... Assim que ia acabando o contrato com os peões, nós ia mandando eles embora. Porque não tinha como sustenta, que a gente também foi encolhendo porque não tinha de onde tirá dinheiro. O café não dava nada, o guaraná nem se fala e o cacau deu aquela vassoura de bruxa que começou a mata tudo. O próprio empreiteiro que tava lá, ele também não agüentava, e o que você vai fazer? Tem que cair fora. Pra nós foi uma bomba, coisa feia mesmo. (Colono 2)

Para os migrantes de Colíder, assim como para os de Alta Floresta, suas expectativas eram voltadas para o plantio de grandes lavouras de café, com as quais eles ganhariam muito dinheiro e poderiam garantir o futuro da família.

Nossa expectativa era plantar café. Lavoura de milho e de arroz que nós plantemo. Mas o que mais plantei aqui foi café. Foram três variedades de café que eu plantei aqui, mas nada resolveu. Era assim eu plantava e ficava três, quatro anos, daí a lavoura dava uma secadeira, murchava e pronto daí não dava mais nada. Não era que nem lá no Paraná. Era assim que nem agora, né? Agora no mês de setembro o café tava florado. E daí o café pegava um solão que nem tá agora, daí não segurava nenhum caroço. Daí paramo com a lavoura de café e aí eu saí trabalhar por tudo que é canto, furando poço e fossa. Trabalhando de saqueiro em casa de máquina de arroz pra criar os filhos, que já eram seis, era uma escadinha, o menor tinha um ano e meio e o mais velho tinha só dez anos. Os primeiros anos a lavoura vinha bem. Colhia arroz, milho e tinha a Casemat ali que comprava e dava pra fazer dinheiro. Mas dali a uns quatro anos foi diminuindo e já não dava mais quase nada, não produzia. Aí apelemo pro gado, foi cortado a lavoura e plantado o capim, e é onde a gente tá até hoje. Vendendo um leitinho. Eu pra mim hoje tá bom, eu não penso em sair daqui pra outro canto. Não penso porque pelo que a gente vê pelo mundão aí, não tem mais pra onde a gente ir. Aqui pra mim tá bom. Eu quando vim pra cá tava no apuro, depois fiquei mais apurado ainda, mas hoje tá bom, não quero mais ir embora daqui. (Colono 13).

A pecuária trouxe para os colonos de Colíder uma nova possibilidade de se manterem nas suas propriedades.

Hoje tá bom pra nós, em vista do que já passamo. Nós passamo dificuldade aqui. Quando nos chegamo aqui a idéia era plantar café, mas não deu certo e hoje nós estamos criando gado mesmo. Nós jogemo o brizantão no meio do café e os pés de café já foi morrendo, conforme o capim ia crescendo, e gado foi entrando. Os pés que sobraram nós já cortemos também e aí foi virando só pasto. Nós paramo com a lavoura e estamos mexendo com gado. Aqui é só o gado pra gente viver, agora não tem outra coisa não. (Colono 28)

As expectativas atuais de Colíder são influenciadas também pelo fato de os entrevistados já serem em sua maioria aposentados, que já criaram os filhos.

Eu formei o café, mas aqui não dá café. Eu plantei errado. Aí depois que eu quebrei a cara, eu plantei o pasto. Eu cheguei a plantar 20 mil covas de café. Mas deu tudo errado, infelizmente, né? Ah! Hoje eu não espero nada, eu já tô quase de partida. Aqui não tenho mais nada plantado, eu já tô aposentado. Eu fico aqui vigiando o gado pros filhos, né? Fico aqui até chegar a minha hora. Mas dá pra viver, dá pra manter a propriedade bem zelada, que é o que interessa, né? (Colono 11).

Os colonos de Sinop tinham como expectativas iniciais a possibilidade de ganhar dinheiro para garantir um futuro promissor. Ao contrário dos colonos de Colíder e Alta Floresta, são pessoas que já tinham melhores condições de vida e que migraram em busca de crescer mais.

Esperava um futuro bom porque aqui a turma veio pra fazer futuro mesmo. Porque lá no Sul nós tinha tudo. Nossa, lá o meu pai era bem de vida pra caramba. Lá no nosso município nós era um dos melhores que tinha lá. Mas ele gostou tanto, que vendeu tudo e veio pra cá. Ele veio pra cá pra ampliar mesmo, porque lá a gente tinha uma propriedade onde a gente plantava milho e soja. Lá meu pai todo ano comprava carro zero e tinha bastante maquinário. Naquela época lá era muito difícil comprar carro zero. E ele todo ano comprava carro. Então ele não tinha nem necessidade de vim pra cá. Mas ele gostou tanto que veio, veio porque ele achou que aqui ia ser melhor ainda, né? (Colono 4).

As expectativas foram atingidas pela maioria dos colonos, no entanto são eles que mais reclamam dos efeitos da fiscalização ambiental, pela atenção que tem sido dada à questão da exploração da madeira e à expansão da monocultura. Apresentam em seus discursos certo descrédito no futuro. Sentindo-se ameaçados pelas circunstâncias atuais, mostram-se indignados com a situação posta pela sociedade que já os viu como desbravadores, e que atualmente os vê como destruidores.

Hoje a expectativa é que haja um entendimento, uma compreensão de que a Amazônia não é aquela coisa que todo mundo tá explorando e depredando. Que isso aqui em função do que produz, da sua capacidade produtiva, e a capacidade do povo que está aqui seja reconhecida. E que nós tenhamos a possibilidade de ter uma perspectiva melhor do que essa que nós estamos tendo agora. Hoje nós somos aliados do processo que está aí, não temos nem o direito de se defender dessa perseguição que existe. (Colono 25).

A perseguição citada em Sinop é uma referência ao trabalho de fiscalização da Fema e do Ibama na região, que segundo eles encerra todas as suas perspectivas de futuro.

5.1.2.4 Significados de Viver e Trabalhar no Projeto de Colonização

Viver e trabalhar, palavras que têm um vínculo muito estreito na colonização da Amazônia mato-grossense. A vinda para o projeto foi em função do trabalho, e para poder sobreviver os colonos precisavam trabalhar. Quando interrogados sobre o significado de viver nesta região, imediatamente apontavam o fator satisfação por ter encontrado esse local, que eles consideram como o melhor lugar para viver e trabalhar. Nem todos concordam com essa idéia, e para esse grupo, o significado é simplesmente o oposto, ou seja, estão nesta região porque não conseguem mais partir, seja porque a família já se estabilizou, ou porque se consideram velhos demais para recomeçar.

Os colonos não abrem mão de viver todos os seus dias na sua propriedade, pois consideram

essa área de terra um troféu. A única preocupação é com o destino a ser dado a essa terra, quando deixarem na responsabilidade dos herdeiros.

Eu gosto daqui demais. Deus me livre de precisar mudar daqui. Eu não quero mais me mudar. A mudança que eu tinha pra fazer eu já fiz. Eu fui do Pernambuco pra São Paulo e morei um tempo lá. Depois desse tempo eu fui no Paranaíba, e de lá eu vim aqui e gostei daqui. Aqui o dinheiro dava pra comprar, então eu comprei e agora tô aqui. Eu não quero ir mais embora daqui não. Daqui eu só vou pro controle (cemitério). Ali porque se chegou o dia não tem bom não, nem ruim, não tem bom não. Todos vão. Ali já tá a minha sogra, meus amigos já tão lá (risos), o dia que Deus quiser eu vou pra lá. Gente, o que eu tenho certeza na vida é que eu vou, e todos vai, né? Hoje, amanhã a gente vai, então a gente tem que se preparar enquanto novo. É de novo que a gente se prepara. Porque pode que amanhã a gente não chegue a idade. Agora mesmo eu tava escutando o rapaz falando que mataram um menino de vinte e poucos anos. Olha aí, não tô falando, se ele pensou que ficava velho não ficou, morreu novo não é isso. Então a pessoa tem que se preparar. Eu já tô preparado, tô preparado pra que seja o que Deus quiser. Só não pra brigar, pra inimizade não. Eu tô preparado pra o que Deus quiser. Então é isso aí o que eu tenho. Eu estimo isso daqui demais. Isso aí vale tudo no mundo pra mim. E aí vai ficar aí pros filhos, eu espero que eles vão dá valor, porque eu ensinei e eu dou valor à terra. (Colono 10).

Essa paixão pela propriedade é dividida entre os colonos de Alta Floresta e Colíder, que percebem o fato de viver e trabalhar nesta região algo muito recompensador. Apenas um dos moradores de Colíder se mostrou insatisfeito. Segundo ele, a permanência era simplesmente pela falta de opção, por não ter mais força e idade para seguir em frente, para abrir novas fronteiras.

Ah! Eu tô aqui porque a gente já cansou da andar e agora tem que ficar aqui mesmo. Já tamo de idade, né? Não tem outra opção, né? Mais eu sei que tem muita terra boa aí pra frente, só que eu não vou, não. Agora os filhos já tão criado e depois aqui todo mundo mexe com a pecuária. Porque nós somos de pouca cultura, melhor dizendo, nenhuma, né? Então temo que se apegar na pecuária, né? A nossa vida era a agricultura, agora a agricultura acabou-se e nós tamo na pecuária. Então o que significa nós aqui? Eu nem sei por que nós tá aqui. A gente já perdeu até o rumo. Pois é, nós viemo pra cá com a intenção de trabalhar com a agricultura. Eu, quando vim pra aqui, eu pensava que aqui era uma região que produzia muito café. (Colono 18).

Ainda que a maioria dos colonos de Sinop também afirme que mesmo diante das decepções se sente orgulhosa por ter participado da construção da sua cidade, nenhum faz menção de que a propriedade seja o mais importante. Diferentemente de Colíder e Alta Floresta, onde residem e trabalham nas propriedades, todos os colonos de Sinop possuem casa na cidade e têm outras atividades. O vínculo é mais forte com a cidade do que com as propriedades rurais. É possível

observar que a única preocupação com a propriedade é o fato de ela estar dando renda ou não.

O cara não tem muito o que fazer, o que sobreviver aqui. A não ser que mude essa política agrícola, né? Mas se não mudar e ficar do jeito que tá aí não tem mais esperança, né? Eu não sei, a agricultura tá lá em baixo e não pode mais derrubar. E daí como é que a gente vai plantar arroz? Arroz geralmente você planta em área nova e agora não pode mais abrir. Aí você fica travado, né? Assim a esperança nisso aqui é mínima. Sei lá o que vou dizer porque trabalhar é futuro, né? Mas também se for pra trabalhar sabendo que não vai ganhar nada, não adianta. Então eu mesmo vou plantar ali uns 400 e poucos alqueires, mas só que eu tô sabendo que não vai sobrar nada pra mim. Eu vou trabalhar só pra trabalhar e não ficar parado, porque eu tô devendo no banco os maquinários e coisas. Mas já vou sabendo que não vai dar nada porque não tem um preço mínimo. Então o governo não tá garantindo nada de preço pro produtor ou pro agricultor. E aí o que eu tô investindo pra mim plantar, e eu fazendo os cálculos tudo agora, o que eu vou colher, eu tenho que colher bem, pra mim poder pagar tudo e não sobrar mínima coisa. Vai sobrar o serviço mesmo. Isso sem contar o desgaste do maquinário e tudo. Só vai dar pra mim sobreviver. Sobreviver numa mingua, né, porque se der um contratempo, vai que dá uma seca ou chuva demais, aí pronto. Aí eu fico devendo de novo e esse ano e não tem lucro nenhum. Não tá tendo lucro. (Colono 4).

Se a propriedade oferece sempre motivo de preocupação, a cidade parece compensar tudo oferecendo progresso com segurança. Sem o vínculo afetivo que os colonos de Alta Floresta e Colíder sentem pelas suas propriedades, os colonos de Sinop afirmam que se aparecer outra alternativa mais rentável, estão prontos para mudar de atividade.

Eu acho que é bom, é muito bom viver aqui. Aqui você tem muitas opções. Se você não pode fazer uma coisa você faz outra, né? Tem várias coisas pra você fazer, não é só direcionado pra uma coisa só, né? A gama de opções é muito grande. Eu acho que é muito bom trabalhar aqui. É a possibilidade de dar um rumo pros filhos, de oferecer aos filhos mais uma opção de trabalho. (Colono 9).

5.1.2.5 Coisas que Gosta ou que não Gosta no Projeto

As respostas dadas nos três municípios foram muito parecidas, merecendo destaque a primeira afirmação, de que gostavam de tudo.

Eu gosto de muita coisa aqui. Não sei nem explicar o que, e como. Eu sempre vou gostar aqui. Eu gosto porque aqui é um lugar gostoso assim. Tem lugar pra trabalhar aqui mesmo, tem lugar pra se divertir, tem tudo. Então é por isso tudo que eu gosto daqui, eu gosto muito daqui. (Colono 19).

Mas depois de pensar um pouco, apontavam elementos atraentes, como clima, amizade, união, trabalho, perspectiva de futuro e da tranquilidade do lugar.

O clima, citado por quase todos, é entendido como a temperatura. Percebem a temperatura média da região como perfeita, principalmente porque vieram de locais frios. O calor é considerado bom para eles e para suas lavouras, já que muitos perderam lavouras com a geada.

O clima é o que eu mais gosto aqui. Pra mim esse é clima temperado, porque o sol é quente, mas a sombra é fresca, no caso, né? Não é frio, não é porque eu sou friento ou calorento, mas eu acho que o sol pode tá quente, mas a sombra é fresca. É isso que eu acho legal aqui. (Colono 29).

A definição das estações também foi mencionada com fator positivo, assim como a qualidade do ar.

Eu gosto do clima. O ar é puro ainda, apesar de ter muita queimada, na época da seca tem poeira, né? Mas quem tá aqui vivendo agora com toda essa conscientização sobre o ambiente, todo mundo já tá sabendo que é preciso queimar menos. Então o ar já tá bem mais puro do que numas certas épocas, que não tinha nenhum controle. Então esse ar puro pra mim é. Aqui nós não tem quase poeira, só quando um carro passa na estrada, então o vento toca a poeira pra cá, mas é um, dois ou três carro que passa por dia. Então, passou aquela poeira, você tá respirando ar puro de novo, né? (Colono 8).

Apesar de dizer que o ar na região é puro, o colono destaca a poluição causada pelas queimadas e pela poeira no período da seca, mas não deixa de afirmar que a fumaça é coisa do passado. O segundo fator apontado é amizade do povo; o relacionamento entre os colonos que surgiu nos períodos de adaptação e que se mantém. A importância da amizade entre vizinhos foi destacada nos municípios de Alta Floresta e Sinop.

Eu gosto também do povo daqui, a população daqui é muito agradável, é um povo amigo. Eu fiz muita amizade nesses anos todos. Sem falá no começo, né? No começo é que tinha amizade. Todo mundo se ajudava, ia nas festas, na igreja, e era só alegria. A gente se visitava sempre. Agora não é mais assim, mas ainda tem muita amizade. (Colono 3).

Os colonos ressaltaram que a característica principal do povo dessa região é a hospitalidade. O trabalho também aparece como algo que mais gostam de fazer. O trabalho com a terra é a razão da sua existência.

Eu gosto de trabalhar. Eu gosto demais de trabalhar, produzir. Só que não estou conseguindo né, porque o governo não deixa. Mas produzir é o que eu mais gosto. Agora do jeito que tá não tem como produzir. O gado eu também gosto, mas o que eu mais gosto mesmo é produzir. Produzir grãos, né? (Colono 4).

Os colonos esperam o reconhecimento de uma política agrícola que atenda às suas necessidades, permitindo que possam continuar a trabalhar com a terra. Diante dessa esperança, afirmam que gostam da região pela perspectiva de futuro que ela apresenta. Acreditam na possibilidade de implantação de novas técnicas para aumento da produtividade, e conseqüentemente de maiores lucros.

Eu gosto da perspectiva que, mesmo hoje, num momento bastante ruim economicamente, eu vejo uma perspectiva de futuro muito grande. Aqui existem muitas oportunidades de um aprimoramento técnico. Eu falo com certeza. De Mutum a Sinop, Sapezal pra essas bandas aí. O médio norte e o norte mato-grossense deve ter, seguramente, a agricultura mais tecnificada do Brasil. Nós trabalhamos com solos de péssima qualidade, que são os solos de Cerrado. Péssima qualidade em termos de nutrientes, porque a estrutura física é boa. Então nós temos que pegar esse solo, recuperar pra produzir. Nós temos a maior produtividade de soja mundial e muito pouca quebra de produção. Mas isso foi conseguido a duras penas. Então o que eu mais gosto aqui é de ver o resultado disso tudo. De saber que a pessoa vem, planta, tem tecnologia já desenvolvida e apropriada pra cá. E você vê esse resultado. O resultado final. Quem não gosta de ganhar dinheiro? Ele é o maior incentivador da coisa, né? (Colono 25).

Além da obtenção da estabilidade econômica, outro fator apontado como positivo é a tranquilidade da região, se comparada a outros lugares. As cidades dos projetos são consideradas como um lugar muito seguro, sem violência, roubos e outras formas de agressões. Eles afirmam que suas residências e objetos não precisam de tantos artifícios de segurança quanto em outros locais.

Se para enumerar o que gostam foi necessário pensar, para falar do que não aprovam as respostas estavam prontas e foram em número maior. Apontaram desde problemas de relacionamento pessoal, clima, até com as políticas de desenvolvimento para a região. Foram mencionadas desavenças provocadas pelos conflitos de terra, que ocorrem com os vizinhos ou grileiros, e outras provocadas pelo uso de drogas e pequenos roubos que já atingem até a zona rural.

Eu não gosto agora da pressão dos ladrão aqui, né? Porque a gente vive pressionado. Há poucos dias eles vieram três noites seguidas aqui. Só isso que a

gente não gosta. Os vizinhos é tudo bom, a gente é acostumado com todo mundo. A gente é da comunidade, a gente não tem inimizade de nada, graças a Deus. Aqui é muito bom. A gente gosta e já acostumou mesmo, né? Mas a gente se preocupa porque fica sabendo que eles andam por aí. E eles têm arma e daí pode acontecer o pior. Dizem que eles são acostumado a matar pra roubar e isso preocupa a gente. A gente tem que fica aprevinido, né? (Colono 11).

O clima, entendido como temperatura, apontado como aquilo que mais gostam no projeto de colonização, também é mencionado como aquilo que menos agrada, principalmente nos longos períodos de seca, quando causa prejuízos financeiros e traz problemas de saúde.

Eu não gosto da seca. Fica tudo feio, tudo seco. As planta seca tudo e daí os animal não tem o que comer. E falta água, e tem essa poeira que levanta e a gente fica aí. Então eu não gosto da quentura neste tempo de seca. A quentura esse ano aqui tá demais. A gente tá ficando até doente. Eu acho que esse calor faz o povo ficar doente, é dor de cabeça, pressão alta é muita falta de ar. Esses dias mesmo o marido da minha filha quase morreu aqui por falta de ar. Eu acho que é por causa dessa seca, né? (Colono 30).

É nesse período que também aumenta a fumaça, que no caso de Sinop, devido ao grande número de madeireiras, existe o ano todo.

Eu não gosto da poluição, né? Não só nos dias de hoje, mas antigamente era bem pior. Então a falta de infra-estrutura, a falta de asfalto, de esgoto, de energia, de água tratada. Isso aí é tudo uma corrente, né? Daí tem a poluição que gera o desgaste da saúde da gente. Daí não tem hospital, nem uma UTI tem aqui nessa região. E daí são vários fatores que ao mesmo tempo contribuem pra isso. Por exemplo, a falta de planejamento, com o tempo, ela vai gerando muitas coisas, né? Você tira por base na sua casa, porque se você não planejar a construção da sua casa direitinho, você vai ver que lá no finalzinho vai dar um probleminha. Então numa cidade isso não vai ser diferente. (Colono 1).

Associada à ausência de infra-estrutura, está a falta de conservação das estradas municipais, estaduais e até da rodovia federal, revelando um problema ainda não superado pelos colonos: o isolamento. Estarem longe dos centros consumidores provoca tanto o aumento no valor dos produtos que eles precisam comprar, como inviabiliza a comercialização de seus produtos pelos altos custos do transporte.

A única desvantagem que a gente tem aqui é morar longe dos grandes centros consumidor. Isso dificulta muito. O que você compra é mais caro e o que vende é mais barato né? Então você não tem opção. Se você fosse plantar fruta ou verdura e se você tem uma produção pequena e o consumo tá muito longe, então

não tem muito sentido. A parte da verdura eu fico até quieto, mas a parte da fruta dava pra tirar a polpa e fazer alguma coisa. Mas eu acho que mesmo assim se torna inviável, porque o custo do frete é muito grande. (Colono 8).

Todos os problemas apontados são considerados como resultado da não existência de uma política agrícola. Essa situação perpetua uma realidade na qual seus produtos não têm valor e eles não conseguem renda suficiente para suprir suas necessidades, ou mesmo pagar seus empréstimos.

Além da falta de uma política agrícola que os favoreça, afirmam existir uma política ambiental que os persegue. Eles se consideram vítimas da política ambiental que tem limitado as suas atividades e colocado a região em estado de abandono. Indignados com a imagem que está sendo colocada na mídia, os colonos se defendem dizendo que se estão ali, é porque foram incentivados a desbravar a região. Afirmam não saber o que é pior, se o desprezo pelas suas ações, ou o abandono. A maior decepção é ter pensado que estavam próximos do conquistar o reconhecimento por tornar a região produtiva, e acabaram sendo considerados como bandidos. Essa desvalorização tem colocado em xeque os seus valores, pois chegam a dizerr que já não sabem como vão poder explicar para seus descendentes o que eles fizeram e fazem para garantir o futuro da família.

5.1.2.6 Fatores que trazem Tranquilidade ou Incômodo

O principal fator de tranquilidade para o colono é o fato de viver na sua propriedade. Ter onde morar é a sua grande realização. A posse da terra é a garantia de sustento e a moradia da família. A propriedade representa a estabilidade financeira que proporciona a capacidade de poder honrar seus compromissos, e oferece a tranquilidade não só para o presente, mas também para o futuro. Para os pequenos produtores, a estabilidade é exatamente poder pagar suas contas e ter uma reserva para o próximo plantio.

O que deixa nós tranquilo é que nós tem a nossa terrinha, né? E poder acertar nossos compromissos em dia graças Deus, né? Quando chega as necessidades, a gente tem com que acertar aquilo ali sem incomodação. É o que deixa mais tranquilo é isso graças a Deus. Mas eu fui sempre assim. Nós tem 50 anos de casado e nunca veio uma cobrança aqui em casa. Porque as vezes eu já passei muito apurado com os negócios no banco e tudo quanto é coisa assim. Mas eu não deixo o cara vim cobrar aqui na minha casa não. Eu vou lá e digo que o negócio é assim, assim, assim e tudo dá certo graças a Deus. Eu não deixo uma coisa vim agredir na minha casa não. Que a maior tristeza do mundo é uma família, uma mulher ver o marido agredido por causa de negócio mal resolvido.

Eu acho assim. E depois tem os filhos, né? Os filhos não pode ver o pai assim, né? Eles têm que aprender com o pai, tem que ficar perto, porque é eles que cuidam dos pais. (Colono 19).

A presença dos filhos é a garantia de uma velhice amparada. Conseguir manter a família reunida é motivo de tranquilidade, pois os próprios filhos poderão se ajudar entre si e cuidar do patrimônio que os pais construíram e do qual eles serão herdeiros.

Os colonos se dizem incomodados pelos seguintes fatores: falta de infra-estrutura, falta de caráter dos políticos e falta de reconhecimento da população para com o seu trabalho. Mas o que causa maior incômodo, principalmente em Sinop e Alta Floresta, é a atuação do Ibama na região.

No tocante à falta de infra-estrutura, dois pontos são destacados: a má conservação de estradas e a carência de serviços na área de saúde. O problema ocorre em todas as estradas, que durante a época da chuva, ficam intransitáveis, fazendo com que muitas cidades permaneçam isoladas por vários dias. Nas condições de atendimento à saúde a reclamação foi geral, pois a região toda é extremamente carente de profissionais especializados. Em certos casos mais complicados, a pessoa tem que ir para o Sul ou Sudeste. Segundo eles, o governo de Mato Grosso não investe e não atende às necessidades da sua população em relação ao SUS, dando margem para que clínicas particulares se mantenham na região sob a responsabilidade de profissionais de competência duvidosa.

O que me incomoda de verdade mesmo é a falta de médico. E não é só de médico, porque médico até que tem. O causo é que é tudo no dinheiro. Se aqui fosse um lugar que tivesse apoio na hora da doença, mas não tem. Aqui a saúde é fraco demais. O SUS não funciona. É aquela fila. E também tem muita coisa que os médicos daqui nem sabe o que fazer, daí manda pra fora. (Colono 28).

A carência na área de saúde e a situação de abandono que vive essa região são ressaltadas como resultado da falta de caráter dos políticos. Os colonos afirmam que, mesmo não sendo isso uma exclusividade da região, porque existe em todo país, os políticos só se interessam pelo voto. Em suas campanhas prometem e depois, quando eleitos, esquecem as promessas e cuidam apenas do seu interesse. Outra questão que envolve os políticos é que para os colonos eles representam a política ambiental, e consequentemente teriam algum tipo de poder sobre o Ibama.

O Ibama é visto como o grande vilão, que tem aplicado multas somente para os agricultores mais pobres, pois os grandes fazendeiros têm recursos para recorrer das multas ou mesmo pagá-las. Misturando as ações do Ibama com o MMA, demonstram todo o seu desprezo possível com a

política ambiental, que apontam como sendo a vontade da ministra Marina Silva. Acusam o Ministério da Agricultura de ser fraco diante da política de meio ambiente. Revoltados com a fiscalização do Ibama, apontam a Operação Curupira e outras ações como perseguição política.

5.1.2.7 Composição da Família: Chefe da família, Idade dos Pais, Escolaridade dos Pais e Número de Filhos

As famílias que participaram da pesquisa são compostas de pais, filhos, e em alguns casos por noras, genros, netos e bisnetos que também residem na propriedade. Em Alta Floresta foram analisadas dez famílias, que apresentam as características descritas na tabela a seguir.

Tabela 8 – Composição das Famílias dos Colonos do Município de Alta Floresta

FAMÍLIA	CHEFE DA FAMÍLIA	IDADE DOS PAIS		ESCOLARIDADE DOS PAIS (ANOS) *		N. DE FILHOS
		Pai	Mãe	Pai	Mãe	
1	Pai	48	47	4	4	1
2	Pai	54	50	4	4	3
3	Pai	54	49	4	4	3
4	Pai	73	71	4	2	4
5	Mãe	60	55	0	15	2
6	Pai	83	79	2	0	9
7	Pai	81	76	2	1	10
8	Pai	42	40	15	11	2
9	Mãe	-	64	4	4	11
10	Pai	68	64	2	11	4
Média		62.5	59.5	4.1	5.6	5

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em ago/set. de 2006.

Os colonos de Alta Floresta têm como chefe de família o pai, que também é o responsável pela administração da propriedade. Apenas em dois casos a mãe exerce essa função: porque o esposo é falecido, e na outra, porque ele trabalha fora da propriedade. A média de idade dos pais é de 62 anos e cinco meses e das mães é de 59 anos e cinco meses, o que justifica o fato de a maior parte dos filhos já estarem casados e habitando em outras residências, que podem ser fora ou na mesma propriedade.

A escolaridade dos pais foi representada pela média de anos que eles freqüentaram a escola. Observa-se em Alta Floresta que essa média foi de quatro anos e um mês para os pais e de cinco anos e seis meses para as mães. O tempo médio de freqüência na escola aponta para um nível escolar de ensino básico (1ª a 4ª série) para ambos os pais, com exceção de dois casos, no qual

um dos pais possui o terceiro grau e três mães possuem uma o terceiro grau e duas o segundo grau completo. O número de filhos varia de acordo com a idade dos pais, sendo que os pais mais velhos possuem numerosas proles com até onze filhos, ao passo que o casal mais jovem tem apenas dois filhos.

Em Colíder, as famílias apresentam basicamente a mesma composição de Alta Floresta, mas reúnem algumas particularidades que estão expressas na tabela a seguir.

Tabela 9 – Composição das Famílias dos Colonos do Município de Colíder

<i>FAMÍLIA</i>	<i>CHEFE DA FAMÍLIA</i>	<i>IDADE DOS PAIS</i>		<i>ESCOLARIDADE DOS PAIS (ANOS)</i>		<i>N. DE FILHOS</i>
		<i>Pai</i>	<i>Mãe</i>	<i>Pai</i>	<i>Mãe</i>	
1	Pai	59	53	4	2	7
2	Pai	76	66	4	2	8
3	Mãe		77	-	1	11
4	Pai	68	68	4	2	9
5	Mãe		76	-	1	9
6	Mãe	60	55	1	0	6
7	Mãe		58	-	4	4
8	Mãe	55	48	4	4	1
9	Filho	72	59	0	4	5
10	Pai	76		4	-	10
Média		66.5	62.2	3	2.2	7

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em ago/set. de 2006.

Os colonos de Colíder têm o maior número de famílias chefiadas por mulheres. Entre elas apareceram quatro que têm como chefe o pai, e uma que é liderada pelo filho mais velho, porque o pai está doente. Cinco famílias são chefiadas pela mãe, das quais três são viúvas, e duas têm o esposo trabalhando fora da propriedade. A média de idade dos pais é de 66 anos e cinco meses, e das mães é de 62 anos e dois meses.

A escolarização dos colonos em Colíder é a mais baixa dos três municípios. Os pais foram, em média, três anos à escola e as mães apenas dois anos e dois meses. Apesar de alguns terem conseguido frequentar pelo menos o ensino básico, ou séries iniciais, existem os que se declaram analfabetos que sequer sabem desenhar o nome. As famílias de Colíder são as que possuem o maior número de filhos, no entanto foi encontrado um casal que possui apenas um filho.

Em composição um pouco diferenciada dos municípios anteriores, a família de Sinop é formada pelos pais, filhos, e apenas dois casos em que há genro, nora e três netos, habitando na mesma propriedade. A tabela 10 traz os dados referentes a Sinop.

Tabela 10 – Composição das Famílias dos Colonos do Município de Sinop

<i>FAMÍLIA</i>	<i>CHEFE DA FAMÍLIA</i>	<i>IDADE DOS PAIS</i>		<i>ESCOLARIDADE DOS PAIS (ANOS)</i>		<i>N. DE FILHOS</i>
		<i>Pai</i>	<i>Mãe</i>	<i>Pai</i>	<i>Mãe</i>	
1	Pai	54	54	15	15	2
2	Pai	48	44	8	8	3
3	Pai	48	41	11	15	5
4	Pai	59	54	8	10	4
5	Pai	53	52	12	15	3
6	Pai	53	53	15	15	7
7	Pai	52	52	11	15	3
8	Pai	57	54	4	15	5
Média		52	50.5	10.5	13.5	4

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em ago/set. de 2006.

Em Sinop todas as famílias são chefiadas pelos pais, que também são os administradores das propriedades. Sinop possui a população mais jovem dos três projetos, com média de 52 anos para os pais, e 50 e cinco meses para as mães. A escolaridade de Sinop foi a mais alta, com frequência média de dez anos e cinco meses para os homens, e treze anos e cinco meses para as mulheres. As famílias são menores, apresentando uma média de quatro filhos.

Colíder apresenta a menor escolaridade, a maior idade e o maior número de filhos. Já Sinop apresenta a maior escolaridade e o menor número de filhos e também a menor faixa de idade dos colonos. Ao observar esses dados, nota-se que existe um perfil diferenciado para essas famílias que vão implicar diretamente na forma de apropriação, distribuição e uso da terra. A escolarização e o tamanho da família vão interferir significativamente na capacidade financeira dos colonos de obter retorno financeiro com suas atividades. Isso pode ser observado na situação econômica, que em Colíder reúne pequenos proprietários, em Alta Floresta médios e grandes proprietários, e Sinop tem em sua maioria latifundiários, ou seja, os empresários do agronegócio.

5.2 FORMAS DE UTILIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DA PROPRIEDADE

As propriedades foram ocupadas com a retirada da floresta e o plantio de cultivos de arroz, café, feijão, milho, pastagens e outras, processo descrito no histórico das propriedades. Entretanto essa sequência foi sendo complementada pela ação de implantar uma série de outros elementos que foram ao longo dos anos estruturando e facilitando a vida dos colonos, garantindo-lhes a renda necessária à sobrevivência.

5.2.1 Construções

Entre as construções iniciais estão o local de moradia, que no início eram barracos de lona ou de folhas de coqueiro ou tabuinhas, nos casos de Alta Floresta e Colíder. Os colonos de Sinop, por terem melhores condições financeiras, normalmente se fixaram direto na cidade e as primeiras casas construídas nas fazendas foram apenas para os empregados.

Além das casas, também foram sendo erguidos o cercado, a mangueira, os barracões, as tuias e outras construções para abrigar animais, produtos agrícolas, máquinas e ferramentas. Os colonos de Alta Floresta e Colíder se orgulham muito das construções usadas para trabalhar com o gado.

Aqui foi feito a casa e a mangueira. Tem essa água que desce aqui. Hoje aqui é tudo pasto, tudo dividido de cinco, em cinco alqueire. Tudo com água encanada. Tem 96 pasto. A divisão é tudo cerca elétrica. Aqui desce um linhão tudo com chave. Aqui deste lado são 30 alqueire de pasto e tem um bebedouro aqui. Agora desse outro lado são mais 18 pastos. Aqui tem uma remanga onde fica o cocho de sal. Tudo isso tem porteira. Cada área cercada dessa tem uma porteira. Quando eles comem o pasto daqui, eu abro essa porteira e coloco no outro pasto. Vai fazendo um rodízio. E quando eles chegam no último pasto, o capim do primeiro pasto já está grande de novo. Daí começa tudo de novo. Eu ocupei 50% da propriedade. Agora os outros 50% eu deixei de reserva. Aqui neste pasto eles tomam água no rio, mas nesses pastos desse lado tem água encanada aqui no espigão. Eu comecei a fazer os bebedouros de alumínio, mas hoje eu faço de cimento. Aqui tem serviço. Por isso é que eu falo, pra você sair daqui e ir pra outro lugar, fazer o que tá feito aqui não compensa. Se você vê o preço do gado, o gasto que dá, você chega numa conclusão que você desiste. Você não vai fazer. Então nós que já fizemos, vamos ter que agüentar. E outra, se você vai vender o gado, o sujeito não paga o que vale. E ele nem pode pagar porque a renda é pôca, sabe. O tanto de arame e de dobradiça. Esses dias meu sobrinho disse assim: tio já dá um caminhão de dobradiça dos portão. Você vê, eu tô desde 1976 fazendo cerca e colocando porteira, são 30 anos de serviço. Vai fazer 30 anos de cerca pra você ver o que você faz, tem umas 36 porteiras, daí dá umas 70 e poucas dobradiças. Isso só na remanga. (Colono 23).

Já para os colonos de Sinop, que também trabalharam com a pecuária, restam apenas as marcas desse tempo, com as cercas que estão sendo substituídas pelas lavouras e galpões de máquinas.

A gente optou por mecanizar, né? Então a gente foi mecanizando e as áreas que eu tenho hoje são tudo mecanizadas para as lavouras de arroz, milho e soja, né? Então ela tava assim, tudo pra se fazer, tava derrubada a mata virgem e feito umas cerca. Então depois eu fui fazendo conforme pude com o correr dos anos, né? Aí fui limpando a terra, tirando a capoeira, removendo a cerca que já era

toda velha. Depois eu coloquei cercas novas, porque daí a intenção era fazer um pouco mais de agropecuária. Eu tenho uma área que o arrendado planta e que ainda tá cercado. A perspectiva é que de repente tenha um capim que seja resistente à seca, ou então pra fazer uma área de confinamento de gado. E também tem as casas, né e um barracão que eu fiz agora e que eu uso pra guardar as máquinas. (Colono 22).

5.2.2 Criação de animais

A criação de animais apresenta o rebanho bovino como sendo o maior, já que os municípios de Alta Floresta e Colíder têm na pecuária a principal fonte de renda. Em Sinop a pecuária está sendo substituída pela agricultura mecanizada, e dessa forma vai apresentar o menor rebanho. Além da criação de bovinos, foram encontradas também nas propriedades dos entrevistados outras criações, como os eqüinos destinados ao trabalho com o gado e os animais de pequeno porte, como suínos, caprinos e aves que servem de complemento para a alimentação e para uma renda extra.

Em Alta Floresta e Sinop foi citada a existência de criações de abelhas para a extração de mel, que também é usada como complementação de renda, principalmente nas pequenas propriedades. As propriedades visitadas em Alta Floresta possuem a maior diversificação de espécies animais, pois além das já citadas, há uma propriedade que trabalha comercialmente com a reprodução e engorda de peixes. Na tabela a seguir são apresentados os números, bem como a quantidade de cada uma das espécies existentes nas propriedades visitadas em Alta Floresta. A tabela traz ainda as características de cada uma das espécies e o destino dado aos animais e seus produtos.

Tabela 11 – Animais criados pelos entrevistados de Alta Floresta

ESPÉCIE	QUANTIDADE	CARACTERÍSTICAS/DESTINO
Bovinos	3.557	Corte cria e cria/comercialização da carne e do leite
Eqüinos	32	Montaria, cria e cria/trabalho com o gado
Caprinos	28	Cria e cria/consumo da propriedade e comercialização
Búfalos	10	Cria e cria/experiência
Suínos	57	Cria e engorda/consumo próprio e comercialização
Aves	510	Reprodução/alimentação da família
Abelhas	14 colméias	Extração de mel para alimentação e comercialização
Peixes	28 toneladas/ano e 1.8 milhões de alevinos	Reprodução e engorda/comercialização

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em ago/set. de 2006.

No tocante à criação de bovinos, de acordo com os dados do *site* da Prefeitura Municipal, Alta Floresta possui 1.228,616 milhões de cabeças.

Merece destaque a produção de peixes, que vem aumentando nos últimos anos. A criação de alevinos, resultado da experiência do colono Ercio Luedke, é uma referência em piscicultura na Amazônia mato-grossense. Essa atividade tem se estruturado para ser um exemplo de propriedade rentável e que respeita o meio ambiente

Hoje nós vendemos peixe de todo jeito, por quilo, alevino. O peixe daqui é vendido para vários lugares, Rondonópolis, Sorriso que pega bastante também. Nosso peixe é vendido no Supermercado kinfuko também, no Aurora. Temos várias espécies de peixe produzida. Aqui tem tambaqui, pacu, matrinhã, pintado, cachara, piraptinga, piaçu. A principal fonte de renda da propriedade é o peixe, sendo o alevino que dá mais renda porque produz de 40 em 40 dias. Os outros peixes levam de 1 ano e meio a 2 anos para crescimento e engorda. Mas a gente vende o peixe grande também porque demora, mas a renda é boa. É o peixe mesmo, a renda do peixe que sustenta a propriedade. (Colono 15).

Em Colíder, que também tem como base econômica a pecuária, as propriedades visitadas apresentaram pequena variedade de espécies animais, na qual o destaque mesmo é para a criação de gado. A experiência mais recente observada nas propriedades é a criação de ovinos.

O rebanho atual de bovinos, de acordo com o site da Prefeitura Municipal, é de 400.000 cabeças, das quais 352.000 são de gado de corte e 48.000 de gado leiteiro. Na tabela a seguir são apresentados os números dos rebanhos de Colíder.

Tabela 12 – Animais criados pelos entrevistados de Colíder

ESPÉCIE	QUANTIDADE	CARACTERÍSTICAS/DESTINO
Bovinos	1.165	Corte, cria e cria/recria/comercialização da carne e do leite
Eqüinos	36	Montaria, cria e cria/recria/trabalho com o gado
Suínos	43	Cria, cria e engorda/consumo próprio e comercialização
Aves	560	Reprodução/alimentação da família
Ovinos	45	Cria e cria/recria/experiência

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em ago/set. de 2006.

Como a principal fonte de renda em Sinop é a agricultura, o rebanho de animais está presente nas pequenas propriedades, por isso o número apontado pelos colonos é bem menor do que o encontrado em Alta Floresta e Colíder. De acordo com o *site* da Prefeitura Municipal de Sinop, o rebanho do município conta com 79.323 cabeças.

Tabela 13 – Animais criados pelos entrevistados de Sinop

ESPÉCIE	QUANTIDADE	CARACTERÍSTICAS/DESTINO
Bovinos	140	Corte, cria e cria/recria/comercialização da carne e do leite
Suínos	70	Cria, cria e engorda/consumo próprio e comercialização
Aves	350	Reprodução/alimentação da família
Abelhas	12 colméias	Extração de mel para alimentação e comercialização

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em ago/set. de 2006.

Em Sinop, foi identificada uma propriedade que possui criação de abelhas, que de acordo com o proprietário é uma atividade que, além do lucro, também é para ele uma opção de vida.

Eu sou apicultor e os apicultores acreditam que a abelha veio ao mundo antes do homem. Ela veio pra fazer o planeta ser habitável. Como? Ela fez o cruzamento das espécies antigamente quando a evolução começou. Por exemplo, as plantas de alguma forma elas criavam a sua sucessão, a sua sobrevivência da espécie. E a abelha teve uma importância fundamental porque ela criou novas espécies polinizando, misturando, enxertando pólen de uma espécie que conseguiu plantar na outra e criaram mais espécies. Acredita-se que não foram criadas todas essas espécies, elas foram se criando a partir de cruzamento, de uma e de outra. Então os antigos egípcios acreditavam que a abelha veio de outro planeta. E ela veio pra cá para preparar a terra para que ela fosse habitada. Foi achado nas ruínas egípcias datado de 2.500 anos antes de Cristo um amuleto de uma abelha carregando o sol. Então eles acreditavam muito na importância dela. E eu também acredito que ela seja mesmo muito importante. (Colono 14).

5.2.3 Espécies de Cultivo

A Amazônia mato-grossense tem sua área de terra cultivada dividida, basicamente, entre pastagem e monoculturas de soja, arroz e milho. Essa divisão vai aparecer também nos municípios onde, de acordo com a atividade econômica predominante, é feita a opção por um ou por outro cultivo. Mesmo se dedicando totalmente à pastagem, os colonos de Alta Floresta possuem pequenos plantios para complementar a alimentação do gado. Já em Colíder, essa iniciativa ainda é muito pequena, e as raras áreas de cultivo são usadas para hortas. Os entrevistados de Sinop têm sua área destinada integralmente ao plantio de monoculturas, com a exceção de duas propriedades, nas quais foram encontradas pequenas áreas de pastagens.

Essa divisão das áreas de plantio, que foram se estabelecendo durante o processo de colonização, tem provocado muitos problemas. Dentre estes estão a necessidade de ampliação das áreas de cultivo, a falta de orientação sobre o cultivo e a comercialização dos produtos e as barreiras (falta de estrada, preço do transporte e fiscalização do Ibama e da Sema/MT) que desvalorizam os produtos da região.

5.3 EXISTÊNCIA E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

5.3.1 Existência da Área de Reserva Legal

Apesar de terem áreas sempre abaixo das medidas legais, os colonos de cada um dos municípios fazem diferentes referências à sua área de reserva. Em Alta Floresta, a área de reserva é motivo de orgulho e inspira cuidados.

Aquilo lá é uma maravilha. Eu gosto muito de lá. Lá tem todo tipo de árvore. Tem macaco, passarinho, cutia, tem todo tipo de bichinho. Tem cobra bico de jaca. Nas árvores fica as rolinhas, papagaios, araras. Nunca tirei madeira de lá. O que tinha ficou lá. Tem castanheira, inclusive as que tinham aqui na propriedade eu não derrubei nenhuma. As castanheiras tão tudo aí no meio das terras de pé. Tinha pouca, mas o que tinha tá em pé. Tem umas par delas. Aqui perto da casa tem uma, lá em baixo perto da água tem outra. Pra não queimar ela, nós ficava um dia inteiro limpando em volta dela pro fogo não chegar perto, então elas tão tudo aí em pé e dando castanha. E o mato é a mesma coisa. Quando vai queimar lá perto eu falo pros meninos: cuidado, olha lá, tem que limpar pra não pegar fogo no mato. No meu mato nunca entrou fogo porque eu não deixo. Tem que cuidar, né? Tem que cuidar porque é preciso. Tinha tanto, agora só tenho um pouco, então eu quero cuidar pra meus netos e os filhos deles ver o mato, os bichos. (Colono 10).

Apesar de a maioria das áreas não estar conforme a lei, a reserva legal existe em todas as propriedades. Na visão dos colonos, a existência dessa área e a necessidade de cuidar dela é a garantia de que as gerações futuras possam conhecer animais e plantas que irão se tornar raros com o passar dos tempos.

Para os habitantes de Colíder, a área de reserva legal era simplesmente desnecessária e comprometia a posse da terra.

Aqui não tem mais reserva não. Também não dava pra deixar mato em pé não. Quando a gente chegou aqui já foi derrubando tudo. Se você deixava sem derrubá, os outro vêm e entra. Se entrar e fazer barraco, daí não sai mais. E também aqui a terra já é põca, e se deixar mato, daí não tem onde ponha as vaca. Eu derrubei tudo. Por último ficou uma tirinha de mato ali só pra criar macaco. Então fui lá derrubei e ponhei capim. (Colono 28).

Em Sinop a reserva legal é vista como empecilho que, pela obrigatoriedade da sua existência, impede a possibilidade de ampliação da área de cultivo.

Eu penso que essas áreas são muito grandes. Será que era preciso preservar tanto

assim? Eles falam que tá desmatando, tá desmatando. Mas quando eu olho no Google eart, eu olho lá e vejo mato pra todo lado. Daí será que esse povo não tá é querendo evitar a concorrência? Olha com tudo isso, com toda essa perseguição nós somos o maior produtor. E nem fizemo 20% do que fizeram no Paraná e em São Paulo. Aqui tá muito preservado ainda. Agora imagina só, se essa terra boa fosse usada, podia produzir muito mais. (Colono 25).

Mesmo com opiniões diferentes sobre a existência das áreas de reserva legal, todos afirmam que possuem problemas que inviabilizam a manutenção dessas áreas, tais como a superpopulação de algumas espécies animais e a invasão de vizinhos, e outros com fogo e roubo de madeira. Eles não sabem o que fazer diante dessas situações, já que, diante da procura de orientação, são alertados de que poderão responder na justiça sobre esses problemas.

5.3.2 Descrição da Área de Reserva Legal

Os colonos de Alta Floresta parecem conhecer melhor suas áreas de reserva, pois aos descrevê-las citam nomes de árvores, animais, a composição de espécies, presença de rios e nascentes.

A mata nativa é de árvores de grande e médio porte, bem entrelaçada por cipós. Com muitas palmáceas junto. Têm muito palmito, buritis porque é uma área meia baixa, área de banhado. Com serrapilheira abundante o ano inteiro e bem densa. Tem animais silvestres, tem muitas cutias, pacas e animais pequenos, roedores, gambás, porco-espinho também, eles comem muita jaca e como aqui tem bastante, eles vêm, tem o tamanduá-mirim, o bicho preguiça, é que a jaca cheira muito, vai longe o cheiro e os bichos vêm atrás da jaca. Tem muitas aves também, a parte de pássaros, né? (Colono 15).

Destacam ainda a importância de a área estar ligada a outras áreas de reserva das propriedades vizinhas.

É mato nativo, nunca foi derrubado e nem tirado madeira. Tem muita castanheira, ipê, pinho cuiabano, isso daí. Agora bicho tem muito, seguramente tem até onça. Tem muitos passarinho lá também. Essa área é muito grande porque tem ligação com outras reservas, o rio passa lá no meio, daí tem a minha e a das outras propriedades, todas que ficam de fundo com a minha. Como tem o rio, o pessoal larga a reserva pra lá. (Colono 23).

Os colonos de Colíder não têm área de preservação ambiental em suas propriedades, e informaram ter retirado toda a floresta, sem deixar nem mesmo a das margens dos rios. A única área de reserva mencionada é isolada, mas de acordo com o proprietário está bem preservada.

É uma área de mata nativa, ela é virgem, nem queimada ela foi. Ali é difícil de andar ali dentro. Ali não tem madeira de corte, o meu lote infelizmente não deu madeira de corte. Cada vez que eu precisei de madeira eu comprei. Tem ipê, tem garapeira, tem um tal de pau de areia, o que mais tem aqui é o cabaru. Agora bicho tem bastante, macaco mesmo é tanto, que eles saem de lá e vem caçá coisa pra comer aqui no terreiro. Tem cutia, paca, anta, não tem mais anta. Tem a capivara. Aqui tinha onça quando eu cheguei, aqui tinha onça por todos esses carreiros aí, mas foi acabando, acabando e hoje não tem mais. Tem uns passarinhos, mas eu não sei se eles ficam aí eu acho que estão só de passagem. Essa reserva não tá ligado na área da mata ciliar, ela começa aqui na frente e o rio tá lá no fundo, é muito comprido, tem 1.500 metros, né? (Colono 11)

Na região de Sinop, apesar de os colonos afirmarem ter uma reserva de quase 50% da área de preservação, parecem desconhecer-la, não sabendo informar o que existe lá. Sobre a reserva falavam muito pouco, restringindo-se a responder somente quando interrogados em relação à existência ou não de determinada espécie.

A área está intacta. Nessa área de preservação nunca foi entrado. Ali a gente crê que tem animais de todas as espécies, tem macacos, tem cobras. As árvores são de grande porte. Não tem castanheiras. A gente sempre tomou cuidado pro fogo não avançar nas áreas que não tava derrubada. Quando você derruba tem que fazer a queima, mas daí a gente fazia os acero, tirava licença e fazia tudo dentro da lei. (Colono 1).

Em alguns casos a resposta era imediata e muito direta: “a minha área de preservação é de 20%, ela está de acordo com a legislação antiga. Eu estou recuperando os 100 metros na beira do rio” (SÃO JOSÉ, Sinop, 17 set. 2006). Essa desculpa da “legislação antiga” é usada para justificar qualquer tamanho da área, desde os 50% até 100%.

5.4 EXPLORAÇÃO DE CONCEITOS – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS COLONOS

A chegada do colono à Amazônia mato-grossense inaugura em sua história de vida um novo cenário, um novo capítulo, cuja condição de protagonista lhe atribui um papel de homem herói, desbravador que rompe fronteiras para garantir o seu bem-estar e de sua família. Em suas atividades e no contato com o ambiente, vai formar representações sobre tudo que o cerca. É claro que somadas a tudo isso estão as suas experiências anteriores que, de uma forma ou de outra, irão contribuir para a formação de inúmeras representações presentes e futuras, nesse espaço que agora também lhe pertence.

O subjetivismo dessas pessoas entra em movimento, porque enfrentam um novo conjunto

de valores, de saberes construídos por outra prática e pelas expectativas geradas pelo desejo de possuir uma terra grande, uma vida financeira estável e um futuro melhor para manter a família reunida.

As resultantes dessa articulação entre o processo de representação da ordem social (caracterizado pela cultura e ideologia das colonizadoras que neste espaço são as representantes do Estado) e a representação de ordem pessoal (caracterizada pela construção da realidade) vão passar por acordos e conflitos, até que se efetivem as perspectivas individuais e coletivas.

A convivência no âmbito da colonização permite que todos busquem o poder, representado em última instância pela posse da terra. Assim, as representações sociais que os colonos possuem de propriedade da terra, trabalho, religião, educação, meio ambiente e desenvolvimento podem demonstrar como esse processo revela as suas formas de ver e de agir.

Em todas as falas e atitudes dos colonos estão as marcas de um tempo que não passa, um tempo de luta pela terra. Sobrevivendo nesse emaranhado de segurança e insegurança, são hoje retratos de uma história de homens cuja garantia de futuro está em se submeter às mais variadas formas de sedução e exploração para conquistar a tão sonhada melhora das condições de vida.

5.4.1 Propriedade da Terra

A propriedade da terra pode ser definida como um direito adquirido pelo proprietário, embora o conceito tenha se modificado, e já não possa mais ser visto mais como um direito inalienável e absoluto. Essas mudanças vêm ocorrendo desde a Constituição Federal de 1934, na qual está expresso o princípio da função social como parâmetro limitador do exercício da propriedade, que vai ser incorporado definitivamente no ordenamento jurídico do Estatuto da Terra.

Artigo 2. É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nessa lei. Parágrafo 1 – A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social, quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais e; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam. (MARQUES, 2001, p. 57).

Ao tratar da questão, os colonos da Amazônia mato-grossense, vão demonstrar que, pelo menos em seus discursos, já incorporaram alguns dos princípios do Estatuto da Terra. Mas o

antigo conceito de propriedade como algo inerente ao sujeito que a possui ainda está presente, notadamente quando afirmam que têm o direito de dispor da terra como quiserem.

A terra para o colono é sinal de estabilidade, de segurança, de independência, enfim de ter um lugar para viver onde ele possa fazer o quiser. Quando interrogado sobre o tema, responde que é uma conquista muito importante, pois assim como seus antepassados, ele também sonhava em ter a própria terra para plantar e ali viver.

As observações denotam a satisfação de possuir um lugar próprio para viver e produzir a subsistência junto da família, pois a propriedade tem, para ele, o sentido de liberdade, de autonomia.

Pra mim, a propriedade da terra é o direito de uma pessoa cuidar de uma determinada área de terra. Ser proprietário da terra é ser o dono da terra, porque se você tem uma propriedade, é pra trabalhar nela. Eu sou o proprietário do meu modo. Eu acho que é o direito que a pessoa tem de manipular a terra, dentro da lei, mas com o direito de fazer do jeito, do modo que ele acha possível. Se eu sou o proprietário da terra eu, é que sei o que tem que se fazer nela. Eu sei o que é que eu preciso. (Colono 29).

As representações que esses indivíduos elaboram, em relação ao fato de serem proprietários de terra são marcadas por vários elementos, entre eles a preocupação com o uso da terra. É devido à capacidade e o tempo de utilizar a terra que nasce o sentimento de perenidade em relação à propriedade da terra, vista como uma condição transitória, que se extingue no momento em que cessa a vida do proprietário. Assim a propriedade, que hoje pertence ao colono, passaria para outros, e no caso desses colonos, o desejo é de que a propriedade fosse transferida para seus filhos.

Na verdade eu acho que ele nunca é dono da terra. Ninguém é dono dela não. Porque ela produz você consegue sobreviver, pagar seus funcionários, mas dono da terra ninguém é. Porque a terra, quando você morre deixa tudo aí, fica tudo aí né? Eu acho que a terra não é de ninguém, mas você tem que caprichar com a renda que ela dá em cima. Aduar a terra, tratar ela porque se não ela não dá nada né, então eu cheguei nessa conclusão, não sei se é exatamente isso daí. Eu não sei, mas acho que não tem um dono só né? Porque é assim essa terra já foi do meu pai, hoje eu cuido dela e amanhã é dos filhos e depois vêm os netos né? Então agora sou eu que cuido, mas amanhã não sei. Não sei se os filhos vão cuidar. (Colono 23).

A propriedade é vista como algo temporário, mas a terra é algo permanente que precisa de

cuidados para que possa produzir sempre. Assim, os laços que o colono possui com a sua propriedade são fortalecidos tanto pela visão da terra como fonte de subsistência, quanto de riqueza a ser distribuída como herança. Na percepção de Weil (2001), a necessidade de enraizamento nos camponeses tem primeiro a forma da sede de propriedade, sendo para eles essa sede natural e saudável. No entanto, ela alerta que o enraizamento deveria ser formado mediante a relação de trabalho com a terra, e não apenas pelo uso de dispositivos legais que permitem a transmissão da terra como herança.

Desse modo, ao se preocupar com o uso e o destino da terra, o colono passa a questionar a idéia de posse da terra como objeto de uso irrestrito, garantido pelo fato de ele ser o proprietário.

Eu não me considero proprietário, sabe? Porque na verdade Deus fez o mundo pra todo mundo e a terra não é minha. A gente apenas administra e administra até mal. Porque hoje, até pra mexer com agricultura, o conhecimento manda muito, né? E a gente não tem o conhecimento do jeito certo de lidar com a terra. Falta conhecimento. Por isso a gente faz muita coisa errada, faz errado por não conhecer, né? Essa é uma das coisas que também faz a gente não ganhar dinheiro. Porque você fazer qualquer atividade hoje, você tinha que fazer um planejamento. Você tinha que planejar pra ver se é viável ou não. Perguntar assim: quanto que eu vou gastar? Quanto vai me render? Será que vai ter comércio? Um monte de coisa assim, né? (Colono 8).

Ao se considerar administrador da terra, o colono assume para si a tarefa de cuidar bem dela, posto que lhe parece ser esse um bem coletivo, disponibilizado por Deus a todos. Mas esse cuidado, resulta mais da preocupação em manter a capacidade produtiva, do que de realizar qualquer iniciativa no sentido de respeitar a função social da propriedade. Quando o colono aponta a falta de conhecimento como fator limitante, está tentando justificar as atividades que têm causado sérios impactos ambientais, e que na maioria das vezes, diz ser resultado do desconhecimento de como utilizar racionalmente os recursos disponíveis.

Ainda que haja um esforço em demonstrar que a propriedade da terra é um fator de realização pessoal, alguns revelam insatisfação com a forma que isso é visto pela legislação.

O certo mesmo é a gente não ter nada, melhor coisa que tem é não ter terra, não ter nada, entrega pro governo tudo e que façam o que quiserem. Que é triste o nego....a tal de terra hoje tá dando um problema sério, melhor mesmo é não ter nada. Não tem jeito, enquanto as lei for essa, não dá. Porque agora mesmo aqui se você precisa de um cabo de enxada não pode tirá. É. Hoje tá difícil até pra ser proprietário de terra. Sabia que o próprio proprietário não tá agüentando pagar os impostos da terra? Tem ITR e o sindicato que são obrigação, tem que pagar.

Então é assim, primeiro você tem que ficar pagando sempre pra ser dono. E depois mesmo assim as lei do governo fica dizendo isso pode, isso não pode, quando não diz isso que podia agora não pode mais. Então fica difícil saber quem é o dono da terra. Só tem um jeito pra ser dono: você tem que estar morando em cima da terra. A legítima posse da terra, pra você ser o dono da terra, só se estiver morando. Daí você vai usando conforme dá. (Colono 2).

Os colonos consideram como significante para a existência da propriedade o fato de que o proprietário deveria ser aquele que ocupa a terra. Essa ocupação deve ter como requisito desde a moradia na propriedade, até o cultivo da terra.

Complementando a questão, foi indagado aos colonos sobre qual seria então a forma de adquirir a propriedade da terra. A resposta dada por unanimidade foi a de que a propriedade se obtém pela compra e pagamento do bem. Os colonos de Alta Floresta acrescentaram a necessidade de fazer a transferência do documento do nome de quem vendeu para o nome daquele que comprou. Em Colíder mencionaram o fato de é preciso cultivar e estar na terra para garantir a propriedade, e em Sinop lembraram a necessidade de pagar os impostos e fazer registro da escritura em cartórios de imóveis.

A segunda questão sobre a propriedade da terra foi para que os colonos apontassem seus direitos e deveres como proprietários. Sugeriram que, como proprietários, têm o direito de fazer bom uso da terra, explorar, cultivar e usufruir dos frutos que ela produzir, construir sua moradia, enfim, de escolher aquilo que precisam fazer.

A gente tem o direito de poder ocupar ela, explorar ela, porque se você comprou e pagou tem direito de ocupar. Comprou, então pode morar nela. Depois fazer as roças, plantar, colher, vender tudo o que produzir, porque é teu. E daí se puder, se der renda pode sustentar a família. (Colono 31).

Com relação aos deveres, dividem-se entre aqueles que consideram como dever cultivar e cuidar da terra, os que acham que os deveres são cuidar da documentação da terra e pagar impostos, e aqueles que já incluem como dever a preocupação com as leis ambientais.

Do jeito que tá hoje, com esse negócio de meio ambiente daí o proprietário tem o dever de cuidar o máximo pra não pegar fogo. Tem que respeitar as leis do Ibama. Tem os impostos. Tem que pagar os impostos tudo em dia. E o ITR, e aquele outro, o DARF. Tem que ter as declarações tudo certinho. Isso tudo eu acho que é dever do proprietário. Isso não é nem dever é obrigação. Agora lá com a terra daí tem que fazer a correção do solo, tem que pôr adubo. Isso tudo é dever de quem é dono, de quem tem propriedade. (Colono 4).

A preocupação em falar sobre a necessidade de respeitar as leis ambientais é resultado de um processo de fiscalização e de cobrança feito pela sociedade em relação aos índices de desmatamento na região. O colono se ressentido do problema ambiental, mas ainda defende a sua forma de exploração. Por isso ressalta o cultivo da terra como um dever, e para isso é necessário manter o processo de recuperação do solo. A atenção às leis atinge também as necessidades de pagar impostos e legalizar a terra.

Na terceira questão sobre a propriedade da terra, foi interrogado: pra que serve a terra? Como se escolhe o que fazer com a terra? A maioria apontou que serve para duas coisas: cultivar para tirar o sustento e morar.

A terra serve pra plantar, por exemplo, em vez de você comprar uma mandioca, você vai lá e planta e daí você tem, não precisa comprar. Uma abóbora, uma cebolinha verde, tudo isso você tem de comprar, e daí quando você mesmo planta, não precisa comprar. Serve também pra criar os animais, porque você tem que ter a terra pra pôr o animal em cima e pra plantar o que ele comer, né? Então você precisa ter a terra. A casa também tem que ser feita em cima da terra. (Colono 30).

E quanto ao destino a ser dado a terra, é preciso conhecer a vegetação e o relevo, fazer análises do solo, observar o clima e contar com orientações especializadas.

Na Sinop a gente tem uma brincadeira aqui. A gente diz que aqui a terra é muito fraca, então a gente só tem a terra pra jogar o adubo e a semente. Ela só tá ali pra sustentar. Então a terra daqui serve pra isso mesmo, pra o plantio, pra exploração agrícola. Agora pra você escolher o que fazer com a terra tem que observar o clima e as condições de chuva pra ver o que é melhor pra você plantar pra não ter surpresas. Então isso aí a Embrapa, a Empaer tem informações corretas sobre o que você plantar numa área. Eles já têm pesquisas de longos anos que pode dizer certinho o que pode ser viável ou não nessa área. (Colono 22).

Demonstraram ainda preocupação muito grande em definir a qualidade da terra. Durante o processo de ocupação, a fertilidade da terra e sua adequação para o cultivo sempre foi questionada. Os colonos de Alta Floresta e Colíder ainda debatem sobre qual dos dois municípios possui terras mais férteis. Já as terras de Sinop sempre foram consideradas mais fracas, mas foi lá que se estabeleceu a agricultura, e nos outros dois a agropecuária. Porém, como já foi dito pelo colono, a terra fraca foi corrigida para receber o plantio mecanizado, com recursos técnicos que modificaram sua condição.

Outras perguntas: que motivos levaram os colonos a desmatar? Foi utilizado algum critério para esse desmate? Ao falar no assunto, eles se colocam na defensiva e dizem que a princípio nem pensavam em derrubar tudo, mas a necessidade de sobrevivência mudou isso, por dois motivos: fazer o plantio das lavouras e aumentar a área de pastagem.

Justificam que era necessário retirar o mato pra fazer a lavoura. “Eu não comprei essa propriedade pra ter ela em mato. Eu comprei porque precisava da terra pra fazer lavoura. Daí eu tive que tirar o mato pra poder plantar.” (Colono 10). Vieram para o Mato Grosso com a idéia de plantar e colher muito, e para isso era preciso fazer a maior lavoura que pudessem.

Daí tinha que tirar o mato porque ele tava na frente, e o meu marido ele ficou doido. Se não tinha foice ou machado, ele cortava as árvore na enxada mesmo, porque o que ele mais queria era trabalhar. Ele ia arracando tudo que via pela frente e depois já ia fazendo as planta. (Colono 30).

A implantação da pecuária foi apontada como motivo para a continuidade do desmatamento. A viabilidade econômica da pastagem provocou também a abertura de propriedades que ainda estavam em mata, para a criação de gado, com o estabelecimento de grandes fazendas. Os que têm na pecuária o seu sustento afirmam que fizeram a derrubada em partes, e que só não derrubaram tudo de uma só vez, porque não tinham condições financeiras. Em Colíder, ressaltam sempre que dono é aquele que está ocupando a terra, daí razão para o desmate.

Quando aquele Juscelino Kubitschek entrou no governo, ele falou que ninguém ia precisar trabalhar pra comprar terra, que a terra ia ser gratuito. Foi aí que surgiu esses vagabundos dos sem terra que vive por aí grilando terra. E nós quando chegou aqui, as pessoas falava que tinha muita terra pra grilar aqui em volta de Colíder. Mas nós não se meteu nisso não, nós tinha comprado nossa terra. Nós comprou e pagou com nosso dinheiro. Daí nós roçô, derrubô, ponhô fogo e limpô. Daí fiquemo sussegado porque ninguém quis invadir a nossa terra ,né? Mas teve gente que deixou o mato e depois perdeu, porque o Incra veio e deu o documento só pra quem tava produzindo. (Colono 5).

A situação provocada pela falência da agricultura rudimentar e da pecuária em Sinop levou os colonos a ter na exploração da madeira a única atividade viável, que se tornou mais um motivo para o desmatamento. Sobre os critérios para o desmate, em Alta Floresta e Sinop disseram seguir as instruções dadas na escritura (manter 50% da área de reserva), e também que era necessário licença do Ibama para queimar. Não foram orientados quanto à preservação de mata ciliar, ou

como deveria ser escolhida a área de reserva legal. Em Alta Floresta, afirmam ter recebido inicialmente a sugestão de preservar a castanheira, que mais tarde se tornou proibição.

Os colonos em Colíder não receberam qualquer orientação, a não ser o alerta de que só teriam o título, se a área estivesse ocupada. Em toda a região, derrubaram o mato seguindo apenas seus palpites, sendo que a maioria partiu inicialmente da estrada para o fundo da propriedade. Como não havia critério para a localização das áreas de reserva legal, elas foram sendo deixadas no fundo ou nas laterais da propriedade. Depois, com a pecuária, buscou-se a proximidade com os córregos para garantir o acesso à água pelo gado.

5.4.2 Trabalho

O ser humano utiliza o trabalho para modificar e melhorar as suas condições de vida. É necessário que ocorram relações sociais que vão se estabelecer de acordo com os interesses de cada grupo ou sociedade, as formas de trabalho a serem distribuídas e executadas. A origem da palavra trabalho vem do latim *Tripallium* – nome de um instrumento usado para castigar os escravos no tempo do Império Romano.

Definições simples para a palavra podem ser obtidas em dicionários, como por exemplo: “trabalho é a aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim” ou, “trabalho é uma atividade coordenada, de caráter físico ou intelectual, necessária a realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento.” O trabalho tem uma relação direta com um resultado, com algo que se produz. Também se refere à maneira como é executado e principalmente, aborda aquele que o realiza.

O conceito de trabalho, no contexto atual, caracteriza-se pelo esforço empregado pelo ser humano para sobreviver.

O termo trabalho se refere a uma atividade própria do homem. Também outros seres atuam dirigindo suas energias coordenadamente e com uma finalidade determinada. Entretanto o trabalho propriamente dito, entendido como um processo entre a natureza e o homem, é exclusivamente humano. Isso ocorre porque ao final do processo do trabalho humano surge um resultado que antes do início do processo já existia na mente do homem. [...] No sentido econômico o trabalho é entendido como toda atividade desenvolvida pelo homem sobre uma matéria-prima, geralmente com a ajuda de instrumentos, com a finalidade de produzir bens e serviços. (HEITZMANN, 2005, p.4)

O trabalho visto como um processo de transformação da natureza é que vai fundamentar as

respostas dos colonos. Quando se menciona o termo trabalho, eles imediatamente se reportam aos tempos de chegada, quando essa palavra realmente tinha sentido. O trabalho é o lema dos três projetos que exaltavam a figura do homem trabalhador, o desbravador da floresta. As colonizadoras colocavam de um lado os colonos e do outro a floresta, para que se digladiassem até que houvesse só um vencedor. Os homens deviam lutar para destruir aquilo que significava o entrave para o estabelecimento da civilização, da produção e do progresso.

Para que isso ocorresse, não podiam temer o trabalho sem horário, sem feriados, sem descanso, e até mesmo sem um retorno financeiro imediato. Trabalhavam para o futuro. Alguns lembram que não tinham nem tempo para pensar, desde que raiasse a luz do dia, até que findasse o último raio de sol, estavam no enfrentamento com a floresta para derrubá-la, queimá-la, enfim destruí-la, porque ela era a grande barreira para a produção. Essa luta o colono precisava vencer a qualquer custo, porque disso dependia o seu futuro.

Ih! Minha filha você não faz idéia do que era isso daqui. Era um mato só. Dava até medo, mas nós trabalhava, trabalhava noite e dia sem parar. Fomo cortando do jeito que dava e daí ponhava fogo. Era um fogo que minha nossa! Um fogão assim de uns 8 ou 10 metros de altura. Aquele fogo lambendo tudo. Depois era plantar. Nossa a gente trabalhou tanto, que eu canso só de pensar. E não tinha descanso não. Enquanto tinha luz a gente tava no mato derrubando. E que domingo, ou dia santo que nada, era roça o tempo inteiro. (Colono 11).

Enaltecidos no tempo em que o seu trabalho representava o aumento da fronteira agrícola e o crescimento da produtividade do país, em todos os recantos os colonos eram considerados heróis que venceram a floresta e cultivaram a terra, tornando-a produtiva. Mas esse reinado durou bem menos do que esperavam, pois o trabalho exaustivo que estabeleceu uma região promissora tornou-se depois uma vergonha. O mesmo trabalho passou a ser considerado crime, e os colonos ficaram sem ação. Como conciliar o fato de que o trabalho antes considerado gerador de dignidade, transformou-se no que faz deles criminosos? No impasse, vão demonstrar ressentimento expresso no fato de considerar que trabalho é o que eles fazem, com produção, reconhecimento, senão, é simplesmente perda de tempo. Eles se defendem dizendo que produzem mesmo contra a vontade daqueles que consomem e que precisam dos seus produtos.

Para conhecer as representações de trabalho, foram levantadas três questões: O que pode ser considerado como trabalho, e quem trabalha? Qual a função do trabalho na sua vida? E o que o trabalho realizou na sua propriedade?

Responderam que tudo pode ser considerado como trabalho. Toda atividade humana é trabalho, sem distinção se é atividade intelectual, manual ou técnica. Fazem ressalvas, porque em sua opinião certos trabalhos têm objetivos escusos.

Existe o trabalho honesto e o desonesto. Agora como é que nós vamos julgar o que é bom ou ruim, o que é certo ou errado? Hoje em dia até essa definição ficou difícil. Porque o próprio ladrão também trabalha. Vai me dizer que ele não faz um esforço tremendo, ele corre riscos. Depois o que você acha do trabalho dos políticos? Pra desviar o dinheiro, deve dar um trabalho danado, né? Então como é que nos vamos definir o trabalho que seja adequado? (Colono 14).

Na sua percepção existem duas formas de trabalho: o honesto e o desonesto. Voltam a se defender dizendo que o trabalho deles não tirou nada de ninguém, não prejudicou ninguém, pelo contrário, provocou o desenvolvimento da região e o crescimento do país.

Sobre a segunda questão, opinaram que a função do trabalho em suas vidas é a de prover o seu sustento e de sua família, além de contribuir para a produção de riquezas para o país. Abordaram novamente o fato de se considerarem honestos, pois estão usando da própria força de trabalho para obter seus rendimentos, sem roubar nem explorar o trabalho dos outros. Demonstaram também preocupação com o futuro dos filhos, defendendo o que ensinaram a eles.

O trabalho enriquece o homem de ambas as partes: espiritualmente, porque ele aprende a fazer as coisas. O trabalho enriquece o homem espiritualmente, fisicamente e financeiramente. Espiritualmente porque ele se sente realizado. Ele trabalhando, fazendo aquilo que gosta ele vai subir na vida. Financeiramente porque quem trabalha, né, sempre tem um retorno e fisicamente porque pega resistência. Para minha família, trabalho significa união porque a gente trabalha junto. E para a sociedade significa desenvolvimento, desenvolvimento mesmo. (Colono 15).

Na terceira questão responderam que foi o trabalho o responsável pelo processo de transformação do nada para uma área produtiva, ou seja, de terras sem valor para terras valorizadas economicamente. Argumentam que essa mudança foi provocada pelo trabalho, mas hoje há muitas consequências negativas para eles mesmos.

Existe o temor que, dentro de pouco tempo, seus produtos sejam recusados pelo mercado, o que inviabilizaria a sua permanência ali. Observam que o trabalho gerou problemas, mas que é possível reverter esse quadro; ainda que já se considerem velhos, acreditam ser possível usar a mesma força de trabalho para recuperar o que foi destruído. Destacam que, se da primeira vez

não conseguiriam fazer tudo sem ajuda do governo, agora essa parceria é fundamental, pois não têm condições financeiras e conhecimento para essa nova forma de trabalhar.

O trabalho aqui ele fez uma mudança. Uma mudança muito grande e não mudou mais ainda, porque é isso que eu falei pra você. Falta o recurso e falta a orientação técnica, o acompanhamento. Falta crédito, a gente não tem renda e nem crédito. Agora imagina você consertar o que foi feito errado. Aí é que a gente não tem dinheiro mesmo. E tem mais, como é que faz esse negócio de recuperar nascente? Eu tenho uma ali pra recuperá e ninguém me diz como, só diz que vão multar. (Colono 8).

Mesmo diante da preocupação com o processo de transformação que provocou prejuízos ambientais, o esforço empregado na propriedade é o que a valoriza, pela quantidade de benfeitorias e áreas de cultivo disponíveis. O alqueire em mata tem valor bem inferior ao alqueire de terra mecanizada para a agricultura ou pastagem.

O trabalho fez ela ter o valor que ela tem hoje. Se ela fosse tudo mato abandonado quer dizer, que o que tem feito custou o meu suor. Então esse é o valor dela. Porque uma propriedade que você organiza ela bem organizadinha, quer dizer que você tem o direito de pedir nela o valor do seu trabalho. Se você não organizar ela bem organizada, você não tem o direito de pedir o valor do teu trabalho, porque você não organizou. Então a pessoa tem é de organizar ela bem pra poder comercializar ela bem. Compreendeu? Porque uma propriedade bem organizada tem que ter um valor acima daquela que não é organizada. Porque aqui olha, eu tenho vizinho lá. Porque vocês passaram lá e viram que as terras do lado de lá tão tudo abandonada. Então vamos supor que meu sítio vale 15 mil o alqueire e o dele não vale nem oito, tá tudo largado. Quer dizer então que aquele que luta e que organiza sempre tem melhor valor. Porque o valor da terra não é avaliado pelo alqueire de terra, não. O alqueire de terra custa aquilo que você pode realizar nele. Se a terra tiver organizada, você pode dar um dinheiro bom. Porque o que tinha de fazer já tá feito. E você vai só desfrutar. E se ela tiver mal organizada, você vai ter que minguar o valor dela pra outra parte, poder ponhar em organização da propriedade. O sítio do vizinho de cá, por exemplo, vale de sete a oito mil o alqueire. Vale menos, mas você vai gastar mais do que isso pra organizar. Então não tem condições, a terra deve ser organizada pra ter um bom valor. Se ela não for organizada, você tem que pagar um valor que dê pra você organizar ela. (Colono 6).

Como o valor da terra está associado à quantidade de trabalho empregado na propriedade, o colono encontra aí a motivação financeira necessária para não respeitar as áreas de reserva legal. Sem a necessidade de averbação da área de reserva legal e de licenciamento ambiental para a transferência das escrituras de terras, todos se preocupam em ter a maior área de cultivo possível.

5.4.3 Religião

Religião deriva do termo latino *religare*, que significa religação com o divino. Essa definição engloba qualquer forma de manifestação que envolva o aspecto místico e religioso com um conteúdo metafísico. Segundo Fernandes (1995), a religião pode ser definida como o conjunto de atitudes e atos pelos quais o homem se prende, se liga ao divino ou manifesta sua dependência em relação a seres invisíveis tidos como sobrenaturais.

Todas as sociedades, em qualquer época da história, manifestaram algum tipo de crença religiosa, logo as religiões são um fenômeno inerente à cultura do ser humano. Guerras, governos e até estudos científicos tiveram a influência da religião, seja como incentivadora ou vetora do processo.

Entre as religiões existentes no Brasil, o catolicismo sempre esteve presente, deixando sua marca em vários momentos da história.

O catolicismo brasileiro é uma religião totalizante, que pretende incluir em seu seio a variedade de experiências humanas. Para cumprir essa vocação o catolicismo se abriu para múltiplas combinações sincréticas. O resultado disso é uma cultura religiosa capaz de abrigar tantas visões quantas lhe sejam apresentadas pela história da comunicação entre os povos. Não é livre de conflitos, mas lida com eles, no plano das crenças, com uma notável margem de tolerância e uma intrigante curiosidade positiva pelas verdades que ainda estão por chegar. (FERNANDES, 1995, p.1).

No processo de colonização da Amazônia mato-grossense, a religião católica se configurou na presença do padre conhecido na região como o colonizador de batina. Todos os entrevistados se declararam católicos e conhecem a história do padre Geraldo. Praticantes ou não, todos falam da influência da Igreja como algo positivo nas suas vidas, principalmente nos momentos de chegada.

Eu penso que essas visitas do padre eram muito boas, porque, como Deus deu o livre arbítrio, eles podem visitar as pessoas pra falar de Deus. Agora as outras religião pode ir também, mas só que tem que respeitar a crença dos outros, né? Ninguém deve ser forçado a acreditar, ninguém deve ser arrastado, conforme muitas crenças que leva as pessoas no cabresto. Escraviza mentalmente a pessoa levando ela a acreditar que se ela não pagar isso, se ela não participar daquilo, ela vai pro inferno. Essa é uma maneira de escravizar o espírito da pessoa. Então eu não concordo dessa maneira. Se você vai me pedir de qual religião que eu sou, eu sou católico, mas sou muito conservador. Por isso que quando chega outras religiões aí querendo se impor. Elas chegam assim e perguntam: você

freqüenta a igreja? Aí eu respondo que não. Aí eles pensam que essa é a brecha pra ele entrar. Mas é aí que eles caem do cavalo comigo, né? Primeiro eu pergunto: o que você vai fazer na sua igreja? Ah! Vou orar, vou me encontrar com Cristo, com Deus. Você acha que, você acredita que ele está lá? Aí a pessoa me olha assim sem jeito, né? Daí eu digo se você não levar ele dentro de você, lá é que você não vai encontrar, porque ele não disse que estaria dentro de cada um. Então você tem que ter Deus dentro de você. Ele não fica lá esperando você ir lá pra pegar ele. E depois, quando você sai, não leva ele junto? O que você vai fazer o resto da semana? Eu sei que Deus está sempre comigo. Eu não preciso que ninguém venha me dizer isso. Agora tinha muita gente que precisava, né? E o padre, eu acho que ele tinha uma missão. Então ele visitava e a visita dele era sempre boa, porque ele ajudava aquela gente. (Colono 14).

Apesar da independência do colono em relação à Igreja e de a sua religiosidade não estar presa a nenhuma instituição, ele destaca a importância do papel desempenhado pelo padre na colonização. Em Sinop, ele iniciou um trabalho missionário de formação de comunidades, mas como já havia outros padres na região, foi para Colíder, onde viveu a época mais difícil, mas também criou o vínculo mais forte com os colonos. Eles se emocionam ao recordar o apoio recebido no acampamento às margens do rio Carapá. Em Alta Floresta, relembram ensinamentos que ele fazia nas comunidades fundadas por ele.

Não se pode deixar de observar que a religiosidade, neste contexto, ultrapassou a barreira das divisões ou classificações que dividem as muitas formas de manifestações religiosas: o padre significava a presença de Deus.

Naquele tempo eu conheci o padre Geraldo. Vixe, aquele padre foi Deus pra nós, aqui na terra. Se não fosse aquele homem, eu não sei o que seria de nós. Aquele homem chegou lá nos barracos, onde nós tava, pra celebrar a missa (lágrimas, muita emoção). Eu não quero nem lembrar do padre Geraldo. Vixe, aquele homem era tudo. Fiquei triste quando aquele homem morreu. Ele ficou muitos anos aqui em Colíder. O padre Geraldo foi muito bom, ele ajudou o povo aqui barbaridade. Olha, aconteceu um fogo bravo ali e queimou muita coisa, muitas casas. Ele falou: - Fulano pega o pessoal aí e leva pro acampamento. E ele pegou o carro dele e foi até o acampamento do Jacaré, e quando ele voltou, ele trouxe roupas e coisas de casa, calçados, criação. Porque queimou tudo o que era do pessoal e ele arrecadou essas coisas e trouxe pro povo. Quando nós chegamos na comunidade, o pessoal não sabia o que fazer. Então tinha pessoas que nem católico era, mas quando viu aquele padre se incentivaram, né? Ele passava muita confiança pro povo. (Colono 6).

A presença do religioso era percebida como um indicador de que aquele lugar possuía algo de especial, de divino. Logo no primeiro contato, o padre enaltecia o colono, reafirmando que ele era homem predestinado por Deus a estar ali. E a terra que agora habitava não era qualquer uma,

era a terra prometida. Joanoni Neto (2001) observa que essa migração ganhou contornos de peregrinação, fé em Deus e crença na melhora de vida, presentes e fortes desde a saída em busca da terra prometida, até sua fixação na região. E esses claros sinais se refletem na expressão de uma religião popular, secularmente presente no imaginário do povo brasileiro, mas que recebe a influência marcante das orientações eclesiásticas.

Numa alusão ao sofrimento do povo judeu que fora conduzido à terra prometida, o padre reforçava a idéia de que o sofrimento e as privações serviam para purificá-los e torná-los dignos do paraíso. Cabia-lhe então, na figura bíblica de Moisés, ajudá-los a atingir a terra prometida. Quando as dificuldades surgissem, em nome de Deus ele deveria orientá-los a resolver os problemas, se possível, e quando não, aceitar as limitações e os sofrimentos, já que a recompensa dos sofredores e derrotados seria o céu.

A primeira visita que nós recebeu quando nós chegou aqui, ainda no meio do mato, foi a do saudoso Padre Geraldo (muita emoção). Ele veio celebrar missa aqui no Mundo Novo, era três famílias que tinha ali e nós aqui. Aí ele chegou aqui conversou com a gente perguntou de onde era. Depois ele perguntou se nós era católico e nós disse que sim. Então ele disse: vim convidar vocês pra assistir a missa daqui a uma semana ali no Mundo Novo. Aonde é o colégio hoje. Debaixo do mato nós coloquemos uma loninha. Foi de manhã cedo a missa e ali o vizinho que morava ali perto ponzou uma mesinha e ali ele colocou os material dele e foi celebrado a primeira missa. Foi muito boa a visita do padre ele trouxe alento pra gente, ele nos deu uma força, ele falava muito da natureza. E no dia que a gente celebrou a missa, tinha aqueles biscateiros (pássaro) cantando assim nas matas e ele falou: olha gente, que beleza, zela disso daí. Ele era tão radical sabe, que ele falava assim: se a pessoa soubesse o que é a natureza, vocês não entrava dentro do rio pra tomar banho. Vocês tirava o balde de água lá, vocês que tão chegando agora e ainda não tem banheiro, e tomava banho lá fora jogando água com uma caneca no corpo pra não deixar ir água de sabão no rio pra não estragar o rio. Ele chegava a falar isso nas missas dele. (Colono 8)

Na colonização, a religião que ultrapassa a idéia de cuidar só do espírito chega a orientar quanto às atitudes em relação à nova moradia. A figura do padre Geraldo era a representação da Igreja, pois ele utilizou-se de uma estratégia muito propícia para manter os colonos no projeto, que foi a fundação das comunidades. A idéia de unir escola e igreja numa mesma instalação fez com que todos, independentemente do seu credo, se aproximassem. Em determinadas comunidades, os colonos chegavam a dividir o mesmo espaço até mesmo com outras igrejas. Havia culto num dia, missa no outro e durante os dias da semana aula para as crianças.

Ainda que o catolicismo seja o indicativo mais forte da religiosidade dos colonos, eles

demonstram que muitos são os mitos e crenças que interferem em suas decisões.

A terra aqui era especial, graças a Deus. Porque a terra da Indeco é terra especial. Então graças a Deus eu tô aqui até hoje. Entrei e fiz amizade com o povo e tal, graças a Deus eu tô bem. E não tem coisa melhor no mundo do que a gente viver e amar a sua família, seus amigos. Eu hoje vou fazer 82 anos em fevereiro se Deus quiser, porque eu nasci em 1925. E graças a Deus sempre feliz, alegre e contente e toda vida. E eu não sou pobre, sou rico das graças de Deus, porque eu tenho muita amizade. Eu me dou com criança, com gente grande, com gente nova e com gente velha, com todo mundo. Se alguém quer falar comigo, pode vim que a gente fala. Mas se não quiser falar comigo também não fala, mas eu brinco e zombo de todo mundo (risos). O meu prazer é isso, eu tenho muito gosto de viver, graças a Deus, não sei até quando, porque a hora que Deus quiser me levar também, eu tô completo. Tô completo porque já vivi minha vida graças a Deus. E eu quero que Deus dê aos meus filhos, viver como eu tô vivendo, uai. Eu já tenho filho de cabeça branca. Aquele é o Zé, tem um mais velho do que ele ainda que mora em Cuiabá, tem um que é de 1949, então ele tá com 57 anos, né, o Zé. É que eu tenho dois filhos Zé, todos os dois, Zé não é José. Naquele tempo era parteira que colhia nossos filhos né, não era médico. Então tinha aquele negócio que se a criança nascia enrolado com o cordão do umbigo, então tinha que se chamar de Zé. Então comigo foi assim, o primeiro veio enrolado foi Zé, daí veio o segundo e tava enrolado e teve que ser Zé também. Puxa vida e outro como vai ser? Então o filho mais velho ficou José Fermino Ferreira. Aí o segundo como era Zé também ficou José Fermino Ferreira Irmão. (Colono 10).

Todas as falas dos colonos ressaltam que suas conquistas ocorrem graças à ação divina. A saúde, os anos de vida, a terra boa, as amizades, os filhos são considerados bênçãos de Deus em suas vidas. Seja por respeito aos mais velhos ou a pessoas que tenham determinada habilidade ou conhecimento, também demonstram obediência a mitos ou crenças.

Então diz que tinha o tal de profeta, esse profeta parava só debaixo das árvores. E o profeta falava, minha filha, tudo isso que ia acontecer. Vai chegar um tempo que o povo da cidade, os pobres vai comer a casca da banana. Quem pode compra a banana e come. E quem não pode vai comer a casca. E falou das religiões o que ia acontecer. Você veja a quantia de seita que tem. Ele falou: olhe, a religião católica vai ficar que nem um fio de linha, mas arrebentar, ela não arrebenta. Mas ela vai custar dinheiro. Quem quiser seguir tem que comprar. Porque é a moda. Hoje você tem que comprar tudo mesmo, né? Aí ele falava, mas só que arrebentar ela não arrebenta. Aí eles falaram assim: mais seu frei, como é que a gente faz quando chegar esse tempo? Aí ele disse: - meu filho você lembra da religião do teu pai, do teu avô e do teu bisavô, e não se incomoda com as outras. Você veja, quanto tempo passou e quanta religião tem. Ele falou daquela vez. E então esse profeta João de Maria falou que a linha de ferro que vinha de São Paulo e entrava no Paraná, ela ia entrar no Paraná e ia fazer uma volta redonda e ia sair em São Paulo outra vez. Então ele disse que quando ela

passar no Paraná e tiver voltando pra São Paulo, vai passar uma língua de fogo. Aí a língua de fogo é isso: encontrou a força do Júlio Prestes e a força do Getúlio Vargas e mandaram fogo minha filha. Então a língua de fogo foi essa. E ainda tem uma prosa dele, desse profeta. Ele disse e nós tamo vendo acontecer mesmo. Ele disse que o povo ia tudo pra cidade. A religião já chegou, a língua de fogo já passou. Agora ele falou que quem tiver dentro desse círculo, vai ver mais não vai contar, quem tiver fora do círculo vai sentir um calorzinho e vai contar. Ainda tá faltando isso. Ele falou que o Estado de São Paulo vai virar um purungá, de dez em dez léguas vai ficar um morador. Agora você calcula né, porque em tapera sempre nasce purungá, né? Então falta essa coisa pra acontecer lá no Paraná que eu não sei o quê, que vai acontecer. Ele falava ainda que o ruim do São Paulo vai passar pro Paraná, e o bom do Paraná vai pra São Paulo. E no Paraná vai acontecer uma coisa, e o que ele falou vem acontecendo, mas ele não podia falar. Agora nós tamo aqui nessa distância e eu não sei, né? Então a gente vem só somando né do jeito que ele falou que vai acontecer. Mas o meu filho falou assim: ih! Mãe, nós tamo pior do que os paranaenses, porque tem um negócio enterrado aqui no Pará que é mais perigoso (sobre os testes com armas nucleares na Serra do Cachimbo). Eu sei que tem porque o pessoal daqui vai lá visitar, eu não sei se de moto ou de ônibus, mas eles vão lá onde tá esse veneno. Esse veneno não tá longe de nós não. Então, tudo o que o profeta falou tá acontecendo. (Colono 5).

A crença em previsões também faz parte do dia-a-dia dessa gente, que busca no insucesso ou nos problemas enfrentados uma causa, uma explicação religiosa.

5.4.4 Educação

A educação mencionada pelos colonos se baseia no conceito de educação definida como o período em que o indivíduo faz a sua escolarização, ou seja, educação ainda tem o sentido de instrução que ocorre no ambiente escolar. Como o acesso à educação é a garantia de um futuro melhor para os filhos, todos destacam a importância da existência ou não da escola, na hora de decidir pela compra da propriedade.

A educação escolarizada, na visão de Saviani (1997), é a forma principal e dominante de educação, e diante dela a educação difusa e assistemática, embora não deixando de existir, perde a relevância e passa a ser aferida pela determinação da forma escolarizada. Na colonização, ela se apresenta como condição para o indivíduo ser considerado cidadão e também para sua ascensão financeira. Ainda que dêem relevância ao papel da escola na educação dos filhos, observam que todos, em qualquer época da vida, têm o direito à educação.

O interesse na continuidade da escolarização dos filhos foi amplamente utilizado como incentivo pelas propagandas das colonizadoras. Mas na realidade, muitas promessas não se cumpriram nesse aspecto, como em outros.

Eu puxei muita madeira e tijolo pra fazer essa escola e muitas escolinhas dos sítios. O doutor Ariosto, ele abria as estradas, em seguida já vinha os comprador das terras e no mesmo ano ele já colonizava tudo, né? Ele tinha o projeto de colonização dele tinha uma parte em acordo com o governo que ele devia fazer a escola. Acho que ele ganhava pra isso também, né? A cada oito quilômetro era feita uma escolinha. Lá perto do sítio tinha uma escolinha. Quando abriu essa região aqui e o povo vinha do sul, nossa, era muita gente, e daí eles fazia escola, escola pra todo lado. (Colono 32).

A importância da educação escolar é entendida pela função social que o ambiente escolar possui como lugar de formação profissional e pessoal, possibilitando a ampliação do conhecimento, promovendo o crescimento pessoal e alargando os horizontes das pessoas.

A educação faz ampliar os seus horizontes, né, porque a questão cultural, o choque cultural, entre o que os amigos e o sistema de conhecimento, entre o que eles falam e o que a professora passa pra gente ou o professor. Então quando você vai pra escola pela primeira vez, você tem a cabeça fechada no seu mundinho, o mundinho ainda é o da família e da sua rua, então a escola abre esses horizontes a mais. A questão cultural é tipo assim, você mora aqui e fez amizade com um amiguinho que veio lá do sul e está há pouco tempo na cidade, então como é que era a região lá, lá nevava, tinha geada, não podia quase sair de casa porque é muito frio, ou então é época de enchente, ou é tipo assim, a cabeça da criança ela viaja bem mais com a escola, com as amizades que ela faz. Então eu acho que é a questão cultural que se traz de outras regiões, de outras cidades, de outros estados. Quando a mulecada faz amizade, aumenta bem mais o conhecimento, é mais ou menos isso, né? (Colono 15).

O sujeito percebe que a escola mantém as pessoas atualizadas e com capacidade de compreender a sua realidade, representando a garantia de desenvolvimento da região e de um futuro melhor para todos.

Hoje a escola não tem classe. Hoje você vê criança, jovem, adulto, tudo na escola. Então na escola tem que ir aquele que se interessa em ter uma posição mais favorável na vida. E é como eu tava dizendo. Quando nós chegou aqui não tinha nada, lembra que eu falei pra você que nós fizemos a escola no meio do mato? Eu tinha que buscar a professora aqui pra dar aula lá pros alunos. Eu fiz a escola e ainda tinha que buscar a professora. Mas eu precisava ajudar porque tinha bastante gente pobre ali, então a gente precisava ajudar, né? E também tinha os filhos, né? Os filhos da gente já era pobre, e daí como ia ser sem escola. A escola pra mim é tudo né porque hoje eu tenho uma certeza de que um analfabeto é um cego. E provo que é verdade, porque se você tá vendo uma placa, um letreiro ali, e alguém pergunta: - o que tá escrito lá? E a pessoa diz: - não sei. Então é a mesma coisa que não tá vendo. Aqui ainda é uma cidade pequena, mas se você vai numa capital, você tem que se abaixar pra todo mundo e pedir me ajuda aqui, me ajuda lá, até que se achar uma pessoa que te ajuda

tudo bem, mas se você encontra uma pessoa orgulhosa? E tem mais, hoje se você não tem estudo, você não pega mais serviço. Tem que ter estudo. (Colono 6).

A escola, na visão deles, é condição básica para a sobrevivência do ser humano em sociedade, já que este depende de ter o conhecimento do mundo da escrita para desenvolver atividades primárias, como se deslocar e trabalhar na zona urbana. Continuam a defender a necessidade de colocar as crianças na escola, desde cedo, para que elas possam aprender e aproveitar o que aprenderam, afim de ter uma vida melhor que a dos pais, pois eles vivem com dificuldades e já fazem previsões de que a vida no campo pode se tornar inviável para seus descendentes.

As representações sociais que têm da escola é a de que ela é a única alternativa para mudar a realidade atual. Lamentando o pouco tempo de vida escolar, os colonos de Alta Floresta e Colíder dizem que a escola já auxiliou muito a vida deles, porque foi ali que aprenderam a ler e escrever, condições necessárias para administrar suas propriedades. Mas se acham que isso serviu no passado, é preciso muito mais para poder sobreviver na e da terra. Começam a mudar o eixo da importância de deixar terra como herança para os filhos, para a importância de possibilitar o estudo.

Pra mim a escola é tudo, tanto que eu não estudei e me arrependo até hoje, né? O estudo é tudo, né, por isso que eu não quero dar nada pros filhos, só o estudo, só o estudo. Não vou dar mais nada porque não precisa se você der o estudo. A terra vai ficar aí, mas do jeito que tá. Ninguém sabe o que vai acontecer com ela, né? Meu pai deixou terra porque no tempo dele a terra é que valia, mas agora, se você não tem estudo, você não tem nada. Eu acho assim, se você tem o estudo ninguém tira, ninguém. (Colono 4).

A valorização da educação se deve também ao fato de que, a cada dia, o colono, questionado por suas ações, se vê cada vez mais desprovido de instrumentos e conhecimentos para defender a sua permanência na terra.

Agora mesmo, aí com essas leis nova. A gente nem sabe o que dizer dessas coisas de meio ambiente e de repente tem que fazer, né? Não estão cobrando de nós? Então só se a gente fosse na escola de novo. Tem que aprender a plantar de novo, porque do jeito que tá não dá. Até as crianças dizem que a gente não sabe fazer. Vamos ter que ir na escola pra aprender a plantar do jeito que o governo quer. (Colono 22).

Ainda que se mostrem preocupados com a sua nova realidade, resistem às mudanças, propondo que a necessidade de aprender é a vontade do governo, e não deles.

5.4.5 Meio Ambiente

Todos os assuntos abordados nas entrevistas e durante as visitas às propriedades foram marcados pela preocupação com a política ambiental e as suas consequências, que devido principalmente à intensificação das fiscalizações pelo Ibama e Sema/MT. Já no primeiro contato ficava evidente a tensão que este assunto provocava; desde o momento inicial, suas representações sociais sobre a história de vida são influenciadas pela idéias que começam a formar sobre meio ambiente e a sua preservação.

O assunto, que perpassara todas as falas e conceitos anteriores como uma sombra, agora fica em evidência. A maioria diz não ter conhecimento do que seja meio ambiente, restringindo-se a apresentar, em alguns casos, traços de uma visão naturalista: você está falando de natureza? É sobre preservação que você está falando? Ambiente é a repartição onde você trabalha? É do Ibama que você está falando?

Quando falamos em meio ambiente, muito frequentemente essa noção logo evoca as idéias de “natureza”, “vida biológica”, “vida selvagem”, “Fauna e Flora”. Tal percepção é reafirmada em programas de teve como os tão conhecidos documentários de Jacques Cousteau ou da National Geographic e em tantos outros sobre a vida selvagem que emolduraram nosso imaginário acerca da natureza. Até hoje esse tipo de documentário serve de modelo para muitos programas ecológicos que formam as representações de meio ambiente pela mídia. Essas imagens de natureza não são como pretendem apresentar, um retrato neutro e objetivo, um espelho do mundo natural, mas traduzem certa visão de natureza que termina influenciando bastante o conceito de meio ambiente disseminado no conjunto da sociedade. Essa visão naturalizada tende a ver a natureza como o mundo da ordem biológica, essencialmente boa, pacificada, equilibrada, estável em suas interações ecossistêmicas, o qual segue vivendo como autônomo e independente da interação com o mundo cultural humano. Quando esta interação é focada, a presença humana amiúde aparece como problemática e nefasta para a natureza. (CARVALHO, 2006, p. 35).

É essa percepção naturalista-conservacionista que os colonos têm de meio ambiente, disseminada pelos meios de comunicação, reforçada por ambientalistas que entendem a presença humana sempre como um indicativo de destruição da Amazônia. Apesar de não concordarem com essa visão, parece ser a única que conhecem. Falar sobre meio ambiente com os colonos é algo complexo, pois diante do conceito que possuem, não conseguem se ver como parte do

ambiente. A Amazônia é sua casa quando se fala de ocupação, mas quando se menciona meio ambiente, essa relação é quebrada.

Meio ambiente é a natureza. A floresta, os animais, os rios, tudo isso é meio ambiente. Ah! Tá faltando o homem. O homem também, ele não pode faltar, mas se eu ponho o homem lá, ele acaba com o ambiente, né? Não é isso que vocês falam? Bom, é isso que eu tô vendo vocês falarem, que nós estamos destruindo tudo. Como é que é mesmo? O homem causa desequilíbrio. [risos] Se nós não causar desequilíbrio, eu quero ver o que vocês vão comer. (Colono 25)

Essa é a forma, de certo modo irônica, que o colono encontra para se defender da exclusão a que é submetido, a ponto de ele mesmo acreditar que não há outra solução. Essa dicotomia em que o homem se posiciona contra a natureza é construída num processo contínuo.

Acredita-se, muitas vezes, que nossa espécie tem como destino, desde sempre, lutar contra a natureza, dominar as forças externas, os elementos, a flora e a fauna. Essa luta é na realidade provocada pelo homem. Os caçadores se esforçaram por dominar as presas, mas essas presas assumiam para eles uma importância vital: tinham um alcance até humano, pois toda a arquitetura biológica, psicológica e social dependia delas. Constante, essa luta nem sempre foi dirigida aos mesmos adversários. Ela se desenrola sempre que uma parte da humanidade deve edificar a sua própria realidade, ultrapassar o dado presente, apartar-se do passado e afirmar-se tomando uma opção a respeito do futuro. Eis o preço da sobrevivência. (MOSCOVICI, 1975, p. 141)

Em busca da sobrevivência, os colonos também se colocam contra a natureza e isso, segundo eles, foi algo muito natural, já que a primeira idéia de ocupação era exatamente a de conquistar e dominar. Já a idéia de proteger lhes parece inútil, perda de espaço para produzir a sua existência.

Durante as entrevistas, alguns disseram não saber o que era meio ambiente e se mostraram curiosos em saber, sendo-lhes apresentada uma visão socioambiental.

A visão socioambiental orienta-se por uma racionalidade complexa e interdisciplinar e pensa o meio ambiente não como sinônimo de natureza intocada, mas como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinâmica e mutuamente. Tal perspectiva considera o meio ambiente como espaço relacional em que a presença humana, longe de ser percebida extemporânea, intrusa ou desagregadora (câncer do planeta), aparece um agente que pertence à teia das relações da vida social, natural e cultural e interage com ela. (CARVALHO, 2006, p. 35).

Depois de ouvir atentamente que se tratava do meio em que todos (animais, vegetais, solo, água, ar e também homens) vivem e se relacionam, e que essa interação nem sempre precisa ser predatória, demonstravam surpresa.

Nossa! Mais isso que você tá falando é importante demais. Então esse negócio de meio ambiente é muito bom. E a casa da gente também tá dentro dele? E eu também moro nele? Mas eu pensava que era só os matos e os bichos que era meio ambiente e a gente não podia participar. Agora, dona menina, isso que você falou é muito bonito, só que pra nós aqui não é assim não. O meio ambiente aqui é o da Marina, e é só dos seringueiros e dos índios. Nós aqui não tem vez não. Ela não quer que a gente fique aqui. Eu tenho aqui comigo que ela quer mandar no meio ambiente. Mas se eu também faço parte desse meio aqui, agora é que eu não vou embora daqui não. Vou é ficar aqui até o dia que Deus quiser. E o dia que ele não quiser mais, eu vou se misturar aí com essa terra do nosso ambiente. Aqui mesmo, no controle daqui, porque é aqui que eu gosto. Eu acho que eu já tô aqui faz tanto tempo, então eu já sou dessa terra. É ela que vai comer o resto, né? Agora eu penso também, que a gente cuida da terra do jeito que a gente sabe. Então se não tá bem cuidado, é preciso a gente, primeiro, saber o que tá errado e depois saber o que tem que fazer. Eu sou interessado, nunca fui de prejudicar ninguém. Eu quero cuidar do meu ambiente. (Colono 10).

Diante dessa nova abordagem, no primeiro momento o colono parece ter encontrado a saída para suas angústias, mas logo que se põe a refletir, percebe que a incompatibilidade entre as suas ações e a política de preservação está além de uma definição conceitual.

Em Colíder, depois de breve explicação sobre o tema, passaram a afirmar já terem visto ou ouvido algo sobre o assunto na tv ou no rádio.

Eu não sei dizer o que é isso. Como é que é mesmo? Meio ambiente [pensativa]. Eu sei que já vi falar, mas eu não sei explicar como é que é. Eu não tenho certeza do que é. Mas quando eu vi falar era umas coisa assim, de cuidar da terra né, cuidar da água. Tão falando que a água vai acabá, mas eu acho que não vai não. Tem muita água aí nesse mundão de meu Deus. É só chover que as água aumenta, né? (Colono 19).

Além de mencionar a água, outro elemento que leva o colono a pensar sobre meio ambiente é o clima. Essas duas preocupações aparecem no mesmo instante em que as campanhas sobre a escassez de água e o aquecimento global estão na mídia. Com o objetivo de permanecerem longe da problemática, os habitantes de Colíder relacionam meio ambiente com questões que lhes parecem mais distante das suas vidas.

Eu já vi falar, mas eu nunca segui esse meio ambiente não. Ou então eu sigo e

não sei, sei lá. [risos]. Tem muita coisa que a gente não segue, né? A gente vê falar na televisão. Eles falam da temperatura que vai aumentar lá nos lugar frio. E das águas que uma hora vão aumentar, outra vão diminuir. Eu não sei. Eles falam tanta coisa que eu nem guardei na cabeça. A gente já tem tanta coisa pra se preocupar, não é mesmo? (Colono 13).

Baseada na opinião da mídia, a única percepção que essa gente elabora é a de que o meio ambiente tem problemas que parecem muito distantes da sua realidade.

Para os colonos de Alta Floresta, meio ambiente é a natureza, e suas observações passam pela descrição da floresta e seus animais.

O meio ambiente é sobre a árvore, né? Afinal é, é, é o mato. É as matas, né, então se a gente derruba, a gente mexe com ele, né? Eu acho que a primeira coisa que nós tem que fazer era reservar. Porque se reservar uma parte aí nunca acaba. E se acaba, óia eu sou contra. Porque quando eu derrubei os meus mato, eu derrubei mais do que era pra derrubar, eu derrubei. Eu derrubei porque eu vim pra derrubar, era preciso, e aí eu derrubei. Hoje eu arrependo. Como eu deixei esse mato daqui, hoje já tá aí. Hoje tem paca, tatu, tanto bichinho aqui dentro já. Gavião. Tudo que é bichinho tá ali dentro. Macaco, tão tudo aí. Por quê? Porque eu acho que a gente tem que ter nossos matos. Não tem muito o que fazer com ele. Mas alguma serventia deve de ter, né?(Colono 10).

Estabelecem uma relação entre desmatamento e alteração no ambiente, mas apesar de defender a necessidade de preservação, justificam que as derrubadas foram necessárias. A floresta e os animais selvagens são os elementos, que compõem o meio ambiente; já o homem, os animais domésticos, as áreas de cultivo, horto doméstico e pastagens não são mencionados. Ao se excluïrem do processo, não conseguem vincular a importância de proteger a floresta como benefício próprio. Parece que o fato de preservar o meio ambiente é sempre algo contra, e nunca a favor deles.

Ainda que não se vejam como parte do meio ambiente, já começam a falar sobre a necessidade de tomar uma atitude em relação ao incentivo ao desmatamento realizado no processo de ocupação. Destacam o papel dos filhos no processo de conscientização, de uma tomada de atitude em relação à destruição do meio ambiente com as queimadas, caça e pesca predatória e desmatamento ilegal.

O meio ambiente é essa história que a gente tá enfrentando agora. Porque a gente veio pra cá com a idéia de criar os filhos, de fazer futuro na vida e você nem pensava em preservação essas coisas. Daí agora a gente fica meio sem saber. Mas os filhos cresceram, estudaram e hoje eles já tão ensinando. Eles tão

colocando a gente a par desses assuntos. Hoje não, hoje o povo tá se conscientizando, a própria televisão tá ensinando. Então hoje você vê um pé de árvore, você cuida dele, até planta outro. Reduz a desmatagem, não caça e não pescar, porque tem a piracema. É muito bom essa preocupação com o meio ambiente. Você vê que hoje pode faltar chuva, né, ficar mais calor ainda. Tudo isso, faz parte da vida, faz parte do ambiente. E devagar a gente vai aprendendo a cuidar do ambiente. A gente vê que é preciso. (Colono 23).

Os colonos de Sinop apresentaram uma definição teórica de meio ambiente, na qual o homem se insere, porém como fator de desequilíbrio. Asseguram que é preciso ter responsabilidade com o meio ambiente, mas que esse assunto ainda é novo e muito acadêmico, deixando o povo sem entender direito o que se quer com tantas leis.

Pra falar a verdade eu não sei. Politicamente pode ser uma coisa, agora pra economia é outra. Pra nós aqui então, com certeza é diferente do que esses políticos tão falando. Mas agora, aos olhos dos cidadãos comuns meio ambiente é uma coisa muito complexa. É uma coisa que ao mesmo tempo em que você pode desfrutar dele, você tem que preservar. Mas independente disso eu acho que uma definição mais concreta é a de que o meio ambiente é tudo, é as plantas, os animais, é os rios, os homens também, a terra.... É o planeta. (Colono 1).

Em Sinop surgiu um conceito mais amplo, no qual todo o planeta é o ambiente.

Mas a gente vê que a devastação, a ganância, tudo isso está em toda parte, não é só aqui. Então tem muitas coisas que vêm causando muitos tipos de poluição. A sujeira das ruas, a poluição sonora, a fumaça dos automóveis, das fábricas. E o lixo, nossa, imagine só a quantidade de lixo que tem numa cidade igual São Paulo. Tudo isso é jogado no ambiente e isso vem prejudicando nós mesmos. Todos estamos pagando por isso. (Colono 24).

Criticaram a ênfase dada à ação dos colonos e chegaram a propor que se trate o povo que mora nas grandes cidades da mesma forma que a eles. Denunciam que os habitantes dos centros urbanos jogam esgoto nos rios, poluem o ar e destroem o solo e a vegetação para edificar suas moradias. Um deles questionou: Quem causa maior impacto no meio ambiente, os colonos do norte mato-grossense ou uma cidade como Brasília, Rio de Janeiro ou São Paulo?

Foram interrogados sobre a quem pertence o meio ambiente. Houve variações que foram desde a abordagem religiosa, na qual o meio ambiente pertence a Deus, passando pela opinião de que pertence ao planeta, ao Brasil, até a idéia de que o ambiente pertence a todos.

Eu acho que o ambiente pertence só a Deus. Nós que tamo aqui, tamo só pra

administrar ele. Acho não, é de Deus mesmo. Porque ele é que fez tudo. Fez o céu a terra, fez tudo. Então ele é o dono de tudo. E também é só você vê que tudo que tem aqui é passageiro. Tudo morre, mas Deus não, ele permanece sempre. Então o ambiente só pode ser dele. (Colono 8)

Esse depoimento ressalta a idéia de que a posse se dá pela presença ou pelo ato de criar determinado espaço. Como a vida dos homens é algo temporário, mesmo empreendendo eles não podem ser considerados donos, e sim como alguém que por certo tempo fica responsável pelo ambiente.

Pra mim o meio ambiente é do planeta. Sem ele nós vamos ter um planeta não habitável. Se o meio ambiente for destruído, a terra vai se tornar inóspita. Eu acho que o meio ambiente é do planeta porque nós pertencemos ao meio ambiente. Nós pertencemos ao meio ambiente e por isso não podemos ser o dono do meio ambiente. (Colono 14).

Contrapondo-se à idéia de que o meio ambiente não pode pertencer ao homem pela posição político-geográfica, reforçam o pertencimento ao país onde ele se localiza, e conseqüentemente ao povo que habita essa região.

O meio ambiente nosso aqui é a Amazônia, né? Então, se a Amazônia pertence ao Brasil, o nosso meio ambiente também pertence ao Brasil. Esse ambiente amazônico aqui é nosso, mas tem muito gringo de olho aqui. Eles já desmataram tudo, agora tão de olho grande em cima do que é nosso. Mas nós não vamos deixar não. Eles que fiquem com o ambiente deles que nós cuidamos do nosso. (Colono 23).

Indignados ante a ameaça de internacionalização da Amazônia, estabelecem os limites com a afirmação de que esse ambiente pertence a eles. Acrescentam que não é só questão de posse, mas é responsabilidade de todos.

Eu acho que é uma coisa que pertence a todo mundo. Tem que ser de todo mundo porque estamos todos no mesmo ambiente. Ninguém tem o direito de dizer é meu. Nem tem o direito de excluir ninguém. Todos têm o dever de cuidar e proteger porque todos pertencemos a ele. E tem uma coisa, se um não for responsável, daí todo mundo vai sofrer as conseqüências. (Colono 7).

As representações sociais construídas demonstram que os conceitos de propriedade, trabalho, educação e principalmente religião perpassam as idéias que fazem de meio ambiente. O meio ambiente é algo que pertence a alguém, ainda que seja um ser divino. A primeira reação

diante do questionamento sobre a quem pertence o ambiente era fazer outra pergunta: você está falando de quem é dono? Justificam a posse dizendo que a terra, por sua condição, de pertencimento ou não aos homens, torna-os responsáveis pela sua preservação.

Mesmo reunindo diferentes elementos de pertencimento ao ambiente, lembram-se da responsabilidade do homem e da importância da Amazônia. Surgiram três definições: é divino - pertence a Deus; é natural - pertence ao planeta, é humano - pertence à humanidade.

Sobre a necessidade da existência de regras para a utilização do meio ambiente, responderam afirmativamente, com exceção de um entrevistado, pois segundo ele, leis não servem pra nada. Sobre a elaboração das leis, disseram ser responsabilidade dos ambientalistas, ecologistas, antropólogos, geólogos, biólogos e demais especialistas no assunto. Nas organizações de direito público, foram apontados os governos federal, estadual e municipal; órgãos governamentais, como o Ibama, a Fema, o MMA e organizações internacionais como o G8, além das ONGs.

Para concluir a questão, indagou-se: quem vocês acham que deveria estabelecer as regras para a utilização do meio ambiente? Iniciaram as respostas afirmando não concordar com a forma atual de elaboração das regras. A discordância ocorre porque consideram que elas são falhas e não retratam as necessidades de todos, por isso não são cumpridas. Defendem a idéia de que toda a sociedade que desfruta do meio ambiente deveria ajudar na elaboração das regras para a sua utilização.

Eu acho que todo mundo pode ajudar. Eu também posso não saber tudo que é preciso, mas posso aprender e quem sabe ensinar o pouco que sei. E tem mais, eu acho que nem tudo o que os políticos querem é possível fazer. Então nós temos que participar. A nossa opinião tem que ter valor porque nós vivemos aqui. E tem mais, acho que quando a gente participa, a gente fica com mais responsabilidade. (Colono 29).

Sugerem ainda que os próprios donos das propriedades poderiam fazer as regras, mas deveriam contar com a ajuda do governo. Acreditam que seria necessário mudar a função da Fema e do Ibama.

Eu acho que deve ser o poder público, mas ele deve partir de nós que tamo aqui. Porque ninguém mais do que nós sabe do tanto de impacto que causamo no ambiente e o quanto é preciso preservar. Eu acho que tem que partir de nós. O serviço que o poder público tá fazendo aí, claro que é preciso eles tá junto e punir quem, eu acho que hoje não é o Ibama, Fema que vai fazer o controle. Eu

acho que hoje a própria comunidade, se tivesse educação pra cuidar do ambiente, o maior fiscal seria a própria comunidade, porque eles já sentiram que é preciso preservar. Eu acho que em alguns casos o Ibama está atrapalhando e a Fema também. Eles nunca vêm na comunidade pra reunir o povo, pra dar uma aula pro povo e fazer uma parceria com o povo pra mode o próprio povo ser fiscal. Isso ia poupar eles, ia economizar dinheiro e ia funcionar muito mais, porque hoje eles têm o telefone de denúncia anônima. Hoje qualquer pessoa que fizer uma atividade errada, o próprio vizinho vai dedar ele, porque vai fazer mal pra ele também. Agora eu acho que não é com multa que vai resolver o problema, fica pior ainda. Porque quando eles multam e a multa é pesada, o povo se revolta. A multa não vai resolver, a meu ver, sabe. (Colono 8).

Apesar de questionar as regras ambientais propostas pelo governo federal, defendem a idéia de haver uma participação mais efetiva dos estados.

Quem deveria estabelecer? Hum, não pode ser o povo de uma região, porque se for um povo sem consciência, pode detonar a região todinha. Deveria haver uma.... Deixa ver aqui, quem deveria fazer as regras? Deveria haver um consenso com o órgão ambiental competente e o povo residente naquele estado. Diria mais ainda que numa região porque é complicado tem lei que, por exemplo, para o pantanal é boa, já para a região amazônica não é. Então tem que ser de acordo com a região. Igual à piracema, a piracema daqui obedece à de Cuiabá que é pantanal. E quando a piracema acaba lá tem um monte de peixe desovando ainda. Então tem que ser de acordo com a região. (Colono 15).

Mesmo que, no primeiro momento, exibissem um conceito naturalista marcado por representações de meio ambiente como sendo a natureza, a floresta, as matas ou a Amazônia, logo se voltavam para a estreita relação que esta temática possui com a necessidade de preservação ambiental. Nessas associações demonstraram que a sua representação social é algo ainda exterior à sua vida, e que outra representação social de meio ambiente como socioambiental é fundamental, mas que precisam se inteirar do assunto porque disso depende a sua sobrevivência na região.

4.4.6 Desenvolvimento

A palavra desenvolvimento soa melhor para os colonos do que qualquer outro assunto que mencione o termo preservação. Para eles, essas palavras são antônimas e em hipótese alguma poderiam ser consideradas como parceiras no crescimento da sua região. Desenvolvimento tem um único sentido, o de ampliar as áreas de exploração, de pecuária e de agricultura e, além disso, de implantar na região o processo de industrialização dos produtos. Não conseguem imaginar esse processo, se para isso for necessário levar em consideração a questão ambiental.

Se para o colono meio ambiente representa preservação do meio natural, desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico que ocorre com o aumento da produção e a conseqüente devastação das áreas de floresta. Desenvolvimento contém as idéias de progresso, civilização e industrialização.

Imagina só, eu no mato catando castanha, já pensou se eu ia conseguir sustentar minha família assim. Mas o problema é catar, nós lá não temos tempo. Eu trouxe uns três sacos aqui e nós acabou ficando sem, porque o pessoal vem aqui e pede, pede e nós não teve mais tempo de catar. Pra catar é ruim, dá serviço tem que ir lá no mato buscar e depois tem que ponhar pra secar, senão estraga. Não é fácil. Eu gosto mesmo é de plantar, de produzir. A minha vida toda eu só vivi isso. Plantar e produzir e aumentar cada vez mais a área. Não sei e não quero fazer outra coisa, eu quero só condições pra continuar trabalhando. (Colono 4).

Outra questão proposta: o que é necessário para que ocorra o desenvolvimento de uma região? Os colonos entendem que algumas medidas devem ser tomadas quando se inicia a abertura de uma região para que ela cresça e se desenvolva. Para isso é necessário haver planejamento, administração política comprometida, infra-estrutura, trabalho e investidores que acreditem na idéia. É preciso ainda que se dê continuidade ao processo, acrescentando a implantação de indústria e de incentivos para a agricultura e a pecuária. A representação social sobre desenvolvimento como algo que ocorre mediante o processo de industrialização recebe influências do período em que residiram em locais industrializados, como São Paulo, o mais citado.

Outro fator considerado relevante foi a responsabilidade dos políticos da região com relação à administração e representação do povo do lugar perante a sociedade. Para os colonos, os políticos não estão trabalhando em benefício do povo nem do crescimento dos municípios que representam, e sim por interesses próprios.

Indagou-se: quem é favorecido com o desenvolvimento de uma região? Responderam que era a população em geral, embora políticos e os seus protegidos levem mais vantagem, e um sugeriu que são os investidores.

Na terceira questão, perguntou-se se eles achavam que haviam contribuído para o desenvolvimento da região, e todos afirmaram que sim. Só pelo fato de terem vindo atender um chamado do governo, já estavam contribuindo. Mas fizeram questão de contar detalhes:

Graças a Deus, a gente trabalhou muito e produziu muito. Então hoje a gente vê

tudo isso aqui. Sabe que nós chegamo aqui no começo e foi nós que fizemo. Se nós não tivesse trabalhado, aqui não tinha nada. Eu e meu marido trabalhamos muito. Eu derrubei mato junto com ele o dia inteiro. Naquele tempo eu tinha força. Eu podia trabalhar e nós trabalhamos muito. (Colono 26).

Trabalhando né? Só, só (na verdade foi tudo perdido, né) o que eu trabalhei pra puxá muda de café. Eu fazia isso direto, era puxá muda de café, de banana, de cacau. Só que isso hoje acabou tudo, não existe mais nada, né? A gente até se orgulhava do que fazia. Uma vez eu tava na fazenda Caiabi e ali tinha general, deputado e não sei mais quem, e aí nós hasteava a bandeira e eles vinham e agradeciam desde o peão mais barrela, e todo mundo acha que era importante, né? O desenvolvimento dessa região era dividido com todo mundo que tava ali. (Colono 32).

Chegar aqui, eu cheguei aqui, tipo quando eu cheguei aqui era tudo pequeno. Daí nós incentivamos outros amigos a vir pra cá. Também plantando, abrindo e falando pros outros que aqui é bom. Agora vem essa política aí, que é contra tudo o que eu fiz. Aí eu sinto, nossa, eu me sinto que nem a gente tava falando ali. A gente chegou aqui, viu isso se formando e a gente foi gostando daqui, só que a gente sabe o que é que é uma dureza. De repente, o que a gente faz, a gente vê que não é mais futuro, a não ser que dê uma virada e dê uma melhora, senão tem que ir embora daqui. (Colono 4).

Quando falam das suas ações, sempre retornam ao período inicial, do processo de colonização em que havia respeito e até admiração pelo trabalho que estavam realizando. Eles se sentiam orgulhosos de terem construído sua estabilidade financeira e principalmente de serem também responsáveis pelo desenvolvimento da região. Entretanto, hoje esse sentimento deu lugar ao medo de perder essa estabilidade, e com ela até o sentimento que os nutre de produzir com a terra.

O último questionamento foi realizado sobre o que pensavam sobre o termo desenvolvimento sustentável. Como afirmaram não saber o que isso significava foram apresentados algumas idéias e exemplos de desenvolvimento sustentável, levando em consideração os seus princípios básicos de ser economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado.

Os colonos de Colíder disseram estar ouvindo isso pela primeira vez, e que não faziam idéia do que tratava. Como haviam falado sobre desenvolvimento nas questões anteriores, separaram as duas palavras e definiram-nas isoladamente, dizendo que desenvolvimento é o crescimento de uma região, e o sustentável devia ser de sustento, ou seja, de alimento.

Em Alta Floresta, dos dez entrevistados nove não sabiam do que se tratava e não tinham

ouvido falar no assunto. Com a apresentação do conceito observaram que era tudo muito bonito, mas impossível de se aplicar a realidade deles. Somente um tentou apresentar uma definição.

Desenvolvimento sustentável, por ser sustentável, tem que ser uma coisa que se auto-sustentabiliza. O desenvolvimento sustentável, tem dois sentidos: sustentável no sentido de sustentar a família que está ali, ou povo que está naquela região. Mas para ser sustentável ele tem que se auto-sustentabilizar. Na maioria das vezes isso não acontece porque é preciso injetar dinheiro, e aí tá o problema: quem tem dinheiro pra investir? O desenvolvimento sustentável é difícil, mas é possível. É uma forma de se desenvolver... Desenvolvimento sustentável é diferente de fontes alternativas. Desenvolvimento sustentável seria a pessoa produzir, comercializar o produto e conseguir viver daquele comércio. Tem que conseguir investir novamente na produção. E tem que sobrar dinheiro para sobreviver e tratar do governo ainda, pagando os impostos. Então desenvolvimento sustentável é você produzir e ter um retorno financeiro e ainda para sobrevivência da família. A gente ouve muito falar disso, mas é difícil dizer o que é. (Colono 15).

A representação social de desenvolvimento sustentável do colono é feita em relação à propriedade e a preocupação que o desenvolvimento da propriedade seja sustentável. Mas a sua visão de sustentável se limita ao fator produção, que precisa dar conta de produzir o suficiente para a sua sobrevivência e para dar continuidade à produção. Os demais colonos de Alta Floresta, apesar de considerar que seja um termo estranho, do qual não tinham conhecimento, mostraram-se muito desconfiados com o resultado para eles, se esta fosse a forma de desenvolvimento para a região, porém se mostraram curiosos em conhecer mais sobre o assunto e se mostraram mais receptivos à idéia de preservação. Mesmo sem conhecimentos formais, comentaram que pode ser possível e que é muito válido se preocupar com as futuras gerações.

Sinop, assim como os outros municípios, também não apresentou conceitos de desenvolvimento sustentável. Mas os colonos dizem já ter conhecimento do termo pela mídia e também por discursos de políticos e ambientalistas. Têm uma representação social de desenvolvimento sustentável estreitamente relacionada à preservação. Eles ainda não sabem explicar o que é, mas acham que é utópico e impossível de ser aplicado à sua região, a não ser nos discursos políticos.

CAPÍTULO VI

OUTROS CAMINHOS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE: VISÃO DOS COLONOS

6.1 O QUE JÁ ESTÁ SENDO FEITO SEGUNDO OS COLONOS

A imagem dos colonos é a de um grupo de pessoas que tem como objetivo a destruição da floresta, e que por vezes são acusadas de não se preocuparem com o destino dessa região, que deveria ser preservada. As denúncias em relação às ações dos colonos os caracteriza como um povo destruidor, que não se preocupa com os prejuízos causados pela destruição do ambiente. Essa imagem tem soado tão forte, que até os próprios colonos, mesmo se colocando na defensiva, preocupam-se com a própria imagem não só diante da família, mas também de toda a sociedade.

Aqui é nortao, né? Por ser nortão aqui, paralelo 13 e Amazônia legal é, é... Vamos dizer assim o governo quer que a gente ponha uma peninha na cabeça e vire índio, pela lógica seria isso, né? Inclusive se fala muito em preservação, de reflorestamento, de recuperação de áreas, de projetos indígenas. Mas cadê a parte de conscientização? A parte de, o que eles poderiam investir na época da colonização na parte de ser colonizado. Porque na época, até o governo de Mato Grosso o plano dele era.... Como é mesmo aquela frase que a gente ouvia até na rádio? Eu não recordo agora, mas era algo assim: desmatar pra... Não me lembro mais, mas sei que eles incentivavam a desmatar a maior área possível, sem levar em consideração a área de APP (Área de Preservação Permanente). Nesta época essa lei era desconhecida. Então independente de ser beira de córrego ou não, de ser área de serra, a proposta era desmatar tudo para garantir a posse da terra. Se a pessoa ficasse naquela terra muito tempo sem desmatar, ela perdia a posse, o direito sobre a terra. Na época era isso, até muitas vezes para estimular a vinda de habitantes para essa região, até as colonizadoras doavam terra, né? Ou então davam longo prazo pra pessoa pagar ou faziam o sistema de negociação deles, no qual a pessoa era obrigada a vir desmatar a região. Então não tinha uma conscientização e o governo podia ter investido nisso, né? Mas na verdade ele esperou detonar a região para depois vir querer multar e cobrar. O que acontece em países de primeiro mundo já, tipo Canadá, Estados Unidos e Europa, eles já não têm quase nenhuma área de mata virgem. Eles só têm os grandes parques mesmo né? E tipo assim, esperaram detonar tudinho pra depois querer conscientizar. Não deviam ter deixado acontecer isso com essa região. Hoje em dia estão segurando aqui e em outras regiões como o Pará, Rondônia, Roraima, só que, em vez de vim conscientizar, não, ele chegam e vão logo ferrando, querendo tirar o pessoal e multa e tal. E a multa, por maior ou menor que seja, ela não está sendo bem utilizada. Isso porque o dinheiro vai e continua tudo igual. Acho que esse dinheiro está indo para o bolso de poucos. (Colono 15).

A indignação dos colonos, quanto ao julgamento que fazem deles, é exatamente a mola propulsora no sentido de questionar as atitudes dos promotores da política ambiental. Esse sentimento de revolta tem gerado ações para buscar alternativas que conciliem sobrevivência e preservação ambiental. Com o objetivo de encontrar o equilíbrio entre exploração e preservação, alguns apostam num desenvolvimento conservacionista para suas propriedades.

Como essa situação é bastante nova para eles, as mudanças têm sido um processo contínuo de erros e acertos para os quais não recebem apoio nem orientação. O relato a seguir é o histórico de uma propriedade que apresenta desde o encontro da área, passando pela ocupação com o desmatamento e a implantação de atividades agrícolas, até a busca de alternativas sustentáveis.

O início da ocupação se assemelha aos desenvolvidos nas demais propriedades, levando em consideração que por se tratar de uma chácara, desde o seu início tinha como objetivo produzir algo que fosse possível de comercializar na cidade.

Nossa! Aqui tem tanta coisa. Essa propriedade já passou por muitas coisas. Quando compramos aqui, a princípio foi feito o desmatamento da sede ali em cima. Na sede foi feita a casa, primeiro era só um barraquinho, depois começou a casa. No começo a gente mexeu muito com *citrus*, tinha um pomar bem grande de laranja, laranja pêra-rio, laranja-pêra natal, laranja-baiana, laranja-lima, mexerica, tangerina, ponkan, bergamota, várias espécies de *citrus*, né? E o gado leiteiro, tinha também o gado leiteiro. Gado leiteiro e *citrus*. Aí a gente mexeu com suinocultura também. E cada vez ocupando mais. No começo foi plantando umas mudas de árvore diferente, tipo assim, de madeira de lei que o pai sempre gostou de plantar. Então foi assim, começou com gado leiteiro e *citrus*, depois foi mexendo com suinocultura, apicultura e as outras culturas. Então, antes de 1990 e 1992, era mais a parte do gado leiteiro mesmo. E o pomar de *citrus* que até hoje ainda tem um pedaço de uns 1.200 agros de pés de ponkan. O nosso primeiro pomar, como já estava com uns 24 a 25 anos de plantado, e a região aqui é muito ácida e dá muito problema de raiz, então a gente acabou cortando alguns pés de laranja mais antigos. (Colono 15).

No ano de 1990, o dono, junto com a família, resolveu colocar em prática um sonho: criar peixes, que resultou na principal atividade econômica da propriedade. A piscicultura trouxe a necessidade de preservação das nascentes, da recuperação das áreas degradadas e principalmente da manutenção da reserva legal.

Depois foi mexido, a partir de 1990 a 1992, com piscicultura mesmo... Nós sofremos muito até encontrar o jeito pra fazer os tanques. Porque é assim, você tem que escolher o lugar dos tanques observando o relevo. Se tinha relevo suficiente para caída de água, então se fazia o tanque. Tipo assim, se uma área é

inclinada, você não tem que cavar muito. Mas se for plano, você tem que tirar toda a terra do meio e empurrar para a lateral, isso aumenta muito as despesas, são muitas horas de máquina. Por outro lado, se é muito inclinado é ruim, porque tem que cavar muito de um lado e pouco no outro, senão a água leva a terra embora. No terreno mais ou menos inclinado você trabalha com topografia. Você tira um triângulo daqui e coloca ali e está pronto o tanque. Ao mesmo tempo que você cava a terra, já usa para nivelar a outra parte, então fica mais fácil de trabalhar. Outra coisa também é que desse jeito a máquina trabalha num sentido só, não precisa manobrar e desse jeito gasta menos. A área onde estão os tanques era tudo mato, mas primeiro foi transformado em pastagem depois é que virou tanques. O primeiro tanque foi desativado de tão errado que ficou, hoje a gente não usa ele, mas ele fica aqui. Ele ficou errado primeiro porque não pega água de nenhum lugar, ficou num lugar seco. A água do rio não pode pegar porque tem resíduos e a água usada aqui vinha da cidade. Aqui nenhum tanque usa água de rio é só água de nascente da propriedade, porque a gente tem medo dos resíduos jogados no rio. Hoje grande parte da propriedade é destinada à piscicultura, dá quase uns 25% de água, não, não é isso não. Acho que dá uns 11 hectares. Dá uns 12 a 15% de água. (Colono 15).

A piscicultura e as exigências que ela faz inauguram uma nova forma de apropriação que exige um cuidado com todo o meio e que vai além da questão da água. A qualidade da água está voltada para a qualidade da vegetação que compõe o ambiente. Além disso, a problemática em torno da exploração da madeira começa a ser denunciada e os reflorestamentos passam a ser defendidos como uma possibilidade de renda.

O reflorestamento começou a partir de 1992, mas antes já era mexido com piscicultura. Então teve várias etapas. Foi gradativa essa diversificação da propriedade. Porque, de acordo com as necessidades e novas oportunidades é que o pai foi aprendendo. Ele via dando certo nas outras propriedades e o pessoal dizendo assim: olha eu tô mexendo com abelha, ou eu tô mexendo com reflorestamento. Daí ele começou a plantar algumas mudas de árvores. Então conforme a gente ia vendo dar certo, começou a fazer aqui também, né? No caso tentar recuperar, né? Porque o papel aceita tudo, a parte de plantio de plantas pioneiras, secundárias, a parte do clima, da sucessão ecológica. O papel aceita tudo, agora na prática é difícil. Você veja, tem plantas invasoras, muitas gramíneas que são muito brutas em termos de competição, sistema radicular. Então é complicado essa parte recuperação de áreas degradadas na prática em si. (Colono 15).

Todas essas iniciativas chamaram a atenção de outros proprietários e também da comunidade em geral, que passou a ir à chácara para conhecer os projetos desenvolvidos. As visitas tinham interesses econômicos e também acadêmicos, que acabaram contribuindo com idéias ou serviram do exemplo para implantar tais empreendimentos em outros locais. O interesse veio promover outra fonte de renda, que é o turismo rural, ainda em articulação.

E hoje em dia já entramos na parte de turismo rural. É assim, o pessoal vem aqui passear na região chega pra conhecer a chácara, né? Até principalmente os vôos da Trip, agora tem a Trip e a Cruizer, a Logus não tá trazendo passageiros, só faz vôo de carga. A Trip e a Cruizer chegam aqui as nove e às onze e meia, meio-dia, não tem horário muito certo. Então na parte da tarde os turistas que vêm aqui para as pousadas da região, até mesmo o Cristalino, eles não têm opção de onde ficar aqui. Então como eles só saem no outro dia cedo para o cristalino ou para as pousadas, no que eles chegam, do meio-dia até a tarde, eles vêm aqui para a chácara para conhecer a piscicultura e os pequenos animais, né? Eles querem ver também mexer com o gado e ver os animais silvestres. Aqui tem um casal de veadinhos, umas pacas e cotias, tem animais soltos também que a gente tem alguns. Então, ou eles vêm aqui na chácara e passam a tarde aqui para ver a piscicultura e as outras coisas, ou vão lá para a chácara da Apolônia para ver as orquídeas. Pra ver as orquídeas e conhecer as espécies aqui da região. Então como na região aqui se tem dificuldade de encontrar alguma coisa para os turistas fazerem na parte da tarde, nós começamos a abrir, a fazer essa parte do turismo rural. (Colono 15).

O trabalho se estendeu ao setor educacional, que com objetivos pedagógicos trouxe visitantes à propriedade para observar e estudar os experimentos.

Esse trabalho não é só para o pessoal de fora, hoje algumas escolas trazem seus alunos para visita pra aula de educação ambiental. Nessas aulas a gente tá fazendo umas experiências pra ver o que dá certo ou, de acordo com a região, como pode ser feito para recuperar uma área degradada. Então muitas escolas vêm aqui e já trazem uma aula em foco, né? No caso do pessoal da faculdade, do curso engenharia florestal, eles vêm aqui para ver a parte florestal de uma área nativa. Aqui têm várias áreas: tem algumas espécies florestais nativas, tem a parte do reflorestamento com algumas espécies exóticas e nativas, tem parte consorciada com gado, tem os *citrus* e reflorestamento também. Então pode ser aulas direcionadas, como no caso da faculdade com os alunos da biologia também, mas pode ser um curso de piscicultura ou pode ser uma aula de visita a uma propriedade rural que tem uma diversificação grande, né? Essa diversificação possibilita várias fontes alternativas de renda de pequena propriedade. Então o pessoal trabalha muito isso hoje em dia. As escolas também, elas fazem visita aqui com as aulas direcionadas de educação ambiental ou de fonte alternativa de renda. Nossa intenção, como essa área aqui é área de reflorestamento, e essa área aqui vai ser uma área de lazer, de *camping*, aqui como tem uma área de mata nativa e essa parte de reflorestamento, a intenção é de no futuro fazer trilhas. Aqui já tem mata nativa, depois o reflorestamento, e a intenção é fazer um bosque aqui nesta parte de pasto. Então só falta emendar essa parte aqui só. Já cercamo já e foi feito algumas covas para o plantio de mudas. A idéia é que quando a escola vier aqui visitar aqui de manhã, na hora que o sol está fresco ainda, levar os alunos para visitar o reflorestamento, a parte de lazer, a parte de floresta nativa, a parte de reflorestamento da área degradada. Daí o pessoal sai bem aqui em cima, nesta área onde fica os tanques, e volta de ônibus pela estrada. Vamos supor que eles venham à tarde. Eles pegam o ônibus e vem até aqui no chalé, visita a piscicultura e depois volta pela mata para conhecer. (Colono 15).

Essa propriedade é considerada como exemplo de recuperação de áreas degradadas, com a introdução de espécies nativas. Além disso, é uma prova de que não são necessárias grandes áreas para se obter rendimentos que garantam a sobrevivência dos proprietários. No entanto, não é apenas por estas questões que ela se destaca das demais, e sim pela persistência do seu proprietário e família que, diante dos resultados do processo de ocupação, percebeu a necessidade de modificar suas atividades.

A idéia era transformar isso daqui numa propriedade sustentável. Aquele velho ditado quando a pessoa diz: eu tenho uma fazenda, o nome de fazenda é porque a pessoa só vive fazendo alguma coisa, né, o serviço nunca acaba. Então vamos dizer assim, entre aspas, seria uma metamorfose que começa com o básico e de acordo com o necessário você vai abrindo um leque de oportunidades que se pode ter numa propriedade. Então a idéia começou desde que foi comprada essa propriedade, de já morar aqui na chácara por ser perto da cidade também, né? Daqui no centro no começo dava cinco quilômetros, e era considerado longe. Perto do que é hoje, porque fica a uns 200 metros do centro do bairro que se criou aqui do lado, o Jardim Araras. O ponto de ônibus fica a uns 50 metros da entrada da chácara. Então hoje a chácara já está sendo quase engolida pela cidade, mas na época era longe. Também quando comprou a chácara, a idéia já era morar aqui e tirar o sustento da família da propriedade. Então o pai abandonou a construção civil, na época ele mexia com a construção civil e começou a trabalhar só na chácara, e até hoje tá dando certo, né? Tanto a parte da piscicultura, apicultura, o reflorestamento e até o gado também. (Colono 15).

Essas modificações trouxeram ora sucessos, ora derrotas, que foram encarados como percalços na construção de uma nova forma de se apropriar do espaço sem o embate da caça e do caçador, no qual apenas um vence. Algumas tentativas ainda estão sendo estruturadas, tais como pequenas áreas de reflorestamento, exploração seletiva de madeira e outras. No entanto, elas ainda não possuem resultados, e talvez por isso não conseguiram provocar alterações mais significativas na propriedade e na forma de o colono se relacionar com a terra.

6.2 O QUE AINDA PRECISA SER FEITO NA VISÃO DOS COLONOS

Sentido-se julgados pela sociedade e punidos pelo Estado, os colonos tentam apontar soluções para que se possa conciliar desenvolvimento e preservação. As propostas a seguir são elaboradas e defendidas como solução para esse impasse, que tem dado a eles um caráter de vilões.

Sua primeira preocupação diz respeito à propriedade de terra. Segundo eles faz-se necessária uma política de distribuição da terra, já que o latifúndio é considerado o maior

problema da região. O grande proprietário, que sequer reside ali, normalmente é o responsável pelo desmatamento de vastas áreas, pois tem recursos ou facilidades para adquirir financiamentos, principalmente do Banco do Brasil.

Eu sou a favor da reforma agrária. Não tem necessidade dessas áreas tão grandes de terra. Porque uma pessoa precisa ter 50.000 hectares de terra? Isso não é correto, deveria ter um limite. O número de hectares devia ser limitado a uns 500 ou 1000 por pessoa. Então essa pessoa devia cuidar dessa parte. Tinha que fazer um jeito, não sei como, de dividir as terras de novo para que as pessoas que estão na cidade pudessem voltar para o campo. Principalmente aquelas que já moravam no campo e foram para a cidade. Eu sei que a agricultura familiar nunca vai competir com a monocultura, com o agronegócio, mas tinha que encontrar um jeito de recolocar o homem no campo porque lá a sua qualidade de vida é bem melhor do que a que ele tem na periferia. Inclusive ecologicamente seria melhor. Mas isso tudo precisa de conscientização. Só vai dar certo quando o homem entender que é preciso viver e deixar viver. (Colono 14).

Ainda em relação à propriedade da terra, um problema que apontam é sobre a regularização de documentos, pois há muitos grileiros na região se passando por proprietários. Denunciam esses elementos que invadem terras dos parques e indígenas, e depois são chamados de colonos pela mídia.

Agora tem aí esses povo que vive de invadir as terras, né? Eu não gosto disso não. A minha terra aqui foi comprada e pagada. Tim tim por tim tim. Cada cruzerinho que eu guardei. Mas ali pras banda do hotel da veia Vitória tem o parque, né? E do outro lado tem os povo que tá invadindo. Mas eles não são gente como nós não. Gente que vive só da terra que tem. Eles são gente que tem dinheiro. Eles compra documento, compra político, compra lei, compra tudo e daí é essa confusão. Eu fico aqui no meu canto, fico só olhando. Eles fala que são morador daqui, mas eu não acho. Esses são uns mentirosos, vivem só enganando. Essa gente não presta, uma hora é sem terra, outra é gente daqui. Eu acho que eles não são de lugar nenhum, não tem pertencimento... Eles só querem se dar bem, tirar vantagem. Daqui a pouco eles vão dizer que são índio também [risos]. (Colono 32).

Em defesa da necessidade de uma política de valorização do homem do campo, demonstram que este possa ser o caminho para a sua permanência na região. Como a preocupação com a política ambiental está sempre presente, acrescentam à necessidade de permanência uma política de recuperação das áreas degradadas. Afirmam que se ressentem por ter avançado sobre a floresta para aumentar a pastagem, mas em sua opinião, essa era a única

alternativa, já que a agricultura não oferecia condições de sustentar a família, e o gado precisava de pasto.

Você acha que esse negócio de vir multando todo vai resolver? Nós não temo dinheiro pra pagar e daí como vai ser? Vamos ter que abandonar tudo? Se a gente tivesse outra alternativa, você acha que eu ia mexer com gado? Eu não, eu gosto é de trabalhar com a terra. Eu gosto de produzir. E você sabe, não é preciso uma área tão grande assim pra produzir. O cacau mesmo, se desse preço, uns dez alqueire era o suficiente pra mim e pra minha família. Mas esse negócio de reflorestar vai dar lucro pra quem? Como vou usar dinheiro pra empregar numa coisa que não vai dar retorno? Só se o governo pagar, né, se ele pagar eu planto. E tem mais, eu nunca fiz isso, e daí vai ter que ensinar a gente. No tempo do cacau, do café, tinha a orientação da Emater, Empaer e Ceplac. E agora quem vai orientar? (Colono 32).

Justificam que, na época da implantação das culturas, sempre foram acompanhados por técnicos que lhes davam assistência; no entanto, em relação à exigência de reflorestar a área desmatada, as únicas coisas que recebem são a multa e a ordem. Lembram ainda que para a implantação da pecuária, não houve essa orientação e acompanhamento, mas existiu e existe financiamento do Banco do Brasil e do Basa para a atividade. E analisam:

Afinal, o que o governo quer? “De um lado ele dá apoio pra fazer, pra produzir e do outro manda a polícia prender. Afinal a gente é o quê? O que eles pensam que a gente é? E depois, quem come o que a gente produz? Quem compra a carne do boi que comeu o capim que tava plantado no lugar da floresta?” (Colono 23)

Pedem que primeiro o governo chegue a um consenso, e depois passe a respeitar as pessoas que estão trabalhando, e então determine o que se pode e o que não se pode fazer, que mantenha suas políticas, para não mudar as regras no meio do jogo. E também que seja revisto o critério de aplicação e utilização das multas pelo Ibama, porque elas não são para todos. Além de não pagá-las existem latifundiários que recorrem das multas e pagam um valor ínfimo. No entanto, para o pequeno proprietário, isso pode significar perda do único bem que possuem, que é a sua terra. Outro questionamento é quanto à destinação dos recursos, já que, apesar da cobrança de multas, dizem nunca terem visto nenhuma árvore plantada pelo Ibama na região.

O dinheiro das multas não aparece, no caso do Ibama, tanto na parte de madeireiro como na parte de fazendeiro, pra onde vai o dinheiro das multas? Aquela época em que o Fantástico foi investigar onde estava sendo aplicado o

dinheiro, e daí foram bater em cima do GPS, as coordenadas geográficas, deu uma área dentro do oceano que eles estavam reflorestando. Então esse dinheiro está sumindo. Então não tem, tipo assim, uma política correta de conscientização e nem mesmo para punir. O dinheiro que está sendo arrecadado por essas multas não está sendo aproveitado em nada. O dinheiro só tá indo embora. O pessoal está pagando porque, quem tem dinheiro paga e continua desmatando; porque se você tem dinheiro para pagar a sua autorização de desmate, você pode continuar desmatando do mesmo jeito. Onde está a lei de preservação então? Como alguém pode pagar pra desmatar? Então a lei está entre aspas, é uma lei porca, pois quem tem dinheiro continua desmatando. Agora quem não tem se ferra e paga a multa. Está complicado esse negócio. Tem desmatamento legal porque se você paga a taxa, pode desmatar tranquilo do jeito que quiser. (Colono 15)

A partir daí, sugerem que se elaborem estratégias para recuperar as áreas desmatadas enviando notificações e depois orientações para que eles possam se enquadrar na lei e não simplesmente serem julgados à revelia. É necessário ainda que se apresente uma organização produtiva viável para as propriedades, para que possam utilizar a terra sem precisar continuar derrubando a floresta. É preciso que sejam orientados quanto à ocupação e exploração da sua propriedade por pessoas habilitadas, capazes de analisar a situação atual e fazer a indicação de como resolver os problemas ambientais, levando em consideração a interdependência entre os proprietários e suas propriedades para sobreviverem.

Essas medidas, segundo eles, seriam necessárias para as regiões onde já foi realizada a ocupação das propriedades. Contudo, em Mato Grosso existem áreas que ainda estão em processo de ocupação com assentamentos, e que merecem atenção especial, para que os novos proprietários não venham a incorrer nos mesmos erros pelos quais eles estão sendo punidos. Devem ser revistos os critérios para novos assentamentos. A primeira providência é verificar qual o destino a ser dado à área e seu entorno. Se a área for considerada como de preservação, não seria adequado colocar um assentamento muito próximo dali, pois isso pode facilitar as invasões e conflitos. A proximidade dos assentamentos com terras indígenas também é uma situação muito complicada, já que isso pode levar os índios a se corromper e deixar os assentados explorar suas reservas, principalmente a madeira.

Criticam ainda, o fato de não terem sido orientados na hora de escolher o local mais indicado para manter a área de reserva. Muitas áreas ficaram isoladas, sem nenhuma ligação com outras reservas, e foram sendo reduzidas pelo efeito de borda, causado tanto pela ação dos ventos como pelas queimadas. Sem proteção, a área de reserva legal é invadida pelo fogo, quando se fazem queimadas para limpeza das pastagens ou de novas áreas de derrubadas. Outro item que

abordam é sobre a existência de animais selvagens nas áreas restritas, que acabam sendo alvo fácil de caçadores, ou dos problemas de espaço para os próprios animais. Reclamam que ninguém respeita as áreas de reserva, que são invadidas em busca de caça, pesca e até mesmo para tirar madeira.

Mas muita gente quer vir caçar, mas eu digo negativo, ali não, ali não é pra caçar não. Aqui dentro do nosso sítio ninguém mata paca não. Porque que eu não aceito, porque todo mundo podia ter um pedaço de mato, mas derrubou tudo e agora quer vim caçar aqui, que não tem mais onde caçar, porque derrubou tudo. Tem gente que quer vim caçar os macacos, tem muito ali. Eles falam que eles estragam as frutas, ataca o cacau, mas eu digo não, deixa os bichinhos aí, gente, eles são nascido aí. Eu não incomodo não. Tem dia que eu chego ali na beira da água e eles fazem a maior algazarra, e eu fico só olhando. Fico olhando porque eu gosto, isso é a natureza. E a gente tem que viver com tudo que tem na vida, né? Eu não mato cobra, deixa a cobra aí é só não mexe com ela que ela vai lá pro meio do mato. Eu não dou um tiro num animalzinho de jeito nenhum, eu não mato. (Colono 10).

Para os colonos, a solução a esse problema deveria ser a aquisição de uma área exclusiva para reserva permanente, onde todas as áreas de reserva legal pudessem ficar juntas, sob a guarda do Estado ou de uma associação que se responsabilizasse pela sua manutenção. A criação das áreas de preservação coletivas deveria ter como pré-requisito serem iguais à área da propriedade explorada pelo dono.

Uma coisa que nós sempre debatemos aqui na associação é que os políticos fazem um modelo de reserva para Alta Floresta que não funciona pra nossa região. Era preciso que cada região deixasse a sua área. Na época nós conversamos aqui que o interessante era cada que tivesse que deixar a reserva em sua propriedade se juntasse e comprasse uma área só de mato num lugar só que daí ia ter uma área grande, esses pedaços nas propriedades não funcionam. Daí nós ia poder usar a propriedade toda, mas é claro que respeitando a margem dos rios. O jeito que é feito hoje é um problema, porque, por exemplo, o meu vizinho lá queimou cinco alqueires da reserva dele. A castanheira vai morrer por causa do fogo. Não foi ele, foi fogo que veio das pastagens e entrou no mato, quando ele conseguiu apagar o fogo, já era tarde, tinha queimado bastante. Porque agora na seca fica tudo seco né, então agora vai morrer a castanheira, já morreu animais. Na parte baixa do rio é mais fácil cuidar, mas na parte alta vão caindo as folhas secas e formando aquele monte de folhas secas, então se vier fogo não tem o que fazer. (Colono 28).

O próprio colono sugere uma forma de organizar novas reservas:

Então a meu ver, a reserva tinha que ficar tudo num lugar só, se tem que ser cinco mil alqueires, que seja os cinco mil alqueires juntos, é só somar a área que tem que ter nas propriedades e a associação comprar uma área em outro lugar, mas eles não querem. Como é que os animais vão viver naqueles pedacinho de mato que as vezes não tem ligação com nada? Uma área grande o governo é que deveria se responsabilizar por ela, já uma área pequena de um, dois ou três alqueires, você acha que eu vou ficar brigando com meu vizinho se ele matar uma paca lá? Então a gente podia comprar uma área grande e anexar ela nesta escritura como reserva e deixar ela lá preservada de verdade, né? Porque daí se aqui na floresta amazônica tiver 100 mil hectares de reserva, que seja tudo numa área só. Porque daí o Estado tem condição de cuidar, porque se alguém invadir, eles podem agir, mas nós não. As pessoas caçam aqui nas suas terras e nas terras dos outros, então não há como segurar. Você vê como esses pedaços de reserva não funcionam se eles ficam no meio dos pastos e quando pega fogo, até acudir o fogo já foi pra dentro do mato. Então eu acho que esse modelo de reserva que fica nas propriedades aqui não vai funcionar. Lá na minha propriedade tinha umas 200 castanheiras apodrecendo no chão porque o Ibama não deixou tirá e então o fogo queimou e tá lá no chão. Não usei nem pra fazer a casa e a mangueira, porque pra tirá de lá ficava mais caro do que comprar madeira na serraria. É por isso que não funciona esse sistema de reserva pra nossa região, pode funcionar pros outros, mas aqui não dá certo não. Mas o pessoal daqui disse que não podia e o projeto nem foi encaminhado pra frente, ficou por Cuiabá mesmo. Daí as coisas ficam assim mesmo. (Colono 28).

Diante do descaso pelas suas idéias, os colonos dizem que a única resposta possível a ser dada é a apatia às propostas do governo e das ONGs. Preocupados com essa realidade, dizem continuar a busca por novas alternativas de desenvolvimento para a região, mantendo como objetivo a necessidade de provar que sua imagem de vilões é só mais uma estratégia para expulsá-los da sua propriedade.

CONCLUSÕES

A presença dos colonos na Amazônia mato-grossense é marcada desde o início por inúmeros acordos e conflitos que engendram um emaranhado de interesses dentro do espaço de colonização. Desavenças e conciliações ocorrem desde a expulsão dos índios para a instalação das empresas colonizadoras na região, passando pela exploração dos recursos naturais, até a implantação da monocultura e pecuária como atividades econômicas.

Em todos esses momentos os colonos se consideram julgados e sentenciados por qualquer que seja a participação ou resultado em relação ao fato que ocorre. Um dos julgamentos iniciais é de que foi por causa deles que se expulsaram os índios. Entretanto, quando a colonizadora fazia propaganda da terra, uma das estratégias era informar logo que nessa região não havia índios. E realmente já não havia, porque eles foram banidos da área pelo Exército durante a construção da BR-163, e mais tarde pelas empresas colonizadoras. Mas como são os colonos que estão ocupando uma área que antes pertencia aos povos indígenas, são considerados pela mídia e por ONGs como responsáveis pelas atrocidades cometidas com esses povos. Isso porque tanto o Exército como as colonizadoras exerceram uma atividade temporária, na qual tudo se justificava pela necessidade de preparar o espaço para a chegada dos migrantes.

Aliada a esses julgamentos sobre a ocupação, que é considerada como responsabilidade única e exclusiva dos colonos, está a questão ambiental como foco de novos questionamentos sobre suas atividades e atitudes. Um sentimento que durante muito tempo foi positivo transformou-se em negativo, com relação à permanência deles na região. Independentemente das suas atividades e características, são novamente aglomerados numa única categoria: a dos devastadores, exploradores e/ou destruidores da floresta amazônica. Essa responsabilidade jogada novamente sobre os colonos gera o mesmo sentimento que os acompanha desde a sua origem: a dúvida de que a única certeza que tinham possa deixar de existir, e a convicção que possuem é de que agora são donos da terra.

Os colonos vieram para a Amazônia mato-grossense em busca de terra para cultivá-la, e ao longo dos anos realizaram várias experiências, relatadas neste trabalho, e que resultaram em fracasso. À beira de desistir de permanecer em suas propriedades, descobriram na pecuária ou no plantio de soja a possibilidade de continuar ali. Isso deve ao fato de que esses produtos, independentemente da problemática do transporte, eram bem aceitos no mercado.

A opção pela pecuária é uma das formas de subsistência que divide os colonos. Eles afirmam que estão desenvolvendo essa atividade por falta de opção, porque o que desejam mesmo é o trabalho com a agricultura. Destacam que a sua satisfação maior está no cultivo da terra, em ver a semente nascer, crescer e produzir frutos. O trabalho com o gado é uma necessidade, mas se os produtos agrícolas oferecessem mercado, deixariam a pecuária para voltar a plantar.

Esclarecem que foi a pecuária que os levou a desmatar além dos 50% da área (ainda que na região seja permitido desmatar apenas 20%) para tornar viável a sua produção. Esse, entretanto não é o caso do grande fazendeiro, que reside em outros estados e seu interesse, desde o princípio, foi realmente a pecuária. Sem vínculo com a terra a não ser o econômico, desmata grandes áreas e transformam-nas diretamente em pastagem. Esse pecuarista, que normalmente adquire grandes extensões de terra, é que promove a devastação de imensas áreas, por ter apoio econômico (financiamentos do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia) e político (senadores, deputados estaduais e federais). Apesar das fiscalizações do Ibama e da Sema, eles possuem recursos financeiros para contratar advogados e protelar ao máximo suas multas, e assim continuam a agir impunemente na região, enquanto os pequenos produtores são ameaçados de perder seu único bem: a propriedade.

Quanto aos colonos da agricultura mecanizada, eles se defendem dizendo que estão em área de transição, e por isso poderiam derrubar 50% da área. Porém existem muitas questões que envolvem o direito de utilizar 50%, como, por exemplo, a que é defendida pelo estado de Mato Grosso, que declara a região como área de transição. Já o Ibama não acata essa definição e cobra aquilo que está definido na Lei 4.771, de 15 setembro de 1965. De acordo com essa lei, na região da floresta Amazônica a obrigatoriedade é de preservar 80% da propriedade. Esse impasse das leis federal e estadual permite novamente que o capital e a influência política, apesar das operações da polícia federal, ainda determinem quem é ou não passível de ser multado pelos órgãos ambientais. Diferentemente dos pequenos e médios proprietários, o grande produtor, por ter melhor condição financeira, maior escolaridade e conseqüentemente mais informações, recorre das multas e segue trabalhando, enquanto os primeiros, diante das multas, vendem suas propriedades e seguem para novos locais.

Existe uma diferença entre a pecuária e a plantações praticadas nessa região quanto ao potencial dos investidores. Na pecuária é possível haver investimentos até mesmo dos assentados

ou pequenos proprietários, com áreas de até três alqueires, como observado em Colíder. Para a soja isso já não é possível, pois é necessária uma grande área que compense os investimentos na mecanização dessa cultura. O avanço da soja é um processo que se inicia com a agricultura familiar de subsistência. A agricultura familiar tende a ser substituída pela pecuária, e esta pode então ser substituída pela monocultura, como é o caso da soja. Esse processo está ocorrendo em Sinop, mas parece que nos municípios de Alta Floresta e Colíder o processo estacionou na pecuária. Isso porque, em relação a esses dois municípios, a perspectiva parece não seguir tal lógica, pelo menos não a curto prazo, por razões que envolvem o relevo da região e também o fato de que a pecuária extensiva ainda é um negócio estruturado e rentável para os investidores. Outro fator que pode ser observado é a existência, nos três municípios - mesmo que em Sinop seja em menor escala - de pequenos, médios e grandes proprietários.

A história da propriedade da terra mostra que as pequenas propriedades acabam sendo incorporadas pelas grandes, seja a curto ou longo prazo, mas que o processo envolve muitas questões nas quais o fator econômico tem sido, pelo menos até o momento preponderante. Mesmo que cada processo de ocupação tenha desenvolvimento específico gerado por características próprias, a história da agricultura no Brasil parece destinada à preparação para o estabelecimento do agronegócio rentável, com possibilidade de exportação. Essa história se repete também na colonização da Amazônia mato-grossense, mas com um fator que vai mexer nos princípios, objetivos, métodos e resultados desse processo, que é a questão ambiental.

A colonização da região foi fundada sobre os princípios do trabalho, educação e religião, cuja célula era a família. O trabalho aparece como condição primeira para a permanência dos migrantes, já que tudo estava por fazer, o que garantia ocupação para todos. Além disso, as áreas adquiridas precisavam ser tornadas cultiváveis, o que implicava trabalho braçal muito arriscado, pelo enfrentamento de animais selvagens e pelo perigo de acidente nas derrubadas de árvores de grande porte. Assim a primeira referência aos colonos, feita pelas colonizadoras, era de que eles eram homens trabalhadores, valentes, corajosos e destemidos. Esses “elogios” eram distribuídos também para as mulheres e crianças, pois na colonização não havia nem dia, hora, nem tamanho e credo que interferisse na necessidade de trabalhar. A premissa de todos que vieram para a colonização era melhorar de vida, e o trabalho foi colocado como o único caminho para que essa meta fosse atingida.

A escola aparece como a garantia de um futuro melhor para os filhos. A educação é vista

como alternativa de crescimento pessoal e também como possibilidade de melhorar a produção na propriedade. A presença da escola era o sinal de civilidade, de que mesmo estando em uma área isolada, era possível permanecer com a família unida.

Completando o tripé estava a religião, com a presença do padre e das freiras. A Igreja se propôs a ser missionária para realizar sua evangelização, e as colonizadoras aceitavam essa presença para usá-la a seu favor. Se a educação garante o futuro, a religião ajuda a suportar o presente de dificuldades e a confiar que um dia haverá retorno, e quanto maior o empenho, maior a recompensa. Assim, a religião ajudou os colonos a esperar pelo momento da redenção, o que pode ser observado nas referências que fazem a essa região como terra prometida.

Esses três elementos, somados ao desejo de ser proprietário de terra, fizeram o colono pensar que a floresta era o grande entrave da sua conquista, porque a terra prometida é uma terra abençoada que produz tudo o que se plantar. Além disso, é uma terra adquirida por direito, seguindo a lei dos homens, pois fora comprada e paga, e isso lhe dava o direito de usá-la de acordo com suas necessidades. O direito à exploração da terra vinha garantido pelo pagamento, e da noção que o colono tem de que a sua propriedade é o seu mundo. Ele não tinha, e muitos ainda não têm, a visão de que a sua propriedade faz parte de um todo maior, que é o planeta.

A preocupação com a terra é estritamente relacionada à sua capacidade de produção, pois proteger e cuidar da terra é apontar a necessidade de fazer a recuperação do solo ou de usar técnicas para mantê-la terra produzindo. A área de reserva parece um entrave na vida dos colonos, sendo poucos os que a consideram como sua responsabilidade. Os que se mostraram interessados na área o fizeram em relação à possibilidade de apreciação da sua beleza, da possibilidade de explorar, mas nunca da sua importância como lugar de proteção da biodiversidade. Não são capazes de associá-las à qualidade de vida do planeta, reparam apenas no não retorno econômico que ela representa atualmente. Aqueles que derrubaram toda a área sequer mencionam o fato porque, assim como os demais, a preocupação é apenas com as fiscalizações que ainda atingem apenas algumas propriedades.

A maior atenção é mesmo com o desenvolvimento da região e a carência de infra-estrutura, como o asfaltamento da BR-163 para o escoamento da produção. Ressaltam outro fator preponderante para a urbanização, que é a instalação de indústrias locais. E quanto mais se fala em desenvolvimento, mais o colono se esquece da questão ambiental, e parece viajar num mar de possibilidades de que a região, que já é um grande pólo agrícola, torne-se também um grande

pólo industrial.

É nesse contexto que os colonos estão formando as suas representações sociais acerca de sua vida atual e da perspectiva de vida futura. Eles vão resignificar suas idéias e atitudes, até chegar ao ápice do desenvolvimento que esperam para a região. E quando lá estão, são obrigados a voltar à realidade por um fato que, de acordo com eles, é hoje o seu maior entrave: a questão ambiental.

É possível observar que esse processo de ocupação, em todas as suas dimensões, sejam políticas, econômicas ou ambientais, ainda está em construção e pode sofrer muitas transformações. Com outras nuances, alguns ajustamentos, esse processo sofre e vai continuar a sofrer mudanças significativas na sua estrutura, e assim provocar outras alterações que vão atingir diretamente a vida dessas pessoas.

Atualmente, o cenário a ser trabalhado ainda é o de uma comunidade de colonos alvejada pelas críticas dos ambientalistas, universidades e ONGs. Diante desse ataque, eles se defendem usando o argumento de que todos esses indivíduos que os criticam também consomem ou se sustentam dos impostos pagos pelos colonos e pela produção da Amazônia mato-grossense, assim como de tantas outras regiões da Amazônia. Abandonados pelo governo, que os colocou neste espaço para explorar a área e render divisas para o país, são eles que carregam a responsabilidade sobre o ônus de desmatar a maior floresta tropical do mundo.

O objetivo principal deste estudo era a realização de uma investigação e posterior análise das representações sociais construídas no processo de ocupação da Amazônia mato-grossense. De posse dessa análise, utilizá-la para desvendar como os colonos tornaram-se incompatíveis com as propostas de um desenvolvimento sustentável para essa região. A identificação das representações sociais foi realizada a partir dos significados que os colonos possuem de seis elementos que fazem parte da sua vida e que estão ligados ao processo de colonização: propriedade, trabalho, religião, educação, meio ambiente e desenvolvimento. Outras representações foram sendo observadas com relação ao entendimento que possuem do próprio termo colono, de colonizador e de Estado, e que contribuíram nesse entendimento. O desenho dos croquis também revelou muito das representações que elaboram sobre terra, reserva legal, política, ONGs, ecoturismo e outros fatores. Diante do mapeamento dessas representações, foi realizada a análise que permitiu as seguintes constatações:

Falando sobre a propriedade da terra, afirmam que não se consideram donos dela por

questões religiosas (como o pertencimento da terra a Deus) ou pelo fato de que não vivem para sempre (com sua morte, a terra passa para os filhos ou para outros). No entanto, acreditam que o fato de comprar, pagar e documentar a terra lhes dá o direito de decidir sobre o destino da propriedade. E que essa decisão deve atender a um critério básico, que é a sua necessidade de sobrevivência. Os colonos consideram a propriedade como uma recompensa garantida pelos anos de trabalho, ainda que a preocupação ambiental lhes pareça um fator de questionamento sobre essa propriedade. A terra é a fonte de vida, é a mãe que produz novos seres, é o berço da vida, mas também é o berço que acolhe seu corpo na hora da morte. Para eles ter a própria terra significa poder participar de todos esses atos dignamente, já que os consideram como algo divino. Isso se deve ao fato de que a posse da terra é tida como resultado final de um processo de enraizamento, que de acordo com Weil (2001), ocorre por ser necessidade vital do ser humano. A necessidade de estar em sintonia com a terra é acrescentada da necessidade que cada humano tem de estar plenamente integrado em sua coletividade, em seu território e em sua história. Assim sua visão de criação e de relação com a terra permanece nas relações pessoais, que se estendem aos seus familiares e amigos.

O trabalho é a razão da sua existência. Todos se sentem orgulhosos por apresentarem no corpo as marcas dos anos de trabalho, vistas como símbolo de dignidade, honra, honestidade, e sobretudo coragem. O trabalho é considerado uma necessidade de sobrevivência que pode causar uma transformação na sua vida, que é sempre benéfica. Eles percebem a existência de várias formas de trabalho e apontam a existência do lado bom e do lado mau, que depende de quem está executando. Fazem referência ao seu trabalho como modelo e a si mesmos como exemplo de trabalhador que produz para beneficiar não apenas a si próprio, mas toda a população.

Com relação à religião, possuem muitas representações do que seja a sua ligação com o mundo metafísico. Todas as falas são marcadas pela religiosidade, demonstrando acreditar numa comunicação com seres divinos capazes de fazer previsões, emitir castigos ou favores e dar orientações. Quando se fala em religião, imediatamente se reportam à figura do padre e sua atuação como Igreja católica. Alimentados pelas inúmeras analogias bíblicas, acreditam que são o povo de Deus andando pelo deserto (entendido como dificuldade) guiados pelo padre (profeta) para chegar à terra prometida.

A educação é algo que merece interesse desde o início da colonização. As lutas e conquistas nesse universo são possuir um espaço de educação que para eles se configura na

existência da escola. A educação escolar é vista como algo muito importante, uma segunda opção para aqueles que não conseguem permanecer na terra. Para eles, a propriedade da terra hoje já não é mais uma garantia de futuro (devido ao problema com a questão ambiental), mas a educação escolar o é, pois pode garantir um bom emprego e com isso um futuro tranquilo. A educação é a melhor herança que um pai pode deixar aos seus filhos. Ainda que destaquem a importância do papel da escola como centro de convivência, de encontro de todas as gentes, de divulgação e orientação sobre a implantação de novos cultivos, para eles esse papel fica relegado à atividade de lazer e de oração (espaço escola-igreja). Os colonos sempre relacionam a existência da escola aos filhos e não mencionam que a educação escolar estivesse voltada para eles também.

As representações sobre meio ambiente foram as mais polêmicas, pois estão marcadas pelos conceitos e preconceitos que atingem diretamente sua permanência e subsistência. A primeira atitude é demonstrar desconhecimento do assunto. Depois, de associá-lo à idéia de preservacionismo, e enfim, de apontar um conceito que daí deriva de ambiente como natureza a ser preservada da ação predatória e nociva dos homens. O colono se exclui do meio ambiente, assim como também exclui todas as suas atividades, como construções, plantações e criações. O meio ambiente é visto como algo natural, à parte, e que não pode ser tocado. Essa idéia faz com que ele não estabeleça nenhuma relação das suas atividades com os problemas ambientais. Normalmente, quando fala sobre as consequências das suas atividades, tenta justificar que existem, em outros locais, atividades tão ou mais prejudiciais do que a que ele executa.

Mais do que elaborar uma definição para meio ambiente, os colonos estão preocupados em demonstrar que, devido à questão ambiental, eles têm sido discriminados por suas atividades, consideradas predatórias. Dizem saber que não estão seguindo as regras impostas pelo Ministério do Meio Ambiente, mas não vêem outra solução para sobreviverem. Sugerem que seja necessário rever a posição desse ministério, principalmente da ministra Marina, que os trata como bandidos. Apesar de estarem fora do que estabelece a legislação, defendem-se dizendo que a lei mudou da noite para o dia, e agora eles deixaram de ser tratados como heróis para se tornarem vilões. Preocupados com todos esses problemas, ressaltam que o único temor que possuem é de perder a propriedade da terra, seja pela inviabilidade econômica, seja pela desapropriação.

Se meio ambiente é algo que provoca a instabilidade e revolta, falar de desenvolvimento para eles é gratificante, e por isso as representações aqui são remetidas novamente à política de

colonização desenvolvimentista. Entendem desenvolvimento como progresso, crescimento econômico, melhoria das condições de vida. Para todos eles, a transformação que ocorreu na região é resultado de um desenvolvimento gerado pelo seu trabalho. Desenvolvimento significa existência de estradas, construções e principalmente uma produção significativa de grãos e de carne. Apesar de todos se mostrarem atentos à questão ambiental, existe uma preocupação ainda maior com a continuidade do desenvolvimento local. Nesse sentido, fizeram algumas sugestões de como resolver a situação ilegal nas propriedades desmatadas além do permitido por lei, e de como evitar que novos processos de ocupação cometam os mesmos erros pelos quais eles estão sendo acusados agora.

Em nome do desenvolvimento e da sua própria defesa, os colonos expõem inúmeras justificativas para deixar de cumprir as leis ambientais, desde a necessidade de sobrevivência até a falta de caráter dos políticos e a internacionalização da Amazônia. Mesmo tentando mudar o discurso e se sentindo ameaçados pela opinião pública, não deixam de mostrar o que construíram e como isso está ligado à sua existência.

Diante desse contexto, é possível concluir que, no momento desta pesquisa, os colonos, pelas suas representações sociais de propriedade, trabalho, religião, educação, meio ambiente e desenvolvimento, demonstraram posições incompatíveis com uma proposta de desenvolvimento sustentável para a região. Essa incompatibilidade se deve ao desconhecimento teórico e prático do que venha a ser desenvolvimento sustentável segundo o conceito defendido pela academia, que prevê o uso dos recursos naturais levando em consideração o equilíbrio dos três aspectos: econômico, social e ambiental, de modo que se garanta a sobrevivência destas e das gerações futuras. Esse novo estilo de desenvolvimento, segundo Viotti (2001), tem como meta a busca da sustentabilidade social e humana capaz de ser solidária com a biosfera. Distante da dimensão desse conceito os colonos vêem a preocupação com o meio ambiente como um entrave ao processo. No entanto, é preciso lembrar que essa atitude foi construída pelos princípios que regem as políticas da colonização.

Hoje não se vê mais o empenho em trabalhar para modificar essas representações sociais, e nem de como utilizá-las para modificar a realidade. Se no início da colonização os colonos eram orientados pelas empresas colonizadoras, com o apoio do Estado, a realizar essa forma de ocupação predatória, hoje ninguém se preocupa em reverter esse processo. O Estado, em vez de criar novas estratégias para lidar com os colonos, usa apenas da forma punitiva, com fiscalização

e muitas, sem sequer ouvir o que eles têm a dizer. Os colonos, mesmo lamentando a falta de informação e o abandono à própria sorte, apresentam algumas propostas para modificar a realidade, porém as informações que possuem sobre preservação e conservação ainda são muito distorcidas por ambientalistas leigos, ou pela aversão que eles mesmos já criaram ao assunto.

Ainda que de forma não tão amigável, a inserção da questão ambiental já está provocando pelo menos a necessidade de buscar informações a respeito. Essas transformações são provocadas por questões internas e externas ao espaço de colonização, mas com certeza vão dar novos significados para a vivência do colono, tanto em relação às suas idéias, como em relação às suas ações. É nesse contexto que suas representações sociais vão sendo alteradas e tomando novas formas com o acréscimo de outros elementos ou informações. Isso pode ser observado, por exemplo, no conceito de propriedade, que começa a sofrer alterações pela inclusão da questão ambiental neste processo. E na valorização da escolaridade, que passa a ser um bem mais importante do que a terra para deixar como herança aos filhos. Deste modo se espera que, diante de tantas relações, as representações sociais ganhem outros significados e permitam ao colono, num futuro não muito distante, encontrar novamente o caminho para ser visto como herói da floresta, e não mais seu destruidor.

Ao observar esse contexto, constatou-se que a hipótese levantada neste trabalho sobre o processo de colonização da Amazônia mato-grossense indica que, ao seguir um modelo de ocupação proposto pelo governo militar, foi impressa nestes colonos a idéia de que, por serem considerados os primeiros habitantes desta região, poderiam conquistar, dominar e explorar todos os recursos disponíveis. No entanto, a partir da inserção da questão ambiental, a situação foi modificada e provocou a necessidade de rever o processo de ocupação e de buscar alternativas sustentáveis para a região.

Sem a pretensão de mais uma vez julgar os colonos, diante da busca de comprovação da hipótese de que eles se tornaram incompatíveis com as propostas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, este trabalho permitiu o conhecimento desses indivíduos, das suas crenças, valores, sonhos e perspectivas de futuro. Não cabe aqui apenas a identificação de quem é a culpa pela destruição da floresta, ou de tornar Mato Grosso o maior produtor de soja do país, mas sim de permitir que os colonos, na sua relação com a terra, seja ela sagrada ou profana, encontrem possibilidades de compatibilizar outras formas de desenvolvimento para a região. Os últimos acontecimentos apontam Alta Floresta com um dos municípios que mais desmataram no ano de

2007, mas os empresários locais saíram em defesa do município. “Somos muito mais que pontos de satélite. Somos uma sociedade. Somos pais de família e iguais perante a lei! Não podemos aceitar este tipo de segregação social e econômica.” (texto completo no anexo 3).

Quando se observa o cenário estabelecido nessa região, a primeira constatação é de que realmente os colonos provocaram a destruição da floresta, e isso ocorreu realmente, pois, onde existiam a mata e seus habitantes, hoje há pastagem ou plantação de soja. Mas a incompatibilidade começa a cair por terra quando se percebe o interesse dos colonos em buscar alternativas para uma convivência diferenciada no e com o meio ambiente. Eles possuem um vínculo com a sua propriedade que ultrapassa a relação Eu-Isso, é uma relação que se aproxima do conceito buberiano do Eu-Tu. Essa relação não se pauta numa linguagem compreensível aos outros indivíduos, mas se efetiva num diálogo em que ambos se complementam ou então se destroem. O fato é que existe um diálogo entre terra e colono, que num primeiro momento, inebriados pelos conceitos acadêmicos de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável, não é possível perceber. Só quando se estabelece um diálogo que respeita as limitações do outro é que ele também se mostra e deixar ver que a relação homem/natureza pode ser ressignificada para o colono e provocar uma mudança substancial na sua relação como parte do meio ambiente.

A idéia de estabelecer um sistema preservacionista assusta os colonos, pois eles percebem que nesse processo não existe lugar para eles, mas a proposta de um desenvolvimento conservacionista que inclui o homem lhes parece bem mais interessante. A abordagem punitiva do Ibama em nada tem contribuído para esse diálogo, e nem mesmo os ataques dos ambientalistas e das universidades, que geram revoltas e reações por vezes até descabidas por parte dos colonos. Diante dos seus depoimentos, é possível concluir que eles demonstram interesse em falar sobre uma política ambiental, desde que essa leve em consideração duas questões que se completam: a permanência na terra e a garantia da sobrevivência.

Assim, a saída para essa crise que se instalou na região, e que pode ser considerada também como uma crise identitária, precisa sair da dimensão punitiva e passar para uma dimensão educativa, para a qual os colonos se mostram abertos. Além disso, para questionar a relação que os colonos possuem com a terra, como fonte de subsistência, é preciso entender que ela foi herdada de muitas outras gerações e será passada para suas gerações futuras, a não ser que se quebre de alguma forma esse elo. Isso significa o rompimento de um paradigma que tem seu enraizamento num passado remoto, no qual o homem, para sobreviver, tornou-se caçador,

estabelecendo uma relação de vida ou morte. Essa agressividade, segundo Moscovici (1975), em se apropriar dos alimentos, garantiu a sobrevivência da espécie, mas provocou alterações nas representações que os homens fazem da relação com o meio ambiente.

Por certo muitos outros eventos contribuíram para a formação dos homens, como a industrialização e até mesmo a globalização, mas é preciso lembrar que o homem não é apenas resultado de todos esses processos. O homem possui em cada tempo particularidades que podem influenciar suas atitudes, crenças, valores, até chegar ao ponto de transformá-las, desde que isso de alguma forma, ainda que seguindo uma lógica questionável, possa garantir a sua sobrevivência.

A Amazônia mato-grossense já foi ocupada e agora há um longo caminho para que ocorra a civilização dessa região. No entanto, é preciso começar a dimensionar esse percurso para que, dentro do possível, possa ser garantida a sobrevivência não só no presente, mas também no futuro. Sem deixar de dar a devida importância à identificação do momento em que o homem rompeu com a idéia de que era parte da natureza, para dela se apropriar e transformá-la de acordo com seus interesses, considera-se que esse processo está mais forte do que nunca. Entretanto, se existe uma abertura para que se apresentem outras propostas, há que se considerar que os colonos podem aceitá-las, desde que com incentivos financeiros e orientação, para continuarem a viver e deixar viver a Amazônia mato-grossense. O primeiro passo em direção a esse universo é a compreensão de que o colono, assim como todos os indivíduos que coabitam naquele espaço, constituem nesse momento o meio ambiente, e todos têm direito de nele permanecer.

REFERÊNCIAS

- ABACC. A Criação da ABACC. <<http://www.abacc.org/port/abacc/abaccagencia.htm>>. Acesso em: 05 maio 2007.
- ALBERTI, Verena. **História Oral – A Experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990. 190p.
- ALBUQUERQUE, Renan. Rumo ao sul do Estado para combater o desmatamento. Belém, 2006. Disponível em: <<http://www.istoeamazonia.com.br/index.php>>. Acesso em: 11 maio 2007.
- ALEXANDRE JÚNIOR, Miguel. *et al.* **Aristóteles - Retórica**. Lisboa. INCM. 1998. 245p.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. **Mercosul fundamentos e perspectiva**. Brasília: Grande Oriente do Brasil, 1998. 159p.
- AMADO, J. & FERREIRA, M. M.. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1990. 277p.
- AMM – ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS. Portal Municipal. Cuiabá, 2007. Disponível em: <<http://www.amm.org.br/amm/>>. Acesso em: 4 jun. 2007.
- ANDRADE, Manoel Pereira de; IADANZA, Enaile do Espírito Santo. **Pantanal: notas sobre o desenvolvimento econômico e ambiental**. In: Anais do Seminário Internacional Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro. Uberlândia: EMBRAPA/UFV. Setembro de 1996.
- APPY, Robert. Novo centro produtor de café fica no Mato Grosso. **Jornal O Estado de Mato Grosso**, 22.07. 1977, p. 8
- ARAÚJO, Ligia Martins Alexandre de; SILVA, Tânia Maria Vieira da; NASCIMENTO, Érika Regina Prado do. Análise dos focos de calor em áreas florestais ao longo do Arco do Desflorestamento. In: **Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis**, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 4421-4423.
- ARAÚJO, Ricardo Torri. **O movimento boa nova**. Belo Horizonte: O Lutador, 1999. 200p.
- ARRUDA, Antonio de. **ESG: história de sua doutrina**. São Paulo: GRD/INL/MEC, 1980. 303p.
- ARRUDA, José Jobson de; PILETTI, Nelson. **Toda a história: história geral e história do Brasil**. 6 ed. São Paulo: Ática, 1996. 496p.
- ASSECOM. Dados geográficos. Localização do município de Sinop. Disponível em: <<http://www.assecom.sinop.mt.gov.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2008.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. 70. Lisboa: Persona, 1995. 225p.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** Parcerias Estratégicas. Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência Número 12 - Setembro 2001, p. 135-159.

BECKER, Bertha K; MIRANDA, Mariana. **Geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1997, 494p.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política; Ensaios Sobre Literatura e História da Cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 253p.

BERNARDO, Maristela. Políticas Públicas e sociedade civil. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 41 – 58.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 404 p.

BRASIL JUNIOR, Antonio C. P. um cenário desejável para conter o desmatamento na região de Belo Monte. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; DRUMMOND, José Augusto (orgs.). **Amazônia: Dinamismo econômico e conservação ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, 336p.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. Trad. Newton Aquiles Von Zuben. 8 ed. São Paulo: Centauro, 2004. 152p.

_____. Sobre **Comunidade**. Coleção Debates. Editora Perspectiva. São Paulo, 1987. 136p.

CAMPOS, Leonardo Pio da Silva. Operação Curupira e seus efeitos. OAB/MT, 2005. <<http://www.oabmt.org.br/index.php?tipo=ler&mat=1873>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO. **Certidão de registro de imóveis**. Cuiabá. 29 de fevereiro 1972.

CASTRO, Sueli Pereira (org.). **A colonização oficial em Mato Grosso**. Cuiabá: EDUFMT. 2002. 290p.

CARVALHO, Isabel Cristina. Educação ambiental: a formação do sujeito lógico. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006. 256 p.

CHERMONT, Larissa Steiner. Programa Avança Brasil para a Amazônia Brasileira In: **Anais do Seminário Café Brasil 5**. Birmingham: ABEP, 6 de Abril de 2002.

COELHO, Marcos de Amorim. **Geografia do Brasil: espaço natural, territorial e socioeconômico brasileiro**. 5 ed. São Moderna, 2002. 392p.

COLONIZADORA SINOP. **Projeto de Colonização Gleba Celeste - Mato Grosso**. Sinop: Mimeo. 12 de maio de 1972, 203p.

CONSTITUINTE (ed.) Programa "Nossa Natureza": GTI-VI. Proteção do meio ambiente, das comunidades indígenas e das populações envolvidas no processo extrativista. **Relatório final**. Brasília, 1989.

COSTA, F. G.; CAIXETA FILHO, J. V. Logística e expansão da soja na Amazônia Legal. **Preços Agrícolas**. 170, Piracicaba, Dezembro 2000 / Janeiro 2001, p. 13-17.

COSTA, Newton de Lucena. Agricultura Itinerante na Amazônia. Porto Velho: EMBRAPA/CPAFRO, 2001. Disponível em: <<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php%3Fid%3D44+agricultura+itinerante&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=3&gl=br>>. Acesso em: 11 maio 2007.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Dinâmica Migratória e o processo de ocupação do centro-oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. **Revista Brasileira Estatística e Populações**. São Paulo, v. 23, n. 1, jan./jun. 2006, p. 87-107.

_____; ALMEIDA, Gisele Maira Ribeiro de; RAQUEL, Fernanda. Migrações e transformações produtivas na Fronteira: o caso de Mato Grosso. **Trabalho apresentado no XIII Encontro da associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto-MG, de 4 a 8 de nov. de 2002. 28p.

DEFARGES, Philippe Moreau. **Introdução a geopolítica**. Lisboa: Gradiva, 2003, 192p.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa – reflexões sobre a pesquisa sociológica. **Coleção Textos, n.º3, São Paulo: CERU, 1.992. p 42-60.**

DIAS, Genebaldo. Freire. **Educação Ambiental. Princípios e Práticas**. 2 ed. São Paulo: Gaia, 1993. 400p.

DIÁRIO DE CUIABÁ. **Dinheiro verde: policia federal inicia a operação cururpira**. 28 de nov. 2005. Ed.número 214, p.1. Cuiabá-MT.

DRUMMOND, José Augusto. **A legislação ambiental Brasileira de 1934 a 1988**: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. In: *Ambiente e Sociedade*, ano II, n. 3 e 4, 2º semestre de 1998/1º semestre de 1999, p. 127 a 149.

DURKHEIM, E. Representações individuais e coletivas. In: DURKHEIM, E **Sociologia e Filosofia**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970, p. 15-49.

EGLER, C. A. G. Mudanças recentes no uso e na cobertura da terra no Brasil. In: **Seminário Mudanças Ambientais Globais: Perspectivas Brasileiras**. Campinas, Unicamp. Mimeografado. 2001, 22 p.

ELIA, Carolina. Corte na corrupção. O ECO. 2005. Disponível em: <<http://arruda.rits.org.br/oeco/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=6&pageCode=121>>. Acesso em: 21 maio 2007.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Trad. Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. V.2. 307p.

FARIAS, Osvaldo Cordeiro; CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder. **Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo e Walter Góes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. 757p.

FARID, L. H. **Diagnóstico preliminar dos impactos ambientais gerados por garimpos de ouro em Alta Floresta/MT: um estudo de caso**. CETEM/CNPq. Rio de Janeiro, 1992. 190p.

FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995, pp. 31-59.

FERNANDES, R. C. **Religião: pouco padre, pouca missa e muita festa**. 2007. Disponível em <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaty/web/port/artecult/religião/apresent/index.htm>>. Acesso em: 06 jan. 2008.

FERNANDES, R. C. **Romarias da Paixão**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

FERNANDES, Patrícia Machado Bueno. A guerra biológica através dos séculos. **Revista Ciência Hoje**. Vol. 31. Nº. 186. Ed. setembro de 2002, p. 21-27.

FERRAROTTI, Franco. Industrialización e historias de vida. **Revista Historia y Fuente Oral**, nº 09, Barcelona: Universidad de Barcelona, 1993.

FERREIRA, Leandro Valle, VENTICINQUE, Eduardo e ALMEIDA, Samuel. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. São Paulo. **Estudos Avançados** 19 (53), 2005. ISSN 0103-4014.

FORTES, Rafael. O presidente e a democracia: o passado de José Sarney em Istoé e Veja. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Rio de Janeiro**: Universidade Federal Fluminense, Abril de 2006 -15 p.

FUNDAÇÃO CRISTALINO. Cristalino Jungle Lodge: um santuário Amazônico. Alta Floresta/MT, 2001. Disponível em: <<http://www.cristalinolodge.com.br/apresentacaop.htm>>. Acesso em: 06 jun. 2007.

GERAQUE, Eduardo. Maggi "Verde" defende floresta nos EUA. Cuiabá: ICV, 2007. Disponível em: <<http://www.icv.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=7274>>. Acesso em: 14 jun. 2007.

GODOY, Amália Maria Goldberg. A gestão sustentável e a concessão das florestas públicas. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, 10(3): 631-654, set./dez. 2006. ISSN 1415-9848.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1988. 158p.

GOMES, Gustavo Maia; MAC DOWELL, Maria Cristina. **Descentralização política Federalismo Fiscal e Criação de Municípios**: O que é mau para o econômico, nem sempre é bom para o social. Texto para discussão. Ministério do Planejamento, orçamento e gestão. IPEA. Brasília: EDITBSB, 2000. 28p.

GREENPEACE. Desmatamento leva Pânico ao Mato Grosso. 16-06-2005. Cuiabá-MT. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org.br/amazonia>>. Acesso em 12 maio 2007.

GREIN NETO, Victor. O criador de cidades. **Suplemento da Indeco**. Alta Floresta, 1983, 12p.

_____. Um outro Brasil na Amazônia. **Suplemento da Indeco**. Alta Floresta, 1980, 12p.

GUARESCHI, P. A. Sem dinheiro não há salvação: ancorando o bem e o mal entre os neopetencostais. In: GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.) **Textos em Representações Sociais**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. & JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 324p.

GUIA DE INFORMAÇÕES SOBRE MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES. **Dados políticos, físicos e geográficos**. Cuiabá: SECON, 2002. 230p

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde**. Campinas, 1986. Dissertação (Mestrado em História) Setor de Humanas. UNICAMP.

HEITZMANN, Mila. **O conceito de trabalho**. São Paulo: Hucitec, 2005.

HIGUSHI, Niro. **Biodiversidade: perspectivas e oportunidades tecnológicas**: uso (abuso?) dos recursos naturais na Amazônia. Manaus: INPA, 1998.

HIRST, Mônica A América Latina como prioridade. Arquivos da Diplomacia Brasileira: Governos. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/arquivo>>. Acesso em: 15 abr. 2007.

_____. O Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998). Arquivos da Diplomacia Brasileira: Governos. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/arquivo>>. Acesso em 15 abr. 2007.

IANNI, Otavio. **A luta pela terra**: história social da terra e a luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geografia do Brasil, Região Centro Oeste**. Vol.1.2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geografia do Brasil, Região Centro Oeste**. Vol.1.2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geografia do Brasil, Região Centro Oeste**. Vol.1.2002.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Relatório do Encontro BR-163 Sustentável: desafios e sustentabilidade socioambiental ao longo do eixo Cuiabá-Santarém. Realizado em Sinop, Campus da UNEMAT, 2004.

JATENE, Heliana da Silva. **Reabertura da fronteira agrícola sob controle: a colonização particular dirigida de Alta Floresta**. Campinas. 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Setor de Humanas, UNICAMP.

JOANONI NETO, Vitale. Fronteiras da Crença: da libertação ao carisma. A presença católica na cidade de Juína (MT). Assis, 2004. Tese (Doutorado em História) Unesp.

KITAMURA, P. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Embrapa, 1994, 182p.

KOHLHEPP, Gerd. Desenvolvimento regional adaptado: o caso da Amazônia brasileira. Trad. Mônica Roper e Lautiana Cardoso de Oliveira. **Estudos Avançados**, v. 6 n.16, 1992, pp. 81-102.

LAKATOS, Maria Eva; MARCONI, Marina Andrade. **Sociologia geral**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1999, 373p.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História Oral: Muitas Dúvidas, Poucas Certezas E Uma Proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe (Org.). **(Re) Introduzindo História Oral no Brasil**. Série Eventos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1.996.

LAURANCE, William F.; ALBERNAZ, Ana K. M., COSTA, Carlos da. **O desmatamento está se acelerando na Amazônia brasileira?** Biota Neotrópica. V 2, número 1, 2002 - ISSN 1676-0603.

LEROY, Jean Pierre. **Relatório da missão ao Estado de Mato Grosso**. Projeto relatores nacionais em DhESC. Rio de Janeiro, 2005, 55p.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006. 183p.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky, GUIMARÃES, Ed. Carlos. Reflexões sobre a pistolagem e a violência na Amazônia. Coimbra: CES. Universidade de Coimbra. 2005. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/reflexoes_sobre_pistolagem_violencia_na_amazonia>. Acesso em: 12 ago. 2007.

LOURENÇÃO, Humberto José. **A Defesa Nacional e a Amazônia: O Sistema de Vigilância da Amazônia**. Campinas, 2003. Dissertação de mestrado Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp.

MAGNOLI, Demétrio. **O que é geopolítica**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, 74p.

MANSUR, Alexandre. Corumbatão, a Cubatão que pode brotar no Pantanal. 2007. Disponível em: <<http://www.blogdoplaneta.globolog.com.br/archive>>. Acesso em: 05 jun. 2007.

MARINHO, Carmem L.C.; MINAYO-GOMEZ, Carlos. **Decisões conflitivas na liberação dos transgênicos no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 18(3): 96-102, 2004.

MARQUES, B. F. **Direito agrário brasileiro**. 4 ed. Goiânia: AB, 2001.

MARTINS, Dora & VANALLI, Sonia. **Migrantes**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997. 101 p.

MATO GROSSO S/A. **Colonização: paraíso e purgatório no inferno verde**. Ano I, n. 3, maio-jun. s/ano. In: Oliveira 2005

MATOS, Carlos de Meira. **Uma geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. 215p.

_____. **A geopolítica e as projeções do poder**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

_____. **Brasil: geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

MATOS, Herles de. O perfil do colonizador. **Folha da Floresta**. Alta Floresta, 1ª quinzena de abril de 1989.

_____. Alta Floresta – capital do norte. **Folha da Floresta**. Alta Floresta, 2ª quinzena de maio de 1996.

MENEZES, Maria Lucia Pires. Tendências atuais da migração interna no Brasil. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. Nº 69 (45), 1 ago. 2000. [ISSN 1138-9788]

MESQUITA, Fernando César. Desmatamento e Política. Agência CT. Ministério da Ciência e Tecnologia. 2005. Disponível em: <<http://agenciact.mct.gov.br/index.php/content/view>>. Acesso em: 08 maio 2007.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. 686p.

MINAYO, Maria C. Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.) **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MINETTO, Aquilino. Parecia que tudo ia acabar. **Diário Regional. Sinop**. 14 de set. 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Ambiental Legal**. Brasília: MEC, 2002.

MINISTÉRIO DO INTERIOR (MINTER), IBAMA. **Programa Nossa Natureza Leis e Decretos**. Brasília, 1989.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Histórico Institucional**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo>>. Acesso em: 16 jun. 2007.

MINTER/IBAMA. **Programa Nossa Natureza - Leis e Decretos**. Brasília: Ministério do Interior e Ibama, 1989.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papirus 1995. 257p

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003, 404p.

_____. **Sociedade contra a natureza**. Trad. Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1975.

MOTTA, Márcia Maria Mendes. A grilagem como legado, In: MOTTA, Márcia & PINEIRO, Theo Lobarinhas. **Voluntariado e universo rural**. Rio de Janeiro: Vicio de Leitura, 2001.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. Transformando o arco do desmatamento no arco do desenvolvimento sustentável: uma proposta de ações emergenciais. Revista Eco 21, Ano XIII, Edição 80, 2003. <<http://www.amazonia.org.br/guia/detalhes.cfm>>. Acesso em 13 jun. 2007.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência**. Tese de Livre-Docência, USP, São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo. BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Mauricio (org.). **Amazônia Revelada: Os descaminhos ao longo da BR-163**. CNPq, 2005, p. 67-183.

OLIVEIRA, João Mariano de. **A esperança vem na frente: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso: o caso de Sinop**. São Paulo, 1982. Dissertação (mestrado em geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Siloé. **Colonização e Massacre**. Colíder-MT. 1998.

PANOSSO NETO, Alexandre. **Geopolítica, agricultores e madeireiros na frente oeste de colonização**. Campo Grande: UCDB, 2002. 147 p.

PENHA, Eli Alves. Política e gestão ambiental no Brasil. In: **Cadernos de Geociências**, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Geociências – nº. 16, IBGE, Rio de Janeiro, 1995.

PIOVESAN, Flavia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 516. ISBN: 8502055283.

PITANGUY, Jacqueline; HERINGER, Rosana. Direitos Humanos no Mercosul. Rio de Janeiro: **Cadernos Fórum Civil**. Ano 3 N. 4, janeiro de 2001. ISBN 85-88222-09-4.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA. **Perfil sócio econômico do município de Alta Floresta**. Alta Floresta, 1999. Mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA. Perfil sócio econômico do município de Alta Floresta. Disponível em: <<http://www.altafloresta.mt.gov.br/>>. Acesso em 08 ago. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER. Perfil sócio econômico do município de Colíder. Colíder, 2007. Disponível em: <<http://colider.mt.gov.br/>>. Acesso em 08 ago. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP. Perfil sócio econômico do município de Sinop. Sinop, 2007. Disponível em: <<http://www.sinop.mt.gov.br/>>. Acesso em 08 ago. 2007.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável da área de Influência da Rodovia BR-163**. Brasília, 2004.

_____. Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 24 de março de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/>. Acesso em: 08 ago. 2007.

PRETI, Oreste. **Colonização**. Cuiabá: EDUFMT, 1993. 179p.

PROCÓPIO, Argemiro. **Amazônia**: ecologia e degradação social. São Paulo: Alfa-Omega, 1992, 264p.

REVISTA PESQUISA. **Queimadas deixam o ar da Amazônia mais poluído que o da cidade de São Paulo**. São Paulo: FAPESP, 1997, p. 4-10.

RIBEIRO, Iselda C. **A reprodução ampliada no processo de colonização – Projeto Canarana**. Pioneiros Gaúchos no Norte Mato-grossense. Campinas, 1986. Dissertação (Mestrado em História) Setor de Humanas, Unicamp.

RODRIGUES, J. A. **Processo Histórico de Alta Floresta**. Secretaria Municipal de Educação/P.M.A F. 1996, p. 4-7.

RODRIGUES, Roberto. **2005 o ano do Brasil**. Ministério das Relações Exteriores. Brasília: Ipsis Gráfica, 2005, p. 20-22.

ROSA, Rosane Duarte. **A constituição da escola como espaço de formação do colono do norte Mato-grossense – Alta Floresta 1976 a 1996**. Curitiba, 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) Setor de Educação, UFPR.

ROSA, Rosane Duarte. O projeto de colonização da Indeco – Alta Floresta 1976 a 1999. In: **Caderno Fênix Ciência**. Trabalho, identidades e natureza. Ano I. Cáceres-MT: Unemat Ed. 2004. p.62 - 75.

ROSENDO, J.S. **Impactos sócio-ambientais das serrarias instaladas no município de Vera-MT**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002. Monografia (Bacharelado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, 2002.

SANTOS, José Vicente Tavares. **Matuchos – exclusão e luta**: do sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993. 282p.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 1997, 242p.

SAYAGO, Doris; MACHADO, Luciana: O pulo do grilo: o INCRA e a questão fundiária na Amazônia. In: SAYAGO, Doris; u.a. (org.): **Amazônia: cenas e cenários**. Brasília, 2004, pp. 217-235.

SCHAEFER, José Renato. **As migrações rurais e implicações pastorais: um estudo da migração campo-campo do sul do país em direção ao norte de Mato Grosso**. São Paulo: Loyola, 1985, 264p.

SCHEURMANN, Erich. **O PAPALAGUI**. Comentários de Tuiavii, chefe da tribo Tiavéa nos mares do sul. Trad. Samuel Penna Aarão Reis. 7 ed. São Paulo: Marco Zero, 1999. 105p.

SECOM/MEIO AMBIENTE. Reportagem ressalta mudanças positivas na política ambiental de Mato Grosso. Redação/SECOM/MT. 2007. <<http://www.secom.mt.gov.br/conteudo.php?sid=13&cid=31687&parent=13>>. Acesso em: 04 jun. 2007.

SEMA, Histórico da criação da Secretaria de Meio Ambiente. Cuiabá, 2005. Disponível em: <http://www.sema.mt.gov.br/upload/arquivos/39_214_05okpublic.doc>. Acesso em: 14 jun. 2007.

SEMINÁRIO CLIMA E DESMATAMENTO - **Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas**. Resumo das palestras do seminário sobre Clima e Desmatamento. Coppe/UFRJ, jun. de 2005.

SEPLAN - **Plano de Metas Mato Grosso 1995-2006**: regionalização. Cuiabá, 15 p. 2006.

SILVA, G. C., **Geopolítica do Brasil**. Ed. 3. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1983. 150 p.

SIPAM – SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA. Amazônia Legal. Brasília, 2006. Disponível em: <http://sipam.gov.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id>. Acesso em 16 jul. 2007.

SCHNEIDER, C.I. **Os senhores da terra**: produção de consensos na fronteira (Oeste do Paraná, 1946-1960). Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, 2001.

SPINK, Mary Jane. O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, vol. 9 n.3, Jul./set. 1993, pp300-308.

TAVARES, Antônio Carlos. Mudanças climáticas. In: VITTE, A. C. & GUERRA, A. J. (Org.). **Reflexões sobre a geografia física no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TEIXEIRA, Luciana. **O sentido da colonização na Amazônia Mato-grossense**. Semana de Geografia. Presidente Prudente: UNESP, 1982.

TORRES, Mauricio. (org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPq, 2005. 496 p.

UNEMAT/SINOP. Economia. Sinop/MT, 2002. Disponível em: <<http://www.unemat-net.br/institucional/iframme.php?unemat=institucional2>>. Acesso em: 04 jun. 2007.

VAL, Adalberto Luis. Formação e fixação de recursos humanos: ações essenciais para a Amazônia. *Ciência e Cultura.*, jul./set. 2006, vol.58, no.3, p.41-44. ISSN 0009-6725. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid.> ISSN 0009-6725. Acesso em: 14 jul. 2007.

VIOLA, E. e LEIS, H. A Agenda 21 diante dos desafios da Governabilidade, das Políticas Públicas e do Papel das Organizações Não Governamentais In: CORDANI, Umberto, MARCOVITCH, Jacques e SALATI, Enéas. (org.). **Rio 92 Cinco Anos Depois**. São Paulo: EDUSP, 1997.

VIOTTI, E. B. Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. In: BURSZTYN, M. (org.). **Ciência, ética e sustentabilidade – desafios para o novo século**. São Paulo/Brasília: Cortez, Unesco, CDS/UNB, 2001, p. 143-158.

_____. **Globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998**. XXI International Congress of the Latin American Studies Association", Panel ENV 24, Social and Environmental Change in the Brazilian Amazon; The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, USA, 24 a 26 de set. 1998. 24p

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UNB, 2004. 422p.

WEIL, Simone. **O enraizamento**. Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru-SP: Edusc, 2001, 274p.

ZART, Laudemir Luiz. A mobilidade das populações trabalhadoras: A migração-colonização e as representações sociais de agricultores familiares. In: **Caderno Fênix Ciência**. Trabalho, identidades e natureza. Ano I. Cáceres-MT: Unemat Ed. 2004.p.47-62.

ZURITA, Marcos O Projeto TAMAR, a Política Ambientalista Brasileira e Suas Repercussões Sobre Território, População e Sociedade. **Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP. Caxambú- MG, de 18 a 22 set. 2006.

ANEXOS

Anexo 1 – ROTEIRO DE PESQUISA

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1 . IDENTIFICAÇÃO
Entrevistado:
Data da Entrevista:
Nome da propriedade:
Nome da comunidade:
Município:
Localização da propriedade: (croquis de localização)

2. HISTÓRICO DO ENTREVISTADO E DA SUA FAMÍLIA

Origem:

Rota de migração:

Razões para escolha do projeto de colonização:

Expectativas ao chegar no projeto e expectativas atuais:

O que significa para você viver neste lugar?

O que significa para você trabalhar neste lugar?

O que você mais gosta neste lugar? Por quê?

O que você não gosta neste lugar? Por quê?

O que mais te incomoda neste lugar? Comente.

O que mais te deixa tranquilo neste lugar? Comente.

3. HISTÓRICO DA PROPRIEDADE

Forma de aquisição da propriedade:

Época de aquisição da propriedade:

História da ocupação da propriedade

4. CROQUIS DA PROPRIEDADE

Croqui da época da aquisição da propriedade:

Croqui atual da propriedade

5. COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA				
Membro	Parentesco	Sexo	Idade	Escolaridade*

* Usar a seguinte codificação: A – analfabeto; B – alfabetizado; C - séries iniciais (1ª a 4ª série); D – ensino fundamental (5ª a 8ª série); E – 2º grau incompleto; F - 2º grau completo; G – 3º grau.

a. II – CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

b) ÁREA TOTAL E UTILIZAÇÃO DA TERRA	
Medida	Quantidade
Área (unidade)	
Área total da propriedade	
Área de mata	
Área de capoeira	
Área de horto doméstico	
Área de pastagem	
Área de produção agrícola	
Área de aguadas	

a. IV – UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

1.DESCRICÃO DA ÁREA DE MATA DESTINADA A PRESERVAÇÃO

2. DESCRICÃO DA ÁREA DE MATA CILIAR DESTINADA A PRESERVAÇÃO

3. COLETA DE PRODUTOS NA PRÓPRIA PROPRIEDADE

4. COLETA DE PRODUTOS FORA DA PROPRIEDADE

V – EXPLORAÇÃO DE CONCEITOS (SENSO COMUM)

a) Propriedade da Terra

1. O que significa ser proprietário de terra? Como se adquire a posse sobre a terra?
2. Quais os direitos do proprietário da terra? Quais os deveres?
3. Para que serve a terra? Como se escolhe o destino a ser dado a terra?
4. Quais os motivos que o levaram a desmatar a sua propriedade? Quais os critérios que você usou para o desmate?

b) Trabalho

1. O que pode ser considerado como trabalho? Quem trabalha?
2. Qual a função do trabalho na sua vida? Na vida da sua família? E na sociedade?
3. O que o trabalho realizou na sua propriedade?

c) Religião

1. Qual a importância da religião na sua vida?
2. Durante o processo de ocupação da sua propriedade você ou sua família tiveram algum tipo de contato com religiosos (padres, pastores ou freiras)?
3. Qual a participação desses religiosos na sua vida e de sua família?

d) Educação Escolar

1. Quando você chegou no projeto havia escola? Qual a importância da escola?
2. Quem deve ir a escola? Por quê?
3. De que modo a educação escolar contribui para sua vida e de seus familiares?

e) Meio Ambiente

1. O que você entende por meio ambiente?

2. A quem pertence o ambiente?

3. Você acredita que sejam necessárias regras para a utilização do ambiente? Quem estabelece as regras de utilização do ambiente? E quem deveria estabelecê-las?

f) Desenvolvimento

1. O que é necessário para que ocorra o desenvolvimento de uma região?

2. Quem é favorecido com o desenvolvimento de uma região?

3. Você acha que contribuiu para o desenvolvimento desta região? Como?

Anexo 2 – Criação dos Municípios de Mato Grosso

Até o início da década de setenta o Estado de Mato Grosso apresentava na sua porção norte apenas os municípios de Nobres, Diamantino e Chapada dos Guimarães, este último que fazia divisa com o Pará. Como resultado da construção das rodovias de integração foram criados inúmeros municípios nos Estados do Pará, Rondônia e Mato Grosso.

Na década de noventa esse número continuou aumentando, pois cada assentamento criado em torno de um centro administrativo e comercial logo buscava o direito de ser distrito e em seguida de tornar-se município justificado pelo fato de este se encontrar distante da sede do município mais próximo e por já possuir um número de eleitores determinado pelos próprios Estados. No caso da região norte de Mato Grosso na década de setenta existiam apenas sete municípios: Diamantino (1818), Aripuanã (1943), Porto dos Gaúchos (1963), Colíder (1979), Alta Floresta (1979), Sinop (1979) e Paranatinga (1979).

Na década de oitenta foram criados vinte e três municípios: Juara (1981), São José do Rio Claro (1981), Juína (1982), Lucas do Rio Verde (1982), Peixoto de Azevedo (1986), Marcelândia (1986), Nova Canaã do Norte (1986), Novo Horizonte do Norte (1986), Itaúba (1986), Nova Ubitatã (1986), Terra Nova do Norte (1986), Paranaíta (1986), Vera (1986), Sorriso (1986), Guarantã do Norte (1987), Campo Novo dos Parecis (1988), Juruena (1988), Castanheira (1988), Apiacás (1988), Matupá (1988), Tapurah (1988), Nova Mutum (1989) e Claudia (1989).

Nos anos noventa foram criados mais dezessete municípios: Nova Bandeirantes (1991), Nova Monte Verde (1991), Nova Guarita (1991), Cotriguaçu (1991), Santa Carmem (1991), Nova Maringá (1991), Tabaporã (1991), Planalto da Serra (1991), Brasnorte (1993), Sapezal (1994), Campos de Júlio (1994), União do Sul (1995), Novo Mundo (1995), Feliz Natal (1995), Gaúcha do Norte (1997), Rondolândia (1998) e Colniza (1998).

Na década de 2000 já foram criados os municípios de: Nova Santa Helena (2000), Comodoro (2001), Santa Rita do Trivelato (2001), Carlinda (2001), Ipiranga do Norte (2005), e Itanhangá (2005). (AMM, 2007).

Anexo 3 – Reportagem do Jornal Só-notícias de Sinop.

Reflexão sobre péssima situação sócio-econômica e ambiental do Norte de MT

01 de fevereiro de 2008 - 17h22

O que é preservar para você ? Muito se fala em PRESERVAR! Professores, técnicos, estudiosos, ambientalistas, profissionais liberais, sociólogos, políticos, promotores, juízes, entre outros, sempre discutiram e aclamaram pela PRESERVAÇÃO AMBIENTAL! Hoje, esta discussão saiu das mesas e ambientes mais elaborados para ganhar as ruas, sendo motivo de amplas explanações de diferentes pontos de vista, já atingindo as conversas de bar, do almoço da família, do futebol com os amigos, do ponto de táxi, enfim, todos discutem a preservação.

Neste sentido, procuramos tentar entender o real significado da palavra: PRESERVAR! E todo o macro-ambiente que estamos inseridos para que os leitores possam refletir e buscar sua própria opinião sobre o assunto.

Iniciamos nos localizando no mapa e procurando entender um pouco o passado da nossa região, para esclarecer os fatos do presente e prospectarmos um futuro mais harmônico e com melhores condições de vida.

Estamos localizados no município de Alta Floresta, extremo norte do Estado de Mato Grosso, centro-oeste do Brasil, na América do Sul.

Geologia com solo de transição entre o cerrado e a selva amazônica, Alta Floresta possui áreas não uniformes, que se alternam de solos extremamente ricos e planos para solos pobres e ondulados, sem existência de linhas definidas para a separação destas realidades geológicas diferentes.

Fomos descobertos em meados de 1970, após a construção de Brasília, capital federal, fincada no centro do nosso país pelo idealista e presidente J.K., projetada para atender não só as regiões mais desenvolvidas e litorâneas do Brasil, mas também para ser utilizada como elo de ligação às mais distantes regiões do nosso continental país. Regiões estas, ainda pouco ou nada exploradas pelos brasileiros.

No intuito de “Integrar para não entregar”, lema e frase bastante utilizada nos meios de comunicação da época, o governo federal criou projetos de ocupação nas mais diferentes áreas longínquas do nosso grandioso país, prometendo aos que se deslocassem para estas novas fronteiras do desenvolvimento, emprego e renda superiores aos praticados nas regiões metropolitanas da época, cada dia mais violentas e com sérios problemas de infra-estrutura e crescimento desordenado.

Outro grande impulsionador desta ocupação fora as ameaças estrangeiras de apropriação deste território como de utilidade pública do mundo, sendo o país responsável por sustentar o “pulmão da terra” intacto e sem nenhuma exploração de suas riquezas. O que na verdade, surgiu do medo das grandes potências mundiais (EUA, Europa e URSS) da utilização destas riquezas, florestais e minerais, por um governo militar, podendo causar um grande desequilíbrio na ordem das economias mundiais. Éramos um país de 3º mundo, e deveríamos ficar e nos portar como, sem a possibilidade de grandes alterações neste cenário político e econômico.

Mas, tudo que é investimento público não dá certo. Desde aquela época. O governo gastou milhões de dólares na rodovia Transamazônica, e em inúmeros assentamentos realizados pelo Incra, nos mais diversos Estados, sendo quase que totalmente abandonados ao longo dos anos. A corrupção e a falta de planejamento afundou o país em dívidas impagáveis com os fundos monetários internacionais, que só de juros, inviabilizavam o crescimento do país. Ficamos desta forma, mesmo contra nossa vontade, nas mãos das grandes potências, detentoras do grande capital especulativo mundial.

Neste cenário de incentivo governamental, venda pública de sonhos de sucesso profissional e pessoal, um Sr. chamado de Ariosto Da Riva, já com 65 anos de idade, que fora aventureiro e idealista a vida toda, iniciando sua história de vida nos garimpos de diamante no sul da Bahia, passando a ser plantador de café no interior de São Paulo e também produtor de Maçã, Pêra e Morango na fazenda Estiva, não se sentia realizado pessoalmente, sempre almejando algo mais em sua vida. Obra do destino conheceu e trabalhou com outro sonhador chamado de Lunardeli, que na época projetava cidades e as implantava no oeste do Paraná. Deste encontro de sonhadores, surgiu como se fosse um bebê de proveta, a cidade de Naviraí, no Mato Grosso do Sul, a primeira experiência com a colonização particular do velho Ariosto.

Já completando os 70 anos de idade, Ariosto Da Riva, projetou e idealizou algo que nem mesmo seus filhos acreditavam dar certo. Uma colonização particular nos arredores da selva amazônica, levando os pequenos e médios agricultores do Paraná e do interior de São Paulo, para produzir Cacau e Café para exportação. Foi assim que se iniciou a ocupação de Alta Floresta e região. Da idéia de atender o chamado do governo federal, de produzir riquezas com culturas perenes e de grande valor comercial para nossas exportações, desenvolvendo não só o local da implantação do projeto, mas todo o país.

E como dizem: Não desista nunca! A primeira investida da família Da Riva com Ariosto em seu comando no nordeste de Mato Grosso não fora adiante, devido a inúmeras dificuldades e principalmente ao solo não ser propício para o cultivo agrícola. Inúmeros erros foram cometidos, mas estes, não serviram para desanimar o sonhador Ariosto, só fizeram aumentar a sede de vitória! O velho Ariosto, como era conhecido, vendeu todo seu patrimônio, adquirido com muito sucesso durante toda uma vida de esforço e trabalho e apostou em um ideal, um sonho.

Com a experiência adquirida fora então projetada a ocupação do extremo norte de Mato Grosso, com a compra da área e a criação de três cidades: Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás pela empresa Indeco - Integração, Desenvolvimento e Colonização S.A. - empresa da família de Ariosto. O projeto começou por Alta Floresta e em 1975 os tratores da Indeco já rompiam o denso mato construindo as estradas de acesso a gleba adquirida. Em 19 de maio de 1976 fora fundada a cidade de Alta Floresta.

Diferente das ocupações realizadas pelo governo na época, as colonizações da Indeco deram certas: construiu escolas, igrejas, ruas e avenidas, proporcionando apoio aos que acreditavam no crescimento daquela região.

O filho mais velho de Ariosto, conhecido como o Dr. Ludovico por todos, era agrônomo e administrador da colonizadora, herdou a vocação para sonhar e realizar seus sonhos, sempre estruturados na agricultura familiar e perene. Considerado o D8 da família (trator de esteira) por sempre estar trabalhando e construindo algo, Ludovico juntamente com os outros irmãos e cunhados enfrentaram as adversidades e cravaram na época, no meio do nada, uma cidade rica e próspera.

A economia da região fora no início de pequenos agricultores baseados nas culturas perenes do Café, Cacau e Guaraná. Mas as riquezas minerais nunca antes pesquisadas pela Indeco surpreenderam a todos, causando um crescimento acelerado e desordenado na busca pelo ouro. Alta Floresta com 10 anos de idade, em 1986, tinha aproximadamente 100 mil habitantes, e já muitos problemas apresentados nas cidades grandes.

Mas toda a exploração extrativista tem seu fim certo e data para acabar. Assim foi com o ouro e recentemente com a madeira no município e na região. A legislação ambiental da colonização e proposta pelo governo federal na época era a de preservar 50% das grandes áreas rurais, utilizando-se apenas 50% da mesma para agricultura ou pecuária, uma visão extremamente ambientalista e conservadora naquela época. Mas os pequenos produtores, não tinham tal obrigação, podiam aproveitar 100% de suas áreas, logicamente respeitando as

nascentes e beiras de rios. E a proposta da Indeco sempre foi pequenas propriedades para agricultura familiar.

Com o fracasso no preço das culturas perenes, a pecuária se desenvolveu e com muito sucesso, também devido o preparo inicial do solo para a agricultura perene, sendo hoje destaque nacional na qualidade de seus produtos.

Alta Floresta conta em 2007 com aproximadamente 50 mil habitantes fixos e uma economia em transição, baseada principalmente na pecuária de corte e de leite. Recentemente através de uma medida provisória federal fora inclusa na Amazônia Legal e mudou-se por decreto para 80% de preservação e 20% para aproveitamento agrícola.

Novamente citamos que as pequenas propriedades continuam fora deste zoneamento, quase que inviabilizando este controle ambiental, pois aproximadamente 60% do território do município é composto de pequenas propriedades, onde se utiliza quase que totalmente a área pelos pequenos produtores. Ainda assim, baseado na constituição federal, que julga procedente o direito adquirido caso o produtor tenha se utilizado destas áreas anterior a data da nova legislação (ainda provisória), fica impraticável a determinação governamental de preservação ambiental de oitenta por cento da área rural do município.

Em uma maré contra o bom senso e a história da cidade, do município e do país; o governo federal, o mesmo incompetente em seus assentamentos e projetos que só endividaram o país, através de ações da Polícia Federal, Ibama e Ongs de defesa do meio ambiente (geralmente estrangeiras) usam a mídia para sujar a reputação destes que aqui acreditaram e doaram suas vidas, em nome da PRESERVAÇÃO!

O principal canal de TV, assistido em quase todo o país pela maioria absoluta dos expectadores, pelo menos uma vez por mês solta uma notícia de prisão de criminosos do meio ambiente, fechamento e lacre de empresas madeireiras, combate ao desmatamento desordenado (sempre comparando áreas agrícolas a campos de futebol para ilustrar o tamanho do desastre ambiental), em operações mirabolantes, cheias de dificuldades, mistérios e cenas de ação, mais parecendo um filme com bandidos e mocinhos. Onde o governo é o mocinho e os empresários colonizadores que atenderam o chamado do mesmo governo e geraram divisas, exportam carne (o Brasil é o maior exportador de carne mundial), produzem emprego e renda, são os criminosos.

Você deve estar agora pensando... Quem escreve este artigo é um madeireiro... Não gosta de floresta... Muito pelo contrário!

É assim mesmo que a mídia e o governo trabalham para instituir na cabeça de todos ou da maioria que não vive no local das operações, a idéia de PRESERVAR! Satisfazendo através da exposição contínua de uma mentira, que de tanto insistir, acaba virando verdade incontestável.

Assim, os países que estavam preocupados com a ascensão do Brasil, também acreditam que a situação está sendo controlada, e não sofrem o risco de serem importunados com o progresso deste país.

Todos nós somos ecologistas.

Todos nós queremos uma cidade melhor para se viver. Todos nós queremos que as reservas de água, como nascentes e beiras de rios, sejam preservados. Todos nós queremos mostrar para nossos filhos um pouco sequer da fauna e da flora que aqui existe. Todos nós pensamos e idealizamos que temos que nos preocupar com o lixo produzido por nós mesmos e pelas nossas empresas. Enfim, todos nós adoramos, amamos este lugar e não precisamos de ninguém para nos ensinar isto!

Agora, entre saber o que queremos, e conseguirmos atitudes públicas e privadas no sentido de PRESERVAR nosso ambiente é quase que impossível! Somos reféns da incompetência governamental.

A sociedade não é culpada pelos erros governamentais passados e está pagando por isso. Sendo chamados de criminosos ambientais e inimigos da natureza. Como se chamaria a família carente que se hospeda literalmente “pendurada” nos morros cariocas, em favelas desumanas e absurdamente violentas? De criminosos ambientais? A mídia e o governo, por serem muitos eleitores e expectadores, os considera diferente: “problemas sociais” a serem sanados, com Bolsa Família, Vale Gás, Bolsa Escola, entre as outras inúmeras formas de se comprar uma população carente.

Será que eles vão inventar a Bolsa Floresta?

Quem realmente está preocupado com o destino e forma de utilização de nossas riquezas naturais e minerais?

E o que falar aos paulistanos que estudam nas melhores universidades do país, como Usp, Fgv, Unicamp, etc, e se julgam conhecedores das soluções para todas as fraquezas e deficiências nacionais? Constroem dentro de seus quartos, através de horas de pesquisas pela Internet e em livros arcaicos uma idéia de obstruir todo e qualquer atividade produtiva na região amazônica, achando que assim irão PRESERVAR as nossas riquezas e meio ambiente... É um absurdo, cômico, se não fosse levado tão a sério pelas autoridades e órgãos ambientais... Através destas “pesquisas elaboradas” são criadas leis e aplicadas restrições cada dia mais implacáveis contra toda esta região.

Aposto que 99% destas pessoas NUNCA pisaram na terra descalço, sem os tênis de marca ou sapatos de luxo. Não conhecem do que falam, se baseiam apenas por opiniões e comentários de outras pessoas. E mesmo aqueles que já tiveram um contanto com a realidade amazônica (apenas 1%) ainda assim, como meros turistas, com visão e conhecimento superficial da área a ser debatida e preservada. A sociedade que lá chegou, enfrentou inúmeras dificuldades, sabe “de cor e salteado” os problemas e soluções para a região, não é sequer questionada sobre qual o melhor futuro para suas vidas.

Está duvidando disso? Aposto minha vida que se fizermos uma simples pergunta aos melhores universitários e políticos deste país, formados e de carreira nos grandes centros, sem prévia consulta, de localização geográfica banal, se não for de múltipla escolha, obrigando-os a dissertar sobre o assunto, a grande maioria erraria “feio”. Como por exemplo: Aponte no mapa do Brasil onde fica a Amazônia legal no Estado de Mato Grosso do Sul e quais as principais cidades que lá se encontram? (Obviamente MS não possui este bioma, mas certamente vocês escutariam barbaridades sobre o assunto com respostas hilárias, para não dizerem catastróficas).

É sempre assim, o Brasil dos brasileiros que não conhecem o seu próprio território, é comandado por grupos que dominam a mídia falada e escrita, coordenando os pensamentos da nação e suas convicções, direcionando-os no sentido que lhes convier.

Existem defensores deste tipo de PRESERVAÇÃO em nosso município? Certamente. Principalmente dois ou três empresários do ramo hoteleiro que abraçam qualquer tipo de atitude seja ela de ongs, governos ou ambientalistas, em prol da estagnação econômica e proteção do que para eles é o “ganha pão sagrado”. Estes empreendimentos são para “estrangeiros ver”, pois quase que a totalidade dos brasileiros não possuem condições financeiras de pagar suas diárias em dólares. E, digam-se de passagem, todos estes luxuosos paraísos estão fora dos limites territoriais do município de Alta Floresta, e até do Estado de Mato Grosso.

Em 2007 o governo “liberou” dois, isto mesmo, 2 BILHÕES DE REAIS a estas Ongs... Você acredita no controle da destinação destas verbas? Você acredita na eficácia destas organizações? O dinheiro é seu, é meu, e de todos que pagamos impostos!

Quer outro exemplo clássico de diferenças de pensamentos e posicionamento sobre o mesmo assunto? O que falar aos municípios vizinhos de São Paulo que recebem o Rio Tietê após a passagem pela mega metrópole? Qual compensação financeira seria possível para

compensá-los de tamanha depredação ambiental? E a fauna e flora deste ambiente? A mídia e o governo destacam estas agressões ambientais diariamente em seus tele-jornais? É óbvio que não! Todos nós podemos com uma visão crítica analisar o que o grupo proprietário da mídia quer transmitir aos seus telespectadores a cada notícia divulgada. Qual o enfoque da matéria, Qual a percepção que eles induzem as pessoas a possuir. E porque não fazemos isso?

A educação é a chave deste questionamento. Vide os resultados das provas do ENEM, OAB, e outras que avaliam criteriosamente os ditos conhecedores do conhecimento... São pífios e humilhantes. Pois podemos verificar qual o nível educacional e crítico que possuímos na grande maioria do nosso país.

Mas desistir diante desta situação? Nunca!

Não adianta esperar que apenas mais verba para o setor educacional do Brasil resolverá os problemas, pois pode até piorar com o alastramento da corrupção. Temos que formar conhecedores de nossa história, da nossa realidade, com visão crítica e sugestiva para um futuro melhor. Enfim, temos que formar cidadãos brasileiros.

ONGs (Organização não governamental)... Acho até engraçado este slogan... Quando era mais jovem, deveria ter fundado uma Ong dos que defendem a prosperidade da cidade em que acreditei ser próspera para morar, crescer, criar filhos, etc. Ainda hoje nos tempos de governo populista, até mesmo dinheiro estas Ongs recebem, a título de fazer estudos, apresentar relatórios, enfim, “encher lingüiça”, pois papel aceita tudo.

Está decretada a falência do Estado. Já que não tem competência, muito menos conhecimento da região, aposta os recursos de nossos impostos em organizações “sem fins lucrativos” todos formados por católicos franciscanos (que me desculpem a comparação religiosa) sem o intuito de lucrar com estes trabalhos e estudos. Fica cada dia mais nítida e escancarada a certeza de nossos governantes na falta de capacidade neurológica de nossa população, pois “engolimos” até este tipo de fábula...

PRESERVAR! Volto à questão central desta discussão: **PRESERVAR** o que?

Pois mais de 90% das áreas rurais do município de Alta Floresta já estão ocupados e produzindo carne para o país. Madeiras nobres e de valor econômico já foram extraídas há muitos anos atrás, quando não se tinha a menor idéia de manejo florestal.

Qual então é a verdade atrás destas operações mirabolantes e cinematográficas que estão ocorrendo na região? Qual o objetivo? Pois conter o desmatamento não é! Já temos todo o território do município aberto e em produção. Conter a extração ilegal? Extrair o quê? Já que todo nosso estoque florestal já fora explorado!

O que se quer é invibializar economicamente uma região, afastando novos empreendedores, novos empresários para a região. Cerceando o direito dos que aqui já se encontram, transformando-os em criminosos ambientais, com penas maiores que de um assassino profissional! Isto mesmo. Se você matar alguém, paga fiança e sai da cadeia respondendo em liberdade, aguardando seu julgamento que pode demorar uns 10 anos em média. Se você “agredir” o meio ambiente, é inafiançável. Você vai preso e sem direito a mais nada, apenas a ser humilhado publicamente diante de toda a sociedade que você vive.

As multas astronômicas e impagáveis aplicadas pelo Ibama e profanadas na mídia como combate governamental ao desmatamento e aos criminosos ambientais são 99% questionadas judicialmente e caem para aproximadamente 10% do valor aplicado. Por que então aplicar estas multas inconstitucionais? Para “inglês” ver e aplaudir!

Agora a Receita Federal também entrou na dança, questionando os valores das declarações de ITRs, aplicando multas que superam os valores venais da propriedade... Mais uma arma do governo para iludir a população! Pois certamente serão questionadas judicialmente e com ganho de causa óbvio para os proprietários rurais.

O “governo Lula” está surpreendendo (pessimamente é claro)...

Pois não mede esforços para atingir o objetivo de maquiar toda esta situação. Sempre na busca dos “bandidos” que o mesmo julga e condena pela mídia e ações de suas autarquias. Onde está o poder judiciário?

Neste governo, considerado pelos radicais e representantes das chamadas “classes desfavorecidas” como exemplo de competência e honestidade, já tivemos casos escombrosos de corrupção ativa e passiva nos mais diversos escalões do governo federal, desde desvios de conduta de inúmeros funcionários públicos a ministros, chefe da casa civil, chefe do gabinete da presidência, etc...

Todos estão envolvidos, se beneficiaram da falência total do Estado Brasileiro.

Ah... Menos o Presidente... Ele diz que: “não sabia de nada!” E segue ileso de toda e qualquer denúncia de corrupção, logicamente blindado e protegido pela mesma empresa de mídia que comanda o país a mais de 25 anos.

Coincidências a parte, esta empresa recebeu um aporte do Banco Nacional do Desenvolvimento de alguns bilhões de reais para “rolar dívidas”.

Assim caminha a humanidade... E pensar que o “Collor” foi chamado de corrupto e destituído do poder por uma suposta utilização de um “Fiat Elba” de empreiteiros. Mas esta é outra história que nos leva a mais discussões e interpretações...

Meus amigos leitores, que tiveram a paciência e a atenção necessária para ler esta reflexão, peço que reflitam sobre o que a região norte de Mato Grosso está passando, do julgamento criminoso contra todos os empresários que aqui estão desenvolvendo suas famílias e sociedade.

Vamos conhecer um pouco mais da nossa história, local, regional e governamental, para podermos analisar esta situação atual sem cometer injustiças e difamações caluniosas.

Não podemos fazer de conta que visitamos in loco os problemas com um sobrevôo sobre uma pequena área da região apontada como devastadora, como fizeram a ministra Marina Silva e sua prole!

Somos muito mais que pontos de satélite. Somos uma sociedade. Somos pais de família e iguais perante a lei! Não podemos aceitar este tipo de segregação social e econômica.

Porque não fizeram um belo sobrevôo sobre as fazendas do grupo AMAGGI?? Ah, sim, lembrei, o nosso governador (maior plantador de soja do mundo) apoiou o Lula no 2º turno... Comprou mais de 100mil hectares com o financiamento do BID, mas tudo certinho... Tudo dentro da lei... E com selo ambiental ISO 14000... Dá pra acreditar?

Lógico! Você tem alguma dúvida? São somente coincidências do destino! Vai ver não tinha combustível suficiente no helicóptero que eles estavam... Fica para próxima visita...

Visão crítica e sugestiva é fundamental para analisarmos nossos erros, verificarmos também as dificuldades enfrentadas e as barreiras vencidas, reconhecermos também os acertos, e concluindo, prospectarmos e lutarmos por um futuro digno para todos os cidadãos brasileiros.

Alta Floresta merece respeito! Mato Grosso merece respeito!

Você merece respeito!

Vamos PRESERVAR o nosso direito de pensar, criticar e decidir o nosso futuro! Esta sim é uma luta digna e ambientalmente responsável.

Desistir? Nunca.

Ludovico Wellmann Da Riva é empresário, administrador de empresas com pós-graduação na FGV-RJ e MBA em Agronegócios, morador de Alta Floresta